

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 1, 2015

**Arte de Capa: Arte em Aquarela, Regina Carmona
Diagramação da Capa: Publiara**

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 2, 2015

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ e pela Capes.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara-SP
CEP: 14801-320 - Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 2, 2015

PUBLICAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

**Assentamentos Rurais, Quilombos e Desenvolvimento: bloqueios e pesquisas a partir
de diversidades regionais**

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente - UNIARA. Coordenadora geral do projeto.**

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

**Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola FEAGRI - Unicamp. Coor-
denadora local do projeto.**

EQUIPE DE BOLSISTAS

Ana Flávia Flores

César Giordano Gêmero

Daniel Tadeu do Amaral

Fábio Grigoletto

Henrique Carmona Duval

Oswaldo Aly Júnior

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Editoração Eletrônica: Rodrigo Iani de Freitas

Traduções: Dirce Charara Monteiro

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Dotta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e meio Ambiente - UNIARA

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

EDITORES - Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andre-
atta Whitaker, Henrique Carmona Duval

CONSELHO EDITORIAL - Delma Pessanha Neves, Helena Caryaho de
Lorenzo, Leila Stein, Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone,
Marcelo Aláριο Ennes, Maria aparecida moraes Silva, Marilda Menezes,
Oriovaldo Queda, Sérgio Pereira Leite, Sonia Maria Pessoa Pereira Ber-
gamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Volume 18, Número 1, 2015

Retratos de Assentamentos - Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) UNIARA.

Araraquara - SP-Brasil, 1994

v. 18, n1, 2015. 412p.

Publicação Semestral do Centro Universitário de Araraquara - Uniara.

ISSN 1516 8182

SUMÁRIO/ CONTENTS

Apresentação/ Presentation11

Mulheres, relações de gênero e divisão sexual do trabalho em Minas Gerais: negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária em Lavras, Guapé e Prados

Womens, gender relations and sexual division of labor in Minas Gerais (brazil): black womans, settled of land reform and solidarity economy in Lavras, Guapé and Prados

Maria de Lourdes Souza Oliveira

Vera Simone Schaefer Kalsing

Rosemeire Aparecida de Oliveira

Benedito Anselmo Martins Oliveira17

Viviane dos Santos Pereira

O cotidiano das relações de gênero e agricultura familiar

The daily life of gender relations and agriculture family

Ana Carolina de Paula

Giane Franciele Negri

Marize Rauber Engelbrecht43

Rosana Mirales

“Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente”: repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE

“Now is a wealth hideous and everyone is sick”: repercussions of agricultural modernization on peasant women health in Chapada do Apodi/CE (Brazil)

Maria de Lourdes Vicente da Silva

Raquel Maria Rigotto

Mayara Melo Rocha67

Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde

Women in artisanal fisheries: fighting for pension and health

Hulda Helena Coraciara Stadtler91

Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM

Organization and work of women riparian amazon: a study in communities of the Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM (BRAZIL)

Débora Cristina Bandeira Rodrigues	
Camila Fernanda Pinheiro	
Natália Teixeira Andrade113
Thamirys Souza e Silva	

A feira como um espaço de sociabilidade

Fair as a space of sociability

Fabiane Dalla Nora	
Maria Catarina Zanini135

As mulheres e as planta medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações

The women and the medicinal plants: reflections on the caring role and its implications

Flávia Charão Marques	
Vinícius Cosmos Benvegnú	
Adriana Samper Erice155
Ana Paula De Carli	

Etnografias sobre mulheres assentadas: expressões de dominação, de resignação e de protagonismos

Ethnographies about women settled: expressions of domination, resignation and protagonisms

Henrique Carmona Duval	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante183

Distribuição espacial das trabalhadoras rurais na agricultura familiar no nordeste do Brasil

Spatial distribution of rural workers in family farm in northeast Brazil

Alessandra Juliana Caumo	
Jefferson Andronio Ramundo Staduto	
Marcelino de Souza217

Avaliando as capacidades institucionais locais para o desenvolvimento rural: o caso do território rural do Pontal do Paranapanema

Assessing the institutional capacity for local rural development: the case of the territory rural Pontal do Paranapanema (Brazil)

Luís Antonio Barone

Anderson Antonio Silva

Everaldo Santos Melazzo247

O diálogo necessário entre extensão rural e Agroecologia

The necessary dialogue between rural extension and Agroecology

Maristela Simões do Carmo

Valéria Comitre

Ricardo Serra Borsatto

Rodrigo M. Moreira269

Beatriz Stamato

Potencial de uso de cercas vivas em assentamento rural: estudo de caso no assentamento Pitanga, Pernambuco, nordeste brasileiro

Potential use of living fences on rural settlement: a case study in Pitanga settlement, Pernambuco, northeastern Brazil

Marina de Sá Costa Lima

Laise de Holanda Cavalcanti Andrad

Sonia Maria P. P. Bergamasco291

Desafios da adoção de biodigestores no caso da copava, assentamento Pirituba II

Biodigester challenges in the case of copava, Pirituba II settlement

Oscar Frederico Accioly Venturato Landmann

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

Marcus César Avezum Alves de Castro

Maria Lúcia Ribeiro319

Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema/SP

Food Acquisition Program in municipality of Mirante do Paranapanema/SP (Brazil)

Elizabeth Lima Pereira

Flávio Aparecido Pontes

Luís Antonio Barone337

As dificuldades para a participação de assentamentos rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Itapeva/SP

Difficulties for participation of the rural settlements at the National School Feeding Programme (PNAE): the case of Itapeva/SP (Brazil)

Francine de Camargo Procópio

Julieta Teresa Aier de Oliveira

Ricardo Serra Borsatto361

Pouco tempo de Arraes: sindicalização rural e o direito de reclamar

Little time of Arraes: rural workers' union and the right to claim

Bernard José Pereira Alves

.....383

Normas de Publicação

.....410

APRESENTAÇÃO

O propósito inicial deste volume de Retratos de Assentamentos era apresentar um dossiê sobre gênero e mundo rural, a partir dos resultados dos projetos aprovados no edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012.

Mudanças na gestão pública federal exigiram rearranjos, mas não a desistência do projeto. Temos, neste número, uma boa mostra da produção científica comprometida com a discussão e a publicização de resultados destas pesquisas.

A importância desta iniciativa do CNPq, em conjunto com a SPM-PR, o MCTI e o MDA, é bem explicitada nas palavras da Profa. Dra. Karla Hora, que nos honra com um texto de abertura deste dossiê, falando da importância de editais como este para a redução das desigualdades de gênero especialmente no campo, onde sempre foi “invisível” essa problemática.

Tais editais vão muito além das metas de produtividade científica. Representam um significativo esforço para se investir na produção de um conhecimento que traga subsídios para intervenções na realidade, que possam levar ao aperfeiçoamento de políticas públicas e a um encontro efetivo das mulheres rurais e seus direitos. Além disso, permitem que haja um relevante trabalho, que alia pesquisa e extensão universitária e rural, em função do engajamento de pesquisadores(as) preocupados(as) com as lacunas das políticas públicas de assistência técnica e de outras voltadas às mulheres rurais.

Portanto, os nove primeiros artigos deste volume da revista tratam de variadas experiências de pesquisa, do “Iapoque ao Chuí”, em um leque bastante amplo no qual são discutidos o cotidiano das mulheres, a divisão sexual do trabalho, as consequências da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas, suas lutas por previdência social, os espaços de sociabilidade e comercialização, os conhecimentos tradicionais, especialmente sobre o uso medicinal de plantas, além de artigos que tratam, sob perspectivas metodológicas diversas, expressões de dominação e de protagonismos das mulheres. Por tais enfoques, se pode sentir a complexidade das relações de gênero nas áreas rurais, ainda por ser debatida e enfrentada.

Completando este número, temos uma discussão sobre os bloqueios e perspectivas da política pública do Território da Cidadania, o que põe em questão a relação entre políticas federais e as gestões locais. Si-

tuações específicas envolvendo a execução do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar também são retratadas nos artigos.

Uma relevante discussão acerca do diálogo, mais do que urgente, entre extensão rural e Agroecologia para a agricultura familiar abre uma seção de artigos que apresentam alternativas para o desenvolvimento tecnológico com preocupações ambientais. Por fim, um artigo que nos remete às origens de nosso grupo de pesquisa, tratando de um momento histórico e decisivo das lutas por terra no Brasil. Sem falsa modéstia, temos orgulho de ter participado dos estudos de assentamentos rurais em sua primeira hora. Ao final da Ditadura Civil-Militar que assolou o país, quando perspectivas democráticas se voltaram para a política de Reforma Agrária, desenvolvemos nossos esforços para colocar a ciência social que praticávamos a serviço da compreensão dessa importante questão agrária.

Com esse mesmo caráter aberto e pioneiro, abrimos nosso periódico (também fruto de muitas lutas e muitos desafios) à publicação deste conjunto de artigos igualmente pioneiros. Enquanto parceiros na luta pela vida e pela terra, homens e mulheres não podem permanecer apartados no campo teórico dos estudos da luta pela justiça social no campo.

Benvindas ao NUPEDOR! Vocês mulheres rurais, trazem mais um sopro de vida aos nossos retratos.

Esperamos, com este Retrato comemorativo dos 21 anos de sua existência, estimular leituras, críticas e, principalmente, semear utopias.

**Os editores.
Primeiro semestre de 2015.**

POR QUE APOIAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA COM TEMÁTICAS SOBRE AS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS?

Karla Emmanuela R. Hora¹

Vivemos tempos difíceis no ano de 2015. Período em que nossas mentes são obrigadas a conviver com ideias turvas em meio ao emaranhado de notícias que reforçam o golpismo oportunista e eleitoral, a discriminação racial, a misoginia, o sexismo, o machismo, a homofobia, a culpabilização do pobre e do jovem. Vemo-nos embaralhados num turbilhão de frases de efeito que sustentam a mídia em nosso cotidiano. Convivemos com uma conjuntura que se alimenta da incerteza do futuro e da certeza da desinformação. Mas não nos deixemos enganar pelas aparências.

Segundo Cora Coralina, *se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade.*

É este caminhar largo, sereno e persistente que se pode identificar no rol de políticas públicas, programas e ações específicas para a promoção da autonomia da mulher do campo, das águas e das florestas criadas desde 2003 no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR).

Esse **semear** se revela nos resultados obtidos pelas produções acadêmicas apoiadas nos editais do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais.

São três institucionalidades distintas que se articularam na proposta do Edital “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo” apoiando um conjunto de produções acadêmicas que visibilizaram o universo e a diversidade das mulheres rurais. As edições de 2008, 2010 e 2012 revelaram mais de 133 trabalhos cujo aporte financeiro ultrapassou 5,4 milhões de

1 Dra. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Docente da Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás. Foi Diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA no período out/2012 a març/2015. Email: karlaemmanuela@gmail.com

reais para pesquisas no âmbito da agricultura familiar, reforma agrária, extrativismo, pesca artesanal, povos e comunidades tradicionais dentre outros no universo rural.

Se, por um lado, as pesquisas demonstraram o trabalho, a labuta e a necessidade das mulheres rurais nas seguintes temáticas: *educação profissionalizante; enfrentamento da violência; esporte e lazer; geração e migração; saúde e meio ambiente; trabalho*; por outro, também, revelaram os avanços e as insuficiências da própria política pública. Tornando-se, assim, reveladoras do momento em que vivemos.

Dessa forma, direta ou indiretamente, todas as pesquisas contribuíram com o processo de reflexão sobre a efetividade da política pública, identificando gargalos e, algumas, apresentando soluções. Contudo, as investigações, também, encontraram dificuldades em dialogar com a simultaneidade dos fatos existentes entre o “elaborar-normatizar-implementar-monitorar-revisar-readequar” da política pública. E nem sempre, chegam ao conhecimento dos (as) gestores (as) e operadores (as) desta. Embora, nem todas as investigações tenham esta pretensão.

Assim, apoiar as pesquisas em curso, para além da importância que já representam sob a perspectiva do desenvolvimento intelectual e tecnológico do país, também significou uma porta de diálogo direta entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior atestado no *Seminário de Apresentação dos resultados da Chamada Pública Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos*, realizado em setembro de 2014 em Brasília.

Durante o debate e a apresentação dos trabalhos relativos ao universo rural, quatro blocos de proposições foram organizados, sendo: políticas públicas; divulgação dos resultados; próximos encontros; próximos editais. Ali, os mecanismos e estratégias adotados para garantir e efetivar direitos para as mulheres rurais foram analisados contribuindo para o registro do marco político que se constituiu no país de 2003 em diante, no qual a inclusão e a participação social foram tomadas como paradigmas. Ficou evidente, também, a importância dos editais específicos e a necessidade da sua constante revisão com inclusão de propostas do público atendido pelos financiamentos.

Para além das sugestões no âmbito da administração e gestão dos editais, também cabe destacar a importância da participação ativa das próprias mulheres rurais nas pesquisas.

Assim, o **semear** também se faz com *e* entre as mulheres rurais.

Elas que se organizam para sua grande marcha em 2015. A Marcha das Margaridas, na sua 5ª edição demonstra e reforça a importância das políticas públicas de caráter específico. As mulheres do campo, das águas e das florestas compõem o segmento da agricultura familiar, que, no último período, por meio do permanente diálogo com o governo, impulsionaram a adoção de paridade em distintos momentos dos quais se destacam a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2013 e a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica com garantia de atendimento de 50% de mulheres do público beneficiário.

Essas mulheres, cujas lutas e reivindicações conseguiram do Estado reconhecimento e visibilidade que se concretizou em uma nova institucionalidade, seja pela criação da SPM-PR com status de Ministério, seja pela consolidação da DPMR no MDA.

Esta institucionalidade permitiu incorporar, de 2003 até hoje, ações de combate à desigualdade de gênero no meio rural e consolidar práticas de promoção da autonomia das mulheres baseadas no acesso a: cidadania; terra e ao território; recursos financeiros e serviços especializados (crédito, assistência técnica, mercados) e fortalecimento da participação social. Políticas estas que garantiram direitos, dos quais se destacam²:

- 1.354.019 mulheres atendidas no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, cujos mutirões emitiram 2.739.047 documentos. (Dados de 8jan2015)
- Alteração de 24% para 70% de mulheres titulares de lotes advindos da reforma agrária entre 2003-2014 garantido pela implementação da obrigatoriedade da titulação conjunta e do reconhecimento da mulher chefe de família.
- 515 mil contratos de Pronaf com Mulheres no Plano Safra 2013/2014, representando 27% do total de contratos nesta safra.
- 52% de mulheres no público beneficiário da Assistência Técnica e Extensão Rural em contratos gerenciados pelo MDA em 2014.
- 59 mil mulheres beneficiadas pela ATER Setorial entre 2004-2013.
- 114 projetos apoiados pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, beneficiando mais de 138 mil mulheres entre 2004-2013.
- Estabelecimento de cotas específicas para mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos, possibilitando que os contratos com mulheres alcançassem 49,6% do total contratado em 2014.

² Fonte: HORA, K.E.R. Políticas para Mulheres Rurais. Mimeo. Março/2015.

As estratégias adotadas no âmbito da DPMR se relevaram promissoras na efetivação de cotas para mulheres rurais no acesso a política pública, embora ainda convivam com as barreiras do monitoramento cujos desafios têm sido exaustivamente debatidos.

Por fim, se as notícias querem deixar nossas ideias turvas, deixemos que os artigos e a produção acadêmica apoiada no âmbito dos editais CNPq/SPM/MDA juntamente com a Marcha das Margaridas criem as possibilidades de construção de um novo futuro com mais direitos e mais políticas públicas para as mulheres esparramando *milhões de sorrisos de solidariedade e amizade*.

MULHERES, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MINAS GERAIS: NEGRAS, ASSENTADAS DE REFORMA AGRÁRIA E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LAVRAS, GUAPÉ E PRADOS

Maria de Lourdes Souza Oliveira¹

Vera Simone Schaefer Kalsing²

Rosemeire Aparecida de Oliveira³

Benedito Anselmo Martins Oliveira⁴

Viviane dos Santos Pereira⁵

Resumo: Entre os desafios da sociedade contemporânea, a compreensão sobre o porquê e como as mulheres se organizam em coletivos representou uma senha para a orientação dos trabalhos de pesquisa em interface com extensão, desenvolvidos a partir do projeto “*Relações de Gênero: Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho entre Mulheres Negras, Assentadas da Reforma Agrária e da Economia Solidária*”. O principal objetivo deste artigo é apoiar a compreensão das relações de trabalho e gênero a partir de atividades de pesquisa e extensão realizadas junto a três grupos organizados de mulheres: Olhos d’água: Produzindo e Preservando do Assentamento Santo Dias, coordenado pelo MST, no município de Guapé, mulheres negras do Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial de Lavras e mulheres da Economia Solidária do município de Prados, todos os três situados no estado de Minas Gerais. As configurações e reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho foram

1 UFLA. Email: julinet@dae.ufla.br

2 UFLA. Email: vera.kalsing@gmail.com

3 Escola Cooperat. Galha Azul. Email: r.ranigr@gmail.com

4 UFSJ. Email: otideneb@ufsj.edu.br

5 UFLA. Email: vivianepereira@dae.ufla.br

identificadas nos três grupos, como dimensões que podem ajudar ou limitar o fortalecimento organizativo das mulheres. Procuramos construir informações sobre a realidade em que estão inseridas, de forma dialogada, o que significou ora atividades específicas com cada grupo, ora envolvendo os três grupos, e interagindo na sequência com outros grupos de mulheres. A metodologia utilizada durante os dois anos de execução do projeto contou com métodos quantitativos e qualitativos de obtenção de informações, com oficinas pedagógicas, dois Encontros Intermunicipais, visita a um grupo de mulheres chamado Noiva do Cordeiro no município de Belo Vale, na região metropolitana de Belo Horizonte, participação na organização do II Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados e do Encontro da Juventude Negra em Lavras: Violência em Foco. Simultaneamente, conduzimos uma pesquisa sobre trabalho, com o objetivo de identificar e compreender as relações entre espaço reprodutivo e produtivo em grupos que mantêm diálogos com movimentos sociais, entre eles, o Movimento Negro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e o Movimento de Economia Solidária. Como um dos principais resultados, podemos elencar as especificidades organizativas de cada grupo que lidam com processos de mediação distintos, onde pautar a importância do trabalho das mulheres e todas as dimensões a ele correlacionadas é ainda tarefa feminina. No âmbito privado, as negociações para a divisão de tarefas reprodutivas abrem um leque de possibilidades familiares demandado pela atuação das mulheres no espaço público, quaisquer que sejam as dimensões econômicas específicas a cada coletivo. Cuidar da casa e dos quintais, dos (as) filhos (as) e dos (as) idosos (as) ainda é uma pauta prioritariamente feminina, salvo raras exceções. Mesmo assim, compreendemos que a participação nos coletivos de mulheres contribui significativamente para distintos processos de empoderamento, seja cognitivo, político ou econômico dessas mulheres.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Mulheres Assentadas de Reforma Agrária; Mulheres Negras; Mulheres da Economia Solidária.

Abstract: Among the challenges of contemporary society, the understanding of why and how women organize themselves into collective represented a password for the orientation of research work in C interface with extension, developed from the project “Gender Relations: Settings and

reconfigurations Labour Sexual Division of Negro Women, Settled Land Reform and the Economy SoSolidarity “.The main purpose of this article is to support the understanding of labor relations and gender from research and extension activities conducted with three organized groups woman: “Olhos d’Água produzindo e preservando” coordinated by the MST in the municipality of Guapé, black women of the Municipal Council of Racial Equality Policies of Lavras, and Womens of Solidarity Economy in the ditu of Prados, all three located in the state of Minas Gerais. The configurations and reconfigurations Labour Sexual Division were identified in the three groups such as dimensions that can help or limit the organizational empowerment of women. We seek to build information about the reality in which they operate, the dialogue-form, which sign sometimes specific activities with each group, sometimes involving the three groups, and interacting in sequence with other women’s groups. The methodology used during the two years of project implementation included quantitative and qualitative methods of obtaining information, with educational workshops, two intermunicipal meetings, visit to a women’s group called “Noiva do cordeiro” in city of Belo Vale, the metropolitan region of Belo Horizonte, participation in organizing the II Municipal Meeting of Solidarity Economy meadows and the Black Youth Meeting in Lavras: Violence in Focus. Simultaneously, we conducted a survey of work in order to identify and understand the relationships between reproductive and productive space for groups that maintain dialogues with social movements, among them the Black Movement, the Rural Workers Landless Movement - MST and the Solidarity Economy Movement. As one of the main results, we can list the organizational requirements of each group dealing with different mediation processes, which guide the importance of women’s work and all dimensions to it correlated is still female task. In the private sector, negotiations for the division of reproductive tasks open a range of possibilities family sued the performance of women in the public space, whatever the specific economic dimensions to each collective. Taking care of the house and gardens, of the children and elderly as still a primarily female, with few exceptions. Even so, we understand that participation in women’s collectives contributes significantly for different empowerment processes, whether cognitive, political or economic these women.

Keywords: Gender Relations; Sexual Division of Labor; Settled women of Agrarian Reform; Black Women; Women Solidarity Economy.

Introdução e localização dos debates: Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho em breve problematização com mulheres negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária

Em contexto mais ampliado, algumas análises estatísticas indicam presença massiva de mulheres em profissões da área de humanidades e, efetivamente, ligadas ao cuidado, em detrimento das exatas, por exemplo. A atuação feminina majoritária pode ser observada, por exemplo, no ensino fundamental ciências sociais e humanas, pedagogia, letras, enfermagem, nutrição e, na área médica, em pediatria, dermatologia, entre outras. Duas análises podem ser feitas: a preparação das meninas e adolescentes ainda está mais voltada para cuidados do lar e a escolha da profissão passa pela possibilidade de continuar cuidando da casa e trabalhando em meio horário. As mulheres “ajudam” na renda e os homens “ajudam” nos cuidados da casa e dos filhos. A dimensão econômica que sustenta a família é pauta de homens e o cuidado da casa e dos filhos é pauta de mulheres.

Essa rigidez aponta contradições e vários desafios, uma vez que a construção de valores masculinos e femininos sob este “guarda chuva” não se sustenta mais. Inúmeras tensões pressionam estas configurações, entre elas, as diferentes expressões de sexualidades, a atuação das mulheres no espaço público, passando pela escolarização e pelo mercado de trabalho, as vivências masculinas no cuidado dos(as) filhos (as) por escolha ou por necessidade, são algumas das questões. As funções da família e da escola passam por diferentes redes de significados, muitas vezes, conflituosos e que demandam enfrentamentos e debates permanentes. As dimensões produtivas e reprodutivas se imbricam e se complexificam cada vez mais e, linearidades, dicotomias e polarizações não encontram espaço analítico consistente.

A utilização do conceito de Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA, 2008; KERGOAT, 2009) para observar os diferentes tipos de trabalhos realizados pelas mulheres durante os três últimos anos de diálogos mediados por atividades do projeto *Relações de Gênero: Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho entre Mulheres Negras, Assentadas da Reforma Agrária e da Economia Solidária*, representou um desafio que merece ser mais aprofundado. Não nos limitamos a identificar e mensurar, por exemplo, o tempo gasto com atividades produtivas e reprodutivas nos três grupos de mulheres. Procuramos compreender os deslocamentos realizados por homens e mulheres entre os espaços produtivo e reprodutivo, em

que circunstâncias ocorrem, que outras configurações são reconstruídas e, principalmente, quais são os desafios para a geração de valor e renda, e para o fortalecimento organizativo dos três grupos envolvidos.

Quando Hirata (2007) argumenta sobre o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, aponta duas noções que podem estar presentes em campos específicos de complementariedade e conflito entre a vivência do masculino e do feminino nas sociedades ocidentais. No âmbito familiar, essas noções podem ser identificadas em situações associadas à naturalização de papéis fixos para homens e mulheres, onde, cabe aos homens o provimento da renda com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que o espaço público pode gerar. As mulheres, por sua vez, cuidam prioritariamente da reprodução com todos os desafios, tensões, conflitos e aprendizados que a dimensão privada pode gerar. No entanto, cuidar de educação, saúde, alimentação, organização da casa, equilíbrio orçamentário e processos de socialização em geral, correspondem a atividades que, embora envolvam tempo e energia humana, são majoritariamente invisibilizadas e consideradas menos importantes que a atuação dos homens na esfera produtiva. As próprias mulheres não valorizam o trabalho que realizam e naturalizam as diversas hierarquizações pautadas dentro e fora do domicílio.

Estas situações contribuem para que as estratégias criadas para a geração de valor e renda necessitem ser pensadas sob este campo de conciliações e disputas permanentes e históricas. No projeto em questão, vimos que cada grupo, especificamente, possui demandas vinculadas mais diretamente ao trabalho e combate ao racismo, ao trabalho e luta pela terra e ao trabalho e economia solidária. Sob tais aspectos, podemos perceber as dinâmicas de organização coletivas que lidam a todo momento com a exploração capitalista em âmbito ampliado e, ao mesmo tempo, com a condição ocidental judaica e cristã de mulheres sem oportunidades iguais de ascensão social, econômica e política. Também realizamos um esforço no sentido de dar visibilidade sem sacralizamos as mulheres dos grupos envolvidos, porém, procuramos criar espaços permanentes de diálogos que viabilizassem reflexões sobre as construções sociais de gênero e as desigualdades de oportunidades entre o masculino e o feminino na sociedade brasileira. As condições de exploração, subordinação e submissão foram trabalhadas no sentido de fortalecerem possibilidades de mudanças nas posições políticas dessas mulheres, como sujeitos ativos. Foi importante para tanto, produzirmos informações sobre as condições de trabalho dessas mulheres. A utilização da noção de divisão sexual do trabalho

também considera que os trabalhos realizados por homens possuem maior valor social agregado, ocorrendo nas relações sociais de sexo a separação e hierarquização dos diferentes tipos de trabalho realizados nas esferas pública e privada.

Kergoat aponta uma argumentação que apoiou nossas análises:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p.67).

A mesma autora (2009, p.67) reforça a argumentação de Hirata (2007) e chama nossa atenção para a observação de que este conteúdo novo para a divisão sexual do trabalho foi proposto inicialmente por antropólogas feministas, que demonstraram haver não uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. A utilização da divisão sexual do trabalho nas pesquisas da Sociologia e da História possibilitou a aquisição do valor de um conceito analítico.

Após a problematização destas questões, torna-se mais tranquilo o entendimento das escolhas teóricas e empíricas do projeto. A estruturação da sociedade brasileira ainda mantém em pleno século XXI um patriarcalismo capilarizado em diferentes dimensões, que encontra abrigo fértil nos processos capitalistas. Trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos são explorados (as) economicamente e subjetivamente, porém, sobrepõem-se sobre as mulheres também a dominação masculina. Entendemos que, pensar as estruturas sociais como simultaneamente estruturadas e estruturantes (BOURDIEU, 1992), nos ajuda no entendimento, segundo o qual, não estamos tratando, por um lado, de vitimização das mulheres, ou, em outra medida, da impossibilidade de modificar conjunturas e estruturas, desde

que através de ações coletivas combinadas com estratégias individuais e familiares. No entanto, é oportuno pautar que se tratam de várias lutas simultâneas e, o tempo livre dessas trabalhadoras para se organizarem é escasso, mais ainda pela necessidade de lidar com demandas dos espaços reprodutivo e produtivo.

Contextualização: a Universidade e os coletivos de mulheres

É importante ressaltar como a Universidade se organiza para disponibilizar informações e favorecer diálogos com grupos da sociedade civil organizada, neste caso específico com coletivos de mulheres. Podemos considerar **três eixos** articuladores com dinâmica e complexidade próprias para as práticas a serem desenvolvidas e que guardam relações entre si. O **primeiro** deles se refere às possibilidades de trabalho de Pesquisa em interface com Extensão, também considerada como Pesquisa Ação (BRANDÃO; STRECK, 2006) que procura aproximar as práticas sociais de pesquisa e extensão. A estruturação acadêmica predominante destas dimensões trata separadamente de ambas, isto é: ou se faz pesquisa ou se faz extensão. Em função do distanciamento existente entre Universidade e Sociedade, pesquisadores (as) detêm um saber específico que os (as) legitima a acionar conceitos e métodos de pesquisa segundo propósitos definidos prioritariamente no âmbito acadêmico. A construção do “objeto de pesquisa”, portanto, se dá entre os muros universitários.

Exceções merecem destaque desde a década de 1970, entre elas, a realização de diferentes possibilidades de pesquisa participante e pesquisa-ação, nas quais, num certo sentido, se objetiva a “ação social” (BRANDÃO; STRECK, 2006) e os “pesquisados” passam a contribuir com os rumos do desenvolvimento da pesquisa. À medida que se apropriam das informações geradas sobre suas vidas, podem passar a atuar em demandas motivadas pelas próprias ações vinculadas aos projetos. Sob esta argumentação, as informações coletadas para alcançar os objetivos da pesquisa podem também sinalizar demandas para atividades de extensão. As práticas de extensão universitária, construídas sob este enfoque, se originam dos “problemas de pesquisa ou questões centrais” e se retroalimentam durante todo o processo de trabalho. Planejar uma oficina para reflexão sobre relações de gênero ou uma capacitação técnica específica para geração de renda, ou ainda o percurso metodológico da pesquisa sobre trabalho produtivo e reprodutivo, por exemplo, exige a identificação de demandas que precisam ser conduzidas de forma dialógica.

O suporte teórico foi constituído prioritariamente dos debates sobre processos de mediação (NEVES, 1997), Extensão ou Comunicação? (FREIRE, 1969), Mulheres na Reforma Agrária (BUTTO e LOPES, 2008), Pesquisa Participante (BRANDÃO e STRECK, 2006). Gênero (SCOTT, 1995; SUARÉZ, 1999), Raça e Etnia (SUARÉZ, 1991), Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2002; 2007; 2009) e Mulheres e Economia Solidária: Hora de Discutir a Relação! (COSTA, 2011)

Um **segundo eixo** articulador é representado pela diversidade de diálogos e agendas de estudantes de graduação e pós-graduação, da bolsista do Cnpq e de professores de áreas de conhecimento específicas, da Universidade Federal de Lavras - UFLA e da Universidade Federal de São João Del Rey - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - UFSJ/ITCP no trabalho com os três grupos de mulheres. O GEDIM-Gênero e Diversidade em Movimento é um grupo de pesquisa e extensão formalizado em 2007 e certificado pelo Cnpq que se vincula ao Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA e ao Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - PPGDE, ambos do Departamento de Administração e Economia – DAE/UFLA. Trabalha com a transversalidade entre gênero, classe e raça/etnia. A ampliação do trabalho com os grupos de mulheres da economia solidária e a UFSJ foi possível a partir deste edital do CNPq.

A **terceira** dimensão articuladora se refere à diversidade de pautas que envolvem tanto a universidade quanto os grupos de mulheres e os movimentos sociais aos quais são vinculados. Os aprendizados são constantes e o papel do Estado no apoio à sociedade civil organizada passa por debates sobre as funções sociais da universidade, por um lado, e pela construção de diálogos permanentes pautados nos limites conjunturais e estruturais de ambos, por outro.

A figura 1, a seguir, indica a localização das cidades do sul de Minas Gerais e da região de campos das vertentes, de onde os grupos são oriundos. Em Lavras fica a sede da UFLA, distante 190km do município de Guapé, 100km do município de São João Del Rei onde se localiza a UFSJ/ITCP e 130km do município de Prados.

Figura 1: Localização das Comunidades e sua relação com os principais centros metropolitanos.

me para si ações que caberiam ao poder público local, não ficando apenas na postura de deliberar e avaliar as ações do executivo municipal. Como exemplo, tem-se a idealização de uma lei e seu regimento” (Conselheira, 2014). O CMPIR possui um histórico de luta contra o racismo no município que tem se expressado através da atuação junto às escolas públicas, promoção de debates e seminários sobre cotas raciais e violência contra a juventude negra além do Fórum Permanente sobre Educação, Diversidade e Inclusão Social e capacitações sobre Conselhos Municipais, incluindo debates sobre função dos (as) conselheiros (as). A proximidade com o CMPIR tem possibilitado a diminuição de preconceitos raciais também no âmbito da universidade, a realização de projetos de extensão, trabalho de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2014). As atividades do GEDIM junto ao CMPIR acontecem desde 2007.

Fonte: Dados da Pesquisa Ação 2012-2015.

Quadro 2: Grupo Olhos d’água: Produzindo e Preservando do Assentamento Santo Dias coordenado pelo MST – Município de Guapé.

O assentamento Santo Dias é coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e se localiza no município de Guapé, na região sul de Minas Gerais. Possui 1788 hectares e 49 famílias organizadas em setores e núcleos. O avanço da cultura do café na região traz contradições explícitas a um modelo de desenvolvimento regional que prioriza, por um lado, o crescimento econômico produtivo e, por outro, relações de trabalho precarizadas. Esta dinâmica carrega invisibilidades de demandas das famílias tencionadas a atuar na cultura do café, sem condições de construir projetos de vida mais autônomos. A renda mais certa no período de maio a setembro vem da atuação extenuante na lavoura cafeeira. Levantar de madrugada, caminhar longas distâncias, trocar a escola pelo trabalho, cuidar da casa e da produção do lote, dos (as) filhos (as) e se submeter a jornadas múltiplas, absorve grande parte das famílias do assentamento. Cuidar do lote conquistado, que exige uma condição econômica ainda inexistente, atuar na organização da Associação de Agricultores Familiares

do Santo Dias e manter a militância no MST, realizando sua agenda, representam um conjunto de práticas que compõem a vida dos assentados e assentadas que estão organizadas no Grupo Olhos d'água: Produzindo e Preservando. Formalizado em abril de 2010, o Grupo surgiu com o objetivo principal de gerar valor e renda para as mulheres, além de contribuir para maior coesão e identidade das assentadas. A diversidade é ampla: mulheres com preferência por trabalhos agrícolas, produção animal, outras, por produção de doces, “quitandas” e geleias e outras ainda por artesanato. As diferenças geracionais e étnico-raciais também estão presentes e a proximidade militante com o MST também não é homogênea. A logomarca produzida por uma das mulheres para identificar o grupo contém os símbolos: mulheres, homens e crianças, enxadas, bandeira do MST, árvores e nascentes. Os trabalhos com as mulheres tiveram início com o movimento estudantil e uma dissertação de mestrado (Magrini,2010) que indicou a necessidade do apoio a geração de valor e renda para as mulheres e a manutenção dos debates sobre relações de gênero no assentamento. A partir destas referências duas dissertações também foram desenvolvidas onde se discutiu o conceito de pluriatividade (Martins, 2011) e de autonomia da agricultura familiar (Bronzatto, 2013) É importante ressaltar que o grupo de jovens do assentamento juntou-se ao grupo de mulheres com fortalecimento para ambos. O Gedim realiza atividades junto ao Grupo de mulheres desde 2008.

Fonte: Dados da Pesquisa Ação 2012-2015.

O trabalho na cidade de Prados possui um histórico e desdobramentos que podem ser resumidos conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 3: Grupo de Mulheres da Economia Solidária de Prados.

Nos anos de 2007 e 2008, foi desenvolvido em 28 municípios das regiões das Vertentes e Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, o Consórcio Social da Juventude “Caminhos da Estrada Real”, fruto do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Ministério do Trabalho e Emprego, em convênio com a UFSJ - Universidade Federal da São João Del-Rey e com a FAUF - Fundação de Apoio à Universidade Federal de SJDR. Participaram deste Programa cerca de três mil jovens, com atividades que eram sintetizadas em quatro: qualificação profissional,

formação cidadã, reforço escolar e preparação para o primeiro emprego. Uma das alternativas utilizadas para o primeiro emprego ou primeira atividade profissional foi a participação em Associações ou Cooperativas de produção de bens e serviços que pudessem garantir renda e ocupação para estes jovens. Com o amadurecimento dos debates acerca das Associações e Cooperativas, foram envolvidos, além dos jovens participantes do Consórcio, seus familiares adultos e em situação de desocupação, desemprego ou subemprego. Um dos desdobramentos desses processos resultou em esforços coletivos de se pensar ações que pudessem dar prosseguimentos aos chamados Consórcios da Juventude. Neste sentido, os diálogos entre agentes de governos municipais, participantes do Consórcio - e seus familiares - e a ITCP da UFSJ, conduziram o debate acerca da Economia Solidária. Como resultado, já em 2009, a Prefeitura de Prados incentivou a criação de Coletivos de Produção do município e demandou da UFSJ o apoio para a construção de uma Política Municipal de Desenvolvimento da Economia Solidária. A UFSJ através da ITCP e junto com os Coletivos, representados, naquele momento, pela Associação de Artesãos de Prados, apoiou a criação de um GT – Grupo de Trabalho, cuja representação foi ampliada para representantes dos Coletivos Municipais de Produção Coletiva - Rurais e Urbanos, representantes da Prefeitura, da Igreja Católica, da Câmara de Vereadores e da EMATER local. O GT realizou em 2010 o primeiro Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados, resultante de um processo de mobilização em vários pequenos encontros, envolvendo pessoas que poderiam participar de futuros grupos de produção de bens e serviços. O Encontro definiu uma pauta de negociações e demandas que seriam necessárias para a definição e o estabelecimento de uma política municipal de economia solidária. A realização deste primeiro Encontro incentivou o município de Prados a criar uma Lei Municipal de Economia Solidária que define, estabelece e normatiza a política municipal de economia solidária; conta com cinco Coletivos que dão sustentação a esta política, a saber: Associação de Brindes de Prados-ABRIP que conta com três subgrupos sendo um na Comunidade de Carandaizinho, outro na Comunidade do Bichinho e outro na cidade

– que costumam e produzem roupas para o consumo de suas famílias e para a venda com a Associação de Agricultura Familiar – que produz e comercializa em uma feira livre, produtos que vão de leite e queijos a hortaliças e legumes, de frutas e doces a grãos e fubá; e, uma Associação de Prestadoras de Serviços de Beleza Pessoal – que mantem um salão no centro da cidade. Esta política pública está inserida nas ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e dialoga com outras Secretarias, notadamente a de Agricultura e a de Turismo e Patrimônio. Os Grupos de Mulheres da Economia Solidária de Prados se incorporou as atividades do Gedim a partir de 2013, com suporte do edital do Cnpq e parceria com a UFSJ/ITCP.

Fonte: Dados da Pesquisa Ação (2012-2015).

Metodologia

Todo o desenvolvimento do projeto contou com uma bolsista Exp-B do CNPq especialista em assessoria a educação popular e a relações de gênero em transversalidade com classe e raça/etnia. Sem a atuação desta profissional dificilmente os objetivos propostos no projeto seriam alcançados, sobretudo, em função das demandas produtivistas da universidade na atualidade.

As reuniões, oficinas pedagógicas e demais contatos com os grupos foram produzindo informações que alimentavam os processos específicos, ao mesmo tempo que sinalizavam as demandas conjuntas, sem perdermos o foco das questões de pesquisa e extensão.

A primeira fase constituiu-se de sensibilização das equipes de Lavras/UFLA/DAE/GEDIM e de São João Del Rey/UFSJ/DAE/ITCP, através da discussão do projeto e planejamento inicial com retomada de contatos com os grupos de mulheres. Por se tratar de um projeto de pesquisa e extensão, o desenvolvimento de capacidades específicas foi realizado com oficinas internas associadas a estudos de textos vinculados às temáticas gênero/classe/raça/etnia e divisão sexual do trabalho: Reforma Agrária, assentamentos e mulheres; racismo e mulheres negras e mulheres da economia solidária.

A partir destas definições iniciais, passamos ao planejamento de atividades com cada grupo e das atividades que envolveriam os três grupos. As equipes da UFLA/DAE/GEDIM e da UFSJ/DECAC/ITCP assumiram funções de acompanhar cada grupo, respectivamente, CMPIR em Lavras, Olhos d'água: Produzindo e Preservando em Guapé e Mulheres da Economia Solidária de Prados. Mensalmente, a equipe ampliada se reunia para socializar os avanços e definir encaminhamentos coletivos.

As demandas de cada grupo durante os dois anos e meio do projeto situaram-se entre capacitações técnicas específicas e debates transversais entre gênero/classe/raça e etnia, por exemplo: Funcionamento de Conselhos Municipais e papel de conselheiros (as), dados estatísticos sobre gênero/classe/raça e etnia, Violência contra a juventude negra, cotas raciais, Lei de Economia Solidária, Economia Solidária e Feminista, Organização de Feira Municipal de Produtos Agrícolas, Artesanais e Capacitações em produção Agroindustrial Doméstica, Produção artesanal variada, estamperia em camisetas, Qualidade da água, viveiros e mudas, produção de mel, construção de identidades de gênero, relações entre universidade e sociedade, entre outras.

Para dar conta destas demandas, as equipes das universidades também focaram temas como: Mulheres da Reforma Agrária, Divisão Sexual do Trabalho, Relações entre Gênero e raça/etnia, PEC das empregadas domésticas e discriminação de gênero, Pesquisa Ação, Economia Solidária e Feminista e Ações Coletivas.

Utilizamos métodos de coleta e análise das informações qualitativos e quantitativos, identificando e comparando estatisticamente as informações sobre o trabalho das mulheres no espaço reprodutivo e produtivo, por um lado, e realizamos análises de conteúdo mais aprofundadas sobre os processos sociais que sustentam estas configurações obtidas de forma mais panorâmica com métodos quantitativos, por outro.

O questionário semiestruturado foi aplicado nos três grupos empíricos e constou de sessenta perguntas mistas divididas em cinco blocos temáticos: identificação, trabalho, participação em coletivos, renda familiar e questões específicas.

Para a obtenção dos dados quantitativos, a amostra do assentamento por exemplo, foi de quarenta (40) entrevistados (as) sendo vinte e sete (27) mulheres e treze (13) homens, segundo critério de disponibilidade e representatividade das famílias. Além da descrição dos dados quantita-

tivos, a análise foi construída com cruzamento de variáveis e suporte da literatura.

As demais amostras foram constituídas segundo critérios específicos a cada coletivo: no CMPIR, foram entrevistados os (as) conselheiros (as) titulares e em Prados, os critérios foram de disponibilidade e representatividade dos espaços rural e urbano.

Por que estudar a Divisão Sexual do Trabalho? Principais resultados da Pesquisa sobre Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo

Alguns resultados serão apresentados abaixo e foram organizados em blocos temáticos com tabelas que auxiliem a leitura dos dados. Dados sobre trabalho produtivo e reprodutivo (doméstico) como: significado do trabalho doméstico para as mulheres e interferências no trabalho fora do ambiente doméstico foram coletados em cada coletivo e em seguida agrupados. A auto declaração de cor/raça/etnia foi observada em cada grupo.

A composição da amostra total de sessenta e oito pessoas está discriminada por sexo na **tabela 1** abaixo.

COLETIVOS	AMOSTRA		
	Homens	Mulheres	
Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial CMPIR	02	07	09
Olhos d'água: Produzindo e Preservando	27	13	40
Mulheres da Economia Solidária de Prados	0	19	19
Total	35	33	68

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao serem interrogados (as) sobre sua autodeclaração, os percentuais abaixo nos permitem identificar uma polarização entre a cor branca e preta no CMPIR, sem marcações com a cor parda (o). No assentamento Santo Dias vinte pessoas se declararam como pardas e sete como pretas, das quais dezesseis mulheres se identificaram como pardas. Nas mulheres da economia solidária de Prados, 63,2% se declarou parda e 10,5% pretas. Se considerarmos a amostragem total de sessenta e oito pessoas, podemos

observar que quarenta e oito pessoas se autodeclararam pretas ou pardas, sendo um percentual maior para a cor parda. Com exceção do CMPIR onde a cor parda não foi citada, nos dois outros grupos ela aparece de forma expressiva. Estes números podem nos indicar uma dificuldade tanto de Prados quanto do assentamento em se identificar como pretas (os), tanto pela inexistência do debate sobre racismo nestes dois coletivos, quanto pelo sentimento de se sentir mais acolhida (o) pela sociedade se autodeclarando pardas (os). A pauta sobre racismo no CMPIR faz parte de seu cotidiano e de sua proposição organizativa central. É necessário destacar, entretanto, que não estamos fazendo comparações, pois as amostras são muito diferenciadas.

Tabela 2: CMPIR – Sobre Raça e Etnia.

	Frequência	Porcentagem
Preta	7	77,8
Branca	2	22,2
Total	9	100,0

Gráfico 1: Olhos d'água: Produzindo e Preservando – Sobre Raça e Etnia.

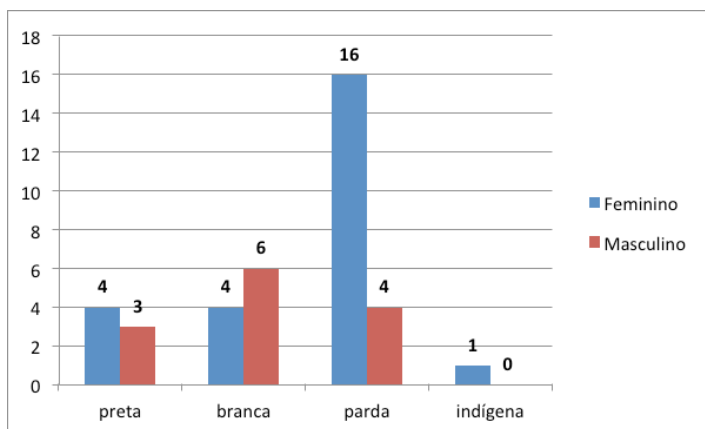


Tabela 3: Mulheres da Economia Solidária de Prados – Sobre Raça e Etnia.

	Frequência	Porcentagem
Preta	2	10,5
Branca	3	15,8
Amarela	2	10,5
Parda	12	63,2
Total	19	100,0

Sobre as situações mais interferem no trabalho das mulheres fora de casa?

Os questionamentos específicos por cada grupo indicaram para as mulheres do CMPIR que as exigências familiares e o cuidado com os (as) filhos (as) representam situações prioritárias na interferência do trabalho fora do domicílio. Para o assentamento Santo Dias, a priorização elencou primeiro o cuidado com os (as) filhos (as) e em seguida o compromisso com as tarefas domésticas. Para as mulheres da economia solidária de Prados, a priorização foi primeiro o cuidado com os (as) filhos (as) e em seguida as exigências familiares. Na tentativa de aprofundar um pouco estas informações, apresentamos os dados obtidos junto aos três grupos nos gráficos abaixo.

Gráfico 2: CMPIR.

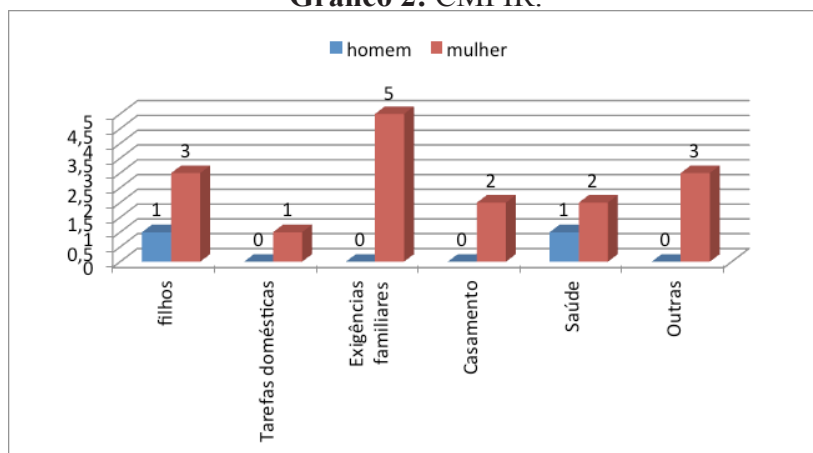


Gráfico 3: Olhos d'água: Produzindo e Preservando.

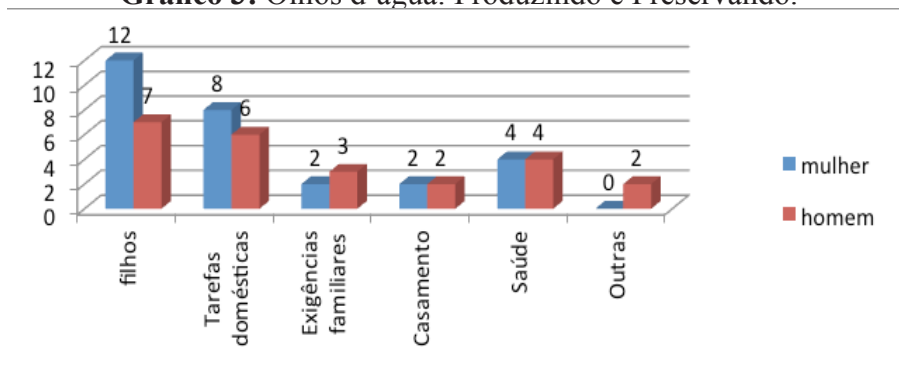
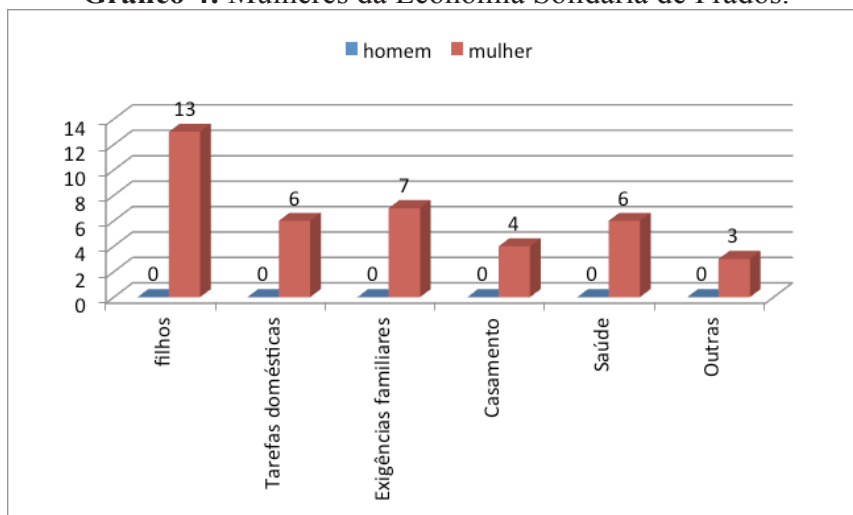
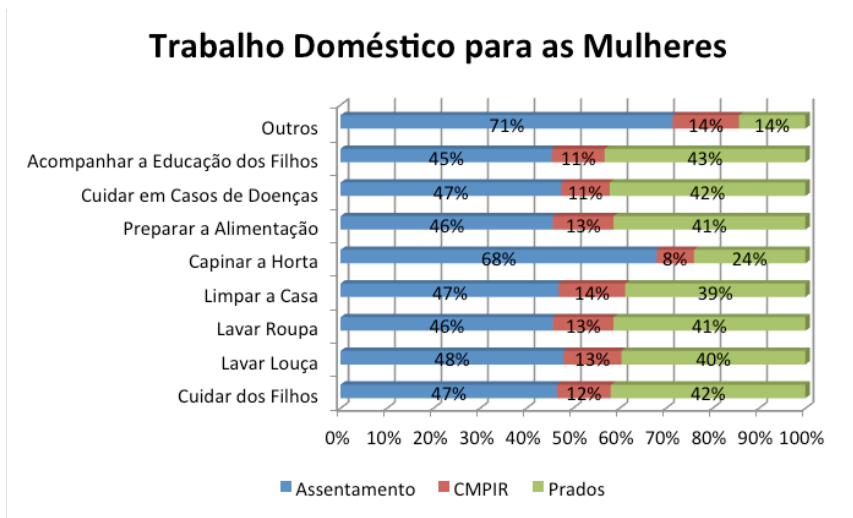


Gráfico 4: Mulheres da Economia Solidária de Prados.



As observações acima podem dialogar com os dois gráficos abaixo, quando os três grupos foram agrupados.

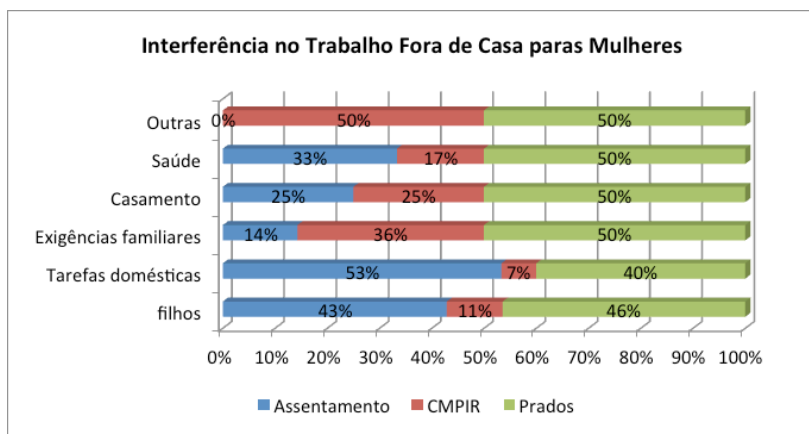
Gráfico 5 - Respostas sobre significado do Trabalho Doméstico para as Mulheres.



Fonte: Dados da Pesquisa.

A leitura dos gráficos nos ajuda parcialmente, pois a amostra do CMPIR foi quantitativamente muito inferior as demais. No entanto é possível observar que a concepção de trabalho doméstico para as mulheres entrevistadas interfere diretamente em suas observações sobre as interferências no Trabalho Fora de Casa. O grupo de mulheres da economia solidária de Prados, não possui engajamento político e está iniciando sua participando no movimento regional de economia solidária. As responsabilidades com a saúde da família, o casamento, as exigências familiares, as tarefas domésticas e os filhos podem estar refletindo esta falta de debates sobre relações de gênero e relações sociais de sexo na sociedade brasileira. Os dois outros grupos, CMPIR e Olhos d'água: Produzindo e Preservando desde sua constituição inicial participam, coordenam e motivam debates sobre relações de gênero, inclusão social e racial, reforma agrária entre outras questões.

Gráfico 6: Respostas sobre interferência no Trabalho Fora de Casa para as Mulheres.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Configurações e Reconfigurações da Divisão Sexual do Trabalho nos Três Grupos de Mulheres: Assentadas de Reforma Agrária, Negras e da Economia Solidária

A manutenção da Divisão Sexual do Trabalho clássica foi observada e, no âmbito da família, produz vários obstáculos ao fortalecimento de ações coletivas, e está presente com especificidades nos três grupos. Por um lado, a acomodação de papéis rígidos para homens e mulheres aparentemente inibe demandas, reforça questões não ditas no âmbito de conflitos na família entre os casais, irmãos e irmãs, genros e noras e os diversos arranjos familiares, mantendo um “equilíbrio emocional” sob responsabilidade das mulheres e que sustenta o “bem viver”. Por outro, esta acomodação traz inúmeros desdobramentos e limites importantes para se pensar o trabalho em sentido ampliado. Mantém-se processos de socialização na família, que reproduzem funções fixas para homens e mulheres, com crianças e jovens circulando permanentemente no âmbito familiar sob estes valores. As meninas cuidam da casa e dos irmãos (ãs) mais novos (as), e os meninos “ganham o mundo” com brincadeiras que vão exigindo mais ousadia, coragem e aprendizados em lidar diferentemente com as emoções, por exemplo. Ainda se escuta dos pais e mães que “homem não chora” e, sem entrar no mérito desta argumentação, podemos perceber o reforço à polarização entre emoção e razão para expressões femininas e masculinas. Cotidianamente, as mulheres de qualquer geração subordinam-se prioritariamente às dimensões do espaço reprodutivo para depois

se “liberarem” e atuarem no espaço público. Estes deslocamentos são negociados com diálogos apenas em situações excepcionais e as naturalizações servem de justificativa para o debate não acontecer: “*sempre foi assim*”. A precarização das relações de trabalho, a natureza das dimensões econômicas e a autonomia financeira das mulheres negras, assentadas de reforma agrária e da economia solidária, respectivamente, se manifestam de forma complexificada e ressignificada permanentemente. Nos três grupos trabalhados, estas análises guardam diversidades importantes.

No CMPIR, com composição paritária entre representantes do executivo e da sociedade civil organizada, a dinâmica de funcionamento não foge do que a literatura sobre conselhos nos traz, onde a participação da sociedade civil organizada é muito mais permanente, cotidiana e liberada para produzir demandas que tencionem o poder executivo. As representações do poder executivo tendem a entender o Conselho como um “Departamento” da prefeitura, o que produz tensões e impede avanços no combate ao racismo no município. Outra dimensão importante da análise é que, para o CMPIR, os focos prioritários em sua dinâmica de funcionamento são trabalho e raça/etnia. Todas as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas indicaram que as principais preocupações dos (as) conselheiros (as) são as questões de classe e étnico-raciais como estruturas cristalizadas, que mantêm a população negra em relações de trabalho precarizadas e de difícil ascensão cultural, política e econômica. As questões de Gênero e da Divisão Sexual do Trabalho não emergem como prioritárias nas pautas autônomas do CMPIR. As disputas entre representações da sociedade civil organizada e do executivo municipal consomem energia e boa parte do tempo do Conselho, em especial dos grupos organizados.

No Grupo Olhos d’água: Produzindo e Preservando, as questões de classe se sobrepõem às de raça/etnia e gênero. A morosidade do INCRA inviabiliza o avanço das atividades produtivas em geral e as resistências individuais e coletivas são organizadas sob esta ausência de diálogos permanentes com o estado. Os debates sobre raça/etnia não são realizados no âmbito do assentamento e a discussão sobre relações de gênero também não dialoga transversalmente com os setores político organizativos internos. Muitos processos de mediação se sobrepõem, entre eles a universidade com vários grupos atuando em diversas áreas do conhecimento e com pouco diálogo entre si, os Institutos Federais de Sul de Minas- Machado e Inconfidentes e o MST, entre outros. As dimensões econômicas elencadas pelas mulheres passam pelo filtro prioritário do espaço doméstico, das li-

nhas priorizadas pelo MST e das decisões coletivas internas. Não existem diálogos permanentes entre as mulheres e o poder público municipal.

No trabalho com as mulheres da economia solidária de Prados foi possível identificar pelas informações obtidas que, a dinâmica de estruturação e funcionamento familiar é conduzida sem associações com diálogos de engajamentos políticos, e sem debates de gênero/raça/etnia. A dimensão econômica aciona os principais mecanismos organizativos do grupo, que por sua vez tem produzido demandas vinculadas ao tensionamento das funções do poder público municipal tanto na esfera executiva, quanto no legislativo. A construção da lei de economia solidária e a constituição do Conselho Municipal de Economia Solidária com a participação das mulheres como membros titulares tem oportunizado a vivência com um conjunto de informações, antes desconhecidas. A criação da Feira municipal, a organização coletiva para produção de artesanato e produtos agroindustriais também tem se constituído como elemento propulsor do debate junto aos Fóruns regionais de economia solidária que algumas mulheres começam a participar. A valorização de seus próprios trabalhos e o diálogo próximo com a UFSJ tem contribuído para o fortalecimento organizativo do grupo.

Considerações Finais

Ao retomar os principais objetivos do trabalho, não podemos deixar de reforçar o que a literatura nos traz sobre uma quantidade expressiva e qualificada de trabalho das mulheres que é invisibilizada e desqualificada. Tudo isto em nome da manutenção de cuidados maternos ligados ao amor e a natureza quase biológica que nega a construção social das relações de sexo. Em nome de uma abstração do amor as mulheres ainda se sentem coagidas e subordinadas a manutenção do equilíbrio no ambiente doméstico, em detrimento de escolhas e do desenvolvimento de capacidades que nem têm o direito de saber se possuem. Os grupos apontaram diferentes formatos organizativos para lidar com os debates proporcionados pelas atividades do projeto sobre os principais desafios em ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea. A complementaridade de funções masculinas e femininas foi tensionada e possibilitou observar as diferentes reconfigurações da divisão sexual do trabalho, onde a “dimensão econômica do pano de prato” pode indicar não só potencialidades de autonomia a serem construídas a partir da associação com movimentos sociais, em redes de economia solidária e em políticas públicas, como também em espaços de valorização da auto estima das mulheres envolvidas nestas e

outras atividades artesanais e/ou produtivas.

Durante os três últimos anos vários movimentos de estudantes e professores (as) de graduação e pós de duas Instituições Federais de Ensino Superior em diálogos constantes com o movimento negro, de economia solidária e o MST conviveram com a criação e recriação de demandas específicas nos três coletivos de mulheres aqui apresentados. Também foi possível acompanhar a produção de conflitos diversos e os mecanismos criados por cada grupo para lidar com tais conflitos.

Tendo como categoria de análise o conceito de Divisão Sexual do Trabalho foi possível iluminar as relações de poder e gênero nos espaços citados, como estratégia para se pensar como avançar no sentido de romper com as desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo tendo como indicativo a manutenção nos três grupos das hierarquias “clássicas” entre trabalho de homem e trabalho de mulher, foi possível identificar como as políticas públicas, especificamente de economia solidária podem ajudar na construção de novas relações de gênero, com maior valorização e autonomia das mulheres. Tal situação foi confirmada com as mulheres do CMPIR, que foi identificado como um espaço que representa avanços nos debates sobre racismo e nos últimos anos sobre gênero, classe e raça. No assentamento Santo Dias, a novidade é representada pelas lutas internas de manutenção dos diálogos de gênero junto as Divisões Político Organizativas (MAGRINI, 2010) locais. Podemos dizer que nos três grupos, se mantém as afirmações de que “*os homens ajudam na casa e as mulheres ajudam na renda*”, significando que o compartilhamento para se pensar em novas relações entre os espaços produtivo e reprodutivo ainda não ocorre.

Os deslocamentos dos coletivos de mulheres para participar de atividades ampliadas e compartilhadas entre si, representaram espaços de troca de experiências, de capacitações diversas, de ampliação de debates e elevação de consciência crítica, além de fortalecimento de auto-estima. Entre eles a visita à comunidade Noiva do Cordeiro, o II Encontro Municipal de Economia Solidária de Prados, os dois Encontros Intermunicipais em Lavras: Fios Trançados com a Terra e a cor Negra e o Encontro Municipal da Juventude: Violência em Foco em Lavras.

Outras questões que merecem destaque podem ser representadas pelo intenso convívio com diferentes tipos de transgressão provavelmente deslocados para as esferas familiares em alguma medida, e que foram construídos sejam nos debates sobre racismo, seja na luta pela terra e por um outro tipo de economia que se contrapõe a economia capitalista.

A construção de pautas mais autônomas pelas mulheres ainda representa um desafio a ser perseguido pelos coletivos observados.

Outra questão que pode ser colocada como pauta futura, é como pensarmos com os coletivos as possibilidades de aproximação dos debates e práticas de economia solidária, racismo e relações de gênero e luta pela terra.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRANDÃO, C.R.; STRECK. **Pesquisa Participante - o Saber da Partilha**. Editora Ideias e Letras, 2006.

BRONZATTO, Luiz Augusto. **A Luta por Autonomia no Assentamento Santo Dias: uma abordagem à luz da nova condição camponesa**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2013.

BUTTO, Andrea; LOPES, Adriana L.(Orgs). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 2008.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. MDA, Brasília, 2008.

CARNEIRO, Costa Jussara. Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação! In **Sociedade e Cultura**. Goiânia, jan/jun 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Editora Paz e Terra, 1969.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. In: **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a Sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 273-289, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminis-**

mo. São Paulo: Editora da UNESP, p. 67-71, 2009.

LIMA, Grazielle, C, D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: **Desenvolvimento Social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, p.129-153, 2008.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Cruzando Fronteiras Invisíveis**: desvendando relações de gênero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2010.

MARTINS, Douglas Vinícius Vaz. **A vida no e para além do roçado**: reprodução social e pluriatividade no Assentamento Santo Dias em Guapé – Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos Rurais e Gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: **Mulheres na Reforma Agrária**: A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

NEVES, D.P (Org.) **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

OLIVEIRA, Isla Karla Azevedo Pedro. **Relações entre ascensão escolar e trabalho para mulheres negras em um município no sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração DAE/UFLA, 2014.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: SOIHET, Rachel. **Gênero e Ciências Humanas. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Gênero e Educação, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SUÁREZ, Mireya. As categorias “mulher” e “negro” no pensamento brasileiro. Universidade de Brasília. Grupo de Trabalho Temas e Problemas da População Negra no Brasil. XV Encontro anual da ANPOCS, 15 A 18 de outubro de 1991. In: **Anais...**, Caxambu, Minas Gerais, 1991.

_____. *Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico*. **Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil**. Projeto Fundo para a Equidade de Gênero, 1999. Campinas. Palestra. Campinas: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 1999, 18 ps.

O COTIDIANO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

Ana Carolina de Paula¹

Giane Franciele Negri²

Marize Rauber Engelbrecht³

Rosana Mirales⁴

Resumo: Objetivo do texto é analisar como se organiza o cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. Os resultados parciais da pesquisa, por meio de entrevistas com dezoito mulheres participantes do Clube de Damas ou Clube do Bolãozinho, indicam que as formas de sociabilidade diluem o segmento social considerado agricultores familiares, uma vez que ali convivem indivíduos e famílias de variadas condições econômicas, sobrepostas às condições de gênero, raça/etnia e gerações. Os resultados indicam que as mulheres entrevistadas têm como ocupação principal, em grande parte de seus horários, as atividades relacionadas ao trabalho que, nas formas assalariadas, apresentam-se com contratos informais (com recebimentos diários, assalariado urbano, por tarefas), combinadas com atividades de serviços domésticos e atividades agrícolas e pecuárias nas chácaras e sítios para aquelas que possuem terras. O trabalho das mulheres é, raras vezes, realizado com a contribuição de familiares, à exceção daqueles coletivos, com finalidades associativas.

1 Assistente Social, foi bolsista do projeto < anac-d-paula@live.com >.

2 Graduanda em Serviço Social, bolsista do projeto < gianefranciele@gmail.com >.

3 Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, colaboradora do projeto < omarize@hotmail.com >.

4 Professora na UNIOESTE/Toledo, coordenadora do projeto < mirales_ro@hotmail.com >. Registram-se as contribuições de Vidiane Forlin e Ivanice de Oliveira Cândido, foram bolsistas do projeto respectivamente como profissional recém-graduada e graduanda; Leoni Wammes, assistente social da UTFPR/Toledo e colaboradora do projeto < leoniw@utfpr.edu.br >; Loira Gund graduanda em Serviço Social, bolsista do projeto < loiragund@hotmail.com >.

Palavras-chave: Agricultura, Gênero, Política Social, Território, Trabalho.

Abstract: This text aims at examining how is the daily life organization of the women who live in Cerro line of Lola, Toledo-PR municipality, with the central focus their work routines and forms of sociability set in the home environment. Partial results of the research, through interviews with eighteen women who take part in the Ladies

Club or Club Bolãozinho indicate that the forms of sociability dilute the social segment considered family farming, since individuals and families of varying economic

conditions live together, above gender, race/ethnicity and generations conditions. The results indicate that the women interviewed have as the main occupation, a large part of their time, work-related activities, which, in salaried forms, present themselves with informal contracts (with daily receipts, urban wage, for tasks), combined with domestic service activities and agricultural and livestock activities in the farms and ranches for those who own land. Women's work is, rarely, carried out with the contribution of family members, except for those collective ones, with associative purposes.

Keywords: Agriculture, Gender, Social Policy, Territory, Work.

Introdução

Esse texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa Relações de Gênero e Agricultura Familiar: Estudo na Linha Cerro da Lola, Toledo-PR, que encontra-se em desenvolvimento no período de 2013 a 2015⁵. O objetivo do projeto é aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de resistência das mulheres no campo. Nesse contexto, o texto apresenta, por meio da pesquisa realizada, as mediações decorrentes das

5 O projeto em desenvolvimento concorreu à Chamada nº 32/2012, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e reservava recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta (BRASIL, 2012).

formas de sociabilidade entre as(os) moradoras(es) de um dado território local e as políticas sociais desenvolvidas na região e visa a conhecer a dinâmica cultural das relações de gênero, presentes na organização das famílias de agricultores(as) e do trabalho realizado pelas mulheres nas chácaras ou sítios e também fora delas. O objetivo do texto é analisar como se organiza o cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. A questão norteadora que serviu como guia de condução no processo de investigação do projeto de pesquisa foi: há uma relação entre os processos de resistência cultural das agricultoras que compõem esses grupos familiares e as políticas sociais (serviços, programas, projetos, atividades)? A forma como se organiza a investigação proposta busca fortalecer as pesquisas e as perspectivas de gênero nos debates da/sobre a realidade do campo e agrária.

A metodologia adotada no projeto de pesquisa, abaixo apresentada, pressupôs aproximações sucessivas da realidade investigada e foi norteadada por parâmetros da ética na pesquisa, pela sistematização de informações primárias e secundárias e pelo aprofundamento teórico.

As mulheres participantes da pesquisa de campo são residentes na Linha Cerro da Lola – Distrito Dez de Maio, do município de Toledo-Paraná. Para a realização da pesquisa, foram feitas consultas aos agentes coletivos locais, como a associação de moradores e os grupos de representação por segmento social e, também, as instituições públicas que desenvolvem atividades no local.

Neste texto, priorizou-se a apresentação dos levantamentos realizados sobre o cotidiano das mulheres entrevistadas⁶ e ele está organizado com os argumentos que fundamentaram o projeto, decorrentes de estudos e revisões bibliográficas, bem como de sistematização de parte dos levantamentos realizados. Portanto, apresentam-se informações da pesquisa relacionadas ao perfil das mulheres entrevistadas e ao cotidiano em que se inserem, tendo como foco central as suas rotinas de trabalho e as formas de sociabilidade que estabelecem no território de moradia. Essa sistematização possibilita algumas considerações finais que podem consensuar as formulações de políticas de igualdade de gênero no campo e contribuir com

⁶ Este texto compõe-se com outros dois textos que analisam as informações sobre as composições familiares; e as moradias e as dinâmicas das chácaras ou sítios (a produção agropecuária, as formas de comercialização, o acesso ao crédito bancário), a saúde e o meio ambiente.

elementos para ampliação do debate sobre a realidade agrária no estado do Paraná e no Brasil – questão essencial para a adoção de políticas sociais.

Igualdade de gênero no campo

O sexismo reflete uma estrutura de poder, cuja distribuição desigual entre os sexos repercute nas relações de gênero. A repercussão dos “prejuízos” sociais e culturais decorrentes do sexismo são para os homens e as mulheres, mas o saldo negativo é maior das mulheres, que são, segundo Saffioti (2004), nos processos educativos e sociais, “amputadas” no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. O binômio docilidade/agressividade, que demarca os processos de sociabilidade, sobrepõe-se aos mecanismos culturais de sustentação dessa forma de desigualdade: a de gênero (SAFFIOTI, 2004).

No aprofundamento desse debate teórico, duas categorias tornam-se essenciais: gênero e patriarcado. A primeira, entendida como relacional e construída historicamente, sem condições de ser compreendida independente dos sexos, constitui-se em uma categoria ontológica, ou seja, que demarca os processos de transformações que levaram ao desenvolvimento do ser social. O vínculo orgânico entre sexo e gênero torna as três esferas da vida social (inorgânica, orgânica e social) uma unidade, ainda que sexo não seja gênero e vice-versa. Gênero ou sexo não se reduzem a biologia, mas não podem ser compreendidos fora dessa dimensão, uma vez que também compõem o corpo humano em sua condição biológica (SAFFIOTI, 2004). A segunda categoria, o patriarcado, por sua vez, constitui-se em uma categoria epistemológica que, com o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade, poderá deixar de existir, uma vez que demarca a desigualdade de gênero, em favor do poder masculino sobre o feminino. A ampliação da igualdade de gênero necessariamente diminui a relação de hierarquia estabelecida dos homens sobre as mulheres e altera, então, a dominação patriarcal que sedimenta a opressão e a subalternidade feminina.

Esse processo sócio-histórico expressa estas e outras formas de sustentação das formas de ampliação das relações sociais, em que os direitos tornam-se o elo de sustentação de consensos entre as classes sociais, com a mediação fundamental dos Estados, que têm a hegemonia da burguesia e apresentam contradições em sua dinâmica. Por isto, os direitos são compreendidos como expressão de contradições, que legitimam a ordem burguesa e, ao mesmo tempo, expressam os confrontos e “consensos”⁷ entre

7 Entre aspas porque embutem-se nos consensos expressos nos direitos, as dispu-

as classes sociais.

Com o avanço das buscas pelos direitos à igualdade de gênero, impulsionadas pelos movimentos feministas e das mulheres, mudanças se apresentam no âmbito das políticas sociais como medidas em torno da gestão das políticas para as mulheres, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a realização de conferências nos âmbitos da federação, os planos nacionais e a Lei Maria da Penha (MIRALES, 2013). Ressaltam-se dois aspectos desse processo sócio-histórico: primeiro, as conquistas de cidadania das mulheres desenvolvem-se muito lentamente, demonstrando ser incapazes de subsidiar a velocidade em que ocorreu a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nas buscas pelo acesso à educação e aos direitos de cidadania. O segundo aspecto é que ao se fazer as conquistas formais pelos direitos, a efetividade destes, na maioria das vezes, apresenta obstáculos, dificultando o pressuposto do direito e sua transformação em realidade.

O debate de gênero no campo, indica que “[...] as mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural, o que corresponde a um contingente de 15 milhões de pessoas, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, [...]” (BRASIL, 2008, p. 141). O processo de formação social brasileiro segmentou as mulheres agricultoras familiares do país, fazendo com que elas ainda se sintam submetidas às escolhas do marido/pai/filho quanto às decisões a serem tomadas, levando a uma naturalização da dependência masculina e a sustentação do patriarcado. Ou seja, o fenômeno da desigualdade de gênero e do patriarcado perpassa as relações sociais, sendo necessário o aprofundamento do conhecimento de suas manifestações na cidade e no campo, na floresta e nas regiões ribeirinhas e beira mar.

A agricultura familiar na região do oeste do Paraná e a linha Cerro da Lola – Toledo/PR

No que diz respeito à territorialização⁸, a região oeste do Paraná caracteriza-se por apresentar boa qualidade de solo, favorecendo o desen-

tas nos processos que os constituíram e as pressões que os legitimam e também os negam.

8 Território compreendido como fruto das relações sociais estabelecidas em torno das apropriações espaciais, demarcando as formas de pressões, disputas e interesses expressos nos lugares pela “questão social”. No terceiro artigo que será produzido, resultante da pesquisa realizada, pretende-se aprofundar esse aspecto dos debates sobre a realidade agrária.

volvimento do complexo agroindustrial (MÜLLER, 1989) - tendência que ganhou lugar nos agronegócios, movidos pelo ciclo do capital produtivo do país e do mundo (SANT'ANA, 2012).

A ocupação agrária e agrícola no Paraná se intensificou a partir de 1850, quando o governador do Paraná concedia grandes **áreas** de terra às companhias particulares, principalmente inglesas e argentinas, para explorarem madeira e erva-mate. Essas companhias eram espoliadoras, depredadoras, exploradoras e expulsavam os posseiros e indígenas que ocupavam o território (COLODEL, 2003).

Em relação ao município de Toledo, a região foi colonizada a partir de meados de 1946, pela Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, em uma área que compreendia 274.846 hectares de terra (2.748 Km²), sob o nome de Fazenda Britânia (SILVA, 1988).

Segundo Gregory (2008), a colonizadora que se estabeleceu na região implantou uma colonização sistemática e seletiva direcionada à pequena propriedade, com adoção da cultura diversificada de produtos agrícolas. No processo de ocupação regional, foram selecionados agricultores que, segundo os critérios estabelecidos, apresentassem facilidade na adaptação⁹ à região e isto implicava, segundo os entendimentos adotados, em buscar candidatos no sul do país, descendentes de alemães e italianos, experientes na agricultura. Assim, segundo esse autor, a região teria sua estrutura fundiária, estradas e núcleos populacionais, demarcada pela experiência do espaço colonial das antigas áreas já colonizadas no sul.

As famílias selecionadas, segundo esse pressuposto, para ocupar as terras da região foram as de colonos gaúchos do Rio Grande do Sul e catarinenses de Santa Catarina e, confirmando os critérios adotados, descendentes de imigrantes italianos e alemães. A escolha pelo morador anteriormente colonizado no sul do país não foi aleatória, uma vez que ele tinha conhecimento da tecnologia agrícola possível para a época, considerada “mais evoluída”.

A cultura desses agricultores selecionados demonstrava a condição de possuidores de recursos necessários para aquisição dos lotes de terras. Para isto, a colonizadora definiu que as terras seriam divididas em pequenas propriedades denominadas colônias de 10 alqueires (ou 24 hectares),

⁹ Além de adaptado ao trabalho agrícola, o “elemento humano” (aspas nossas) também deveria ter a característica de “[...] pacífico e tranquilo, porque em uma área tão grande poderiam ocorrer desavenças entre os moradores, e os fatos desagradáveis seriam muito difíceis de serem controlados por uma empresa comercial particular.” (NIEDERAUER, 2004, p. 201).

que ainda hoje são denominadas chácaras¹⁰. Outra orientação para o processo de colonização era que cada grupo de colônias deveria estar provido de um povoado (GREGORY, 2008).

O município de Toledo-PR se constituiu de um espaço agrário demarcado pela presença de pequenas propriedades, fundado em uma dinâmica de agricultura diversificada e autossuficiente, ou seja, capaz de gerir condições de autossustentação para aqueles que foram colonizados. Toledo é considerado, atualmente, um município de médio porte com uma população de 119.313 mil habitantes (IBGE, 2010); apresenta uma agricultura resultante de uma expansão intensiva do capitalismo no campo, que transforma substancialmente as condições de produção, direcionada ao agronegócio, interferindo diretamente nas formas de organização dos produtores para a (re)produção no campo.

Como parte dessa dinâmica produtiva, demarcada por vários ciclos de modernização conservadora, as bases técnicas da produção, baseadas, anteriormente, em culturas tradicionais voltadas à subsistência, modificam-se, afetando profunda e diretamente, em maior escala, a produção familiar. Essa realidade social instiga compreender quais são as singularidades resistências das agricultoras, uma vez que, no desenvolvimento agrário brasileiro, esses processos também resultam na expulsão de parcela dos pequenos, ou seja, não asseguram a distribuição dos recursos igualmente.

A Linha Cerro da Lola constitui-se pela presença de agricultores familiares que intensificam a produção agrícola pela complementação dos membros da família e a diversificação da produção, justificando a seleção da região para realização da pesquisa. O entendimento é que pela família ser a proprietária e também a principal fonte de força de trabalho, a unidade familiar representa um espaço social e de reprodução das relações sociais; isto é, apresenta-se enquanto unidade de produção e de unidade social (ENGELBRECHT, 2012).

Nesse sentido, o trabalho desempenhado pelos membros da família na agricultura exige funções diferenciadas que se expressam na divisão sociotécnica e sexual do trabalho e manifesta desigualdades de gênero, uma vez que mantém a mulher em um papel secundarizado na hierarquia posta pelas relações de trabalho e pela organização familiar e que é naturalizado por suas condições biológicas.

No que diz respeito ao trabalho familiar, outro aspecto a ser consi-

10 Os sítios são considerados as pequenas propriedades um pouco mais amplas que as chácaras.

derado é a autoexploração. Ocorrem, muitas vezes, adoecimentos decorrentes da realização do trabalho e que somam-se à ausência na adoção de mecanismos preventivos e de proteção no manuseio de produtos tóxicos, de uso de equipamentos preventivos apropriados e também de excesso de trabalho, em que a concepção de “trabalhar para si” dificulta a definição de carga horária ou tempo de trabalho de acordo com as condições físicas (DELGADO, 2012).

Para a mulher, que tem suas atividades compostas por sua condição de mãe, dona de casa, agricultora e cuidadora, que exerce atribuições na família e na sociedade de convivência, o trabalho se realiza camuflando as jornadas de trabalho. Outro aspecto refere-se ao acesso à previdência social, uma vez que a realização do trabalho em relações autônomas ou informais dificulta a comprovação de recolhimento da contribuição.

Procedimentos metodológicos

A proposta de pesquisa foi formulada por duas pesquisadoras, uma que se dedica aos estudos das relações de gênero e outra à questão agrária. A seleção do local de pesquisa foi feito por meio do contato com a equipe da Emater e o critério adotado foi realizar a pesquisa em uma região do município de Toledo-PR que concentrasse agricultores familiares. A realização da pesquisa envolveu uma reunião entre a equipe do projeto de pesquisa e as organizações de Cerro da Lola – a Associação de Moradores, o Grupo de Idosos, a Associação de pais e professores da Escola São Pedro e o Grupo da Igreja Católica – que nos autorizaram realizar a investigação no local e indicaram o Clube do Bolãozinho ou Clube de Damas da Linha Cerro da Lola para sua efetivação, uma vez que esse grupo reúne as mulheres¹¹ moradoras no local.

Em seguida, fez-se uma reunião com o Clube do Bolãozinho, a fim de consultar a disponibilidade delas em realizar a pesquisa. Com o aceite das presentes, foi construído um cronograma de atividades, com a definição das datas que a equipe do projeto de pesquisa estaria presente nas reuniões e, simultaneamente ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas participantes, a equipe do projeto realizou as entrevistas. O critério adotado para a realização da entrevista foi a consulta individual à mulher associada ao Clube de Bolãozinho e o parecer favorável dela.

11 A indicação da Linha Cerro da Lola para realizar a pesquisa, teve a indicação de técnicos da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Toledo-PR.

Foram entrevistadas dezoito mulheres, com roteiro de entrevista semiestruturada, previamente formulado pela equipe do projeto.

O projeto de pesquisa foi cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e na Plataforma Brasil (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE. Para tais cadastros, foram realizadas apresentações do projeto aos agentes locais acima identificados, bem como externos, como as Secretarias Municipais de Saúde (Unidade Básica de Saúde, com a presença de equipe de profissionais de saúde, uma tarde por semana), de Agricultura e de Educação (Escola Municipal São Pedro) e a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A forma de realização da pesquisa foi decorrente das observações feitas de que as condições objetivas para sua operacionalização seriam favorecidas nos momentos de convivência das mulheres. Por outro lado, também foi identificada a restrição na abordagem de alguns temas como, por exemplo, a violência doméstica (ou temas considerados tabus), que exigiria maior tempo de aproximação e convivência com as mulheres.

Na apresentação dos dados de pesquisa (ou informações), a contagem totalizará 18, que corresponde ao número de entrevistadas. Quando isto não ocorrer, entende-se que não houve resposta ou que não seria o caso de se obter resposta (não se aplica). Adotou-se o ponto e vírgula para diferenciar a resposta das mulheres.

Algumas palavras adotadas pelas mulheres durante as entrevistas mereceriam a investigação, como é o caso de agregado e arrendatário. Contudo, por estar além dos objetivos da pesquisa, expressam-se a forma como são compreendidos pela equipe, no contexto das falas em que se apresentaram. Considera-se que esses são termos usados nas diferentes regiões do Brasil e, às vezes, apresentam diferenças em suas adoções.

O cotidiano feminino

Todas as dezoito mulheres entrevistadas moram em Cerro da Lola, sendo que onze possuem terras e sete não (dessas sete, uma a mãe tem posses e outra herdará o sítio do pai). Sobre o perfil das entrevistadas, podemos dizer, com base nas suas respostas, que oito (44%) mulheres são Agricultoras; as demais (66%) dividem-se em: Agricultora e Assalariada Rural; Agricultora e Costureira; Agricultora e Dona de Casa; Agricultora, Dona de Casa e Costureira; Cabeleireira; Diarista e Assalariada Rural;

Diarista; Dona de casa e auxiliar de construção civil; Dona de Casa; e Operadora de máquinas (urbana). Considerou-se que todas elas realizam, também, trabalhos domésticos em suas casas. Ao se tomar como referência para o desenvolvimento da pesquisa o território e as formas de sociabilidade estabelecidas pelas moradoras em Cerro da Lola, diluiu-se o segmento social considerado agriculturas familiares, uma vez que em Cerro da Lola convivem os indivíduos e famílias de variadas condições econômicas, sobrepostas às condições de gênero, raça/etnia e gerações. Em algumas situações, também aquelas consideradas agricultoras, realizam atividades na propriedade e fora dela.

Quatro (22%) das entrevistadas declararam ser aposentadas devido à idade, uma (6%) declarou receber pensão decorrente da morte do marido e uma (6%) declarou já ter recebido Bolsa Família e Auxílio-Doença. Da parte das agricultoras observou-se existirem expectativas em relação a aposentadoria. Essa foi uma das dificuldades na aceitação da população local para que a pesquisa fosse realizada na região, devido temerem ou terem dúvidas dos destinos dados às informações (dados) coletadas. Diante disso, o tempo de dois anos para o desenvolvimento da metodologia adotada, de certa forma interferiu no tempo destinado a análise dos resultados da pesquisa.

Das dezoito mulheres entrevistadas, quinze (83%) se identificaram como brancas, uma (6%) como negra, uma (6%) como amarela e uma (6%) como parda; com idades entre 21 e 68 anos - 21, 22, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 63, 67 e 68 (uma); 32, 59 (duas). Dez (55%) têm origem no estado do Paraná e oito (44%) no Rio Grande do Sul. A maioria identifica-se como branca (83%) e está na faixa etária entre 42 e 59 anos (55%). Isso demonstra que são membros de familiares que vieram para região no período da colonização. Em algumas situações por elas vividas atualmente, as chácaras ou sítios encontram-se em fase de parcelamento, devido aos processos de herança. Esses processos indicam serem ricos em determinações de gênero, combinando outras questões como o casamento, a formação profissional, entre outras variáveis, para a definição da manutenção daquelas que permanecem no local e aquelas que se mudam para as cidades.

Quanto a primeira mudança de local de moradia, duas (11%) não se obteve resposta, uma (6%) mudou-se a primeira vez com 4 meses, uma (6%) tinha 3 para 4 anos, uma (6%) com 4 anos, uma (6%) de 4 a 5 anos, uma (6%) com 5 anos, uma (6%) com 6 anos, duas (11%) com 13 anos,

uma (6%) com 17 anos, uma (6%) com 19 anos, uma (6%) com 20 anos, uma (6%) com 22 anos, uma (6%) com 24 anos, uma (6%) com 25 anos, uma (6%) com 26 anos e uma (6%) com 37 anos, ou seja, entre as 16 mulheres que responderam, seis (33%) mudaram-se a primeira vez na infância, cinco (28%) entre 13 e 20 anos e cinco (28%) entre 22 e 37 anos. Sobre as razões dessas mudanças de local de moradia, ocorreram, às vezes, mais que uma resposta: para a maioria foi devido ao casamento (sete ou 39%), sendo que vários outros argumentos foram apontados, como: a aquisição de terras (quatro ou 22%), a busca por melhorias na situação econômica (três ou 17%), contrato de trabalho como agregados¹² (duas ou 11%), valor do aluguel (uma ou 6%), alagamento provocado pela Hidrelétrica de Itaipu (uma ou 6%); venda e compra de terras para adquirir o sítio que vivem (uma ou 6%); e uma registrou que não queria se mudar, mas era necessário buscar melhor qualidade de solo. Destacaram-se nas respostas que essas mudanças de local de moradia estiveram relacionadas, em sua maioria, aos processos migratórios vividos pelas famílias que deslocaram-se para região e ao casamento.

Quadro 1: Idade, estado civil, tempo de casamento e idade que se casou

Idade	Estado Civil	Tempo de casamento (anos)	Idade que se casou
48	Casada	Sem informação	-
32	Casada	11 anos	21 anos
49	Casada	27 anos	22 anos
59	Viúva	10 anos	-
63	Casada	43 anos	20 anos
67	Casada	46 anos	21 anos
42	Casada	25 anos	17 anos
51	Casada	23 anos	28 anos
46	Casada	Sem informação	-
52	Casada	27 anos	25 anos
22	Casada	6 anos	16 anos

¹² A definição de agregados passa pela forma como ocorreram as mudanças nas relações de trabalho e, geralmente, está associada a um período intermediário entre o meeiro em que pressupunha o uso das terras para produzir e a divisão do produto e o assalariamento.

68	Casada	49 anos	19 anos
21	Solteira	Não se aplica	-
45	Casada	29 anos	16 anos
59	Casada	34 anos	25 anos
37	Solteira	Não se aplica	-
32	Casada	Sem informação	-
54	Casada	32 anos	22 anos

Fonte: Projeto Cerro da Lola, 2014.

Quanto à condição civil de união conjugal atual, uma (6%) é viúva há dez anos, duas (11%) são solteiras e quinze (83%) são casadas. Doze mulheres informaram o tempo em que estão casadas: uma (6%) há menos de 10 anos, uma (6%) entre 11 e 20 anos, cinco (28%) entre 21 e 30 anos, duas (11%) entre 31 e 40 anos e três (17%) entre 41 e 49 anos. Das dezoito entrevistadas, entre as quinze casadas, oito (44%) casaram-se com a idade entre 20 e 28 anos, quatro (22%) entre 16 e 19 anos e três (17%) não se obteve a resposta. Conforme expresso acima, dez (55%) das mulheres entrevistadas está na faixa etária entre 42 e 59 anos, quinze (83%) encontram-se em união estável, sendo a menor idade declarada para ter realizado o casamento 16 anos (duas mulheres ou 11%).

Há uma variação de renda familiar entre as quinze que declararam: uma (6%) R\$ 8,00 a hora da diária; duas (11%) um salário mínimo, sendo que uma destas recebe pensão do esposo; uma (6%) R\$ 1.200,00; uma (6%) R\$ 1.300,00; uma (6%) um salário mínimo e meio; duas (11%) recebem dois salários mínimos; uma (6%) aproximadamente de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00; uma (6%) entre R\$ 2.500,00 mensal e R\$ 30.000,00 mil por ano; uma (6%) três salários mínimos; uma (6%) R\$ 4.000,00 mil por mês somando a renda do casal; uma (6%) R\$ 5.000,00 mil sendo o total de duas famílias parentes; uma (6%) R\$ 10.000,00 mil por mês; e uma (6%) não declarou a renda mas disse que obtém a renda por meio do trabalho com suínos e da costura.

Quadro 2 - Renda

Número de mulheres entrevistadas	Valor declarado (R\$) mensal
1 (6%)	8,00 (por hora) – diarista
2 (11%)	1 salário mínimo

1 (6%)	1.200,00
1 (6%)	1.300,00
1 (6%)	1 salário mínimo e meio
2 (11%)	2 salários mínimos
1 (6%)	2 a 3 salários mínimos
1 (6%)	Entre 2.500,00 mensal e 30.000,00 anual
1 (6%)	3 salários mínimos
1 (6%)	4.000,00
1 (6%)	5.000,00
1 (6%)	10.000,00
1 (6%)	Não declarou valor, mas a forma de obtenção
Total de mulheres que não responderam	(17%) 03
Total que responderam	(83%) 15
Total de entrevistadas	(100%) 18
Valor do salário mínimo em 2014	R\$788,00

Fonte: Projeto Cerro da Lola, 2014.

A renda familiar mensal declarada foi identificada: três (17%) mulheres declararam ter o rendimento mensal até um salário mínimo; oito (44%) entre um e três salários mínimos; três (17%) acima de quatro salários mínimos a dez mil reais; e uma (6%) declarou ter a renda de dez mil reais. Pode-se observar que as mulheres que trabalham como diaristas (em serviços domésticos ou rurais) têm menor renda familiar e, em algumas situações, pagam aluguel para moradia.

Com relação ao local e à forma de contrato de trabalho, nas situações de assalariamento e arrendamento, uma declarou que a área rural é do sogro e ela tem dois trabalhos (na chácara e como assalariada rural); uma muda de acordo com o término da construção (auxiliar de construção civil); e uma faz contratos por arrendamento¹³, porém recebe diariamente, pois, atualmente, a criação de suínos está parada devido à necessidade de adequação da legislação. Portanto, nessas situações, ocorrem trabalhos familiares e contratos de trabalho informais.

As diárias de limpeza em residências supõem o trabalho em quatro

¹³ O arrendamento pressupõe o pagamento pelo uso das terras durante determinado período.

casas, duas vezes por semana e em duas casas a cada 14 dias. Uma entrevistada (6%) declarou ser agricultora e acrescentou que ajuda o pai; outra (6%) relatou ser costureira e agricultora e relatou que possui com a sogra uma pequena fábrica de roupas fabricadas sobre medida e que contribui na produção de suínos; uma entrevistada (6%) que declarou ser operadora de máquinas é assalariada na empresa Prati Donaduzzi (produção de medicamentos); uma delas (6%) relatou ser agricultora com trabalho voltado para produção de suínos e de gado leiteiro; outra entrevistada (6%), cabeleireira, declarou que teve a oportunidade de fazer o curso para aprender a profissão. À exceção de uma assalariada urbana (6%), nas demais situações (94% das mulheres) apresentam-se as situações de trabalhos familiares e contratos informais.

Sobre as atividades que as mulheres realizam, foram obtidas as respostas de cada uma delas (6% nas respostas): 1) faz serviços de casa, tira o leite, trabalha na agricultura, cozinha, arruma a casa; 2) faz faxina em 13 casas, e faz a limpeza em casa (tem máquina de lavar roupas e cilindro elétrico); 3) faz faxina, capina, cuida da casa e do quintal; 4) tem horta, cuida da casa, leva o filho para a APAE e para fazer exames e na odontologia; 5) faz o almoço, a limpeza, cuida da horta, lava a louça; 6) ajuda a nora a tocar as vacas, limpa a estrebaria. Em casa lava a roupa, cuida do “velho”, faz a comida, faz massas, limpa o quintal, cuida da horta, cuida das netas e vende leite; 7) trabalha com suinocultura, cozinha, lava, passa a roupa, zela pelas pessoas (filhos) e faz artesanato; 8) tira o leite de 18 vacas, cuida de granjas de porco, cuida da horta, faz reciclagem, vende leite e faz os serviços de casa; 9) trabalha das 6:30hs as 23hs, e dentre as atividades que faz, descansa 15 minutos no meio dia e toma chimarrão. Trabalha no chiqueiro, faz café, volta para o chiqueiro e fica até as 12hs, faz o almoço, limpa a casa, lava e estende roupa, almoça, lava a louça, descansa 15 minutos. As 13:30hs costura, as 17:30hs come um lanche, as vezes faz caminhada ou vai no chiqueiro, costura até as 23hs ou vai fazer entregas; 10) ordenha vacas, trabalha na lavoura, faz o almoço, faz a limpeza da casa e cuida da horta; 11) costura e ajuda nos serviços do chiqueirão; 12) faz todo o serviço de casa, cuida da horta, lava a roupa, cuida do jardim, faz a limpeza de casa; 13) prepara os medicamentos líquidos e semissólidos (trabalha em indústria farmacêutica); 14) planta milho, mandioca, ordenha as vacas, cuida da casa, as vezes realiza o trabalho de diarista em casas na Vila; 15) cuida da casa, limpa o terreno, cuida da horta, passa veneno na agricultura, ajuda no chiqueiro; 16) cuida de suínos, do gado leiteiro

(corta pasto, realiza o trato e tira o leite); 17) faz os serviços da casa (lava roupa, almoço, limpa a casa), faz jardinagem, cuida das filhas; 18) o casal faz constrói por empreiteira e entrega no prazo assinado. Disso decorre a evidência que todas as mulheres entrevistadas há complementariedade nas atividades realizadas no cotidiano, que são combinadas entre o trabalho doméstico, agrícola e de serviços, demonstrando haver a pluriatividades e a diversificação da produção para aquelas que moram nos sítios e chácaras.

Na tentativa de melhor compreender o cotidiano das entrevistadas, foi solicitado com quem realizam as atividades e as respostas foram: uma (6%) das entrevistadas relatou que faz o serviço de casa e tira o leite sempre sozinha, já em relação ao plantio, o filho ajuda um pouco; uma (6%) desenvolve as atividades sozinha, o pai que tem 83 anos e ajuda um pouco; uma (6%) a nora colabora na maior parte das atividades; duas (11%) realizam sozinhas; uma (6%) os filhos e o marido; uma (6%) o filho e a nora, a filha e o filho e o marido; uma (6%) toda a família; uma (6%) a sogra e do sogro; uma (6%) a filha e o marido; uma (6%) o marido quando precisa; uma (6%) a irmã e a filha; uma (6%) a mãe; uma (6%) o marido; duas (11%) sem informação; duas (11%) não se aplicaram a pergunta. Observa-se que há o trabalho associado entre as pessoas, demarcando a concepção de agricultores familiares, no entanto, em algumas situações, pode-se identificar que são contribuições acessórias, do que pode-se deduzir a divisão do trabalho entre homens e mulheres, pois em nenhuma das resposta observou-se a descrição de atividades de gerenciamento como ir ao banco ou à empresa ou cooperativa a qual a atividade é agregada, deduzindo que essas atividades ficam na responsabilidade masculina. Nas descrições das atividades pode ser observado a “proteção” aos familiares, como aos filhos (às vezes com necessidades especiais ou deficiências) e parentes, combinadas aos serviços domésticos, agrícolas e pecuárias e de serviços que realizam.

A partir de tais depoimentos, pode-se observar a pluriatividade e a sobrecarga de trabalho. Nas atividades do campo, observam-se a complementariedade de atividades produtivas (produção de leite ou de gado para o abate), produções de suínos, para o consumo como a horta e também extensivas aos cuidados com a moradia, como o jardim e a horta, caracterizada pela diversificação da produção que caracteriza a produção familiar.

Por último, relacionado as suas rotinas, perguntou-se às mulheres sobre atividades que são complementares, que gostam de fazer e que “não consideram trabalho” e sobre o lazer. Nove (50%) entrevistadas disseram

que realizam atividades extra-trabalho, três (17%) não responderam e seis (33%) não coube fazer a pergunta. Confirmou-se que não há uma separação entre o que realizam como trabalho extra ou atividades complementares, o que dá a essas atividades um caráter, às vezes, de descanso, outras de complementação de renda e ainda de responsabilidades que assumem nas formas de socialização. Entre as que realizam tais atividades: uma (6%) declarou ser voluntária no grupo de idosos, nas festas da igreja e da escola; uma (6%) declarou participar das organizações nas festas; uma (6%) declarou fazer artesanato; uma (6%) declarou limpar a casa uma vez por semana e fazer crochê para vender; uma (6%) declarou cuidar de idosos e quando precisa corta unhas, corta cabelo (da irmã quando tirou os seis, dos avós, do marido, do pai, etc.) e declarou também que gostaria de ser enfermeira de idosos; uma (6%) declarou cuidar do pai (três vezes na semana) e faz as tarefas de casa; uma (6%) declarou fazer bolo eventualmente; uma (6%) declarou ser diarista uma vez por semana e uma (6%) declarou cortar cabelo à noite e que faz de tudo um pouco.

Diante das descrições, buscou-se conhecer os dias em que realizam as atividades: três (17%) realizam as atividades diariamente; uma (6%) trabalha na quarta, quinta e sexta-feira e no final de semana realiza as atividades em casa; uma (6%) trabalha 2 vezes por semana lavando a roupa, e 3 vezes por semana fazendo faxina. Cuida da horta todos os dias e dos suínos só quando tem necessidade; cinco (28%) trabalham todos os dias; uma (6%) trabalha de segunda a segunda, e no domingo também; uma (6%) trabalha de segunda à sábado; uma (6%) tira o leite 2 vezes ao dia, e faz o serviço de casa, da roça, corta o pasto e trata os animais todos os dias; uma (6%) trabalha a semana toda; uma (6%) não tem dia certo para a realização das atividades; uma (6%) realiza as atividades de segunda a sexta e as vezes sábado de manhã; duas (11%) sem informação. Ou seja, as suas rotinas combinam-se entre as atividades de trabalho, de “proteção” social, de lazer e convivência social e religiosa, sendo mais comum a realização das mesmas todos os dias da semana. Às vezes, pode ser observada a distinção entre os dias que realizam as atividades por sua finalidade, ou seja há distinção entre as que são voltadas ao espaço doméstico, as de “proteção” aos familiares, as que se vincularam às tarefas no campo e aquelas voltadas as formas associativas como as religiosas, de grupos organizados ou associações. No entanto, pode-se observar, durante a realização do trabalho de campo, que nos domingos em que realizam os encontros do Clube do Bolãozinho, embora elas enfatizam ser este um espaço para o descanso, há

horário para o término das atividades, uma vez que uma parte das mulheres tem horário para o retorno às casas, para realizarem atividades, geralmente, vinculadas à ordenha de leite, alimentação e manejo dos animais.

No trabalho assalariado apresentam-se os contratos informais com recebimentos diários; assalariado urbano; por tarefa (na situação da construção de casas, a entrega é realizada após a conclusão do prédio); combinadas em atividades assalariadas (diaristas) com atividades de serviços domésticos e agrícolas e pecuários; nas chácaras ou sítios para aquelas que possuem, combinadas em variadas atividades (domésticas: cuidados com pessoas especiais, alimentação, limpeza da casa; agropecuárias; de artesanato e culinária; de costura; e coletivas, como as de associativismos de natureza social, recreativa e/ou religiosa).

Todas entrevistadas são participantes do grupo de mulheres, porém diferem quanto às formas de denominação deste, algumas declaram Clube de Damas, outras Clube do Bolãozinho e outras Clube de Damas 14 de Setembro – de qualquer forma, uma organização das mulheres que merece ser melhor conhecida. No processo em que se teve contato com o Grupo do Bolãozinho de Cerro da Lola, várias questões foram formuladas pela equipe, como: Qual o exercício das formas de autonomia exercidas pelas mulheres nesse tradicional espaço? Em que contexto histórico/político/econômico surgiram esses grupos ou qual a gênese da proposta e trajetória de desenvolvimento dessa proposta recreativa/organizativa? O que faz com que eles permaneçam nas diversas conjunturas?

O tempo em que são membros do Clube do Bolãozinho varia entre 1 mês e 37 anos (dez ou 55% entre 18 e 37 anos; três ou 17% entre 8 e 3 anos e uma ou 6% dois meses) e uma (6%) declarou ser membro da diretoria do Clube. Segundo informações orais, o Clube do Bolãozinho da Linha Cerro da Lola originou-se nos anos de 1970. O bolãozinho constitui-se em um jogo, com mesa apropriada. Em todos os meses ocorre uma reunião do Clube, com a presença das associadas, que pagam mensalidades e elegem a diretoria uma vez por ano. A diretoria tem a atribuição de coordenar o jogo (quantidade de vezes por associadas) e, de acordo com o resultado das jogadas, cada uma escolhe uma prenda, que foi previamente organizada pela diretoria. No dia da eleição, geralmente no mês de setembro, há um presente especial para as associadas, como forma de acertar as contas anuais, decorrentes da arrecadação realizada com as mensalidades.

Entre as entrevistadas, uma (6%) declarou ser associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; duas (11%) ao Sindicato Rural (não se

identificou se são sócias do Sindicato Rural Patronal ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais); uma (6%) respondeu que participa mas não soube informar de qual sindicato; duas (11%) relatou que já foram sócias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Das que são e/ou foram sindicalizadas, o tempo variou entre 3 meses e 20 anos (uma (6%) há 20, uma (6%) 25, uma (6%) 27, uma (6%) 6 e uma (6%) 4 anos e uma (6%) 3 meses). Quanto aos partidos políticos, onze (61%) declararam que não participam e as demais não responderam.

A participação das entrevistadas em espaços coletivos se dá na igreja: todas (100%) aquelas que responderam são de religião católica e o tempo em que participam varia entre 5 e 48 anos, sendo que quatro (22%) declararam participar desde sempre, ou seja, a vida toda. As organizações coletivas estão mais diretamente relacionadas à convivência local, uma vez que poucas participam de sindicatos (merece destacar, aquelas que participam, às vezes, o fazem há muito tempo) e nenhuma é filiada aos partidos políticos.

Das dezoito mulheres entrevistadas, quatorze (77%) disseram que participam da Associação dos Moradores, sendo acrescentado por algumas daquelas que responderam: uma (6%) que vai com o pai e a mãe, uma (6%) participa da Associação de Entremeio e duas (11%) disseram que apenas participam das reuniões. O tempo de participação foi declarado ser entre 2 meses e 34 anos (uma (6%) há 34, uma (6%) 30, uma (6%) 20, três (17%) 12, uma (6%) 10, uma (6%) entre 8 e 10, uma (6%) 6 e uma (6%) 5 anos e uma (6%) 2 meses).

Existem também outros espaços de participação no local, como o Grupo de Idosos (quatro (22%) participam, sendo uma (6%) há 10 anos, uma (6%) 1 ano e duas (11%) não declararam); no Ser Prati, grupo vinculado à empresa Prati Donaduzzi (uma (6%) participa há 6 meses); uma (6%) nos Veteranos (grupo de futebol masculino que emergiu há 34 anos, em que mulheres participam como torcedoras ou organizadoras) e o Grupo de Pais, Mães e Professores da Escola São Pedro. As associações em torno da educação (escola) estão combinadas com a frequência escolar dos filhos, tendo sido observada baixa escolaridade entre as entrevistadas, o que sugere a ausência de oportunidades de educação para adultos.

No que se trata ao abastecimento de água, há um condomínio para captação por meio de um poço artesiano, que gera condições para as casas da Vila e também para algumas sítiantes: onze (61%) entrevistadas disseram que compõem o condomínio, sendo que uma (6%) destas informou

que também utiliza a água do poço; e cinco (28%) não participam do condomínio de água. Referente ao tempo de participação no condomínio, este variou entre duas décadas e meses (uma (6%) há 23, cinco (28%) 10, uma (6%) 15 e uma (6%) 8 anos e uma (6%) 2 meses).

Perguntou-se, também, sobre a captação da água e disponibilização: quatro (22%) utilizam poço artesiano (que pode ser o do condomínio); uma (6%) poço artesiano na propriedade; uma (6%) água na própria fonte; uma (6%) fonte natural do sítio; uma (6%) compra de água no poço artesiano; uma (6%) água da rua, paga por mês; uma (6%) consumo próprio encanada (provavelmente de poço artesianos) e para os animais utiliza aquela disponibilizada pela natureza; uma (6%) toda do poço artesiano, tanto consumo humano e animal (valor de um real por mil litros; se gastar mais de 25 mil litros cada mil litros vale 2 reais); uma (6%) a disponível e para consumo próprio e dos animais no condomínio; uma (6%) água da mina para os animais e poço artesiano para consumo humano; uma (6%) da mina para os suínos e do condomínio para o consumo humano; uma (6%) do poço próprio ou do poço artesiano quando falta; uma (6%) tem água de vertente que vai até caixa de água e depois vai nas casas; e uma (6%) pelo condomínio. Ou seja, o acesso à água se faz nas variadas fontes disponibilizada: condomínio, canalizada, poço, poço artesiano, fontes e rios.

Considerações finais

As relações de gênero na localidade pesquisada exprimem à sustentação da divisão sexual do trabalho, explicitando-se nas vivências das moradoras de Cerro da Lola em Toledo-PR, quer seja naquelas que tem acesso à terra ou nas que trabalham como assalariadas e diaristas. As atividades descritas pelas mulheres, que realizam para gerar renda, para complementar a renda, nas que realizam nas horas de descanso ou naquelas que realizam no associativismo, demarcam-se pela caracterização das tarefas femininas, apresentando claro viés de gênero na ocupação em suas rotinas. Em grande parte dedicam-se ao trabalho de alimentação de animais e ordenha de leite, atividades que estão ao redor da casa, pois estas combinam-se àquelas que se realizam nos espaços domésticos, como o zelo pela casa e pelos familiares e o preparo da alimentação familiar, sustentando o lugar social de gênero construído historicamente para as mulheres do campo.

A forma como realizam as atividades, às vezes, está combinada à contribuição de familiares demarcando a característica da agricultura familiar, porém observou-se que as mulheres relataram que, muitas vezes,

realizam sozinhas as atividades pelas quais são responsáveis, com exceção daquelas que exercem nos espaços associativos, sempre coletivas. Observou-se que as atividades de “proteção” social estão diretamente vinculadas às atividades femininas e mais expressivamente há ausência de política de assistência social, habitação, saúde, previdência e “proteção” social e de espaços como de educação de adultos, cultura e lazer. Mais especificamente àquelas que vivem como assalariadas rurais e prestam serviços de limpeza domésticos há ausência de qualificação para o trabalho e o emprego.

Por isto, o resultado a que chega essa pesquisa reafirma trabalhos anteriores, no aspecto de que o trabalho feminino exige a promoção do debate sobre a igualdade de gênero. Mesmo não sendo objetivo da pesquisa, no seu desenvolvimento foi possível observar que o trabalho masculino também apresenta questões complexas e que merecem ser pesquisadas. No entanto, o fato de estar centrado nos homens o exercício do papel de provedor e terem a atribuição de realizarem as atividades externas, como os contatos bancários com as cooperativas e a comercialização dos produtos, leva-os a outros níveis de sociabilidade, aos quais a mulher não é possível.

O Clube de Bolãozinho, como lugar de organização das mulheres para o lazer, demonstra o exercício do poder entre elas, pois a diretoria tem em sua coordenação a realização dos encontros mensais, o controle dos jogos e a gestão financeira, com entrada pelo pagamento de parcelas daquelas que são associadas, porém, deve ser redistribuído entre elas, em objetos que geralmente são utilitários ou decorativos para as casas.

No que diz respeito ao acesso aos direitos, observou-se mais claramente as dificuldades que as mulheres têm com relação à previdência social. Nos relatos de saúde, foi identificada a necessidade de disponibilidade de serviços acessíveis ou mecanismos que assegurem o acesso, uma vez que a unidade básica de saúde existente no local é insuficiente para o atendimento das necessidades e as agendas de serviços externos que viabilizam os atendimentos e serviços são demoradas. É necessária, também, a disponibilidade de meios apropriados de locomoção, configurando as exigências dos sistemas que compõem cada uma das políticas sociais, em especial as de seguridade social (saúde, assistência social e previdência), mas também educação, saúde, habitação e saneamento básico, entre outras. Por isto, em relação aos direitos, há conquistas a serem feitas, mas, principalmente, a garantia de acesso e de viabilização de direitos existentes; ou seja, é necessário que os serviços disponibilizados para população seja universalmente garantido e, nesse sentido, em grande medida, o transporte

adequado poderia favorecer o acesso aos direitos das mulheres do campo.

A organização do cotidiano das mulheres que moram na Linha Cerro da Lola, município de Toledo-PR está relacionada as formas de sociabilidade familiares e dos espaços coletivos existentes no território. As buscas por alternativas, como a ampliação de lazer, passam também por essas perspectivas. As políticas sociais podem servir como subsídios importantes nessas buscas, inclusive reconhecendo que parte das atividades que realizam são serviços de natureza pública.

A realidade observada encontra-se contextualizada em uma região de amplo desenvolvimento com as características de expansão do modo de produção vigente, que conta com recursos naturais de excelente qualidade como o solo e as atividades das mulheres do campo são parte do complexo agroindustrial que apresenta particularidades locais, em constante mudanças e permanências.

Referências

BRASIL. MCTI; CNPq; MDA; SPM/PR. **Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012**. Texto impresso.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2008. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/livro-ii-pnpm-co.09.2009.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. 2013-2015. Brasília: SEPM, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRUMER, A; ANJOS, G dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n.12, p. 6-17, jan./jun. 2008.

COLODEL, J.A. Cinco séculos de História. In: PERIS, A.F. (Org). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. 2ª. reimpressão. Cascavel: Edunioeste, 2008, Capítulo 1, p. 29-76.

DELGADO, G. **Questão Agrária e Saúde** (Material didático). Minicurso

promovido pelo CEBES na Unioeste/Cascavel, 12 a 14 jul. 2012. Mimeo.

ELGELBRECHT, M.R.; MIRALES, R. **Relações de Gênero e Agricultura Familiar**: Projeto de pesquisa, Estudo na Linha Cerro da Lola – Toledo/PR UNIOESTE/Toledo, 2012.

ENGELBRECHT, M.R. **A produção da viticultura no município de Toledo/PR**: uma experiência em construção da agricultura familiar, 2000-2010. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ENGELBRECHT, M.R.; FORLIN, V.; MIRALES, R.; OLIVEIRA CÂNDIDO, I de. Relações de gênero e agricultura familiar: estudo na Linha Cerro da Lola – Toledo/PR. **VII Caderno de Serviço Social**: As configurações da exploração do trabalhador no capitalismo contemporâneo, v. VII, p. 192-203, 2014.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. 266 p.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 111-123.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412770>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

LIMA, M. das G. de L. O debate clássico da questão agrária – Uma contribuição à compreensão do espaço agrário paranaense. In: ENDLICH, A.M.; MENDES, C.M. (Orgs). **10 anos do PGE/UEM**: Construindo o saber geográfico. Maringá: EDUEM, 2011. p.115-150.

MIRALES, R. **Violência de gênero**: dimensões da lesão corporal. Cascavel: Edunioeste, 2013. 172 p.

MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 80 p.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização da Agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 149 p.

NIEDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2ª. ed. Toledo/PR: Tolegraf, 2004.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993, Capítulo 1, p.15-37.

PAULILO, M.I.S.O. **O Peso do Trabalho Leve**. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. **Genêro, patriarcado, violência**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SANT'ANA, R.S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012, Capítulo 1, p. 19-64. SILVA, O. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

VIA CAMPESINA. **As camponesas e os camponeses da Via Campesina dizem**: basta de violência contra as mulheres. Campanha Internacional da Via Campesina: Brasília, julho de 2012.

VIEIRA, E.A. **Estado e Miséria Social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 240 p.

WACHWICS, Ruy. **História do Paraná**. 9ª. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001, Capítulo XIX, p. 229-246.

“AGORA É UMA RIQUEZA MEDONHA E TODO MUNDO É DOENTE”: REPERCUSSÕES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA SOBRE A SAÚDE DE MULHERES CAMPONESAS NA CHAPADA DO APODI/CE

Maria de Lourdes Vicente da Silva¹

Raquel Maria Rigotto²

Mayara Melo Rocha³

Resumo: O presente estudo objetiva analisar as repercussões da modernização agrícola sobre a saúde de mulheres camponesas que vivem na Chapada do Apodi/CE, marcada pela desterritorialização promovida pela implantação de políticas públicas de irrigação e de empresas de fruticultura irrigada. A partir de abordagens teóricas que compreendem as mulheres como sujeitos do conhecimento e de metodologias feministas, valorizou-se o *conhecimento situado* das mulheres, expresso através de histórias de vida, enfocando nuances do conflito ambiental sob o foco da saúde. Como resultado desse processo pode-se afirmar que as mulheres estão vivenciando situações de desigualdade e vulnerabilização, pela imposição de riscos modernos, cada vez mais amplos e complexos, desconhecidos na cultura tradicional camponesa. Revela-se o papel do Estado na promoção da desterritorialização, na insuficiência das políticas públicas responsáveis pela garantia de direitos como a saúde, o trabalho e o ambiente, resultando no ocultamento dos riscos e danos. Neste contexto, novas necessidades de saúde são identificadas e as mulheres apontam caminhos para a com-

1 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. lourdesmst@gmail.com

2 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. raquelrigotto@gmail.com

3 Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde - Universidade Federal do Ceará. mayaramelorochoa@gmail.com

preensão dos processos da vida em sua dinâmica de complexidade e para a superação das desigualdades socialmente produzidas.

Palavras-chave: Mulheres; Agronegócio; Agrotóxicos, Saúde e Ambiente.

Abstract: This study aims to analyze the impact of agricultural modernization on the health of rural women living in Chapada do Apodi -CE, impacted by deterritorialization promoted by the implementation of public policies for irrigation and irrigated fruit growing companies. From theoretical approaches that include women as the protagonists of knowledge and feminist methodologies, appreciated the knowledge situated women, expressed through life stories, focusing on nuances of environmental conflict from a health perspective. As a result of this process it can be said that women are experiencing situations of inequality and increasing vulnerability, by imposing modern complex risks, unknown in traditional culture of rural populations. It is revealed the State's role in the promotion of deterritorialization, the inadequacy of public policies responsible for safeguarding rights such as health, labor and the environment, resulting in the concealment of the risks and damages. In this context, new health needs are identified and women point directions for the understanding of life processes in their dynamics and complexity to overcome the inequalities socially produced.

Keywords: Women; Agribusiness; Agrochemicals; Health; Environment.

Introdução

A presente pesquisa buscou contribuir com a produção de conhecimento sobre a saúde das mulheres camponesas no contexto da modernização agrícola e do avanço do capital no campo. Para isso, adentramos no cotidiano das mulheres que vivem em comunidades localizadas na Chapada do Apodi, região do Baixo Jaguaribe, considerada um dos maiores polos de desenvolvimento agrícola do estado do Ceará.

A fruticultura irrigada tem sido um dos “motores do desenvolvimento” do estado, recebendo vultuosos incentivos dos governos estadual e federal para seu crescimento. O perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, instalado no final dos anos 1980 na Chapada do Apodi, possibilitou a implantação desse modelo agrícola, sob a bandeira do “desenvolvimento”, através da geração de impostos e de emprego e renda para as populações do campo.

Entretanto, pesquisas realizadas na região (FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011) evidenciaram ali violentos processos de desterritorialização, sobretudo a partir dos anos 2000, com a chegada de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura irrigada para exportação, tensionando pela transformação do modo de vida das comunidades e gerando impactos sobre a saúde, o trabalho e o ambiente. As evidências indicam o agravamento de problemáticas como a violência contra a mulher; a exploração sexual, a prostituição; a insegurança alimentar; a precarização das relações de trabalho; a contaminação ambiental e humana; o aumento do alcoolismo e consumo de drogas; a gravidez precoce, entre outras (RIGOTTO, 2011).

De fato, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de distúrbios ou doenças” (OMS, 1976). Laurell (1982) defende que processo saúde-doença “é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção” (LAURELL, 1982 p.16). O enfoque socioambiental dos determinantes da saúde (Porto, 2014), ao trazer a perspectiva da Ecologia Política, abre espaço para incorporar em sua análise a desigualdade social, a questão ambiental e as dimensões de gênero, geração e etnia. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST:

Para ter saúde é preciso que as condições de vida sejam garantidas: terra e trabalho, condições de moradia, educação de qualidade, alimentação saudável, sem venenos e conservantes, meio ambiente limpo e conservado, lazer e bem estar. (MST, 2000, p. 50).

Nesta perspectiva, é possível compreender as relações entre desterritorialização e processo saúde-doença:

Os processos de produção e consumo tendem a promover profundas transformações nos territórios em que se inserem, produzindo conflitos socioambientais, a degradação do ambiente, a contaminação da água, do solo, do ar e da biota e dos

alimentos por substâncias químicas (a exemplo dos agrotóxicos), riscos tecnológicos de natureza física, a mudança nos padrões culturais, valores, hábitos, além da alteração de paisagens de importante significado para as populações tradicionais (RIGOTTO, TEIXEIRA, 2009, p.80).

Sendo a saúde um direito constitucional de todos os/as cidadãos/as, vai se delineando o confronto entre este modelo de desenvolvimento e as políticas públicas. É o caso, por exemplo, da Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria nº.687/2006), cujo principal objetivo é “promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso à bens e serviços essenciais. (BRASIL, 2006). Como compatibilizar esta definição, por exemplo, com as isenções fiscais e tributárias concedidas aos agrotóxicos (TEIXEIRA, 2011) e que vulnerabilizam a saúde ambiental e humana das populações do campo e das cidades?

Buscamos, assim, analisar a percepção das mulheres sobre tais transformações e seus impactos sobre o ambiente, o trabalho e a saúde. A centralidade da questão da saúde foi sendo trazida pelas mulheres ao longo da pesquisa, em decorrência das vivências no enfrentamento aos problemas em seu cotidiano, onde elas desempenham papel determinante no que tange ao cuidado, ao acompanhamento e às decisões em relação aos processos de adoecimento, além do fato de que elas próprias são alvo de processos de vulnerabilização promovidos pelo agronegócio.

O contexto e o problema do estudo

A estratégia geopolítica do agronegócio no Nordeste brasileiro – que alia Estado e setores empresariais na expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities* – insere-se na lógica da nova divisão internacional do trabalho imposta pelas grandes corporações transnacionais aos países do Sul global. Caracterizado como neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo (SVAMPA, 2012; GUDYNAS, 2009), tal processo tende a reprimarizar as economias e tem imposto profundas transformações aos territórios de vida e trabalho no campo.

Sob o discurso do desenvolvimento econômico, associado às promessas de geração de empregos e melhoria de renda, a Chapada do

Apodi foi inserida no cenário de reestruturação produtiva do capital e do reordenamento do espaço agrário a partir de ações desenvolvidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no intuito de implantar a política de irrigação no Baixo Jaguaribe, “alterando, principalmente, o modo de vida dos pequenos agricultores camponeses e das comunidades rurais”. (LIMA, VASCONCELOS, FREITAS, 2011, p.98). As contradições envolvidas na expansão das atividades do agronegócio se edificam pela lógica da expropriação de territórios, acumulação por meio da espoliação da terra e saque das riquezas do solo, água e subsolo, sendo resultantes de um pacto estratégico entre o grande capital agroindustrial, o financiamento público, o latifúndio e o Estado.

Os documentos da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - ADECE apresentam como vantagens comparativas para atrair novos investimentos nacionais e estrangeiros as condições climáticas, a mão-de-obra abundante, a localização estratégica em relação ao hemisfério norte, a disponibilidade de terras a preços baixos, além de incentivos e isenções fiscais. Desse modo o semiárido, antes visto como problema por causa da seca, com a contribuição do Estado passa a ser solução para a expansão do capital no Nordeste. Assim, a fruticultura para exportação tem apresentado crescimento acelerado. Em 2010, o Brasil exportou US\$ 627 milhões em frutas, um aumento na ordem de 8,97% em relação ao ano anterior. Nesse cenário, a região Nordeste ocupa as três primeiras posições do ranking nacional de exportações, tendo o Ceará na terceira posição com 99,2 milhões (ADECE, 2011).

De acordo com dados publicados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (2014), a produção dos perímetros irrigados cresceu em 20,8% no ano de 2012, apenas no Ceará, com um faturamento na ordem de 181 milhões nos 14 perímetros irrigados acompanhados pelo DNOCS no estado, liderados pelos perímetros de Tabuleiro de Russas e Jaguaribe-Apodi. Conforme reconhece o Diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção do DNOCS, “mesmo com a seca, houve crescimento da área cultivada no conjunto dos perímetros irrigados do DNOCS no nordeste, de 38.113 para 40.136 hectares cultivados”.

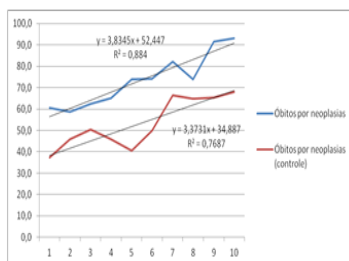
O modelo produtivo adotado pelo agronegócio é marcado, entre outros, pelo monocultivo, a mecanização, a proletarização de agricultores e o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Seus ônus e bônus são distribuídos desigualmente, como alerta o conceito de *injustiça ambiental* (ACSELRAD, BEZERRA, MELO, 2009): lucro aos empreen-

dedores, alguns empregos precarizados para parte da população, e a exposição a diversificados riscos ocupacionais e ambientais para trabalhadores/as e moradores/as.

A saúde é, assim, uma dimensão crítica deste modelo, já que ele interfere drasticamente sobre os determinantes socioambientais da saúde (Porto, 2014), vulnerabilizando os sujeitos que vivem a desterritorialização. No que diz respeito aos agrotóxicos, pesquisa realizada pelo Núcleo Tramas, da Universidade Federal do Ceará⁴, comparou três municípios da região do Baixo Jaguaribe - onde o agronegócio está instalado e o uso de agrotóxicos é intenso - com doze municípios caracterizados pela agricultura familiar com produção de sequeiro. Com base em dados do DATASUS entre os anos de 2000 e 2010, verificou-se que a taxa de mortalidade por neoplasia é 38% maior nos municípios naquela região, assim como a taxa de internações por aborto foi 40% maior que nos municípios-controle (RIGOTTO et al., 2013).

Figura 1: Taxas de mortalidade por neoplasias e internações por abortos entre 2000 e 2010.

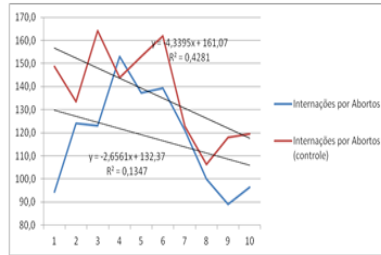
Tendências das taxas de mortalidade por neoplasias nos municípios de estudo e municípios controle, Ceará, 2000 a 2010.



a taxa de mortalidade por neoplasias foi 38% maior (IC95% = 1,09 - 1,73) nos municípios de estudo

4 Estudo Epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe expostas à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos com o apoio do MCT-CNPQ- MS realizado pelo Núcleo Tramas da UFC no período 2007 a 2010.

Tendências das taxas de internações por abortos nos municípios de estudo e municípios controle, Ceará, 2000 a 2010.



a taxa de internações por abortos foi 40% maior (IC95%= 1,21 – 1,61) nos municípios de estudo

Fonte: Rigotto *et al*, 2013

As transformações territoriais promovidas pelo agronegócio são centrais para a compreensão do *conflito ambiental* (ACSELRAD, BEZERRA, MELO, 2009) estabelecido. Essas questões são pertinentes para a compreensão das experiências das mulheres como sujeitos atuantes do território. Assim, a pergunta motivadora do estudo é *como esses processos interferem nos modos de vida das populações camponesas e em que medida impactam sua saúde?* A partir dessas questões, a pesquisa se propôs a analisar os impactos do agronegócio e dos agrotóxicos sobre a saúde das mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade ambiental e levantar possíveis contribuições para a promoção da saúde das mulheres camponesas.

Metodologia

A metodologia ora apresentada está situada no âmbito do escopo metodológico do *Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará* apoiado pela Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012. Realizado entre 2013 e 2015, o estudo se propôs a elaborar um diagnóstico sobre o contexto de vulnerabilização da saúde das mulheres que vivem em área de expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. Para atender a amplitude da proposta, o estudo contou com várias abordagens junto a diferentes segmentos de mulheres. Exporemos aqui a metodologia adotada em uma das dissertações que integrou o referido estudo e que se propôs a compreender a percepção das mulheres sobre as transformações

territoriais promovidas pelo agronegócio na Chapada do Apodi e suas interferências sobre o processo saúde-doença.

Para construir o marco teórico-metodológico da compreensão sobre a relação entre modernização agrícola, mulheres camponesas, trabalho, ambiente e saúde optamos por uma perspectiva metodológica de natureza dialética e histórica, em diálogo com os conhecimentos trazidos pelas mulheres como sujeitos do processo, saberes construídos em seu cotidiano e nas inter-relações produzidas na vivência camponesa, ou seja, um conhecimento produzido sobre e pelas mulheres enquanto sujeitos da pesquisa. Optamos pela pesquisa qualitativa, definida por Santin Esteban como:

Um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar. Atravessa as Ciências Sociais, Humanas e Físicas. É multiparadigmática, onde as pessoas que a praticam são sensíveis a um valor de um enfoque multimétodo. O campo da pesquisa qualitativa é inerentemente político, atuando por meio de múltiplas posições éticas e políticas (SANTIN ESTEBAN, 2010, p. 125).

Apresentamos como eixo condutor a abordagem do conhecimento enquanto resultado da articulação entre o campo teórico e o campo empírico. Para tanto, utilizou-se a pesquisa participativa, a qual estabelece relações comunicativas com as pessoas ou grupos da situação investigada, em que pesquisadores/as participam do contexto investigado, identificam-se com valores e comportamentos (THIOLLENT, 1986).

Faz-se necessário acrescentar nesse percurso investigativo as metodologias feministas como fundamento da pesquisa por pretender resgatar experiências “de e com mulheres”. Narvaz e Koller explicitam que nas pesquisas feministas são muito utilizadas as abordagens qualitativas, tais como as narrativas, a pesquisa-ação, os grupos focais, os estudos de caso, as histórias de vida e o método autobiográfico, dentre outras.

Trabalhamos com ferramentas que permitiram adentrar na compreensão acerca do vivido, do aprendido e do significado que as mulheres atribuem à inter-relação trabalho-ambiente-saúde, a partir de suas histórias de vida. Optamos, assim, pela utilização de entrevistas semiabertas, diário de campo e observação participante. A *observação participante* é considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa.

Segundo Minayo, “sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como estratégia no conjunto da investigação, mas como método em si mesmo, para compreensão da realidade” (1993, p. 134). Esta perspectiva permitiu adentrar nas nuances e nas dinâmicas das relações sociais presentes na realidade das mulheres em seus territórios e nos levou a partilhar do cotidiano. Conforme salienta Goldman, o que a proposta de observação participante de Malinowski promove é a abertura de espaço para que as populações falem ao invés de serem interrogadas pelo pesquisador (GOLDMAN, 2003, p.458).

Outra técnica utilizada foram as entrevistas *semiabertas*, como instrumento para coleta de história de vida na busca de “dar mais profundidade às suas reflexões” (MINAYO, 2007, p. 262). Foram entrevistadas 12 mulheres de quatro comunidades da Chapada do Apodi: Tomé, Ipú/Maracajá, Carnaúbas e Macacos, pertencentes aos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte. Em sua escolha, buscamos contemplar um leque abrangente e diversificado de formas de trabalho, identidades sociais e culturais, e de relação com o ambiente: a) Mulheres empregadas nas empresas do agronegócio; b) Pequenas produtoras; c) Mulheres de trabalhadores de empresas; d) Trabalhadoras da usina de reciclagem de produtos tóxicos; e) Pequenas produtoras irrigantes; f) Donas de casa; g) Sócias da Associação Comunitária; h) jovens estudantes; i) Artesãs; j) Agentes de Saúde.

Como instrumentos de registro utilizou-se o diário de campo, a fotografia e a gravação em áudio. O processo de sistematização e análise foi estruturado a partir dos temas comuns nas histórias de vida das mulheres, organizados em seis categorias analíticas: *Terra, Produção e Cultura; Trabalho; Ambiente; Relações Sociais e Familiares; Saúde.*

Transformações territoriais, conflito ambiental e saúde na chapada do APODI: a perspectiva das mulheres

A percepção de saúde construída pelas mulheres participantes de nossa pesquisa apontam para elementos que não se limitam à ausência de doenças, articulando-a à vida, às relações e ao próprio ambiente. Por essa razão, para elas, falar de saúde é falar de alimentação saudável e de um ambiente equilibrado. Falar de adoecimento é fundamentalmente lembrar a magnitude do problema dos agrotóxicos, da contaminação ambiental, das exposições e dos agravos dentro das empresas do agronegócio, da constatação do prejuízo da pulverização aérea para a produção familiar/

camponesa, da ineficiência do Estado, das dificuldades de atendimento do sistema de saúde, de uma medicina que não é neutra e atende aos interesses das empresas, e das dificuldades de acesso aos benefícios sociais.

De maneira geral, as mulheres refletiram sobre a saúde a partir da comparação entre os problemas de saúde vislumbrados antes e depois da chegada das empresas do agronegócio em seu território. Em suas análises, a utilização dos agrotóxicos é um dos marcos das transformações, pois eles modificaram as formas de produzir e, também, os hábitos alimentares. Elas atribuem ao uso intensivo de agrotóxicos a responsabilidade pelo aparecimento de doenças:

Antigamente era melhor, todo mundo era sadio. **Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente.** A maioria do pessoal é doente, aí vem, o que está mais acabando com o pessoal é esse câncer. E é prejudicado mais por causa do veneno. Você já pensou que hoje em dia tudo o que a gente vai comer, é com veneno? [...] E antigamente todo mundo comia e todo mundo bebia e não tinha esse negócio de veneno. [...] Mas hoje está tudo mudado! Eu estou falando, tudo mudou, tudo é diferente. Aí quando apareceram esses projetos de irrigação, apareceu esse doença. (Dona Luana, grifos nossos)

Ah! **Agora falar em doença, não tinha muitas doenças perigosas como tem hoje.** E, aliás, muitos morriam e não sabiam de que. [...] **Agora dizer que hoje valorizou mais** [no sentido de aumentar], **abrangeu mais? Abrangeu. Devido o quê? Desses agrotóxicos. Dessas coisas, desses venenos, dessas comidas que a gente tá comendo só coisa que não é permitido.** Antigamente não tinha isso. [...] **a gente comia e nem adoecia! Como hoje tão facilmente a gente adoce** (Rita Maria, grifos nossos).

O relato apresenta e aponta o desafio, para os camponeses, de relacionar as doenças aos agrotóxicos e de lidar com elas, principalmente

por estarem desprovidos de informações sobre os contextos de riscos. O modelo produtivo que introduz novas tecnologias produtivas e impacta, de forma negativa, a saúde e a existência das famílias leva as mulheres a fazerem o nexo entre o aparecimento dos casos de câncer e a exposição aos agrotóxicos no trabalho. Apontar essa relação de causalidade tem sido um desafio para os limites da ciência moderna, mas a experiência vai ensinando às mulheres a desenvolverem formas de identificação dessas relações.

Em outro relato sobre as possíveis causas dos cânceres de duas vizinhas que moravam ao lado da usina de reciclagem de mantas tóxicas, há o nexo do aparecimento da doença com a contaminação ambiental gerada pela pulverização:

Elas não trabalhavam na empresa, mas quando essas empresas chegaram aqui, tinha dias que a gente sentia o cheiro dos venenos, os aviões passavam expurgando. Se a gente levantasse de manhã cedo e saísse, a gente sentia até aquele friozinho como se fosse uma **neblina de veneno** e desde esse tempo que a **tendência aqui foi adoecer as pessoas** (Dona Odete, grifos nossos).

Assim, as mulheres expressam e materializam os problemas com os quais convivem bem como o processo de vulnerabilização social a que estão submetidas. De acordo com Porto (2007), esse processo se refere a grupos expostos e fragilizados em sua capacidade de enfrentar os riscos. Na compreensão das mulheres, as empresas chegaram, trouxeram a monocultura, as “pragas”, os venenos e, conseqüentemente, o adoecimento. Essa situação nos revela as novas cercas que o agronegócio impõe. Elas extrapolam seus muros e interferem, de forma direta, na produção camponesa, ameaçando a autonomia de seus sujeitos, as culturas destes e a própria gestão do território.

Outro aspecto trazido pelas mulheres durante a pesquisa foi a dificuldade de alterar o modo de distribuição desigual dos danos ambientais. Dona Judite retrata a imposição dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos Acselrad (2010):

As vantagens só porque a produção é grande e nós temos muito milho, tem muito feijão, tem muito melão, tem muita melancia, mas que é **gente co-**

mendo e morrendo. É comendo e morrendo. **Antigamente quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje trabalha pra comer e come pra morrer.** É assim que eu vejo. [...] Porque a gente podia comer, no nosso tempo, no nosso inverno, **sem medo algum**; hoje a gente vai comer o melão, tem muitas pessoas que nem pode, quando termina já é correndo com o intestino. **O milho? Esse é que é ofensivo! Eu não posso comer, eu não posso comer o milho verde do projeto** [de irrigação], **é comer e passar mal do intestino, me dá febre, me dá dor de cabeça,** eu sei lá o que é! As vantagens são assim e eu vejo mais desvantagens do que mesmo as próprias vantagens (Dona Judite, grifos nossos).

Aqui são apresentados, pelo menos, dois aspectos importantes. O primeiro deles está relacionado ao que Christiane Campos (2009) apresenta como uma das faces bárbaras do agronegócio: o aumento da insegurança alimentar. Ela aponta que “os constantes aumentos de produção e produtividade não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities* e não alimentos” (CAMPOS, 2009, p. 57). Outro aspecto diz respeito ao conceito de território, importante para compreender a relação de dominação e apropriação do espaço, tanto em sua tentativa de dominação concreta (no campo político-econômico) quanto em sua tentativa de dominação subjetiva e/ou cultural-simbólica (HAESBAERT, 2004). Tais contribuições são relevantes para se perceber as relações de hegemonia/apropriação/resistências, que dependem, como analisa o autor, da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Se antes, no território, a forma de plantar existia “para comer e viver”, hoje, os(as) camponeses(as) *trabalham para comer e comem para morrer*, o que expressa um profundo processo de transformação que retira dos(as) camponeses(as) a soberania sobre o território (de produção e cultura).

Para análise dessa dinâmica do processo saúde-doença é **necessário entender** também a dinâmica do modelo de expansão do capital e alguns elementos formadores dos conflitos envolvendo comunidades e empresas. Nesse sentido, cabe ressaltar que tais conflitos resultam da **ameaça e da**

perda dos direitos territoriais dos povos; desencadeiam problemas relacionados ao acesso à terra, à água e à biodiversidade; à perda da soberania alimentar, à produção de injustiças sociais e ambientais e conseqüentemente à saúde.

O segundo aspecto instituidor dessa expansão geradora de conflitos é engendrado pela ideologia que perpassa o **modelo de negação da natureza enquanto portadora de direitos, visto** que a considera como mera mercadoria. Uma das mulheres participantes da pesquisa porta essa visão totalizante e afirma que:

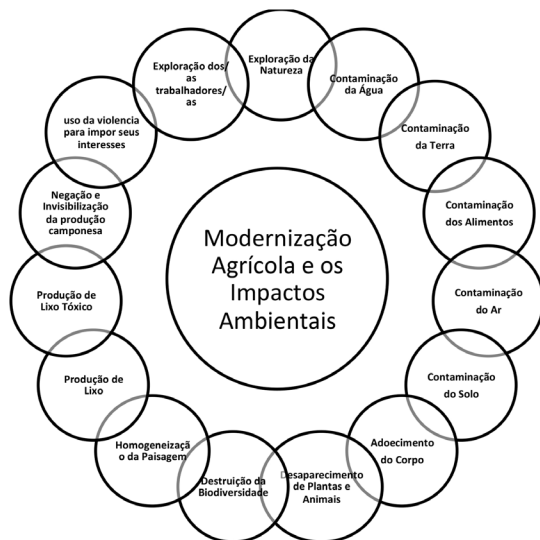
Aqui na Chapada **os direitos da natureza estão sendo negados**, infelizmente. De que forma? **Da forma da exploração. A natureza hoje ela é muito explorada: nós temos além do projeto irrigado que vem a água do rio, temos também os projetos de poços profundos.** [...] O aquífero Jandaíra, **ele já não suporta mais o nível de água que é retirado porque as chuvas que estão caindo são poucas.** [...]. E aí a gente ver o modo que a natureza é negada. **Essa é que bem tem direito** porque quem nos sustenta é ela. Então ela tem o direito de respirar mais do que nós porque ela dá respiração. Através do ar que ela libera é que a gente respira. **E se a natureza morrer, a humanidade também vai morrer!** (Mirian, grifos nossos)

Interligando esses fatores, adentra-se no entendimento dos conflitos ambientais considerando as questões de gênero e as desigualdades neles contidas. Aqui, parte-se da premissa de que esse modelo só se sustenta porque seus danos são destinados à classe trabalhadora, especialmente às mulheres.

As mulheres entrevistadas analisaram a questão ambiental na Chapada colocando na raiz do problema a *ambiçã*o, em nome da qual forjam-se processos de destruição, adoecimento, contaminação da água, escassez, homogeneização da paisagem, desaparecimento dos animais, exposição e exploração dos trabalhadores, negação do direito à alimentação sadia, envenenamento da população e da terra, poluição do ar, contaminação do

solo, poluição pela reciclagem dos produtos tóxicos, violência e negação da cultura todos como “faces de uma mesma moeda”. (Figura 2).

Figura 02: Diagrama da Problemática Ambiental na Chapada



Nesse cenário, as mulheres tecem a trama dos agrotóxicos em relação à contaminação ambiental e aos impactos à saúde do/a trabalhador/a. Apresentam o caráter predatório do modelo no que tange à questão ambiental e à vulnerabilização, que fazem parte da racionalidade econômica da produção intensiva do capital. Do mesmo modo, destacam que esse caráter também gera a desigualdade no que diz respeito ao acesso e à qualidade da água.

Em relação à água, os elementos centrais que desvelam a problemática da contaminação mostram a perda da autonomia no acesso e no controle sobre ela. Nesse sentido, a contaminação se constitui como uma das maiores expressões de violência desse modelo no cotidiano de vida das mulheres da Chapada.

O alarme dado pelas famílias no que tange ao problema da contaminação das pessoas por agrotóxicos se relaciona ao modo como os(as) camponeses(as), em seu devir histórico, desenvolvem conhecimentos tecidos na relação com o ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Revela, também, uma concepção de ambiente que não se separa da sociedade. O fio da meada foi a constatação de uma grande quantidade de pessoas com coceiras na pele, no mesmo período da mortandade de peixes no canal de irrigação que abastecia também as comunidades, e a relação destes fenômenos com um “acidente” envolvendo a lavagem do trator que derramou veneno na água servida à comunidade em 2004. Atentas aos sinais do corpo adoecido, foi a experiência prática das mulheres que as levou ao nexos entre adoecimento e contaminação, mesmo desconhecendo, até então, os impactos dos agrotóxicos à saúde.

Assim, percebemos que a ameaça à soberania hídrica é uma das marcas da modernização agrícola na Chapada do Apodi visto que o agro-negócio passou a controlar não só o fluxo da água, mas instituiu a contaminação por produtos químicos. Fato constatado por pesquisa⁵ realizada, em 2009, pelo Núcleo Tramas-UFC na qual foram analisadas amostras da água servida às comunidades da Chapada do Apodi. Foram colhidas 24 amostras de água dos canais, das caixas d’água e de poços profundos. Em todas elas foram encontrados princípios ativos de agrotóxicos, numa variação que foi de 3 a 12 princípios distintos em cada amostra analisada. Esses resultados confirmaram as denúncias que a população já vinha fazendo sobre a qualidade da água.

A contaminação passa a impor às comunidades uma “alternativa infernal”: conviver com a água contaminada, adentrar na lógica da mercantilização e pagar pela água mineral de qualidade duvidosa ou se contentar com a falta dela. O que passa no imaginário dessas mulheres ao ter que “conviver com ideia de beber, cozinhar, comer, banhar e lavar” com essa água contaminada?

A incerteza passa a reger o imaginário das mulheres sobre aquilo que é considerado um bem para a sustentabilidade da vida, a água. A água representa a facilitação das atividades no seu cotidiano e o medo da ameaça de viver sem ela é desafiante. O sonho passa a ser, então, a possibilidade de acesso a uma água de qualidade. Nesse sentido, a luta por uma adutora que traga água de qualidade para consumo humano tem sido uma das grandes bandeiras das comunidades da Chapada. As mulheres, mais uma vez, estão à frente desse processo, pressionando e debatendo com os órgãos públicos essa questão.

A constatação do prejuízo de tal modelo para a produção campo-

5 Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos.

nesa é trazida por dona Luana, ao apresentar o problema da pulverização aérea de agrotóxicos no plantio de banana ao redor de seu sítio:

Os bichos da gente morria, as galinhas. Muitas, muitas. Só de uma lapada só, entre galinha, peru, capote e pato, morreram umas trezentas cabeças, só minha. Eu tinha demais, minha filha. Um saco de milho só era três dias. Era muita, muita, muita. Muito capote. Só capote morreu sessenta de uma lapada. Passava os aviões aí matava porque pingava dentro de uma lagoa que tinha aí com água aí morria, morreu foi muito. É assim, minha filha, a nossa vida (Dona Luana).

Sem a mesma mobilidade espacial de que desfrutam as empresas – que podem se realocar ao esgotarem o solo, por exemplo, as comunidades, depois de vulnerabilizadas com a perda da terra e a falta de políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa, são obrigadas a “conviver” com esses problemas, caracterizando o que Pignarre e Stengers denominam alternativa infernal:

Pignarre e Stengers (2005, p.40) denominam como “alternativas infernais” situações que se caracterizam pela apresentação pública de uma série de opções ou alternativas, todas elas invariavelmente ruins; pelo mecanismo circular em que as tentativas de se buscar soluções inovadoras apenas agravam o problema e pelo efeito de poder que esse tipo de enunciado produz sobre as pessoas, que sentem-se incapazes de agir e, como resultado, submetem-se, resignam-se, deprimem-se ou simplesmente produzem denúncias que ecoam no vazio, incapazes de reverter o mecanismo que as paralisa (LISBOA, BARROS, 2008, p. 370).

Ao se referirem à exposição a agrotóxicos, as mulheres articulam seu olhar partindo da exposição do/a trabalhador/a, passando pelos alimentos contaminados e relacionando o envenenamento da população ao envenenamento da terra, vistos na mesma proporção:

Com a terra acontece a mesma coisa. Porque

ela pode ser produzida por seis meses, antigamente era assim, ela produzia seis meses e seis meses ela descansava para poder produzir de novo. **Hoje em dia, não. É produção por cima de produção.** A terra está fraca? O que que faz? Joga produto químico. Então **a plantação ela está mais sendo sustentada pelo produto químico, do que mesmo pela própria terra** porque a terra ela não tem tempo de se recompor. **Ela não tem condições de respirar** tão rápido por conta de tanto produto que é jogado e tanta plantação. Quando um pequeno produtor planta, ele planta pouco e faz aquele intervalo da plantação, **mas as grandes empresas não respeitam esse tempo da terra se recompor.** Ele passa ali dez anos plantando, nesses dez anos a terra está gasta, não presta mais para nada, então ele sai e **vai para outra terra.** E aquela terra fica improdutiva. [...] Porque eu sinto que **a terra é como o ser humano[...]** **Ela vai se modificando, se desgastando da mesma forma,** envelhecendo, como as pessoas também envelhecem **dependendo do tratamento** (Dona Judite, grifos nossos).

Na perspectiva laboral, o conflito se traduz pela **exploração da força de trabalho de camponeses e camponesas** que, na sua maioria, foram expropriados/as de suas terras e agora se expõem a um emprego com relações e condições de trabalho precarizadas nas chamadas “fábricas de frutas”.

Eu vi uma mulher chegando do trabalho toda intoxicada por conta de que ela estava lá colocando a manta no melão e atrás dela vinha um expurgando. [...] Aí eu fiquei me perguntando: ***meu Deus, ela está trabalhando para quê, para se sustentar ou para se matar?*** Porque, se você está trabalhando e chega em casa toda intoxicada, é porque o seu trabalho não está lhe fazendo bem! E ela continua nesse trabalho porque necessita desse traba-

lho para a sua sobrevivência, infelizmente. Então ela passa dois, três dias intoxicada, em casa, com atestado médico, ficou boa, volta para o trabalho de novo. É o que acontece. (Mirian, grifos nossos)

Aliado a essas questões, as mulheres analisam como percebem o tratamento da empresa em relação à saúde de seus(suas) trabalhadores(as):

Tudo é aquele jeitinho brasileiro: tem a equipe médica nas empresas, tem! Mas o médico, ele é funcionário também! O que acontece: ele está lá todo **contaminado com o sistema da empresa**. Se um está doente, ele diz: *tome isso e vá para casa, mas eu só dou atestado por hoje. Você está doente, mas eu não vou encaminhar você para se tratar porque a empresa vai ter prejuízo*. Não adianta dizer que a equipe médica da empresa ela é positiva. Ela é positiva ali, **mas que ela se preocupa com a saúde do trabalhador, não se preocupa não, porque ela também é um agente de lá**, ela também sofre influência com aquilo. **Não é neutra!** (Sophia, grifos nossos).

As mulheres detalham a precariedade das **condições de trabalho**: obrigação no cumprimento de metas de produção; controle do tempo de trabalho; dupla jornada de trabalho; incerteza sobre a garantia do emprego; relação entre o emprego que adocece e as transformações na forma de se alimentar; exposição e riscos no ambiente de trabalho; cansaços; dores; angústias... Essa é uma das muitas situações relatadas pelas mulheres:

Olhe, **o trabalho das empresas eu vejo com maus olhos pra mulher**.[...] É aí onde eu acho que ainda não acabou a escravidão. Por quê? [...] **mulheres novas que eram sadias hoje em dia é um dia no trabalho, um dia no posto**. Outras fazem aquelas cirurgias de útero, arrancam tudo, ficam **umas mulheres inutilizadas**, outras com eczemas nas pernas, e daí por diante. Então, mas que, só não vai pro trabalho quando diz assim: *hoje eu não*

posso me levantar. Porque tem que ir, é de carteira assinada, chega o final do mês, recebeu aquele salariozinho, aí uma vai lá numa loja, compra um guarda-roupa, [...] **nem se lembra que nem pode desfrutar aquilo por muito tempo**, como muitas mulheres novas de seus quarenta anos, trinta e poucos anos, já morreram muitas por aqui por conta do trabalho. Eu acho que no meu modo de pensar pra mim é a mesma escravidão, é o trabalho escravizado. (Dona Judite, grifos nossos)

Contra-pondo-se à visão de que o trabalho assalariado traz segurança para o trabalhador e a trabalhadora, Dona Judite aponta a relação salarial como escravidão. Para ela, o trabalho “de carteira assinada” aprisiona, na medida em que se reduz à lógica de trabalhar apenas para gastar, para entrar no mercado do consumo, mas não para que se possa usufruir da produção, por conta do tipo de trabalho a que as mulheres estão expostas.

E você trabalhando em uma firma, não. Você é obrigado a **cumprir aquele horário**. [...] Tinha firma como a Delmont Abacaxi, que os funcionários [...] levava a comida, colocava no pé de uma planta, muitas vezes a **comida já azeda**, mas era a comida que tinha para comer. E ainda comia em pé porque **não tinha tempo para se sentar** nem aonde e se sentar. Era em pé, **no meio do sol**, no meio do tempo, porque tinha que trabalhar, tinha que **cumprir com aquela produção**: *eu tenho que produzir tanto, todos os dias, da mesma produção. Não posso render menos. Se eu render menos, eu posso ser colocado para fora.* Sem contar que **não tinha banheiro** para fazer as necessidades, pra fazer no meio do campo. E muitas mulheres trabalhando no meio dos homens, **sem ter uma privacidade** pra fazer uma necessidade porque mulher é diferente de homem. Aí pra fazer uma necessidade no meio do tempo, não é? (Mirian, grifos nossos).

Nesse ponto, cumpre-nos lembrar que as mulheres, embora

reconheçam algumas positivities no emprego – como aumento da renda familiar, maior autonomia na relação com o companheiro, e até mesmo a sociabilidade que a concentração no espaço da empresa possibilita – não demonstram um laço de identidade ou um vínculo afetivo nesta relação. Assim, a negação a esse emprego por parte de algumas delas passa a se constituir, também, em uma forma de resistência ao modelo.

Algumas mulheres identificaram ainda o processo desapropriação como gerador de quadros de adoecimento psíquico entre membros das famílias atingidas pelo perímetro irrigado.

Além disso, ao analisarem vantagens e desvantagens de tal modelo, mostram o preço do desenvolvimento e apontam os problemas sociais como os principais desafios a serem enfrentados. Esclarecem que o desenvolvimento traz, em seu bojo, os problemas sociais e ambientais. Especificam, ainda, que as comunidades arcam com os custos sociais: drogas, violência, prostituição, gravidez precoce, rompimento dos laços familiares, aumento de doenças etc.

Assim, as mulheres avaliam e problematizam os impactos desse modelo, produzindo formas, sentidos e apropriações materiais e simbólicas do território que permeiam, de diferentes maneiras, a recriação e a reafirmação da cultura, da organização produtiva e da relação com o trabalho.

Considerações Finais

Como vimos, a expansão do capital no campo, para a produção de *commodities*, através da desterritorialização e da vulnerabilização, viola uma série de direitos e impacta de forma significativa o processo saúde-doença das famílias atingidas, especialmente as mulheres. O desocultamento destas violações se faz necessário para trazer ao debate na agenda social a premência da construção de alternativas a este modelo – como reconhece a própria Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta (BRASIL, 2008). A partir da perspectiva dos/as agricultores/as, devem ser garantidos seus direitos territoriais e culturais, suas formas de organização social e econômica, as relações sustentáveis com a natureza e a produção de alimentos saudáveis – todas estas dimensões fundamentais para a determinação da saúde.

Do ponto de vista do direito à saúde, as políticas públicas, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS), deve reconhecer, acolher e responder às novas necessidades de saúde que surgem nestes contextos,

no que diz respeito às ações de promoção, de vigilância e de atenção. Isto demanda, desde a organização das ações da Estratégia de Saúde da Família, maior aproximação dos profissionais e serviços com as dinâmicas do território em que estão inseridos (PONTES, 2012).

Mais que isto, se gênero é uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produzem desigualdades, a política de saúde construída no âmbito do SUS deve reconhecer a existência dessas desigualdades e responder a elas, com vistas à promoção da equidade de gênero.

A história mostra que a efetivação dos direitos – já conquistados e por conquistar – articula-se à dimensão política do protagonismo das mulheres em sua organização autônoma para a participação e incidência objetiva nos processos de tomada de decisão.

Na Chapada do Apodi, encontramos este protagonismo das mulheres que, em seu cotidiano, desenvolvem relações de solidariedade, de vigilância dos riscos e agravos à saúde, analisando situações e construindo nexos, a despeito do escasso acesso à informação. A partir de sua cosmovisão integradora das diferentes dimensões da natureza e da vida social, articulam saberes e sentidos para buscar a superação da realidade de dor, medo e sofrimento em que estão vulnerabilizadas.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.24, n.68, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BREILH, J. **Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAMPOS, C.S.S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agro-negócio** – O caso de Cruz Alta-RS. Tese de Doutorado, Universidade Federal do RS, 2009.

FREITAS, B. M. C. **Marcas da Modernização Agrícola no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará - Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, 2010.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. **Extractivismo, Política y Sociedad**, Quito (Ecuador), CAAP, CLAES, 2009.

LAURELL, AC. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Cidade do México (México), 1982.

LISBOA, M.; BARROS, J. **Direito Humano ao Meio Ambiente**. Curitiba: Plataforma DHESCA, 2008.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, set./dez. 2006.

NÚCLEO TRAMAS. **Documento Síntese dos Resultados Parciais da Pesquisa**. UFC, 2010.

PONTES, AGV. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental**: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal do Ceará, 2012.

PORTO, MFS. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PORTO, MFS; ROCHA, DF; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.10, p.4071-4080, oct./2014.

PORTO-GONÇALVES, CW. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. CECENÑA, Ana Esther (Coord.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RIGOTTO, R. M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade**

e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC e Co-edição Expressão Popular, 2011. RIGOTTO, R.M; TEIXEIRA A.C.A. Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental no Campo, na cidade e na Floresta Conferência Nacional de Saúde Ambiental, 2009, Brasília, DF. Caderno de texto. In: **Anais...**, Brasília, DF: GT Saúde e Ambiente da ABRASCO, 2009.

SAMPAIO, JLF; LIMA, AEF; FREITAS, BMC. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. 1ªed. Fortaleza/São Paulo: Edições UFC/Expressão Popular, v. 1, p. 111-143, 2011.

SANTÍN ESTEBAN, M.P. **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, AL.; RIGOTTO, RM. Território e Territorialização: Incorporando as Relações de Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde na Atenção Básica à Saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.08, n.03 p. 387-406, nov. de 2010/Fev. 2011.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina**. Buenos Aires, 2012.

TEIXEIRA, M. M. **A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali: agronegócio, vida e trabalho no Baixo Jaguaribe, CE**. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal do Ceará, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

MULHERES NA PESCA ARTESANAL: LUTANDO POR PREVIDÊNCIA E SAÚDE

Hulda Helena Coraciara Stadler¹

Resumo: A presente pesquisa teve por objetivo conhecer a condição de saúde das pescadoras, dentro e no entorno de uma reserva extrativista, suas ações para a melhoria nos atendimentos públicos locais, construir uma proposta inicial para criação de Equipamento de Proteção Individual - EPIs apropriados a essa atividade produtiva além de contribuir para o combate ao racismo institucionalizado e às discriminações nas instituições e serviços do Sistema único de Saúde - SUS. A partir de um misto de pesquisa e extensão foram atendidas necessidades de formação para pescadoras artesanais na área de saúde do trabalho. A metodologia empregada incluiu mapeamento dos serviços de saúde no território, entrevistas com profissionais da saúde e pescadoras, realização de grupos focais, especialmente para discutir os problemas de prevenção e uso de EPIs e registros audiovisuais como instrumentos de análise dos discursos. Entre os resultados obtidos a partir das técnicas empregadas na coleta de dados estão à apropriação das pescadoras em relação aos seus problemas de saúde e soluções preventivas no exercício da atividade.

Palavras-chave: Saúde, Trabalho, Gênero, Racismo.

Abstract: The present research aimed to meet the condition of health of fishers, both inside and in the vicinity of an extractive reserve, their actions for the improvement in local public services, build an initial proposal for creating appropriate EPIs to this productive activity in addition to contributing to the fight against racism and institutionalized discrimination in the institutions and services of the SUS. From a mixt of research and extension it was training needs attended to artisanal fishers in the area of occupational health. The methodology employed included mapping of

¹ Professora Associada na UFRPE - PhD em Antropologia (UK). Programa de Pós-Graduação Educação, Culturas e Identidades – UFRPE/FUNDAJ. Email: stadtler@oi.com.br ou hulda.helena@pq.cnpq.br

health services in the territory, interviews with health professionals and fishers, conducting focus groups, especially to discuss the problems of prevention and use of EPIs and audiovisual records as instruments of analysis of speeches. Among the expected results from the techniques employed in the collection of data is the appropriation of fishers in relation to their health problems and preventive solutions in the exercise of the activity.

Keywords: Health, Occupation, Gender, Racism.

Introdução

Essa pesquisa teve por objetivo contribuir para a condição de saúde de mulheres reconhecidamente pescadoras, visando sua educação política, a qualidade dos atendimentos públicos proporcionados pela assistência básica à saúde, o reconhecimento de doenças ocupacionais pela Seguridade Social, e as ações que as próprias mulheres tomam para melhoria nesses atendimentos, como combate ao racismo institucionalizado e às contínuas discriminações nas instituições e serviços do SUS. Durante nosso estudo apreendemos inúmeras proposições veiculadas pelas lutas sociais em relação a populações pobres, negras, indígenas, rurais e pescadoras. Alguns dados significativos fizeram com que o Conselho Nacional de Saúde aprovasse, pressionado pelo Movimento Social, em 10 de novembro de 2006, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cujo objetivo é compreender os sentidos atribuídos pelos profissionais de saúde da atenção primária a respeito dessa política específica. Compreendemos, então, que entre a instância superior e seus esforços de orientação – Ministério da Saúde - MS, e as demais camadas dos serviços à população existem lacunas operacionais que precisam de suporte e monitoramento para adequar os atendimentos e reduzir os problemas e seus custos recorrentes. Existem documentos, livros e textos com recomendações e orientações aos serviços, contudo não encontramos ressonância adequada nas práticas adotadas no campo de estudo². Os postos tornaram-se consultórios inadequados e desmantelados pelo poder público local, engavetando a ideia original de uma saúde com participação comunitária e conselhos representativos³. Não é possível reproduzir tudo que encontramos nestes documentos, mas

2 Manual de Doenças mais Importantes, por Razões Étnicas, na População Brasileira Afrodescendente. Ministério da Saúde 2001.

3 Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ministério da Saúde 2013.

gostaríamos de citar que em seu Eixo 3, que trata da educação permanente dos profissionais da saúde, consta: “Inserção das temáticas referentes à saúde no campo e na floresta nos processos de educação permanente das equipes de saúde da família e dos profissionais de saúde dos demais serviços de saúde do SUS.” (2013, p.37). Sendo este um dos aspectos fortes para a ausência de qualificação nos atendimentos, ausência de estudos locais, ausência de condições de trabalho e ausência de metas que reduzam a repetitividade dos problemas de saúde nos municípios estudados.

A partir dos aspectos tratados, este trabalho se propõe a conhecer a condição de saúde das pescadoras, dentro e no entorno de uma reserva extrativista, suas ações para a melhoria nos atendimentos públicos locais, construir uma proposta inicial para criação de Equipamento de Proteção Individual - EPIs apropriados a essa atividade produtiva, além de contribuir para o combate ao racismo institucionalizado e às discriminações nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

I – Pesca Artesanal, Saúde e Meio Ambiente

No Brasil, as relações trabalho e doença/saúde dos/as pescadores formam uma rede na qual coexistem diferentes estágios de incorporação tecnológica, e de formas de organização e gestão de atividades com repercussão sobre viver, adoecer e morrer como trabalhadores rurais. Seguindo então a linha de raciocínio desenvolvida nesta pesquisa, a saúde das pescadoras é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além dos fatores de riscos ambientais, químicos, ergonômicos presentes e/ou ausentes no trabalho.

As pescadoras artesanais estão expostas a diversos riscos, que podem desencadear problemas de saúde, como acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, longa jornada de trabalho, violência decorrente da exclusão social, como a precariedade dos serviços essenciais ofertados a estas e preconceitos decorrentes das relações de gênero, quer dizer, o não reconhecimento da sociedade em relação à mulher pescadora. Os fatores de risco se potencializam decorrentes das más condições de vida, dificuldade de acesso à escola, habitação, saneamento básico, transporte, aos serviços de saúde e meios de comunicação. Neste caso, especificamente em relação à mulher na pesca, podemos afirmar que sua identidade reúne ruralidade, pobreza, baixa escolaridade, violências de gênero, baixo acesso a políticas públicas, entre outros danos. Entre as características de gênero

reunidas à atividade, está à localidade possível de pesca para as mulheres. Diferentemente dos homens, em sua grande maioria, as mulheres não sabem nadar, mantendo-se em águas rasas agachadas por horas e horas diariamente pescam dentro de estuários, próximos a suas casas, para onde concorrem todos os tipos de dejetos.

Em linhas gerais, doenças ocupacionais são enfermidades decorrentes da atividade econômica realizada pelo indivíduo ou das condições a que estes estão submetidos para a execução de suas atividades econômicas. A Organização Mundial da Saúde (OMS- 2005) estima que na América Latina apenas entre 1% e 4% das doenças ocupacionais são notificadas, levando-se ainda em conta que no Brasil os dados oficiais se restringem somente aos trabalhadores amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A escassez e a inconsistência de informações sobre a real situação de saúde comunitária, além do desconhecimento sobre a atividade e as doenças ocupacionais a ela associadas, dificultam a definição de prioridades para as políticas públicas, o planejamento e a implementação de ações para a saúde.

Além das questões ocupacionais, sabemos que a comunidade pesqueira é, em sua maioria, composta por negros/as e pardos/as, com isso, traz consigo além dessas doenças ocupacionais, as doenças ligadas às fragilidades socioetnicorraciais (condições sociais/ cultura/ estereótipos e estigmas). Hamann (2001, p.78), ao se referir a mais este aspecto, descreve-o da seguinte forma “A ausência de registro e/ou a insuficiência de quaisquer critérios de classificação sobre raça ou etnia permeiam a relativa falta de conhecimentos sobre tais aspectos no nível da população”.

Anos já se foram desde que se tornou necessário inserir essas informações nas fichas dos/as usuários/as do SUS, contudo, recentemente a Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES – Saúde em Debate (2013, p.554-562), lançou um exemplar onde ainda se perpetua a ausência desses dados. O artigo intitulado Avaliação da Completude da Variável Raça/Cor nos Sistemas Nacionais de Informação em Saúde para Aferição da Equidade Étnico-racial em Indicadores usados pelo Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde conclui que:

(...) A realidade demonstrada neste estudo evidenciou que ainda existe um longo caminho a se percorrer em relação ao preenchimento do campo raça/cor nos grandes sistemas nacionais de infor-

mação em saúde, de forma a possibilitar a adequada avaliação do SUS nas três esferas de gestão, com recorte étnico-racial(...).

O mapeamento pretendido, por nossa pesquisa, sentiu os danos da ausência de aspectos relevantes no DATASUS, para compreendermos o estado de saúde e demandas da população alvo. Todas as prefeituras acabavam de passar por eleições e vários dos gestores procuravam culpar a gestão anterior pela ausência de preenchimento adequado do sistema de dados nacional. Contudo, após um ano de gestão, a questão persiste nas três secretarias de saúde municipais que correspondem a RESEX Acaú-Goiana. Os poucos dados fornecidos dão a impressão de uma contínua repetição de problemas de saúde, como um alibi apenas para justificar as verbas solicitadas.

Segundo a OMS (2005), as doenças relacionadas ao trabalho mais comuns são cânceres, relacionadas à exposição às substâncias tóxicas, distúrbios músculos-esqueléticos (LER/DORT), as doenças respiratórias, perdas auditivas relacionadas ao ruído, doenças do aparelho circulatório e as doenças infectocontagiosas notificáveis. Tais patologias podem ser encontradas no trabalho da pesca artesanal, além de outras específicas, menos frequentes, porém importantes neste contexto, a exemplo das doenças descompressivas, barotraumas, intoxicações gasosas relacionadas à exposição ao trabalho sob altas pressões atmosféricas, típicas da pesca com mergulho em profundidade. Dentre as doenças relacionadas ao trabalho, a mais provável de ser observada principalmente para o trabalho de marisqueira é a LER/DORT. Os itens abaixo exemplificam riscos gerais para doenças e acidentes do trabalho na pesca artesanal em nosso país:

Riscos físicos: movimentos do barco; vibração - no caso de barcos movidos a motores; calor de máquinas ou exposição ao sol; frio e umidade; ruído de motores de barco; exposição a altas pressões atmosféricas pelos mergulhadores; exposição às intempéries; umidade; calor / radiações solares; frio. Outras doenças que possivelmente estejam relacionadas aos riscos físicos: Enjoos, sudorese, palidez, náuseas, vômitos e fadiga relacionados aos movimentos do mar (especialmente para quem trabalha embarcado) - tende a desaparecer em processo de adaptação ao trabalho marítimo denominam mal do mar; Dermatites relacionadas à umidade e outras dermatofitoses; dermatoses por fungos; Exposição ao calor / radiações solares / intempéries; Hipertermia, queimaduras cutâneas, insolação,

desidratação, síncope, câimbras relacionados à exposição, ao calor e ao sol; Câncer cutâneo - relacionado à exposição às radiações ultravioleta; Envelhecimento precoce da pele; Efeitos na saúde decorrentes da exposição à chuva e ao frio; Infecções das vias aéreas superiores; Distúrbios da visão relacionados ao trabalho marítimo: hipertrofia ou atrofia das glândulas lacrimais; catarata; queratites; conjuntivites; acidentes com corpo estranho.

Riscos biológicos: Causados especialmente pelo trabalho nos estuários e mangues. São patologias associadas à falta de saneamento e a poluição orgânica do mangue, que é o principal local de trabalho das mulheres; Doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose, leptospirose, tétano, dengue, hepatite A, dermatofitoses, candidíase, verminoses, amebíases; Patologias e acidentes resultantes do contato com animais marinhos peçonhentos; Picadas e mordidas de peixes venenosos do litoral brasileiro: algumas espécies de caranguejos apresentam agulhão venenoso responsável por graves ferimentos; arraias com agulhão ou batóideos podem causar ferimentos na sua manipulação após a pesca (beneficiamento); rascasse-vermelho ou scorpæna scrofa – as espetadas desencadeiam uma dor súbita e violenta; Água viva - eczema de contato; Peixes venenosos como “niquins”, requins, espadons e poissons-scies - mordidas ou ferimentos provocados por ferrões venenosos, a exemplo das arraias; Corais - ferimentos com alguns tipos de corais causam afecções cutâneas que podem evoluir para ulcerações dolorosas; Animais peçonhentos: escorpiões, aracnídeos, abelhas, formigas etc.

Riscos químicos: Dermatoses alérgicas e dermatites causadas por agentes irritantes; Intoxicações por agentes utilizados nas atividades de pesca ou manutenção de barcos, como tintas, vernizes, graxas, etc.

Riscos Ergonômicos: Esforço físico excessivo - levantamento e movimentação de peso (pescado; equipamentos de pesca; transporte manual de mariscos; barco; etc.). Patologias da coluna e do aparelho locomotor em geral; lombalgias; mialgias; artrites; tendinites relacionadas ao esforço excessivo durante longos períodos; Movimentos repetitivos - fiação e tecelagem artesanal de rede de pesca; manutenção mecânica de equipamentos, beneficiamentos de pescado, entre outros. LER - Lesões por Esforços Repetitivos (DORT); Deformidades ósseas relacionadas às posturas para o trabalho e ao trabalho das crianças e adolescentes.

Riscos de acidentes em geral: afogamentos; quedas; bombas para pesca ilegal; acidentes perfurantes e cortantes; acidentes que escarpelam

mulheres pescadoras em barcos na região norte do país, dentre outros.

A ausência de recursos econômicos para compra de equipamentos de proteção ou prevenção de acidentes e doenças, ou para uso de serviços médicos privados e diagnósticos aprofunda a necessidade de políticas públicas de previdência voltadas para essa categoria.

Dos fatores supracitados, talvez o de maior importância para a pesca artesanal seja o ambiente físico, pois neste devem estar incluídos água limpa e ar puro, moradias seguras e um saneamento básico eficiente. Hoje, a maior preocupação da OMS é com o saneamento básico, pois, a mesma afirma que, a cada unidade monetária paga em saneamento, economiza-se cerca de quatro a cinco unidades em sistemas de saúde (OMS, 2013).

II – Metodologia Desenvolvida

Com o fim da II Guerra Mundial (1945-8), a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada; para tanto foi necessário estabelecer um conceito de saúde mais abrangente. Então, agrupou-se significados ao que se definia como saúde, significados estes, que fossem positivos e que pudessem incluir: boa alimentação, bem estar, trabalho, renda, inclusão social e registro no sistema de saúde pública, entre outros (HOUSMAN, 2005). Saúde passa a ter como determinante e condicionante, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e acesso aos bons serviços essenciais. Pereira (2003), afirma que o estado de saúde está diretamente relacionado à qualidade de vida, influenciada pelo sexo, escolaridade, idade, condição econômica e ausência de incapacidades. Isto justificou, em nossa metodologia, a presença de um questionário que traçou o perfil social das pescadoras em sua relação com o trabalho. Baseando-nos em uma metodologia de características da pesquisa-ação, propusemos-nos a discutir todas as suas etapas com as próprias pescadoras, registrando as conversas, as reuniões de grupo, cursos de formação, os planejamentos e os projetos, tudo para acompanhar o processo criativo de suas reivindicações, identificar as dificuldades e compartilhar experiências.

A Reserva Extrativista Acaú-Goiana, onde realizamos o estudo, está localizada através das coordenadas geográficas 07°33'59"S e 034°50'14" O, coordenadas estas que têm seus limites constituídos entre os estados de Pernambuco e Paraíba. No estado de Pernambuco compõem a RESEX os distritos de Ponta de Pedra e Tejucupapo e as localidades de Carne de

Vaca, Povoado de São Lourenço, Bom Tempo e Baldo do Rio, distritos e localidades pertencentes à cidade de Goiana. Por sua vez, no estado da Paraíba a RESEX engloba o município de Caaporã e a localidade de Acaú, cujo município responsável é Pitimbu. As localidades em estudo foram delimitadas através dos maiores índices de população pescadora e negra dentro das respectivas municipalidades. A legalização da RESEX em estudo trouxe alguns benefícios quanto a cuidar dos ambientes costeiros e seus rios, mas não tem impedido que indústrias e a ausência de saneamento continuem poluindo. Com o passar dos anos os fatores apontados acima, que são básicos para a saúde, sucumbiram ao crescimento desordenado desses municípios, que tem sido responsáveis pelo aumento da pressão das atividades antrópicas sobre os recursos naturais. Atualmente, não há um único ecossistema que não tenha sofrido influência direta e/ou indireta do homem, a exemplo da contaminação dos ambientes aquáticos, desmatamentos, contaminação de lençol freático, e introdução de espécies exóticas, resultando na diminuição da diversidade de habitats e perda da biodiversidade (GOULARD, 2003). O que podemos observar é que os habitats que mais sofrem com as atividades antrópicas são os ambientes marinhos, limnológicos (águas continentais) e estuarinos, onde os rejeitos são despejados de forma desenfreada, não havendo, em alguns casos, reversão. Corriqueiramente, a avaliação de impactos ambientais em ecossistemas aquáticos tem sido realizada através da mensuração de alterações nas concentrações de variáveis físicas e químicas. Este sistema de monitoramento, juntamente com a avaliação de variáveis microbiológicas (coliformes totais e fecais), constitui-se como ferramenta fundamental na classificação e enquadramento de rios e córregos em classes de qualidade de água e padrões de potabilidade (que se pode beber) e balneabilidade (que se pode tomar banho emerso nas águas). Os principais afetados com esses impactos ambientais aquáticos são os/as pescadores artesanais. Segundo Diegues, em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar (1983), pescadores artesanais são definidos/as por:

(...) homens e mulheres que na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem

pouca autonomia. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado.

Deste modo permanecem horas mergulhadas em sua atividade econômica e com isso são acometidas por diversos problemas de saúde e má qualidade de vida.

A nossa proposta manifesta um compromisso explícito com a mudança social e o atendimento das pescadoras, pois nossa pesquisa não objetivou, apenas, a coleta de dados e informações sobre as condições de trabalho e saúde, mas de sua utilidade para modificar o status quo pela implementação de política pública. Considerando, por fim, em todo o raciocínio que mantivemos até aqui sobre saúde, meio ambiente e pesca artesanal, o reconhecimento de aproximadamente 60 doenças ocupacionais que podem estar associadas a esta prática, requereu, em princípio, uma descrição e um mapeamento do território da pesquisa, seguido de dados sobre o perfil geral das mulheres pescadoras e levantamento em 11 Estados através de formação.

Como afirmamos, a metodologia teve um caráter essencialmente qualitativo considerando a relação pesquisadora/ pesquisadas como faces de um mesmo processo dentro do campo do Movimento Social da Pesca Artesanal. Com relação aos primeiros objetivos específicos realizamos:

- Mapeamento e visitas aos PSF no território da RESEX, visitas às Secretarias Municipais de Saúde de cada município envolvido (Goiana, Caaporã e Pitimbú) onde entrevistamos as secretárias, alguns profissionais vinculados às equipes médicas e agentes de saúde;
- Avaliação do conhecimento apresentado pelas equipes de saúde sobre raça e doenças ocupacionais na pesca e a preocupação das Secretarias de Saúde Municipais em capacitar os profissionais para a realidade do território onde se inserem os PSFs da reserva.

Em conformidade com os objetivos da pesquisa corresponderam algumas ações metodológicas que representam atividades já preestabelecidas pelo projeto, bem como a introdução de algumas agendas da Articulação de Mulheres Pescadoras – AMP. Considerando o interesse na própria ação e monitoramento feito pelas mulheres e em sua educação política, observamos a movimentação da AMP em torno dos Ministérios da Saúde (MS) e da Pesca e Aquicultura (MPA). Durante essa atividade de pesquisa

objetivamos:

- Compreender de que forma as pescadoras planejam sua saúde;
- Levantar em que momentos sua saúde é priorizada;
- Conhecer a relação que estabelecem com os serviços públicos de saúde;
- Levantar as ações planejadas coletivamente para alertar e buscar apoio nos órgãos de saúde (municipais e estaduais);
- Conhecer as relações que fazem entre meio ambiente e saúde;
- Levantar as ações coordenadas que tomam em relação à saúde local;
- Verificar o conhecimento dessas mulheres e dos agentes locais de saúde em termos das diferenças ocupacionais e étnico-raciais em saúde;
- Apresentar os pontos considerados relevantes para construir uma política de saúde para as pescadoras;
- Saber se consideram que, após as ações efetivadas, têm conquistado melhor atendimento em saúde;
- Intensificar ações coordenadas em parcerias entre a ANP e: MS, CPP, FUNDAJ, UFBA e UFRPE.
- Capacitar pescadoras no controle social e gerência de saúde no enfrentamento ao racismo e o reconhecimento das doenças ocupacionais (realização de projeto pelo edital do OPAS/MS);
- Estimular o monitoramento local em relação à saúde e previdência e a crítica construtiva a relação entre Colônia e PSFs;
- Proporcionar discussão e sistematização em grupo sobre saúde, prevenção e EPIs adequados às atividades (realização de vários grupos focais).

Com relação aos demais objetivos, a avaliação, participação e envolvimento das pescadoras no monitoramento da saúde, seguimos os princípios da pesquisa-ação, participando do movimento da Articulação Nacional de Pescadoras no estado de Pernambuco e nacionalmente. Estivemos presente aos eventos, reuniões, construção de material didático, metodologia de apresentação da cartilha, discussões sobre EPIs e construção de metodologias e agenda de visitas para repasse de informações às demais pescadoras em localidades diversas dos territórios pesqueiros pernambucano. Participamos ainda de projeto voltado para a formação das mulheres em curso de formação em saúde patrocinado pelo MS/OPAS.

III - Análise e Resultados

Quando realizamos uma primeira pesquisa (CNPq 2008-2010) sobre a identidade da pescadora em Pernambuco, constatamos que existem pelo menos três maneiras de se considerar essas trabalhadoras: a) aquelas que têm a pesca como atividade principal; b) aquelas que têm a pesca como atividade parcial (uma ou duas vezes por semana); e c) aquelas que pescam como complementaridade de renda e sobrevivência (cuja regularidade está relacionada à necessidade e lazer). No caso atual, constatamos que cada vez mais diminui o número daquelas que podemos classificar como tendo a pesca como atividade única. Incluímos entre as entrevistadas mulheres que de alguma maneira são lideranças locais ou estaduais, seja nas representações oficiais da categoria (Colônia ou Associação) seja em outras formas de organização social ou ainda participantes de programas direcionados à pesca, a exemplo do Chapéu de Palha em Pernambuco.

As pescadoras entrevistadas pertencem às três categorias já descritas acima relacionadas ao comprometimento com a atividade (parcial/total), contudo, mesmo as que realizam a atividade como fonte principal de renda reduziram muito o tempo de pesca devido à escassez do pescado e passaram a complementar com outras atividades. Levantamos dados para perfil socioeconômico tais como: faixa etária, escolaridade, iniciação na pesca, tempo na pesca, tipo de atividade, registro de pescadora, cor, renda, registro no SUS, composição familiar, moradia, saneamento, entre outras informações gerais capazes de serem analisadas por programa estatístico (SPSS). Também levantamos informações sobre a participação no Movimento Social (MPP) e em associações locais.

A vida como pescadora inicia na infância com familiares (principalmente a mãe) ou ao se unirem, na adolescência, a companheiros que pescam. A escolaridade é baixa, em sua maioria o fundamental incompleto, a faixa etária está entre 30 e 45 anos, estão registradas no MPA para retirada de carteira profissional - RGP, em sua maioria a pouco mais de 3 a 5 anos, embora pesquem há muito tempo para sobreviver, sua inscrição é resultado de contínuas campanhas. A redução para comercialização do pescado está levando-as a outras atividades, principalmente as de faxineiras ou cozinheiras de veranistas, outras atuam em comércio local, biscates ou trabalhos temporários e possuem uma renda muito baixa. As secretarias municipais dão mais ênfase ao turismo que ao meio ambiente ou a pesca. Contudo, e contraditoriamente, ao serem perguntadas se vivem da pesca, respondem prontamente que sim. Quando a família da pescadora atua coletivamente, o montante semanal ganho com a comercialização da pesca

se eleva de R\$ 45,00 para até mais que R\$200,00. Isto porque cada etapa do processo passa a envolver mais mão de obra (coletar, cozinhar, filetar, limpar, comercializar etc.). O tipo de pescado também define o valor total do produto beneficiado. Quando a pescaria é apenas marisco, por exemplo, alcança o mais baixo valor produzido por quilo contra o maior tempo empregado: R\$6,0 a R\$12,00 para o atravessador ou *pombeiro* por 12 horas de trabalho. Justo nesta atividade é onde mais se encontram, isoladamente, as mulheres. Contudo, na pesquisa sobre o perfil das pescadoras como um todo, constatamos que quanto mais a constituição familiar é de pescadores (homens e mulheres), mais pobre é o grupo familiar.

Cem por cento delas mora em casa própria em áreas de periferia urbana, nas mesmas condições dos demais membros mais pobres da comunidade (falta água, saneamento e calçamento). O lixo depende da área de moradia, se a prefeitura atende ou não aquela área. Caso não atenda, esse lixo pode ser queimado ou lançado nos quintais, enterrado etc. Muitas das residências de marisqueiras visitadas possuem enormes monturos de cascas de moluscos em seus quintais que algumas vezes são aproveitados como alvenaria nas reformas e ampliações. De modo artesanal fazem a massa com as cascas trituradas ou inteiras e rebocam as moradias, banheiros e até os bares.

Quanto aos apetrechos da pesca, dependendo do tipo de pescaria ou da ausência de homens (companheiro ou filhos), possuem apenas adaptações de utensílios domésticos (baldes, bacias, facas, colheres), mas quando há pescador na casa, podem até mesmo possuir redes e embarcações. Mas, não chega a 5% da amostra aquelas que possuem embarcação.

Essas mulheres quase que em sua totalidade são atendidas por programas sociais do governo federal ou estadual, tais como: bolsa família, ICM-BIO (bolsa verde devido a Resex), e/ou Chapéu de Palha em Pernambuco. Quando possuem companheiro, ainda que sem residir em casa, estes não aprovam sua participação em ações políticas ou associativas. De modo geral, as mulheres justificam dizendo não ter tempo para somar outra atividade às questões de trabalho doméstico e pesca. A exceção se fez, em Pernambuco, quando o programa estadual Chapéu de Palha introduziu como contrapartida, além da inscrição no CRAS (para o Bolsa Família), a frequência obrigatória ao curso de Políticas Públicas para as Mulheres, levando ao conhecimento delas muitos dos direitos que desconheciam possuir. O curso não afeta o status quo, mas altera estados de consciência. Isto significa dizer que em quase sua totalidade as entrevistadas não participam

de qualquer movimento social sistematicamente e nem se associam com facilidade, mas hoje adquiriram alguma noção de cidadania. Esse elemento nos faz crer que se a proposta dos PSFs realizasse ações, atividades ou debates sérios sobre saúde cumprindo com o programa original para essa política, as mulheres teriam melhor condição para exercer o controle social nesse campo. Nem é preciso dizer que do ponto de vista do gestor municipal tais ações não despertam interesse.

De modo geral as mulheres só comparecem a reuniões quando há algum retorno financeiro para a família (ex. bolsa verde). As mulheres também se recusam a contribuir financeiramente com a associação ou se organizar em cooperativa, alegando que estão sustentando um bando de politiquinhas que desejam apenas o suor delas, e que entregar o produto na associação para comércio é perder muito financeiramente. Na localidade de Pontinha/Pb, por exemplo, é uma dona de peixaria quem recebe e revende boa parte dos produtos das marisqueiras. Contudo, ficamos impressionadas com o volume em quilos de marisco que as marisqueiras retiram do estuário todos os dias (sobrepesca) para garantir o mínimo para sobrevivência. Sem defeso ou paradeiro (salário mínimo garantido pela previdência para o período que não devem pescar), o meio ambiente está sendo super explorado e o desenvolvimento do pescado ameaçado.

De uma forma geral, as condições ambientais locais, com o passar dos anos, sofreram diversos danos afetando assim as condições de vida dos moradores daquele território. Toda transformação no ambiente local implicou em prejuízos para Goiana, Pitimbu e Caaporã, como a água poluída pela Carcinicultura, a criação de animais, despejo de esgoto doméstico e de resíduos sólidos, assoreamento de corpo d'água, provocado por desmatamento e expansão de atividade agrícola. Em Goiana, os danos foram ainda maiores, afetando ar, água e solo. A expansão das atividades agrícola e industrial, somadas a outros fatores como: odores de lixo, queimadas, veículos automotores e vias não pavimentadas; foram as principais responsáveis pela poluição do ar. Em relação aos corpos d'água, os principais problemas são a criação de animais, como a exemplo da carcinicultura; despejo de vinhoto e de esgoto doméstico, uso de agrotóxico ou fertilizante. No caso do solo, a extração mineral, a atividade pecuária, chorume, sumidouros, resíduos tóxicos e/ou metais pesados interferem na qualidade destes recursos.

Após os trabalhos de campo e as entrevistas algumas conclusões gerais puderam ser elaboradas. Embora não haja nada muito inédito em

seu conteúdo, afirmamos que a ineficiência do que se planeja em comparação com o resultado na base é decepcionante. Tudo fica por conta de condições monetárias, jogos políticos e os princípios que regem a saúde pública e o SUS não são sequer cogitados. Portanto, embora tenhamos um levantamento bem mais completo, iremos nos limitar a expor aqui poucas conclusões relacionadas, especificamente, aos problemas do Atendimento Básico de Saúde: 1. Os Conselhos não funcionam ou se quer são conhecidos. Só ouvimos falar em reunião na greve da saúde em Goiana. 2. Os dirigentes de Colônia se associam com os governos locais para tirar vantagens pessoais. 3. Os postos de PSF tornaram-se consultórios ruins ou inadequados, onde não existem recursos para exame. Contrariando a proposta original de ir ao encontro das famílias, são as pessoas que procuram o posto quando se sentem enfermas. 4. Por sua vez, e por desconhecimento, as pessoas também não reagem a esses formatos. 5. Nenhuma entrevista com ACS apresentou qualquer tipo de ação ou reunião voltada para educação e política de saúde junto à comunidade, como também as capacitações não estão originadas por problemas locais e não ocorrem sequer uma vez por ano. 6. Os ACSs levam instrumentos adquiridos com recurso próprio para o trabalho. 7. É certo que alguns problemas de saúde serão encontrados em qualquer parte do país, mas suas origens não. Tudo isto nos leva a pensar que, como em outros campos de implantação de Políticas Públicas no Brasil, a relação entre idealizadores e executores não está firmada, não há um compromisso, preparo, capacitação, formação ou um planejamento qualificado para sua regularidade.

Os profissionais de saúde entrevistados desconhecem, na sua quase totalidade, as doenças locais como doenças ocupacionais da pesca, bem como sua relação com o fato dessa população ser negra ou parda e merecer determinadas compreensões sociais.

Existem, por fim, conclusões que se associam mais diretamente às questões programadas por esta pesquisa para com gênero e relações de poder. Estas conclusões são delicadas de apresentar porque envolvem comportamentos investigados que foram construídos ao longo dos anos nas tensões institucionais entre Município, PSFs e Colônias. As investigações também revelam faces das relações de poder praticadas dentro do próprio órgão de classe dos/as pescadores que, por sua vez, são constituídas pela subordinação política das mulheres aos homens. Os pescadores estão preocupados com as aposentadorias ou as licenças de saúde, contudo há um cotidiano nos postos, nas buscas das mulheres com seus filhos/as

menores que fica distante das preocupações masculinas e não conta com sua participação reivindicativa.

A emergência da categoria gênero representou, pelo menos para aquelas que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder (MARIANO, 2005). Joan Scott (1996) considera que o que parecia necessário era uma análise da discriminação que incluísse as próprias categorias, como classe, trabalhador, cidadão e até mulher e homem.

Estas reflexões revelam alguns dos aspectos de como dirigentes de Colônia se apropriam dos votos das mulheres utilizando favores junta aos PSF, as Secretarias de Saúde locais e à própria Previdência. Os mecanismos são possíveis através de situações como: o registro no MPA (carteira profissional), a participação como líderes de Associações de Pescadoras e Marisqueiras, requisições para os amigos médicos dos PSFs, controle jurídico através do uso de advogados que argumentam junto a Previdência para licenciamentos ou barganha de aposentadorias que antecedem a legalidade (idade X recolhimento), são alguns exemplos. O falocentrismo nas colônias de pescadores faz com que esses mecanismos de exercício do poder retorne em favoritismos para continuar por anos e anos na presidência do órgão sindical, ainda que contrariando os estatutos e regimentos. Muitos atos de negociação de favores subvertem, inclusive, o que é garantido por Lei com relação à Previdência. Em 2010, alguns fatos como a cobrança às mulheres para registro no Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, gerou entre as mulheres o Manifesto da RGP, fazendo com que o registro pudesse ser efetuado diretamente nas Secretarias estaduais do Ministério. Os processos de encaminhamento serviam ao fortalecimento das identidades de muitos presidentes de Colônia, alguns dos quais migram para a política local como vereadores, deputados ou amigos dos prefeitos. Tais fatos não tornam a Previdência apenas vítima do processo. A ausência de políticas claras para as doenças ocupacionais servem de via para as mais variadas falcatruas e artifícios retóricos para barganhar tais favores junto aos presidentes. Por sua vez, a falta de formação e informação médica é um facilitador. Posso afirmar que esses recursos políticos são mais comuns entre homens da liderança nas Colônias que quando estas são assumidas

por mulheres.

Com as entrevistas pretendíamos que as pescadoras informassem como avaliam os serviços de saúde, as relações que estabelecem com esses serviços, como veem os itens raça e pesca na experiência de atendimento, o que conhecem sobre o quesito cor e as doenças mais comuns entre elas, que ações preventivas tomam em relação a si, meio ambiente em que vivem, hábitos de higiene, cuidados com vacinação (tais como proteção contra tétano e esquistossomose), síndrome hipertensiva na gravidez, déficit de glicose, anemia falciforme, entre outras questões sérias. As perguntas da entrevista variaram desde as possibilidades individuais de busca pela condição de saúde até ações coletivas ou envolvimento no Movimento Social de Pescadoras. Constatamos desde o início que a grande maioria das pescadoras não parece ter tido acesso ao documento nacional denominado Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Princípios e Diretrizes (2004).

Na medida em que nos voltamos para a relação pesca/saúde, perfizemos um caminho que fortemente envolvia o meio ambiente. As pescadoras afirmam que a alguns anos houve um grande desequilíbrio ambiental devido à presença de duas fontes de escassez do pescado e quebra na saúde local: a química despejada nos estuários pela carcinicultura e os resíduos das usinas de cana-de-açúcar da região. Algumas citam ainda o uso contínuo de agrotóxicos pesados despejados nas águas, especialmente no período de chuvas. Sentem coceiras, dores de cabeça, dores no corpo e problemas respiratórios. O meio é apontado como responsável por: problemas ginecológicos (mergulhadas em lama, termodinâmica das águas, química, etc.), com relação à visão (salinidade da água, sol forte ou fumaça das usinas e da lenha para cozer o pescado), pressão alta e diabetes (alimentação e/ou herança biológica). Quando falamos em EPIs, é quase unânime a resposta negativa para seu uso. Afirmam que pesa, dá trabalho, é algo a mais para se preocupar, e é dispendioso. De modo geral, introjetam sobre saúde o que escutam nos PSFs como sendo saúde reprodutiva.

Encontramos algumas outras alterações no ambiente desequilibrado que interferem em sua dinâmica e que parecem contribuir com os danos à saúde. Em sua totalidade os locais em que os pescadores vivem estão repletos de animais peçonhentos (cobras, escorpiões, marimbondos, ratos) e também vermes e xistossomos. Ratos são atraídos pela grande quantidade de lixo e resíduos comestíveis devido à ausência de coleta completa e sistemática. Por sua vez, as cobras aparecem pelo desmatamento e pelo ali-

mento farto gerado pelos ratos, marimbondos, lacrais e escorpiões. Ficamos impressionadas com a quantidade de relatos sobre picadas de cobras e como algumas pessoas afirmam que deformações nas mãos ou nas pernas se originaram dessas picadas durante a atividade da pesca. Não existe soro antiofídico nos postos, nem todas as vacinas específicas disponíveis para tais problemas. Segundo entrevistas, a reserva já mereceu intervenção sanitária para reduzir a esquistossomose e a leptospirose. Mas, a última gestão municipal cortou as verbas para esse combate. A esquistossomose ainda faz muitas vítimas fatais pelo frágil tratamento ou quando associada ao uso de bebidas alcoólicas.

Moradia e saneamento estão relacionados ao que afirmam as mulheres sobre a relação saúde e meio ambiente. A maior queixa é a ausência de água potável nas residências e o saneamento. As mulheres não perceberam melhoria significativa nesses problemas desde que em 2004 o SUS aprovou projeto para sanear localidades em todo o país e naquele território.

Desde 2006, a saúde sempre foi um ponto relevante nas reuniões da ANP. As pescadoras se queixavam de discriminações sofridas junto aos atendentes e peritos da Previdência Social e da dificuldade que era se tornar legalizadas. Os atendentes e peritos parecem possuir um a priori sobre a identidade da mulher rural, tendo esta que se apresentar: desgrenhada, desalinhada, suja, cor de pele queimada, unhas por fazer, maltrapilha, entre outros estigmas. Desse modo, no contato pericial com as mulheres, ao não se depararem com essa corporeidade, presumem não se tratar de fato de trabalhadora rural, negando em consequência seus direitos. O pré-conceito evidente deveria inviabilizar o exercício da triagem e perícia feita por essas pessoas. As mulheres vêm reagindo sistematicamente a esses impasses, contudo ainda não se encontravam até 2006 coletivamente organizadas para reverter esse quadro devido ao alto nível de desinformação em todas as instâncias envolvidas: equipe médica, paramédicos, ACS, elas próprias, peritos quanto à saúde, ocupação e raça, permitindo assim a institucionalização dos preconceitos. Não haviam aberto, também, canal junto ao Ministério da Saúde. Podemos inserir ainda nesse campo, o desconhecimento dos Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência, que não possuem informações aprofundadas e esclarecidas sobre os problemas de saúde enfrentados com a pesca. Ao fundarem sua Articulação Nacional as pescadoras colocaram como meta investir sobre esses problemas de discriminação, e têm aberto um canal de diálogo com o MS. Ao participar de um evento em 2013 na FUNDAJ - IV Seminário Pesca Artesanal e Susten-

tabilidade Socioambiental: Territórios Pesqueiros, elaboramos um roteiro de ações da ANP que nos permitiu visualizar a saúde e previdência social entre suas principais metas. Ter resgatado um pouco dessa história, antes durante a pesquisa deu mais sentido à dimensão que a temática tem para as trabalhadoras da pesca coletivamente. Estivemos presente em todos os eventos e momentos de decisão:

1. No I Encontro Estadual das Pescadoras e Aquicultoras do Litoral e Sertão de Pernambuco, cujo título foi Rumo a Superação das Desigualdades Sociais, preparatório para o I Encontro Nacional das Trabalhadoras na Pesca (2004).

2. II Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, 8 e 9/04 /2006. Nesta conferência as mulheres em Pernambuco já pontuavam em suas solicitações questões ligadas à saúde, doenças ocupacionais e previdência.

3. O encontro da ANP organizado especificamente para saúde ocorreu no CPP em Olinda de 24 a 26/04/ 2009. Em uma das sessões do encontro uma assistente social da Previdência em Recife, expos para as pescadoras o que representava estarem classificadas como Seguradas Especiais da Previdência e sob que condições têm direito a recorrer ao auxílio doença e/ou aposentaria.

4. Elaboração de Vídeo pela FUNDACENTRO - Saúde e Segurança no Trabalho das Pescadoras Marisqueiras.

5. Cartilha de Goiana 2011 - Saúde no Trabalho das Pescadoras Marisqueiras – MPA Ideli Salvatti, Dr. Paulo Pena e Dra. Vera Martins, SESA/BA.

6. Em Cabedelo 3 a 6 de julho de 2012, Praia Formosa – Casa Maria Pia - Pescando com Saúde e Previdência com o apoio e a presença de representante do MS.

7. 8 de março de 2013, Ato em frente a Previdência em Recife.

8. Dr. Paulo Pena e Dra. Jurema Werneck – Olinda em junho 2013.

9. Elaboração de projeto para o OPAS/ 2013 - Salvador na Faculdade de Medicina.

10. Execução do Projeto OPAS/MS em 2014.

Todos esses processos coletivos ainda estão se desenrolando em 2015. O mesmo não podemos afirmar com relação ao interesse, conhecimento e envolvimento pessoal em direção à saúde. Ao visitarmos grupos de pescadoras percebemos a imensa lacuna em seus conhecimentos e envolvimento pessoais. Portanto, devido a nossa forma de focar metodologicamente a pesquisa, buscamos como uma etapa final a realização de

oficinas e grupos focais nas localidades, seguidas de roda de diálogo para informar e responder questões sobre saúde em geral, PSF, EPIs, racismo na saúde e doenças ocupacionais.

Essa metodologia de grupos de discussão já é muito empregada pelo próprio Movimento Social da Pesca e pela CPP quando desejam aprofundar um tema. Recentemente, em reunião com a Articulação de Pernambuco, elaboramos e aprovamos junto à CESE um projeto visando à difusão da Cartilha sobre Saúde da Pescadora, mas o projeto se restringiu a RESEX Acaú-Goiana. A proposta para Pernambuco era que realizassem três reuniões locais repassando para a base todo o conteúdo da cartilha e reproduzindo os exercícios nela contidos. Essa proposta continua em execução. Provocamos com perguntas que as mulheres avaliem como estão lidando com sua saúde enquanto dever e direito. Avaliar a existência de melhoria nos serviços de atendimento, provocando a construção de uma linha do tempo associada aos problemas com a saúde.

Esse último aspecto, sobre o que ocorre na saúde durante os últimos anos, foi levantado nas entrevistas e oficinas na RESEX. O resultado que obtivemos foi forte acusação aos gestores municipais pela desqualificação dos atendimentos nos PSFs e postos públicos em geral. Mas existe outro lado, que é, muitas vezes, a recusa de compreender que a saúde também requer, além do envolvimento coletivo, o pessoal. O resultado de alguns aspectos das entrevistas é vazio de atitudes preventivas em direção à própria saúde e a de familiares. Um grande exemplo está na alimentação deficitária de nutrientes (STADTLER, 2010).

Provocamos nos grupos focais discussão da temática de ações afirmativas da saúde com recorte étnico racial para: levantar as ações coordenadas que já tomaram em relação à saúde local; conhecer documentos sobre responsabilidades sociais para construção de uma política municipal de saúde para as pescadoras; estimular o monitoramento local em relação à saúde e previdência, participar e/ou exigir conselhos junto aos PSFs, e por fim, discutir a existência e adequação de EPIs para suas atividades. Acompanhar como, após o acesso a mais conhecimento sobre outros elementos estruturantes da saúde, como gênero, trabalho e raça; as mulheres elaboraram a intersecção desses elementos dentro das ações pretendidas, coletiva ou individualmente.

Considerações Finais

Temos demonstrado que Saúde e Previdência são tópicos centrais

na história da Articulação Nacional das Pescadoras. Desde sua fundação, por várias vezes, a Articulação Nacional reunida tratou desses dois tópicos convidando profissionais da saúde e parceiros a contribuir com o debate. O estudo de caso da Resex Acaú-Goiana sobre os serviços de saúde local e atendimento a mulheres pescadoras pode contribuir com a introdução de políticas afirmativas de discriminação positiva, na área da saúde, avaliação e melhoria dos serviços, avaliar a mortalidade, sugerir controle social a esta população identificando as necessidades e demandas sociais específicas para o SUS. Podemos ainda contribuir com o início de um grupo de estudo técnico para produção de EPIs, estimular participação no GT Terra do MS. Nossa finalidade de contribuir com proposições para equipamentos de prevenção adequados à pesca artesanal (EPIs) tem, entre suas dificuldades para estruturação de uma proposta geral o fato de que são muito diversos os territórios e as formas de pescaria.

Os grupos focais nos deram poucos subsídios em termos de revelar o como essas populações tradicionais planejam a execução do controle social no campo da saúde; ou qual a eficácia da participação das mulheres no Conselho Municipal de Saúde ou como cada mulher governa sua saúde e a de sua casa. Mas nos permitiu problematizar junto com elas esses fatos.

Por orientação política da própria ANP, os Conselhos Municipais tem sido evitados devido sua ineficácia participativa ou ao utilitarismo político de aprovação de ações e recursos de cima pra baixo, obrigando aos participantes a serem coniventes com o que discordam. As mulheres apontam esse modelo de manipulação política como similar ao dos presidentes de Colônia discutido acima.

Entre os ganhos com uma pesquisa que por sua vez também concentrou esforços na extensão, fortalecemos a interação entre Universidade e o Movimento Social no que tange a geração e transferência de conhecimentos, construindo um ambiente favorável à promoção de uma agenda estratégica local voltada ao desenvolvimento sustentável. Favorecemos ainda a construção de outras parcerias na busca de solução de problemas que podem gerar inclusão em políticas públicas nacionais pelo reconhecimento das doenças ocupacionais da pesca artesanal. Em razão disso, alguns encaminhamentos começaram a despontar em nível nacional. Solicitações para que houvesse reprodução de 5000 cartilhas para divulgação da Cartilha sobre Saúde e Doenças Ocupacionais em diferentes realidades e pescarias. Refletir sobre a participação nos Conselhos municipais, embora afirmem que servem apenas como legitimadores dos projetos que muitas

vezes lhes são desfavoráveis.

Referências

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2009. 379 p.

ARAÚJO, M. A. D. de. **Responsabilização na Reforma do Sistema de Saúde. Catalunha e Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 340 p.

CARDOSO, E. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo. 2001. 143 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2001.

DIEGUES, A. C. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa (Portugal), v.III, n.2, p.361-375. 1999.

FORMIGA, N. **Perfil Demográfico do Município de Goiana, Pernambuco 1940-2010**. 2012. 31 f. Monografia (Graduação em Saúde Coletiva). Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2012.

GOULART, M.; CALLISTO, M. Bioindicadores de qualidade de água como ferramenta em estudos de impacto ambiental. **Revista da FAPAM**, Pará de Minas/MG, ano 2, n.1, Out. 2010.

HAMANN, E.M.; TAUIL, P.L. **Introdução do Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 123). 2001. p. 78.

HOUSMAN, J. The Alameda County Study: A Systematic, Chronological Review **American Journal of Health Education** 36 (5) September/October 2005. Reston, VA: American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance, p.302–308. Disponível em: <<http://www.who.int/countries/bra/es/>>. Acesso em: 03 de maio de 2015.

LIBARDI, D.; SOUTO, A. **Pescando Histórias à Beira-mar**. Maceió:

CEPAL, 2011. 28 p.

MALDONATO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MELO, F.; SILVA, M.; STADTLER, H. Culturas Tradicionais e Insegurança Alimentar. Um breve estudo da alimentação entre pescadoras. In: Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=151>. Acesso em 30 de junho de 2011.

MOURA, A.R.L.U. **Hidrodinâmica e Processos da Zona Costeira**: integrando dados in situ e de Sensoriamento Remoto. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. v. 1, 147 p.

PEREIRA, R.J. et al. Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.28, n.1, p.27-38, Jan/Abr. 2006.

SILVA, S.F. da. (Org.) **Redes de Atenção à Saúde**: desafios da regionalização no SUS. Campinas: ed. Saberes, 2013.

STADTLER, H.; TAVARES, L. Mulheres Pescadoras: Gênero e Identidade, Saber e Geração. Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis/SC. In: **Anais...**, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=151>. Acesso em 05 de maio de 2011.

STADTLER, H. Mulheres na Pesca Artesanal de Pernambuco. Políticas Sociais e Ambientais do Litoral ao Sertão. In: Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis/SC. In: **Anais...**, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/simposio/view?ID_SIMPOSIO=151>. Acesso em 05 de maio de 2011.

ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS: UM ESTUDO NAS COMUNIDADES DE SANTA LUZIA E SÃO LÁZARO NO GRANDE LAGO DE MANACAPURU/AM.

Débora Cristina Bandeira Rodrigues¹

Natália Teixeira Andrade²

Thamirys Souza e Silva³

Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento⁴

Resumo: O debate em torno da organização do trabalho das mulheres em contextos tradicionais não indígenas, ganha centralidade na cena contemporânea tendo em vista a busca por formas de desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade. Neste sentido, o artigo apresenta discussão com base nos resultados parciais da pesquisa intitulada: Organização e Trabalho das Mulheres Ribeirinhas Amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM, cujo objetivo principal é a discussão acerca das contribuições da mulher ribeirinha na organização sociopolítica e do trabalho no contexto local. A pesquisa de campo teve como base a pesquisa-ação associada a abordagens quantitativas e qualitativas. Nas comunidades investigadas, as mu-

1 Doutora na área de Gestão da Inovação em Biotecnologia. Coordenadora do Programa de Pós graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia/ grupo Inter-Ação. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. E-mail: deb.band@gmail.com

2 Bacharel em Serviço Social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonas. E-mail: nateixeira01@hotmail.com

3 Bacharel em Serviço Social, bolsista DTI do CNPq e pós-graduanda em gestão de políticas públicas. E-mail: thamy_rebeca@hotmail.com

4 Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pesquisadora de iniciação científica do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia/ grupo Inter-Ação. E-mail: pn_camilafernanda@yahoo.com.br

heres são as principais detentoras dos conhecimentos relacionados aos processos de produção da farinha, principal produto de subsistência das famílias, ao mesmo em tempo em que são as responsáveis pela reprodução deste conhecimento através da tradição oral. Importante destacar que, o processo de plantio e produção da farinha é desenvolvido de forma artesanal, com tecnologias sociais desenvolvidas pelos próprios comunitários, com baixo impacto ambiental. As mulheres, nestas comunidades, são as principais responsáveis, em grande parte, pela organização social familiar e comunitária.

Palavras-chave: Organização sociopolítica; Trabalho; Mulheres ribeirinhas.

Abstract: The debate on women's work organization in non-indigenous traditional contexts, is the core in the contemporary scene in order to search for ways to develop a sustainability perspective. In this sense, the article presents discussion on the basis of partial results of the research entitled: Organization and Working Women Riparian Amazon: A Study In Communities In Santa Luzia and Saint Lazarus From The Great Lake Manacapuru / AM, whose main objective is the discussion of contributions of the riverside women in socio-political organization and work in the local context. The field research was based on action research associated with quantitative and qualitative approaches. In the investigated communities, women are the main holders of knowledge related to the flour production processes, the main product of livelihood of families, in the same time are responsible for the reproduction of this knowledge through oral tradition. Importantly, the process of planting and production of flour is developed by hand, with social technologies developed by community members themselves, with low environmental impact. Women in these communities are primarily responsible, in large part, by the family and community social organization.

Keywords: socio-political organization; work; Women riverside.

1. Introdução

Nas sociedades tradicionais não indígenas da Amazônia, as mulheres possuem papel social importante no processo de organização do trabalho, da economia doméstica e da comunidade de um modo geral. Na

leitura de MAUÉS (1993):

[...] é sabido que a mulher ribeirinha historicamente assume papel preponderante em seu contexto sociocultural, ao mesmo tempo em que luta para deixar de ser elemento de apoio ao homem apenas, buscando sustentar a cultura, as práticas sociais tradicionais e a realidade do *modus vivendi*. (MAUÉS apud RODRIGUES, 2009, p. 21).

Na perspectiva de alguns autores (FECHINE, 2008; AMAZONAS, 1984; RODRIGUES, 2009), pode-se observar que na maioria das comunidades ribeirinhas da Amazônia são as mulheres que realizam tanto o trabalho de artesanato, de fiar, de confeccionar redes, fazer e moldar louça de argila e cerâmica, muitas possuem o conhecimento em preparar a rede de pesca, fazer abanos ou leques, paneiros⁵ para o depósito de farinha, cestos, peneiras, confeccionam o *jirau* para tratar o peixe e suspensórios para plantar cebolinha e hortaliças; fabricam os seus próprios fogões de barro e o forno de fazer farinha, tecem o *tipiti* que é utilizado na fabricação de farinha, ao mesmo tempo em que desenvolvem trabalho de capinação do roçado para o plantio agrícola e posterior queimada do matagal retirado, num processo de fertilização e adubação da terra para o plantio. Além de ocupar-se dos serviços domésticos, são detentoras de um “sabe fazer” singular, construído, sobretudo a partir do estabelecimento da relação com a natureza, tendo suas bases fincadas, sobretudo, na tradição oral.

O dia-a-dia das mulheres amazônicas é composto por diversas tarefas a serem realizadas ao longo do dia, assim de acordo com estudos de Campos (2009) e Rodrigues (2009) é possível afirmar que a mulher ribeirinha contribui com o lugar em que vive e interage no espaço de seu cotidiano, com características próprias, entre as quais se podem destacar:

[...] a profunda ligação com o lar e dedicação a família; relacionamento do saber individual (família) e o social (comunidade); forte presença na agricultura, principalmente familiar. Esta possui uma significação do lugar em que vive e intera-

5 Cesto sem alças, feito em trançado largo de talas de palmeira, gerforrado de folhas, muito utilizado para transportar e/ou acondicionar certos alimentos (farinha-d’água, farinha de mandioca, açaí etc.) (Dicionário).

ge, construindo formas de participação no âmbito familiar e comunitário (CAMPOS, RODRIGUES, 2009, p. 94).

Diante do exposto, é possível afirmar que na cultura cabocla ribeirinha, as mulheres se constituem elemento chave como detentoras de um conhecimento específico, ao mesmo tempo em que sustentam a forma de organização familiar e comunitária, não só no âmbito do saber-fazer, mas, sobretudo de preservação da cultura imaterial existente nestes contextos, tendo em vista que são elas as “guardiãs” e principais responsáveis pela transmissão e/ou ensino destes conhecimentos/saberes par as gerações presentes e futuras.

Com base neste entendimento, o presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada nas comunidades de São Lázaro (Dominginhos) e Santa Luzia (Bararuá) situadas no município de Caapiranga/AM, desenvolvida pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia: Grupo Inter-Ação e financiada pelo edital 032/2012 do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em relação aos procedimentos metodológicos a presente pesquisa é de cunho participativo, fundamentada na pesquisa-ação que de acordo com Thiollent (2004) se constitui enquanto:

[...] pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2004, p.14)

Assim pode-se afirmar que todos os envolvidos são peças-chave no decorrer da pesquisa. A pesquisa-ação contempla pesquisa e intervenção, trabalhando com dados quantitativos e qualitativos numa dinâmica interdisciplinar, na qual a cooperação e as práticas pedagógicas são fundamentos necessários para a execução do projeto.

O resultado da pesquisa alcançado concerne às informações par-

ciais sobre o perfil das informantes e a caracterização das formas de trabalho, organização social, cultura e política e as tecnologias sociais utilizadas pelas mulheres ribeirinhas das comunidades estudadas.

2. Práticas socioculturais no contexto Amazônico: Caracterização do Lócus da Pesquisa.

Município de Caapiranga/AM

O município de Caapiranga tem a sua história ligada ao município de Manacapuru, em 1786 foi fundada uma aldeia no local por índios da etnia Mura que recebeu o nome de Manacapuru e foi elevada a categoria de município, apenas em 1981. O nome Caapiranga tem origem Tupi e significa folha vermelha, que era usada pelos índios nas pinturas corporais durante os festejos e rituais, recebeu este nome devido a grande quantidade de plantas encontrada no local³. Possui aproximadamente 9.456,618 km de extensão territorial.

De acordo com o senso demográfico do IBGE (2010) Caapiranga/AM é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas que possui uma população de 10.975 habitantes. O município está situado na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões, de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, Art. 26.

Figura 01: Localização do Lago Grande de Manacapuru em Caapiranga/AM.



Fonte: Google Maps.

Comunidade de São Lázaro (Dominguinhos)

A comunidade de São Lázaro, mais conhecida entre os comunitários como Dominguinhos, que está localizada na área rural do município de Caapiranga/AM, às margens do Grande Lago de Manacapuru. A comunidade recebe esse nome em homenagem ao Santo Padroeiro, uma vez que a maioria os moradores locais são Cristãos Católicos.

Foi oficialmente fundada no ano de 1980 e os primeiros Moradores foram a Sra. Francisca de Oliveira Sales e o seu Esposo o Sr. Luiz Ferreira Sales que ainda moram no local, e atualmente conta com aproximadamente 130 moradores sendo 40 famílias. O total de casas construídas é de 35. No entorno de São Lázaro, situam-se outras comunidades ribeirinhas como Taboca, Cachoeira, Bararú I, II, III, Patauá, Daris entre outras.

O tempo de deslocamento da comunidade para a sede do município de Caapiranga é de 5h via fluvial, assim como para o município de Manacapuru/AM é de 9h, sendo o barco, o meio de transporte mais utilizado pelos comunitários, além do voadeira⁶ e a rabetá.

A infraestrutura da comunidade é formada por: (1) escola; (1) posto de saúde; (1) centro social; (2) campos de futebol; (1) igreja católica; (1) Sede da Associação de agricultores; (1) telefone público; (1) ambulância; (1) praça.

Nesta comunidade o fornecimento de energia elétrica acontece por apenas 03 horas no período da noite, através de um gerador de luz comunitário.

Quanto à educação, há uma escola Municipal na comunidade de São Lázaro que atualmente dispõe de 04 (quatro) zeladoras, 06 (seis) professores, sendo que 05 (cinco) residem na comunidade e 01 (um) reside na sede do município. Entre as modalidades de ensino há ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio sobre a forma de ensino multi-seriado, além do ensino tecnológico no período noturno. A escola atende, divididos em 6 turmas, em média 76 alunos ao total.

Sobre a infraestrutura, a escola possui 03 (três) salas de aula, 01 (uma) cantina, 01 (um) refeitório e 02 (dois) banheiros, importante destacar que a mesma passou por reforma no primeiro semestre de 2014.

No que diz respeito à organização sociopolítica formal, a comunidade possui 01 (uma) Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade São Lázaro, 04 (quatro) times de futebol: 02 (dois) femininos e 02 (dois) masculinos e 01 (uma) Associação de Pais e Mestres.

6 Lancha pequena utilizada para transporta entre 20 a 30 pessoas.

Na comunidade também existem as organizações informais, neste caso, possui 01 (um) clube de mães, 01 (um) grupo de produção e 01 (uma) Associação de Moradores da Comunidade de São Lázaro.

Sobre à moradia na comunidade, foi possível observar que 25 % das moradias são feitas de madeiras e 67 % são mistas (Madeira e alvenaria), se constituem moradias típicas de comunidades ribeirinhas na Amazônia.

Comunidade de Santa Luzia (Bararuá)

Santa Luzia é uma comunidade ribeirinha situada no Lago Grande de Manacapuru sob jurisdição do Município de Caapiranga, no Estado do Amazonas.

A viagem fluvial até a Comunidade de Santa Luzia tem início no Município de Manacapuru, percurso utilizando voadeira no Rio Solimões até chegar ao Grande Lago de Manacapuru. A viagem dura, em média, 3 horas e 30 min, no barco de linha é uma média de 10h. O acesso de Bararuá até a sede do Município de Caapiranga via fluvial, dura em média 6 horas de viagem. A comunidade de Santa Luzia situa-se entre as Comunidades de Castanheira, São Sebastião e São Francisco, foi fundada em 1980 com a chegada do Senhor Elois e Dona Maria que buscaram nesta região oportunidade de moradia própria e de trabalho na agricultura, vieram com os filhos ainda menores. Desenvolveram na comunidade, roçados para produção da farinha e também plantio para o cultivo de outras raízes e hortaliças alimentícias.

A comunidade é conhecida entre os comunitários como *Bararuá*, nome de um peixe encontrado no lago em frente à comunidade, composta atualmente aproximadamente 120 moradores.

Atualmente residem 24 famílias, sendo 24 o número de casas. Estas são feitas na maioria de madeira, sendo que somente 4 (quatro) possuem fossas fechadas, as demais são fossas abertas tipo buraco negro.

Quanto a infraestrutura, a comunidade possui 02 (duas) escolas, 01 (um) posto de saúde, 1 (um) centro social, 02 (dois) campos de futebol, 01 (uma) igreja católica, 01 (uma) igreja evangélica e 03 (três) associações: comunitária, dos pais e mestres e dos agricultores. Dispõe, ainda, de 01 (um) transporte coletivo, sendo uma voadeira do posto de saúde, e transportes individuais.

No tocante à energia, é fornecida por motor gerador comunitário que funciona durante aproximadamente 4 horas pela noite, fazendo parte

do projeto luz para todos, no qual a comunidade recebe 400L de diesel da Prefeitura de Caapiranga e 130L do Estado.

Quanto à educação, a comunidade possui 02 (duas) escolas: Escola Municipal Santa Luzia fundada em 1980 e Escola Municipal Elois Batista fundada em 2010 com 8 professores que lecionam da Educação Infantil até o Ensino Médio.

No que diz respeito à organização sociopolítica formal, a comunidade possui 03 (três) associações: Associação de Moradores da Comunidade de Santa Luzia, Associação Rural dos Agricultores, Associação de Pais e Mestres; 02 (dois) times sendo: 01(um) feminino e 01 (um) masculino. Sobre organização informal, as mulheres da comunidade estão se reunindo para realizar trabalho de corte costura, e os homens se organizando no desenvolvimento de criação de aves, ainda iniciando processo de criação.

3. Breve caracterização das informantes da pesquisa: Comunidade de Santa Luzia e São Lázaro em Caapiranga/AM

O trabalho de pesquisa na Amazônia requer um conhecimento particular e específico acerca da diversidade cultural do perfil das mulheres que residem na região e nas comunidades, deve-se levar em consideração o fato de que cada comunidade possui especificidades e similaridades com outras áreas da região.

Traçar o perfil dessas mulheres significa dizer quem são elas, como vivem e o que fazem. Estes fatores exigem certa proximidade do pesquisador com a comunidade, no sentido de estabelecer relação de confiança. Desta forma, identificaram-se características importantes para revelar o perfil dessas mulheres.

Com relação à faixa etária das comunitárias foi possível identificar que em Santa Luzia, 40% das informantes possui idade entre 25 e 34 anos e em São Lázaro 25% das informantes possui entre 40 e 44 anos de idade. vale ressaltar que a pesquisa contou com maior participação das mulheres que já são donas de casa, possuem famílias, filhos devido o fato da pesquisa buscar analisar as formas de organização das mesmas na comunidade.

Tabela 01: Idade das Informantes Santa Luzia.

Tabela 01		
Idade	F.a.	F.r.
15-19	1	10%
20-24	1	10%
25-29	2	20%
30-34	2	20%
35-39	1	10%
40-44	1	10%
45-49	1	10%
50-54	0	0%
55-59	0	0%
Acima de 60	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Pesquisa/CNPq/2014.

No que concerne ao grau de escolaridade das informantes, em São Lázaro foi possível observar que o grau de instrução é baixo devido o fato de a maioria assinar somente o nome e as que leem realizarem tal atividade com bastante dificuldade. É possível observar que na realidade das comunidades Amazônicas a educação se torna distante dos moradores por diversos fatores como: a falta de materiais didáticos adequados, a falta de professores, o tempo de cheia e seca do rio que impossibilita os alunos de chegarem a escola, outro fator é a participação nos trabalhos de casa, incluindo o roçado e outras atividades para a manutenção da família. Diante do exposto a pesquisa aponta que nesta comunidade 08% das mulheres nunca estudou, 25 % são apenas alfabetizadas, 25 % possuem apenas o ensino fundamental incompleto, entre as informantes nenhuma possui ensino Médio incompleto e 42% o ensino Médio Completo e nenhuma das informantes possui ensino superior.

Em relação à comunidade de Santa Luzia no que concerne à educação, 80% das mulheres sabem ler e escrever e querem continuar estudando, dentre as respostas sobre a motivação em continuar os estudos, elas afirmam que é através do estudo que terão melhores oportunidades de emprego e melhoria na qualidade de vida. Quanto ao grau de escolaridade, destaca-se que 40% possuem ensino médio completo, 20% ensino médio incompleto e 20% possuem ensino superior completo.

Das mulheres pesquisadas, 50% ainda estudam e 80% pretendem continuar os estudos. Esse fator nos remete principalmente ao desejo e a importância que a educação formal tem para as mulheres ribeirinhas em Santa Luzia, é o que revela uma das informantes “*quero estudar para melhorar de vida e ajudar as pessoas*” (B. 23 anos, entrevista/2014). Note-se que a fala desta entrevistada revela sua intenção de contribuir para a melhoria de vida, não só dela, mas, de todos da comunidade.

Com relação ao perfil socioeconômico das mulheres, em Santa Luzia se identificou que 50% das informantes são Agricultoras e 50% delas exercem outra profissão, sendo as mais citadas professoras e agente de saúde. Importante destacar que as entrevistadas apontam como principal atividade produtiva a agricultura e 50% delas não desenvolvem outra atividade para geração de renda.

Na comunidade São Lázaro, no que concerne aos resultados é importante destacar que, 75% das mulheres afirmaram ser agricultoras, 8% afirmaram ser artesãs, 9% agricultoras e pescadoras, e 8% se enquadram na categoria “outro” que se dividiu entre caçadoras e funcionárias públicas.

A partir desses dados podemos interpretar os resultados segundo a discussão de Chaves (2001) e Rodrigues (2001):

Na concepção de Chaves (2001, p.62), a diversidade sociocultural das populações amazônicas pode ser percebida “na vigência de modalidades diferenciadas de uso dos recursos naturais e de identidades sociais particulares”. Um ponto a ser considerado, ainda, é quanto a base de sustentação da identidade destes grupos, a qual se encontra firmada na origem étnica, sobretudo a indígena, por meio da qual se pode perceber uma adoção e adaptação dos saberes, técnicas e modos de vida de acordo com as necessidades dos grupos, sendo estas identificadas no manejo dos recursos naturais os quais se constituem de forma diferenciada de um grupo para o outro quanto as relações sociais de produção e processos técnicos de trabalho (RODRIGUES, 2001).

A maior porcentagem das mulheres se considera Agricultora, isso ocorre segundo Chaves (2001) por que, a cultura material dos ribeirinhos se dá no manejo das áreas em que se estabelecem, é desde sempre que estas populações possuem íntima ligação com a natureza, os conhecimentos dessas populações ocorrem por meio das tecnologias tradicionais que vêm da cultura indígena.

As populações ribeirinhas herdaram o conhecimento sobre o conjunto de técnicas produtivas e da organização social como o preparo da farinha, a coleta dos frutos, óleos, resinas e materiais para a habitação (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2008).

A respeito da renda familiar, na comunidade de Santa Luzia, nota-se que a 50% das mulheres detêm a renda principal da família, este valor refere-se àquelas que são professoras na Comunidade. Destaque-se que 40% das famílias possui uma renda familiar inferior a 1 salário mínimo, 20% possuem renda de até 1 salário mínimo e outros 20% entre 1 e 2 salários mínimos.

Ainda a este respeito, em São Lázaro, 58% das informantes afirmam que a parte principal é do Marido, porém ao responder o formulário completo pôde-se perceber que a renda maior muitas vezes parte da mulher ou dos filhos, isto se dá por meio de questões culturais que perpassam essas respostas, uma vez que foi possível perceber que para as mulheres mesmo os maridos não possuindo o maior ganho mensal, elas os veem como os chefes de suas famílias. Os dados indicaram que a maioria, 46%, ganha até dois salários mínimos.

4. Organização e Trabalho das Mulheres Ribeirinhas nas Comunidades de São Lázaro e Santa Luzia no Grande Lago de Manacapuru

No contexto do século XXI os estudos e debates em torno das diferentes formas de desenvolvimento do trabalho assumem lugar de destaque, seja no âmbito acadêmico científico, ou da sociedade civil organizada. Neste cenário o trabalho é compreendido enquanto elemento fundamental da formação humana onde é através dele que o homem desenvolve meios de subsistência e se estabelece na sociedade através de sua capacidade teleológica de desenvolver meios e objetos de trabalho que assegurem sua reprodução material e imaterial. Para Antunes, “a realização do ser social objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva através do trabalho”. (2010, p. 142).

Com base neste entendimento, o trabalho tem significado social, é

condição para a existência humana, ao mesmo tempo se constitui:

[...] categoria fundante do mundo dos homens porque em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social poderia existir (LESSA, 2007, p.142).

Em se tratando especificamente das mulheres ribeirinhas das comunidades de Santa Luzia e São Lazaro, o seu cotidiano é marcado, não por uma forma unificada e padronizada de trabalho, mas, pela diversidade de tarefas que elas realizam em diversos espaços e momentos da casa e da comunidade, vale destacar que essa diversidade de tarefas faz parte da cultura local construída socialmente e historicamente, cujas bases encontram-se, sobretudo no modo de ser e viver das populações indígenas da região.

A rotina de trabalho dessas mulheres tem início já nas primeiras horas da manhã quando preparam o café da manhã da família e cuidam de todos os afazeres domésticos, em seguida se dirigem para a roça. Quando questionadas sobre o trabalho, a pesquisa revela que, 60% das informantes se consideram agricultoras e 40% exercem outras profissões, entre elas professoras, agentes de saúde e merendeiras, atuação sempre ligada a educação ou saúde na comunidade. Destaque-se que estas mulheres estão envolvidas com o trabalho da Escola Municipal, exercendo diversas atividades, no período vespertino e noturno. Importa frisar que, as que exercem outras profissões, também realizam atividades de agricultura para subsistência e alimentação.

Acerca disto, identifica-se a presença da força humana na apropriação da natureza, a fim de transformá-la em algo útil para a manutenção da vida humana, acerca disto Marx (1980) afirma que o:

Trabalho é um processo de que participam homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (...). Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil

para sua própria vida (MARX, 1980).

Partindo desta compreensão, além de transformar o mundo objetivo, o trabalho também transforma o próprio indivíduo, ou seja, ao término do seu trabalho o homem já não é mais o mesmo, pois, este se transforma ao realizar a objetivação, é transformado ao mesmo tempo em que transforma o elemento natural em algo útil a sua própria subsistência. Neste caso, ao término do seu trabalho, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades. Esta realidade faz com que novas necessidades e novas habilidades sejam constantemente (re)construídas formando assim um ciclo contínuo.

Um ponto relevante neste debate, é que o homem se diferencia do animal irracional, que age por instinto, justamente porque, antes da realização prática do seu trabalho é capaz de pensar e elaborar o que será realizado, planejando suas ações de forma racional, para então executar.

No que concerne ao trabalho ribeirinho, este ocorre no contato direto do homem com a natureza, numa perspectiva de reciprocidade e interdependência, onde o homem ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma a si mesmo, fazendo uma leitura a partir da abordagem marxista. Desta forma, o homem participa de todo o processo do trabalho, “labora e se mistura com ele” (ARENDT, p. 149, 1999). Importa ressaltar que o homem/mulher ribeirinho (a) não só participa do processo de trabalho, mas possui domínio cognitivo das técnicas e formas de uso dos espaços, o qual historicamente desenvolveu habilidades específicas adaptadas ao contexto local. Desse modo, é possível pensar a atividade do homem/mulher amazônico enquanto trabalho.

De acordo com Arendt (1999, 164), há diferença entre trabalho e labor, no entanto, muitas vezes, erroneamente, são utilizados como sinônimos. Segundo autora, a palavra labor tem sua origem:

[...] resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo o esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se a medida em que a vida na *polis* consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em

sua abstenção de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço (ARENDDT, 1999, p.164).

Desta forma, na antiguidade, o termo labor era utilizado para designar uma atividade realizada por membros da espécie humana totalmente sujeitos à necessidade (Arendt, 1999). Por este motivo, as pessoas que desenvolviam atividades pela necessidade e subsistência, não eram considerados “homens” passando a empregar conceitualmente o termo “animal” ao conceito de *animal laborans*.

Na ótica de Arendt (1999) o labor não é uma atividade para enriquecer o mundo e neste aspecto assemelha-se ao conceito de trabalho “improdutivo”, desenvolvido por Marx (1980). Para Arendt (1999, p. 98.), “a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, embora eivada de preconceito, mostra a distinção mais fundamental entre trabalho e labor”. A produtividade do labor, diferentemente do trabalho, reside na força humana e não em um objeto ou produto, na fala da referida autora:

A produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital, mas nunca produz outra coisa a não ser vida. (ARENDDT, 1999, p.98)

Partindo deste entendimento, na Amazônia, o trabalho realizado pelas mulheres ribeirinhas pode ser denominado de labor, uma vez que segue uma lógica da necessidade de prover meios de subsistência e manutenção da vida humana e de toda a espécie. Este trabalho é realizado por toda a unidade familiar e comunitária de forma coletiva num processo de ajuda mutua que envolve além dos familiares, os vizinhos e amigos que vivem na comunidade. Este trabalho assume, portanto, as características de um trabalho coletivo, em que cada um faz uma parte do processo para contribuir com o sustento de toda a família e comunidade ribeirinha. Importante frisar que, todos os envolvidos neste processo tem domínio sobre as técnicas do saber fazer, apreendem observando e fazendo.

A partir de estudos e pesquisas realizados na região (CHAVES, 2001; CASTRO, 1999), pode-se afirmar que a lógica deste trabalho supera a prática excludente do capitalismo, tendo em vista que “seus agentes se propõem a gerar trabalho e renda para todos os participantes no processo de produção de bens e serviços de maneira equitativa e justa, eliminando a subalternidade existente nos empreendimentos capitalistas” (SILVAN, 2010, p.116). Some-se a isto o fato de que este trabalho tem função cooperativista e solidária, porque “sustenta-se numa ética de solidariedade e relações com a natureza que prescindem das determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, quer seja no âmbito do lucro e da renda da terra, quer seja no aspecto do salário” (TORRES, 2010, p. 197).

O trabalho realizado em conjunto por toda família, tem como principal protagonista e articuladora do processo as mulheres, que são, em sua maioria, polivalentes e assumem diversas atividades na casa e na comunidade, as quais podem ser destacadas: trabalhar no roçado com o preparo da terra e plantio de mandioca para produção da farinha; participar de grupos de produção; se envolver nas atividades políticas e culturais da comunidade, organizando e mobilizando a comunidade, além dos afazeres domésticos.

Um ponto de destaque, ainda, é que a mulher ribeirinha amazônica não fica restrita a casa cuidando dos filhos, mas participa de todas as atividades de subsistência da comunidade, esta forma de organização faz parte da herança cultural deixada pelos índios, de acordo com Torres (2010) “a relação do trabalho indígena se dá a partir da sua experiência com a terra, a floresta e os rios que são os maiores referenciais de sua vida” (p. 200). Observe-se que a comunidade ribeirinha se move a favor do bem de todos através do seu trabalho nas atividades de subsistência, a partir do estabelecimento da relação direta destes com a natureza.

Neste contexto o trabalho da mulher ribeirinha amazônica desempenha papel fundamental na agricultura e se empenha a favor do bem comum da família e comunidade em geral, através do seu trabalho com a produção para subsistência e na organização do trabalho que garante certa unidade, mesmo em meio a diversidade/diferenças existentes no convívio comunitário rural/ribeirinho.

Acerca do trabalho no roçado, através do estabelecimento da relação homem/mulher/natureza, a pesquisa revela que, em Santa Luzia, 60% das informantes são agricultoras e 40% exercem outras profissões, já em

São Lázaro, como citado anteriormente, 75% das mulheres afirmaram ser agricultoras, 8% afirmam ser artesãs, 9% agricultoras e pescadoras, e 8% se enquadram na categoria “outro” que se dividiu entre caçadoras e funcionárias públicas na educação ou saúde.

No entanto, as que exercem outras profissões, também realizam atividades de agricultura para subsistência da família. Dentre as outras profissões exercidas nas comunidades, estão a de professora, agente de saúde e merendeira. Para além dessas atividades, algumas das mulheres estão envolvidas também em atividades coletivas, como o Grupo de Produção de Costura, criação de aves para venda e consumo da família e criação de abelhas indígenas para produção de mel, utilizado na produção de remédios e para adoçar sucos ou alimentos.

No que concerne à agricultura, nas duas comunidades esta atividade é desenvolvida pelas mulheres a mais de 10 anos e a maioria aprendeu com os pais e ou/parente próximo. Este dado remete principalmente ao fato de que o trabalho na agricultura familiar na Amazônia assume características culturais que se delinearão a partir de um processo histórico, são costumes e práticas desenvolvidos e repassados através da tradição oral e visual, pois as mulheres aprenderam fazendo e vendo os seus pais fazerem desde a sua infância, afirmam as mulheres entrevistadas.

Dentre os trabalhos desenvolvidos na agricultura, nestas comunidades destaca-se o cultivo da mandioca que é feito durante todo o ano. Nas comunidades é comum o cultivo da mandioca para a produção de farinha, base alimentar da população local, e venda do excedente.

Para Chaves (2001), a estratégia de produção e renda nas comunidades ribeirinhas requer alternativas diversificadas, tendo em vista características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. Em termos financeiros, a atividade principal desenvolvida pelos ribeirinhos pode render menos que a subsidiária, ou seja, o fator econômico não é o único determinante da representação o qual o grupo adota para eleger sua atividade principal.

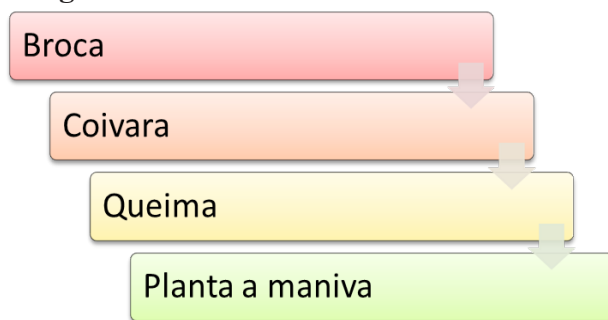
Nesta realidade, a atividade produtiva não se restringe ao fator econômico, mas está relacionada à sociabilidade do grupo, assumindo caráter de relevância sociocultural em que todos os integrantes do grupo doméstico se envolvem. Para Diegues as populações tradicionais estão:

[...] relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capi-

tal, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis [...]. (DIEGUES *apud* RODRIGUES, 2001, P.88).

Desse modo, o cultivo da mandioca é realizado de acordo com o costume de cada comunidade, em geral envolvendo toda família. As mulheres de Santa Luzia realizam-no seguindo quatro (4) etapas, conforme o figura abaixo:

Figura 02: Cultivo da Mandioca.



Fonte: Entrevistada 1 - Pesquisa/CNPq/2014.

Destaque-se que o início do cultivo da mandioca se dá a partir da escolha do terreno para o plantio, o roçado é feito coletivamente por várias pessoas da família e comunidade, este trabalho coletivo é conhecido na comunidade como *ajuri*. Eles se reúnem em grupos de trabalho e cada dia fazem o roçado de uma família.

Vale ressaltar que as crianças sempre acompanham as mulheres nas atividades do roçado e conhecem todo o processo para a produção da farinha. Esse processo se dá em quatro etapas, a saber: descascar a mandioca, por na água, por na prensa, peneirar e torrar, de acordo com as etapas descritas a seguir:

Figura 03: Processo da Produção da Farinha.



Fonte: Pesquisa/CNPq/2014.

A colheita da mandioca é feita após o plantio de 10 a 12 meses, aproximadamente, em seguida as mulheres carregam o paneiro nas costas até a casa de farinha onde colocam a mandioca de molho na água durante 3 dias. É desta forma que se dá a rotina de trabalho das mulheres ribeirinhas de Santa Luzia e São Lázaro.

No que diz respeito à Organização das Mulheres ribeirinhas, O estudo foi realizado a partir de 02 entidades organizativas, em Santa Luzia, a saber: Associação dos Produtores Rurais de Santa Luzia e Grupo de Costura Mulheres Girassol. Em São Lázaro, de acordo com as mulheres há Associação dos Moradores de Dominginhos e Grupo de Costura Casa das Cores.

Em relação à participação das mulheres, verificou-se que em Santa Luzia, 80% delas participam de alguma organização comunitária já em São Lázaro 100% é participante.

Dentre as organizações comunitárias que as mulheres participam estão as Associações, mas também em Santa Luzia 60 % delas assumem cargos, dentre as funções e cargos assumidos pelas mulheres estão presidente, vice-presidente e tesoureira, secretaria. Em São Lázaro, dentre as entrevistadas também foi identificado que algumas possuem cargos de liderança, caso da presidente da Associação de trabalhadores rurais de São Lázaro, que é uma mulher. Segundo Torres (2007), as mulheres fortalecem

os laços de sociabilidade de modo que as práticas de convivência e auxílio mútuo são evidenciadas nesses momentos.

5. Considerações

No contexto Amazônico é possível identificar diversas particularidades nas mais variadas formas de relação homem/mulher/natureza, sendo desenvolvidas nas comunidades. Nestas, historicamente, é possível visualizar a existência de uma complexa rede de relações sociais, intercâmbios de produção e uma forma de organização político organizativa particular. Segundo Chaves (2001), a combinação desses fatores institui um espaço de vida e trabalho, que fortalece a identidade sociocultural destas populações.

Nas comunidades de São Lázaro e Santa Luzia foi possível identificar, a partir da pesquisa realizada, o protagonismo das mulheres em relação às atividades desenvolvidas não apenas no ambiente doméstico, mas também na organização comunitária de um modo geral e nas tomadas de decisões. Vale destacar que atualmente em uma das comunidades a líder da Associação de produtores rurais é mulher. Segundo Oliveira (2013), o protagonismo da mulher tem sido explicitado através da diversidade de suas atividades fora da unidade de produção rural, como a pesca, as atividades extrativistas, a comercialização dos produtos cultivados, do artesanato produzido, dentre outros. Não é recente que a mulher desenvolve diversas atividades, no entanto, é com sua atuação em organizações coletivas nas comunidades, participando no processo de tomadas de decisões, que elas têm conseguido alcançar certa visibilidade e reconhecimento.

Partindo desta análise entender o grupo, ao qual esta sendo realizada essa pesquisa, requer a clareza de seu papel no contexto familiar e comunitário, nesse sentido pode-se notar que as mulheres são protagonistas no desenvolvimento das atividades produtivas e que as mesmas se reconhecem como trabalhadoras e sujeito de direitos.

A partir do entendimento do protagonismo dessas mulheres no “seu saber fazer” a essência da significação do seu trabalho, respaldado na cultura, caracteriza o seu modo peculiar de (re)produzir subsistência e renda, pois através de técnicas e tecnologias tradicionais, as mulheres ribeirinhas das comunidades de São Lázaro e Santa Luzia garantem a reprodução material e cultura de sua família e comunidade.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa, foi possível identificar diversas particularidades em relação às mulheres das Comunidades

de São Lázaro que são responsáveis por compor uma identidade familiar, social, cultural e política, dentre as quais se destacam:

a) A marcante presença das mulheres nas atividades socioculturais;

b) O protagonismo e a liderança das mulheres da comunidade em relação às atividades coletivas e produtivas;

c) A forte presença na agricultura, o que foi observado nestas comunidades é que elas assumem o papel de agricultoras e desenvolvem esta atividade, sobretudo no roçado para produção de farinha;

d) A contribuição das mulheres no contexto familiar, onde se pôde observar o protagonismo nas decisões familiares, na educação dos filhos e no interesse na melhoria das condições de vida das suas famílias e da comunidade em sua totalidade;

e) Conhecimentos específicos sobre técnicas de manejo dos Recursos Naturais;

f) A atuação das mulheres nas comunidades é de suma importância para a organização da comunidade;

g) As mulheres das comunidades sempre estão procurando se articular e se unir para a superação dos diversos problemas vivenciados no local;

h) Na realidade local elas são agentes sociais atuantes na transformação da situação da mulher.

Nesse sentido, partindo da análise feita pela pesquisa apresentamos indicações de medidas para garantia de direito as mulheres das comunidades e os moradores como um todo.

- ✓ Viabilização de acesso a bens e serviços sociais;
- ✓ Maior acesso a previdência social, sobre tudo no que diz respeito à aposentadoria e salário maternidade;
- ✓ Fortalecimento da organização comunitária;
- ✓ E apoio na atividade produtiva.

Diante dos resultados expostos a partir da pesquisa, sugere-se então que a sociedade civil e o Estado abram um debate que remeta para a elaboração de políticas públicas para a inclusão dessas mulheres em outros programas de geração de renda que atendam de fato as especificidades locais. Faz-se necessário, portanto, buscar soluções para possibilitar o acesso das mulheres ribeirinhas às políticas públicas.

6. Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1999.

CAMPOS, Anelise Rondon de. **Análise da atuação da mulher ribeirinha na comunidade Santo Antônio de Mucajá no Município de Maués/AM**. Anelise Rondon de Campos - Manaus, UFAM, 2009.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: **Faces do Trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Edna Castro, Florence Pítou (orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CHAVES. M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma experiência de Pesquisa-ação para Gestão comunitária de tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá**. Tese de Doutorado. UNICAMP/CIREDE, Campinas, 2001.

FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. **Condições de vida e trabalho das mulheres ribeirinhas do rio madeira**. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2008.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo. Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Editora Bertrand Brasil, 1980.

RODRIGUES, D.C.B. **A relação homem-natureza das formas de uso e propriedade da terra na Amazônia**. Mestrado em Sociedade e Cultura no Amazonas. UFAM. 2001.

_____ **Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e Mucajá em Maués/AM**. 2009. 160f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIO-TEC. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, Iraildes Caldas. RODRIGUES, Luana Mesquita. **Mulher Trabalha ou Ajuda?** Relações de gênero no sistema de produção na comunidade de São Francisco do Paroá, na Costa do Canabuoca, Manacapuru/AM. 2010.

_____ Constituição etnográfica da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto. In: _____. (Org.). **O Ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2012.

A FEIRA COMO UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

Fabiane Dalla Nora¹
Maria Catarina Zanini²

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar e analisar processos de interação vivenciadas em uma feira de alimentos urbana localizada na cidade de Santa Maria - RS. Por meio de pesquisa etnográfica realizada desde 2013, observa-se que a feira é composta por uma rede de sociabilidade tecida por feirantes e fregueses, que além dos produtos, comercializam saberes e fazeres uma vez que o econômico e o social se complementam e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem esse cenário. A feira se configura um espaço de sociabilidades, de memórias e identificação étnica, além de ser um dia de encontros, de reciprocidades e de comércio.

Palavras - Chave: Feira; Sociabilidade; Campesinato.

Abstract: This article aims to present and analyze experienced interaction processes in a urban food fair in the city of Santa Maria-RS. Through ethnographic research conducted since 2013, it is observed that the fair is composed of a sociability network woven by merchants and customers, that besides the products, is commercialized knowledge and practices since the economic and social complement each other and bind to the life stories of the characters that make up this scenario. The fair is configured as a space of sociability, memories and ethnic identification, besides being a day of meetings, reciprocity and trade.

Keywords: Fair; Sociability; Peasantry.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar quais as diferentes formas de

1 Mestrando em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: fabianedallanora@gmail.com.

2 Professora associada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: zanini.ufsm@gmail.com.

sociabilidade³, que são possibilitadas pelas interações entre feirantes e fregueses em uma feira de alimentos urbana, localizada na cidade de Santa Maria -RS⁴. Objetiva-se descrever e interpretar as formas de sociabilidade que são patrocinadas pela feira, bem como se estabelecem as interações peculiares de comércio que vão além da mera compra e venda de produtos, transpondo para relações de reciprocidade com troca de saberes e de vivências.

Partindo da pesquisa etnográfica⁵ realizada desde 2013, foi possível perceber que a feira além de representar um espaço de caráter comercial, no qual os feirantes expõem e vendem seus produtos, a feira é entendida como um espaço de grande importância para a reprodução da condição camponesa das famílias que ali se fazem presentes. Igualmente, percebeu-se que a feira é composta por uma rede de sociabilidade tecida entre feirantes e fregueses. Além dos produtos comercializam saberes e fazeres, uma vez que o econômico e o social se complementam e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem esse cenário.

Dessa forma, o meio rural não se constitui apenas como um meio de produção de riquezas, isto é, de produção econômica. Este espaço engloba relações sociais, modos de fazer, tática e estratégias de produção e negociação. De acordo com Wanderley (2009), o rural representa um espaço e um modo de vida que se manifesta nas diferentes formas de ser e de resistências dos camponeses. Contudo, pelo fato de estarem na condição de trabalhadores da terra não têm seu trabalho devidamente reconhecido. Concordando com Moura (1998), os agricultores feirantes que comercializam seus produtos na cidade são colocados como subalternos. Além disso, os mesmos carregam uma “marca” negativa, que Goffman (1984) denomina como um estigma.

Assim sendo, observa-se que o trânsito entre os mundos urbano e rural, uma vez que a feira é localizada na cidade, mas estruturada por camponeses provenientes de zonas rurais. A feira não é apenas um espaço de

3 Sociabilidade é entendida de acordo com Simmel (1983) como sendo uma forma lúdica de sociação.

4 A cidade de Santa Maria está situada na região central do Rio Grande do Sul, tendo uma população de 261.031 habitantes (Censo IBGE 2011). Possui 41 bairros e 9 distritos (áreas rurais).

5 A proposta aqui apresentada, inicialmente se originou do interesse proporcionado pelo trabalho desenvolvido, desde janeiro de 2013, como bolsista de iniciação científica do projeto intitulado “Na Feira: Produção, Distribuição e Consumo entre Agricultores Feirantes na Região Central do Rio Grande do Sul”, coordenado pela professora Dr^a. Maria Catarina C. Zanini.

trocas materiais, é acima de tudo um cenário de trocas de bens simbólicos entre o mundo urbano e o mundo rural. Pois, além de comprar comida neste espaço, alguns fregueses almejam, um mercado simbólico mais amplo, participar de transações étnicas, num sentido que excederia o mundo do mercado de bens materiais.

É importante salientar que por camponês, entende-se aquele trabalhador que se organiza por meio da mão-de-obra familiar, é proprietário de sua terra (Moura, 1988), está em situação subordinada frente ao Estado e possui um modo de vida específico, voltado ao trabalho com a terra, conforme aponta Woortmann (1995), entre outras especificidades. Dessa maneira o camponês associa-se uma forma social particular de organização, cuja base é dada pela unidade de produção regida pela família.

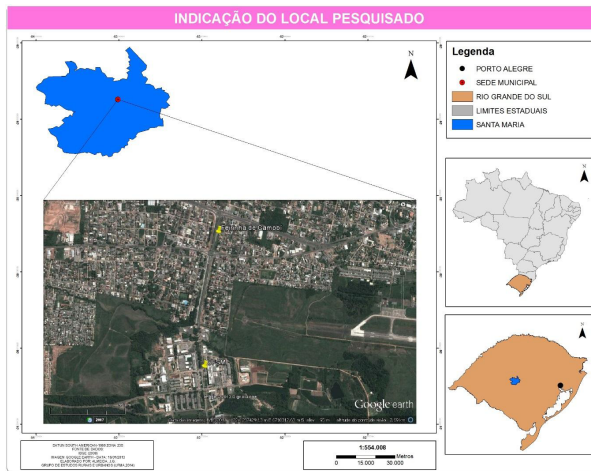
A Feirinha de Camobi⁶ e sua gente

A pesquisa etnográfica realizada na *Feirinha de Camobi*, teve início no ano de 2011, quando tínhamos por objetivo geral compreender o trabalho camponês feminino nas feiras urbanas da região central do Estado, suas vinculações com o mercado e as complexidades que envolvem o mundo camponês que se desloca para trabalhar na cidade. No entanto, a pesquisa se expandiu, agregou novos objetivos e também nos apontou para a rica situação ali cotidianamente invocada: as diferentes formas de sociabilidade entre feirantes vindos da zona rural e os fregueses residentes do meio urbano.

A *Feirinha de Camobi* como é popularmente conhecida acontece em dois dias da semana, há cerca de treze anos. Aos sábados, conta com cerca de dezessete barracas (número que eventualmente varia) e nas quartas-feiras há menos feirantes, com cerca de seis barracas. Localizada na Avenida Roraima, avenida que dá acesso à entrada da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre as estradas conhecidas como Faixa Velha (RS509) e a Faixa Nova (RST287), a mesma está situada em um espaço fixo, onde cada feirante é responsável pela montagem e desmontagem de sua banca a cada dia de trabalho. Trata-se de espaço público, utilizado por meio de convênio da UFSM com a Sociedade Amigos de Camobi (SACA), que teria participado do início das atividades da mesma no Bairro Camobi.

6 Camobi é o nome do bairro em que está situada a Feira.

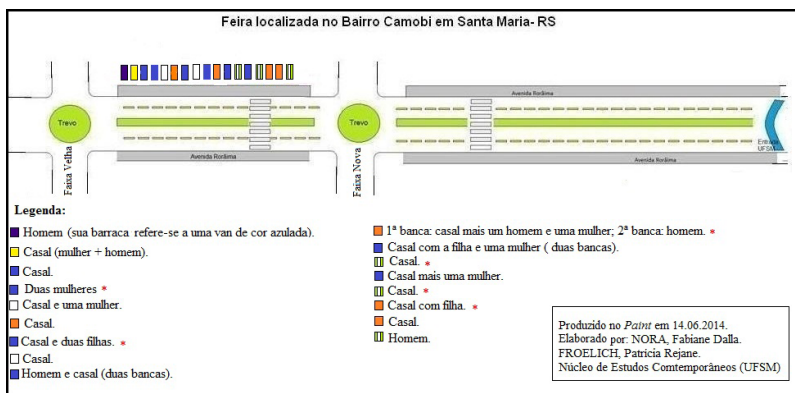
Figura 1: Localização do espaço da feira. Sinalizadas com pontos amarelos, de cima para baixo, a Feirinha de Camobi e a UFSM, respectivamente.



Fonte: Elaborado por ALMEIDA, J.G (29.05.14).

A *Feirinha de Camobi* é um mercado a céu aberto, montada no espaço em frente à calçada de pedestres. Seu cenário é bastante diversificado, juntamente com as cores das lonas, dando assim um colorido especial aos nossos olhos. Na medida em que nos aproximamos das barracas é praticamente impossível não sentir a harmonia presente nesse espaço.

Figura 2



Fonte: Elaborado por NORA, Fabiane Dalla. FROELICH, Patrícia Rejane

Como é assinalado por Silva (2011) ao analisar uma feira localizada em Belém, a feira faz com que os sentidos fiquem mais apurados, as cores parecem “saltar aos olhos”, os cheiros das frutas e temperos exalam seus aromas, além dos sabores das comidas que impregnam o paladar e proporcionam diferentes sensações olfativas e degustativas, características do mercado que dificilmente passam despercebidas.

Figura 3: Feira no sábado.



Fonte: Arquivo pessoal. Foto tirada em 04.10.14.

Na *Feirinha de Camobi*, entre os produtos comercializados encontram-se: brócolis, beterraba, couve, couve-flor, rabanete, alface lisa, alface crespa, rúcula, temperinho verde, cebolinha, cenoura, rabanete, espinafre, berinjela, chuchu, milho verde, mandioca, batata doce, moranga, laranja, bergamota, melancia, morangos, variando de acordo com a época de cultivo. A feira também comercializa produtos panificados e doces como pães, cucas, bolachas, pastéis, *capeletti*⁷, geleias, rapaduras. Vendem-se ainda artesanatos que muitas vezes são elaborados pela família e vendidos junto aos demais produtos nas bancas.

A feira é formada por grupos étnicos distintos, tais como descendentes de imigrantes italianos e alemães. Contudo, a grande maioria dos feirantes descende de imigrantes italianos residentes em localidades rurais da cidade de Santa Maria - RS e de municípios vizinhos. Segundo Barth (1998), o conceito de grupos étnicos está relacionado com o sentido organizacional destes, bem como pelo fato de se perceberem e serem percebidos como distintos nos processos interativos. Tais diacríticos promovem interações em que as criações das fronteiras identitárias se apresentam de forma dinâmica e negociada.

⁷ É uma receita tradicional italiana que consiste em pequenos discos de massa recheados com carne.

Além dos imigrantes italianos e alemães, durante o andamento da pesquisa houve aumento de algumas bancas, que comercializam produtos que até então não se encontravam disponíveis em nenhuma das bancas ali presentes, em uma delas são comercializados comida e artefatos chineses e japoneses como *sushi*, *Yakisoba*, chaveiros, *hashi*, *bonsai*, luminárias.

Figura 4: Alguns dos produtos comercializados na feira.



Fonte: Arquivo pessoal.

Os consumidores da feira são em grande maioria moradores do Bairro Camobi⁸. Entre eles estão estudantes e servidores públicos que preferem comprar na feira devido à comodidade de estar próximo ao local de trabalho, mas também pela qualidade dos produtos tidos como mais “saudáveis” e orgânicos. Como se observa no relato de um feirante⁹: “Cada vez mais, cada vez mais por que assim óh quem vive nesse ramo é que nota, as pessoas querem qualidade de vida, as pessoas querem qualidade na alimentação, eles exigem aquilo que é feito, ou seja, orgânico” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

O fragmento acima aponta para uma preocupação que é frequentemente percebida nas falas dos fregueses. Na *Feirinha de Camobi*, observa-se que a grande maioria dos agricultores feirantes vende produtos

⁸ Importante ressaltar que Camobi é um bairro que tem crescido muito nos últimos anos em função do incremento das atividades da UFSM e de sua expansão, bem como pelas atividades da Base Aérea no mesmo.

⁹ Entrevista realizada e cedida pelo projeto.

produzidos em suas propriedades ou por outros agricultores da região, que muitas vezes são ligados por laços familiares, o que reforça a importância das relações de parentesco na reprodução camponesa (WOORTMANN, 1995).

Assim como Cruz e Menasche (2011) é possível pensar no respeito de processos de valorização de produtos locais em sociedades contemporâneas. Na pesquisa realizada em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil), as autoras observaram que, entre os moradores da capital gaúcha entrevistados a respeito de seus hábitos e preferências alimentares, o *natural* e o *rural* são – como contraponto à desconfiança ante produtos industrializados, manipulados, pré-preparados – identificados como atributos que remetem positivamente à qualidade dos alimentos (CRUZ, MENASCHE, 2011).

Por mais que a Feirinha de Camobi não possa ser considerada como uma feira orgânica, concordamos com as considerações de Portilho (2011) que a construção da confiança nos alimentos orgânicos se dá a partir das relações de sociabilidade construídas e mantidas na feira, seja entre os consumidores, seja entre estes e os produtores que vendiam seus produtos.

Com a feira: reprodução da condição camponesa, incremento da renda e melhora das condições de vida

Por meio do convívio e das observações e foi possível perceber o quanto os dias de feira constituem momentos especiais para esses camponeses que vem à cidade comercializar o excedente de sua produção e, por meio desta atividade, conseguem aumentar sua renda. A feira se tem revelado um espaço que nutre a permanência dos trabalhadores rurais no campo, donos do seu meio de produção, no entanto, como aponta Moura (1988), o camponês carrega consigo marcas estigmatizantes, que tem suas raízes em um momento anterior à contemporaneidade e que também fazem parte do processo histórico brasileiro que valorizou a industrialização e a urbanização como formas reveladoras de modernidade.

O campesinato, para muitos teóricos, parecia excluído das perspectivas modernas, pois estes percebiam a sua “decomposição” e a sua subordinação às novas formas de capital no campo. Para alguns teóricos marxistas, como Lênin (1982) e Kautsky (1986), no mundo capitalista o camponês poderia ser no máximo um resquício, posto que os autores acreditavam na dissolução do campesinato no capitalismo, seja na forma de transformação dos camponeses em assalariados proletarizados ou em pe-

quenos produtores, de modo que a sua integração à economia de mercado significaria fatalmente a sua extinção (ABRAMOVAY, 1992).

Contudo, os processos que visibilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que os levam a extinção. Assim, se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito mais tempo (SHANIN, 1983). Não se pode ignorar que os camponeses passaram por um processo de recriação, redefinição e até diversificação com as mudanças que ocorreram e vem ocorrendo no campo. O camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal (MOURA, 1986).

O camponês passou a se integrar ao mundo urbano e industrializado e sua forma de organização e cultura acabaram dialogando com estas novas formas sociais. Deve-se considerar que o camponês existe dentro de um sistema maior, logo, suas estratégias produtivas acabam sendo adaptadas em função das características das sociedades de que ele faz parte (WOLF, 1976). No entanto, ainda que as mudanças sejam inevitáveis, pode-se observar que os camponeses continuam a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno (WANDERLEY, 1996).

Segundo Carneiro (1997), a expansão da sociedade urbano industrial e as transformações por ela engendradas no campo, não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, mas a redefinição de práticas culturais. Nessa perspectiva, as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam (CARNEIRO, 1997).

O processo de modernização rural é complexo e não pode ser entendido simplesmente como o fim da agricultura ou o fim do rural (WANDERLEY, 2009). A feira que ocorre no Bairro Camobi representa o reflexo da capacidade de resistência dos camponeses e de “adaptação” dos mesmos aos novos contextos econômicos e sociais, resignificando relações sociais e processos interativos. Uma prova dessa resistência, percebida a partir de observações preliminares, foram as formas de negociação efetuadas pelos feirantes com seus fregueses, visto que as mesmas estão ligadas aos universos culturais destes trabalhadores ou por redes de parentesco e de afinidades, e não somente por lógicas racionais ligadas ao mundo do mercado.

O espaço da feira se caracteriza por comportar um modelo de comercialização diferenciado, uma vez que os produtos ali oferecidos são, em grande parte, produzidos e comercializados pelos próprios camponeses, ou seja, o comércio é feito sem atravessadores¹⁰. Há a intenção de que seja uma venda do produtor direto para o consumidor e que a feira seja um espaço social onde o trabalhador é mais livre e possua maior autonomia em relação às grandes propriedades (GARCIA, 1984).

Nessa perspectiva, concordamos com Palmeira (1971) ao analisar as transformações no universo dos engenhos e das usinas à luz dos circuitos de produção e de abastecimento das feiras livres onde antigos moradores expulsos desse universo passaram a se abastecer, observou que a feira era responsável pelo crescimento do proletariado rural. A expansão das feiras na Zona da Mata também iluminava a emergência de pequenos produtores com alguma autonomia dentro dos engenhos que produziam para vender nas feiras, reconfigurando assim o sistema de provisionamento da população rural da região.

A feira representa um espaço de grande importância na contemporaneidade para reprodução da condição camponesa desses trabalhadores feirantes, uma vez que permite a eles serem ao mesmo tempo distribuidores e comercializadores de sua produção. Entretanto, a feira desempenha outro caráter expressivo, o qual foge mais uma vez da lógica capitalista de mercado. De acordo com Vedana (2013) as feiras providas de trocas de saberes e experiências, além das representações simbólicas que enseja devido à forma de como esses produtos são apresentados e comercializados.

Socializando na feira: trocas, circulações e mercado.

É importante considerar que os feirantes participam das dinâmicas urbanas e na elaboração do mercado e não somente como um espaço de trocas, mas de sociabilidades (VEDANA, 2013). Nestes anos de pesquisa etnográfica foi possível perceber que, cada vez mais os clientes trazem chimarrão¹¹ para a feira, tomando-o enquanto transitam e fazem suas compras. Esta caminhada entre as bancas, com uma cuia nas mãos nos aponta para o espaço lúdico e de sociabilidade prazerosa em que a feira tem se convertido nos últimos anos (ZANINI, 2013).

10 Na venda de produtos entre feirantes e fregueses não se fazem presentes intermediários obtendo margem de lucro em suas compras e vendas.

11 Bebida elaborada com erva mate. Bebe-se quente, num recipiente denominado cuia, em que se assenta um canudo de metal, a bomba. Os clientes trazem cuia e garrafa térmica com água quente para tomar o chimarrão.

Figura 5: Fregueses com chimarrão na feira.



Nessa mesma perspectiva, Sabourin (2009) explica que as feiras e mercados locais proporcionam exemplos de mercado, que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade, por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Devido ao trabalho de campo, foi possível constatar uma proximidade entre os feirantes e seus fregueses, na medida em que a relação entre eles vai além da compra e venda dos produtos comercializados, constrói-se uma amizade e um companheirismo no qual se troca também informações, sentimentos e experiências.

A relação que se estabelece na feira não é unicamente econômica, mas simbólica e afetiva. As feiras têm substituído a tecnologia dos caixas dos modernos supermercados pela simplicidade e o contato direto entre feirantes e compradores, o calor humano, as amizades que nascem do convívio semanal entre uma barraca e outra (GUIMARÃES, 2009). Como observado na data 05/04/2014, existe uma preocupação entre os agentes sociais:

Seu João percebe a presença de um freguês que não via há algum tempo: “Foi para a África e voltou? O que houve que sumiu?” (RISOS). Freguês então

conta que passou um mês na Bahia e em Brasília, pois tem um filho que mora na Bahia e uma filha que mora na França, onde também passou um mês (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Para Sato (2007) feira significa festa. As famosas feiras da Idade Média que se assemelhavam às nossas feiras regionais. Em seu estudo, o autor relata que as feiras reuniam mercadores dos diversos locais nas datas de festas religiosas, ocasiões nas quais os comerciantes faziam seus negócios. Nas feiras livres encontra-se presente local de comércio, de trabalho e de sociabilidade.

A *Feirinha de Camobi* não proporciona somente a sociabilidade entre feirantes e fregueses, mas também entre os próprios fregueses e frequentadores. No dia 28/05/14, um cliente fala para outro na feira: Cliente 1: “**Oi, tudo bem? Não percebi que o senhor estava aí? Que dia lindo hoje né?**” Cliente 2: “**Está bom para se esquentar hoje**”. As duas clientes permanecem conversando por um longo período de tempo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2014). Ou ainda no dia 09/10/13: cliente para outro: mas tem que plantar! Outro cliente: “**mas lembra que foi o senhor que me disse que aqui na feira tinha tudo, então euvim**” (RISOS) (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Percebe-se, que a *Feirinha de Camobi* não abriga somente consumidores, mas também frequentadores, uma vez que muitas pessoas fazem desse espaço um espaço de lazer e de encontros. Nos dias de feira pude perceber que muitos apareciam na feira simplesmente para sentar-se junto aos feirantes. Os encontros proporcionados pelas feiras têm múltiplos sentidos, e mesmo os encontros em que está em jogo apenas uma troca mercantil não são homogêneas entre si. Assim, “as pessoas que vão às feiras não o fazem necessariamente para comprar e/ou vender, havendo outros objetivos possíveis” (FRANCE, 1984).

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas por estes camponeses feirantes na contemporaneidade, para os mesmo a feira tem um significado além do econômico, à feira proporciona interações entre fregueses e os próprios fregueses, muitas vezes o único momento de lazer.

A feira como espaço de reciprocidade de saberes e vivências.

Pode-se perceber que as trocas que ocorrem ultrapassam a lógica de compra e venda de produtos. A lógica mercantil não substitui as antigas

formas de construção de vínculos e alianças entre fregueses e feirantes. No dia 23/10/2013 freguês ao comprar abobrinha pergunta para feirante como prepara-la. Feirante explica que ela pode fazer com a abobrinha, salada, refogara e até frita.

Concordamos, nesse aspecto, com a ideia de Santos (2012) de que a feira é um cenário em que o econômico e o social se complementam nesse ambiente de consumo, e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem uma feira, sendo estes fatores fundamentais para a consolidação desta como atrativa e permanente. Toda feira livre é um espaço preenchido por uma diversidade rica de relações sociais e construções societárias, possibilitadas para além dela. No fragmento abaixo podemos observar algumas dessas questões:

No dia 16 de julho de 2014, cliente muito brincalhão fala para uma feirante que tem gansos. A feirante responde que não gosta de gansos por que eles fazem muito barulho e que são bonitos, mas de bico fechado. Instantaneamente, rindo o cliente: **“é que nem as mulheres!”** (RISOS) (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

Em adição para a presente discussão, são também relevantes as teorias de Marcel Mauss (2003) que analisou a importância das formas de trocas nas sociedades arcaicas, as quais não implicavam somente em trocas materiais, e que o valor das mercadorias não era superior ao valor simbólico, uma vez que a vida social não é somente a circulação de bens, mas também de pessoas, normas, palavras, festas. Dessa forma, observa-se que a importância não está nos bens que são trocados na feira, mas no ato de reciprocidade, num constante dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003). Nesse sentido, as relações de interação patrocinadas pela feira mais do que um compartilhamento de símbolos representam situações de trocas, sejam elas materiais ou simbólicas.

Como observado no dia 12/03/2014 um freguês, um rapaz jovem traz caixinhas de ovos e sem pedir absolutamente nada em troca, feirante lhe dá uma sacolinha de redite¹². Podemos observar essa relação também no dia 16/04/14: cliente alcança caixinhas de ovos para outro feirante e imediatamente pergunta: **“o que o senhor quer?”**, Cliente responde que

12 Ou conhecido como “Radicce”, é uma hortaliça consumida como salada.

quer somente algumas verduras, a feirante então responde: “**o senhor pega o que quiser!**” (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Nessa mesma perspectiva, são igualmente relevantes as contribuições de Eric Sabourin (2009) de que dentre as características das comunidades camponesas encontra-se a *reciprocidade*, que corresponde a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculos sociais. Além do mais, a “comunidade camponesa existe em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e de compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, a valores que a constituem” (SABOURIN, 2009, p. 51).

A feira tem representado um espaço altamente pedagógico, seja para os feirantes ou para os consumidores, uma vez que é localizada na cidade, mas estruturada por camponeses provenientes de zonas rurais. A *Feirinha de Camobi* transcende a simples troca de mercadorias, constituindo-se em espaços de sociabilidade propícios à reprodução camponesa por meio do fortalecimento das práticas socioculturais, dos modos de vida camponês, ao mesmo tempo em que estes espaços ainda possuem funcionalidades que extrapolam a função comercial, constituindo-se em espaços de sociabilidade, diferentemente do que acontece nas feiras livres das cidades grandes (DOURADOS, 2012).

No dia 26/03/2014 quando uma das feirantes ensina para uma freguesa como ela faz os brócolis refogado. Explica para feirante que não coloca nem sal, “**só dá um susto dele (brócolis), não cozinha muito, só dá uma esquentadinha**”. Da mesma maneira, podemos observar essa troca de saberes no dia 28/03/2014 quando cliente pergunta a diferença entre a alface americana roxa e a comum. Feirante responde que acha a roxa mais docinha.

Observando os diálogos e o cotidiano da feira foi possível perceber a mesma como um espaço amplo de aprendizado, principalmente acerca do saber fazer dos feirantes e de como esse tipo de conhecimento era transmitido aos seus fregueses. Nesse sentido, Siqueira e Colomé (2010), em um estudo na Feira de Economia Solidária de Santa Maria, salientam que a prática do consumo na feira envolve muitas trocas de conhecimento e experiências entre consumidores e produtores, e entre os consumidores em si, que formam vínculos duradouros. Nessa mesma perspectiva, são igualmente relevantes as contribuições de Eric Sabourin (2009) quando aponta que dentre as características das comunidades camponesas encontra-se a reciprocidade, que corresponde a dinâmica de reprodução de prestações,

geradora de vínculos sociais.

Partindo do pressuposto que a lógica rural de produção baseada na compra\troca e venda de produtos seja diferente, uma vez que precisem adequarem-se, até certo ponto as exigências do sistema capitalista, mesmo assim percebe-se um modo singular na maneira de comercializarem seus produtos. Observa-se uma interação face a face com seus fregueses, ou seja, há uma maior intimidade, ou proximidade entre o freguês e o feirante, uma relação de camaradagem, de preocupação entre ambas as partes, construindo assim uma afinidade que geralmente não se imagina entre um freguês e um comerciante.¹³

Como a feira possui uma lógica de mercado diferenciada, nesse espaço se faz presente um elemento importante que é responsável pela estimulação da sociabilidade segundo Simmel (1983) a conversa. O diálogo que ocorre entre o freguês e o feirante na compra/venda de um determinado produto, os momentos de interação face a face também propicia a sociabilidade.

As feiras são entendidas como um espaço de interação entre feirantes e fregueses, uma vez que possuem um modo de comercialização com características particulares de interações as quais permitem a aproximação e a troca de saberes entre a cidade e o meio rural, pois a feira está localizada no espaço urbano e os produtos oferecidos são produzidos pelos feirantes no meio rural. Proporciona ao mesmo tempo a troca de conhecimentos recíprocos dos trabalhadores feirantes e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados.

Observamos que além da comercialização de alimentos há também uma troca de elementos simbólicos, gostos, memórias e uma série de identificações (ZANINI, 2013). A feira proporciona sociabilidades e formação de uma relação afetiva entre feirantes e consumidores, pois ali se constitui outra forma de comércio, distinta das redes de mercado. Cabe ressaltar que a relação entre feirantes e fregueses é marcada pela confiança. No dia 03/09/13:

Freguês: esses ovos são galados? Feirante: “o que

¹³ Nas feiras observa-se uma proximidade entre os feirantes e seus fregueses na medida em que a relação entre eles vai além da compra e venda dos produtos comercializados, constrói-se uma amizade e um companheirismo no qual troca-se também informações, sentimentos, experiências. A relação que ali se estabelece não é unicamente econômica, mas simbólica e afetiva.

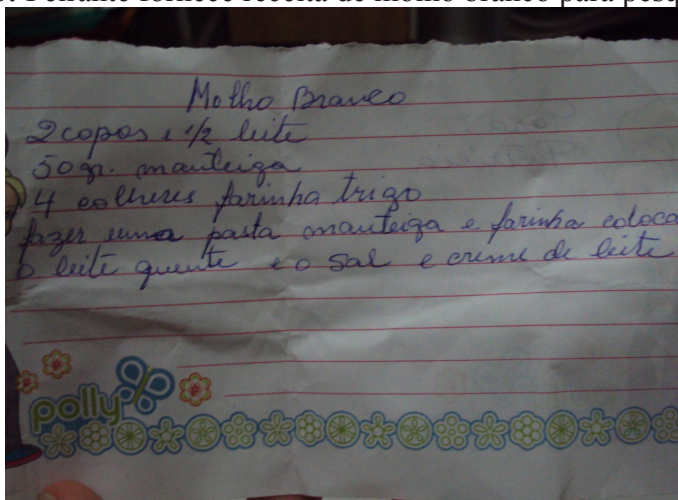
seria galado? Freguês: Que tem galo junto, eu quero pra bota chocar. Feirante: esses ovos são bastante balançados eu não garanto. Pra bota choca é melhor os ovos das galinhas soltas, quem sabe o senhor espera o meu irmão sábado (DIÁRIO DE CAMPO, 2013).

Os fregueses perguntam para os feirantes acerca da qualidade dos produtos antes de comprar, no dia 07/08/13:

Freguês: Essa erva é boa? Feirante: é boa! Eu sei por que a gente toma lá em casa, já compramos um fardo e já tomamos meio”. Ou ainda no dia 04/09/13: Freguês pergunta: “que tipo de feijão é esse? Feirante: Cavalão. Cliente: o looooco! Não é forte? Da para plantar? Feirante diz que não é forte e que são eles mesmos que plantam essa mesma semente e também comem. Cliente diz que nunca comeu desse tipo de feijão (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

A feira engloba várias manifestações culturais. Além de alimentos, vendem-se elementos simbólicos, memórias, cheiros, sabores e um sem número de elementos associados ao mundo da italianidade local. Cabe ressaltar que a feira é formada por grupos étnicos distintos, tais como descendentes de imigrantes italianos, alemães, entre outros, contudo a grande maioria dos feirantes é descendente de imigrantes italianos que residem em localidades rurais da cidade de Santa Maria - RS e de municípios vizinhos.

Figura 6: Feirante fornece receita de molho branco para pesquisadora.



Fonte: Patrícia Rejane Froelich¹⁴.

A *Feirinha de Camobi* é um importante veículo de permutas étnicas e de organização e criação de sociabilidades mais amplas (DE CERTEAU, 1996) uma vez que nela, além de alimentos, vendem-se elementos simbólicos, compartilham-se memórias, cheiros, sabores associados ao mundo da italianidade¹⁵ local:

Freguês: o senhor é gringo? Feirante: sou italiano.
Freguês: italiano da Itália? Feirante: meus parentes são de Veneza. Freguês: não gosto muito daquela cidade. Em seguida pergunta se pode continuar conversando e segue contando sua história de vida, juntamente com a sua viagem para a Itália (DIÁRIO DE CAMPO, 2014).

Percebi que a os fregueses tem aprendido muito com os conhecimentos dos feirantes descendentes de imigrantes italianos ou vice-versa que residem no meio rural. No *dia 25 de abril de 2014, uma senhora com-*

¹⁴ Patrícia também era integrante do projeto na época.

¹⁵ Por italianidade compreende-se o vínculo de pertencimentos individuais e coletivos ao universo de origem italiana, propiciado pela história dos antepassados oriundos da Itália que colonizaram a região no passado.

pra batatinhas inglesas, segundo ela: “para aprender a fazer fermento”. Em seguida, pede para a feirante a receita do fermento caseiro. Muito prestativa, a feirante: “tenho em casa a muda, te trago! Tenho um de farinha muito bom também”. Cliente pede para trazer por escrito e pede o número de telefone da feirante para combinarem.

Nas feiras ocorre interação face a face com fregueses, ou seja, há uma maior intimidade, ou proximidade entre freguês e feirante, uma relação de camaradagem, de preocupação entre ambas as partes, construindo assim uma afinidade. A relação de cumplicidade foi observada, por exemplo, no dia 03/09/2013, quando o freguês perguntou ao feirante se está gripado; outra situação, também percebi nas inúmeras vezes que os fregueses deram ou devolveram caixinhas de ovos, vidros ou garrafas.

Considerações finais

Por meio da pesquisa etnográfica no espaço de comércio de uma feira de alimentos urbana na cidade de Santa Maria, pode-se observar o quanto para esses camponeses feirantes a *Feirinha de Camobi* é importante para a reprodução da condição camponesas dessas famílias que ali se fazem presentes. Para a grande maioria desses trabalhadores rurais, a feira representa um espaço no qual elas encontram uma nova possibilidade de obter sua própria renda, comercializando seus próprios produtos, garantindo assim uma melhor condição de vida. Nos processos de produção, percebe-se o quanto toda a família se envolve: jovens, adultos e idosos, o que possibilita uma socialização de perdas e ganhos nesta forma produtiva.

Além disso, as feiras são compostas por uma rede de sociabilidade tecida por feirantes e fregueses que trocam produtos, saberes, fazeres, estratégias de comprar e venda, jocosidades. Enfim, realizam a feira e constroem ao mesmo tempo sua história, além de alimentos, vendem-se elementos simbólicos, memórias, cheiros e sabores. Pode-se perceber que além da comercialização de alimentos há também uma troca de elementos simbólicos, gostos, memórias e uma série de identificações, uma vez que as trocas que ocorrem nas feiras ultrapassam a lógica de compra e venda de produtos, elas vão além de trocas econômicas, assim a lógica mercantil não substitui as antigas formas de construção de vínculos e alianças entre fregueses e feirantes que, muitas vezes são cruzadas por lógicas de parentesco, afinidade, etnicidade e outras.

Nesse espaço de consumo, o econômico e o social se complementam, ligam-se às histórias de vida dos diferentes personagens que o com-

põe esse espaço do mundo rural no urbano. A feira proporciona sociabilidade e formação de uma relação afetiva entre feirantes e fregueses, a apresentando como um espaço altamente pedagógico sobre alteridades e regras de mercado, uma vez que é localizada na cidade, mas estruturada por camponeses provenientes de zonas rurais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1992.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: Novas identidades em Construção**. Estudo Sociedade e Agricultura, 11, outubro, 1997.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. Revista **IDEAS** (Online), v. 5, p. 91-114, 2011.

DE CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano**. Vol.2. Morar, cozinhar. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Feiras Livres e Reprodução Camponesa: Interfaces da Relação Campo – Cidade**. XXI Encontro de Nacional de Geografia Agrária. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1477_1.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2014.

GARCIA, Marie France. **Feira e trabalhadores rurais/ as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ. Rio de Janeiro: 1984.

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro. **Feira Camponesa: Instrumento de Luta e Resistência das Mulheres Camponesas em Catalão – GO**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2 ed. São Paulo. Ática. 1988.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 41-68, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de **Antropologia**. São Paulo: USP, v.39, n 1, 1996.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Feira e Mudança Econômica. Revista **Vibrant**, Brasília, 2014.

SANTOS, Paulo Cezar de Holanda. **Na Feirinha do Tabuleiro tem: Aspectos da sociabilidade presentes em um ambiente de consumo**. Encontro científico Cultural, 2012. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/5b-1fba_c64e8ee1394a41aaa93e1f07f55139b3.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2014.

SATO, Leny. Processos Cotidianos de Organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap. Trabalho e dominação. São Paulo, Cebrap; Petrópolis, Vozes, 1980.

SIMMEL, Georg. Sociologia: estudos sobre as formas de socialização, MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. **Etnografando mercados: trabalho, so-**

ciabilidade e lazer no Ver-o-Peso, Somanlu, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011.
SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves; COLOMÉ, Felipe da Luz. **Feira de Economia Solidária**: reflexões sobre a relação consumo e cidadania. Encontro Nacional de Estudos do Consumo. 2010. Disponível em: <http://estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/1.3.5-Siqueira_e_Colome-Feira_de_Economia_Solidaria.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2014.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro da ANPOCS. .GT17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: EdUnB, 1995.

AS MULHERES E AS PLANTA MEDICINAIS: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO CUIDADO E SUAS IMPLICAÇÕES

Flávia Charão Marques¹

Vinicius Cosmos Benvegnú²

Adriana Samper Erice³

Ana Paula De Carli⁴

Resumo: Tendo como foco processos de aprendizagens coletivas e de organização social de mulheres rurais motivadas pelo tema das plantas medicinais, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, este trabalho problematiza a construção do cuidado ao outro como um papel feminino. O ponto de partida é observação de que esse ‘cuidado’ parece estar superando a esfera familiar, ampliando-se para o âmbito comunitário e mesmo global, na medida em que as mulheres ampliaram suas lutas pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento do seu trabalho até uma nova responsabilização pelas mudanças requeridas no padrão de desenvolvimento. Os grupos estudados têm na mobilização em torno da produção de remédios uma forma de ação que permite acessar outras questões de ordem política. Identifica-se que há reposicionamentos das mulheres frente à entrada no mundo produtivo e em direção à vida pública, mas também dinâmicas contraditórias que provocam sobrecargas de trabalho. Assim, há continuidades e descontinuidades no papel ‘cuidador’ da mulher, sendo que a doação de tempo, afetos, palavras e práticas, ainda, aparecem minimizadas diante do imperativo desenvolvimentista.

1 Dr. Desenvolvimento Rural, Professora, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. flavia.charao@pq.cnpq.br

2 Mestrando em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

3 Mestre Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

4 Mestre Desenvolvimento Rural, Bolsista Exp. CNPq, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Palavras chave: camponesas, desenvolvimento rural, aprendizagem coletiva.

Abstract: Focusing on processes of collective learning and social organization of rural women motivated by the theme of medicinal plants in different regions of Rio Grande do Sul (Brazil), this paper discusses the construction of ‘care for others’ as a female role. The starting point is the observation that this ‘care’ seems to be overcoming the family sphere, being extended to the community and even globally, once women broadened their struggles for gender equality and for the recognition of their work toward a new accountability that includes the requirements to change the development standard. The groups are organized around the remedies production, establishing forms of action that allow access other political questions. We identified a repositioning of women for the outside, with the entrance in the productive world and toward public life, but also contradictory dynamics that cause work overload. Thus, there are continuities and discontinuities in ‘caring role’ of the women, but the donation of time, affections, words and practices still appear minimized before the developmental imperative.

Keywords: peasants, rural development, collective learning.

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão que está relacionada a pesquisas em andamento no âmbito do projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil⁵”. Os estudos, tomados em seu conjunto, contemplam construção de conhecimentos, aprendizagens coletivas e processos de organização social levados a cabo por mulheres rurais motivadas pelo tema das plantas medicinais⁶

5 Projeto que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de edital compartilhado com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA - Nº 32/2012.

6 Normalmente, são chamadas de medicinais espécies vegetais que contém um ou mais componentes fitoquímicos (princípios ativos) que são considerados terapêuticos quando utilizados por seres humanos ou animais, podem ter uso popular/tradicional consagrado e/ou evidências científicas de atividade biológica. As formas de utilização são as mais diversas, desde o uso direto de partes das plantas em infusos (chás) até a transformação em medicamentos fitoterápicos por meio de técnicas específicas. Aqui, ao fazer referên-

em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (RS). A proposta de trabalho considera que há uma presença maciça das mulheres nos movimentos que reivindicam a legitimação das práticas populares em saúde; que os conhecimentos associados às plantas medicinais são reconhecidos como parte do universo feminino; e que, no contexto dos movimentos de mulheres camponesas, tem havido um processo de ampliação do escopo da discussão da saúde para o terreno ético-político da construção de cidadania e do feminismo.

O tema plantas medicinais colocado de forma geral, imediatamente, evoca uma série de assuntos correlatos, como: natureza, agroecologia, alternativa terapêutica, fitoterapia, medicamentos, práticas caseiras em saúde, saúde coletiva, tecnologia, mercado, biodiversidade, cultivo, religiosidade, gênero e um sem número de correlações que podem ser estabelecidas. Assim, também têm sido numerosas as mobilizações em torno do tema, abrangendo desde o debate nos domínios da ciência e tecnologia, até as reivindicações dos movimentos populares. Mesmo a partir de abordagens diversas, a temática faz parte de agendas de lutas e pautas de reivindicações de muitos movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, sindicato de indústrias (químico-farmacêuticas), além, dos movimentos ecologistas e partidos políticos. Outros níveis de organização da sociedade também estão envolvidos com o tema, como Organizações Não Governamentais (ONG's) atuantes em áreas da saúde, agricultura, meio ambiente, sociedades científicas de distintas áreas do conhecimento, além, de vários setores do próprio Estado.

Considerando especificamente o Setor de Saúde do MST para o RS; o Coletivo de Mulheres do MPA; e a Coordenação Regional Litoral Norte do MMC, desde o início das pesquisas, em 2013, até o início de 2015, foram realizadas reuniões, entrevistas e diálogos com diversos interlocutores, além da participação e observação direta em encontros, feiras e eventos. Estas aproximações e o sistemático registro de informações e dados, aliados à análise de documentos recolhidos, dão suporte para as considerações, aqui, discutidas.

É importante ter presente que, relacionados aos três movimentos mencionados, estima-se mais de uma centena de grupos de mulheres cia a plantas medicinais, se está considerando como um tema agregador de diferentes dimensões como saúde, meio ambiente e cultura, ao qual, diferentes pontos de vista estão relacionados.

organizados em torno das plantas medicinais, evidenciando construções de gênero relacionadas às distintas formas de trabalho e atuação dos grupos. A ação social dos grupos em questão está impregnada (ou mesmo orientada) pelas questões feministas, mas também relacionada à luta pela soberania alimentar e pela conservação da biodiversidade. Neste sentido, ganha relevância a noção de que construções de gênero estão enraizadas em diferentes aspectos da vida social, e na construção de outras categorias socialmente significantes superando aquelas que envolvem classe ou etnicidade, bem como, o ser homem ou ser mulher (ECKERT; McCONNEL, 2006).

Contudo, para além de uma construção discursiva e da mobilização política, se observa que as mulheres estão estabelecendo práticas relacionadas também à geração de renda e à mudança da base tecnológica na produção agrícola; ambas justificadas e associadas ao que podemos tratar como construção do papel feminino do cuidado ao outro. O que passamos a problematizar é que tal ‘cuidado’ parece estar surgindo como um processo que, agora, supera a esfera familiar, ampliando-se para o âmbito comunitário e mesmo global, na medida em que se engajam em lutas mais amplas que a reivindicação pela igualdade de gênero ou o reconhecimento das mulheres no mundo produtivo e do trabalho. Com isto, nos colocamos a pergunta: cuidar é coisa de mulher? A questão é uma provocação para a reflexão, de modo que não pretendemos respondê-la propriamente, mas, trazer alguns aspectos sobre os papéis que vêm sendo assumidos pelas mulheres camponesas no sul do Brasil, cada vez mais inseridas nos mercados e responsabilizadas pelas mudanças requeridas no padrão de desenvolvimento que envolve a todos.

O texto apresenta, além desta introdução, quatro seções. A segunda traz para o debate a mobilização em torno das plantas medicinais como ponto de partida para construções e ações legitimadoras tanto da condição de mulheres camponesas, como a interpenetração de outras questões de ordem política e prática. Em seguida, a terceira seção apresenta alguns aspectos relativos à construção da categoria ‘cuidado’ como um papel feminino, contemporaneamente ampliado também para fora da esfera doméstica. Uma quarta seção vai discutir alguns reposicionamentos das mulheres frente sua entrada no mundo produtivo e em direção à vida pública, sendo observados aspectos que parecem imprimir algumas dinâmicas contraditórias que podem levar a sobrecargas de trabalho e, inclusive, novas formas de adoecimento. Finalmente, são tecidas algumas considerações a título de

concluir o presente artigo.

2. As plantas medicinais: um ponto de partida

A legitimidade do uso de plantas medicinais (e outras práticas complementares em saúde) é reconhecida tanto pela população através da cultura, tradição e costume, como pelas instituições, por exemplo, a OMS (Organização Mundial de Saúde) que, desde 1978, vem recomendando aos países membros a inclusão oficial da medicina tradicional⁷ em programas de saúde. No entanto, a maioria das reivindicações dos setores populares está intimamente ligada ao direito a sistemas e práticas de saúde que conduzam a uma maior inclusão e autonomia, ou seja, às questões relativas à cidadania.

As mulheres rurais, no sul do Brasil, estão organizadas de distintas maneiras, formalmente ou não. Algumas se organizam a partir da identidade de mulher, outras a partir dos temas da saúde, a exemplo daquelas mais relacionadas à Pastoral da Saúde, outras têm sua organização associada à luta pela terra e crédito, a exemplo dos grandes movimentos e federações sindicais do campo. As pautas das mulheres variam em cada um desses espaços, muitas vezes, se referem ao protagonismo em reivindicações políticas ou feministas mais especificamente, e, mais recentemente, à necessidade de inserção nos mercados e em processos produtivos. No entanto, esta dinâmica em direção à organização envolve uma complexa combinação de auto-categorização e engajamento em práticas sociais, na busca por legitimação das ‘mulheres camponesas’ frente aos enfrentamentos de hegemonias e exclusões historicamente a elas impostas.

Aqui, cabe salientar que dentro dos movimentos sociais do campo as pautas associadas às mulheres, a exemplo das plantas medicinais,

7 Medicina tradicional é um termo amplo utilizado para referir sistemas de medicina orientados por um repertório cultural específico. São várias as terapias que fazem parte dos sistemas, incluindo o uso de plantas medicinais, produtos de origem animal e mineral, além de terapias sem medicação, como a acupuntura. Em países onde o sistema sanitário dominante se baseia na medicina alopática ou onde a medicina tradicional não foi incorporada oficialmente, normalmente, ela é classificada como complementar, alternativa ou não convencional (OMS, 2002). No Brasil, em 2006, foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006); e, em dezembro de 2008, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos é oficializado e reconhece na fitoterapia uma prática terapêutica a ser oferecida pelo SUS; assim como, legitima o conhecimento tradicional e popular e as chamadas ‘farmácias vivas’, que são hortos com plantas de uso medicinal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

muitas vezes não alcançam grande visibilidade, normalmente não sendo assumidas nos discursos públicos desses movimentos. Esse fato demonstra conflitos de gênero ainda muito presentes nessas organizações. Sendo assim, a luta que envolve as plantas parece ter sido reservada aos espaços quase que exclusivamente femininos e, a partir disso, sendo significada como um espaço de resistência.

Aí, identificamos o que Melucci (1990) propõe como aspectos ligados à constituição de um movimento social. Ou seja, a solidariedade que envolve os atores, gerando reconhecimento mútuo; a identificação de adversários comuns; e o rompimento de limites de compatibilidade, significando a superação de determinada estrutura ou sistema. Movimento social, então, irá compreender um conjunto amplo de práticas sócio-político-culturais que objetivam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas relações sociais entre sujeitos e associações civis (SCHERER-WARREN, 1999).

A partir de estudos de caso nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Marques (2008) aponta que, com distintos graus de organização e articulação, muitas agricultoras através de sua ação cotidiana constroem alternativas que conjugam biodiversidade e saúde no desenvolvimento de processos de resgate e cultivo de plantas medicinais para utilização em trabalhos comunitários. A autora mostra que lentamente a ação que constrói tais processos penetra ‘outros mundos’, como o das políticas públicas para a agricultura e para a saúde. Também, a articulação crescente das experiências relacionadas às plantas medicinais direciona outras práticas sociais das mulheres que apontam para o resgate da cidadania, das preocupações com problemas ambientais, vislumbradas como oportunidades e vínculos entre distintas ações. Particularmente, criam possibilidades de ação estratégica com alguma capacidade de superação de limites, estabelecendo processos cognitivos individuais e coletivos para propor associações efetivas e simbólicas entre desenvolvimento, geração de renda, conservação do meio ambiente, dentre outras.

Os grupos de mulheres com os quais temos tido contato muitas vezes relatam que o trabalho com as plantas medicinais, em momentos e espaços específicos, tem funcionado como uma ‘ponte’ para a reflexão sobre o que denominam “questões de gênero”. Dentro de tais questões, obviamente, não desaparece o pano de fundo da luta “contra o patriarcado”, mas outros aspectos vão sendo delineados e percebidos. Dentre os assuntos abordados pelos grupos, destacam-se as reivindicações pela equidade de

gênero no meio rural; a oposição à introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura (luta contra os transgênicos), a introdução do debate da sustentabilidade, da agroecologia e da soberania alimentar. No entanto, o tema mais recorrente e reconhecido como de difícil abordagem é o da violência contra a mulher⁸, identificado como muito presente nos lares rurais de todo o país.

As ‘plantas medicinais’ são consideradas ponto de partida e um tema agregador na medida em que fazem parte de um reconhecido (ou construído) universo feminino, no qual, conhecer as plantas e saber usá-las é motivo de orgulho e de auto valoração, ou seja, é um fator que contribui, sobremaneira, para o crescimento da autoestima. Assim, os relatos das mulheres apontam que “algumas companheiras tinham vergonha de falar, mas passam a participar quando o assunto é fazer remédios”. Alguns documentos produzidos pelo MMC, reproduzem trechos de relatos de mulheres que trazem esta dimensão do trabalho com as plantas medicinais, conforme reproduzido abaixo.

O MMC foi muito bom para mim porque aprendi muitas coisas boas, o modo de se alimentar, de se tratar e curar de algumas doenças de maneira natural sem precisar de remédios de farmácia. (MMC, 2008b, p.40).

O MMC me trouxe coragem de me expressar, de dar minha opinião, de resgatar minha identidade. [...]trouxe um despertar para as plantas medicinais, a produção ecológica e as sementes crioulas. (MMC, 2011, p.3).

O conhecimento sobre as plantas medicinais está relacionado ao

8 Os relatos das mulheres dão conta de que alguns avanços vêm sendo obtidos, inclusive, por ações do Estado, que têm disponibilizado sistemas de facilitação de denúncias e esquemas de proteção. Embora, este seja um tema sensível e fundamental no debate dos movimentos, o presente artigo não se propõe a aprofundá-lo, porém, reconhece que o assunto é da mais alta importância, seja do ponto de vista social e político, ou de uma perspectiva acadêmica.

papel feminino nas famílias, são as mulheres as principais disseminadoras da cultura de prevenção e tratamento de enfermidades (SANTOS, 2004). O interesse em atividades práticas também pode ser interpretado pela relação das mulheres trabalhadoras rurais com afazeres domésticos, estando a esfera discursiva e pública associada ao marido, além de outros elementos ligados à divisão sexual do trabalho.

Marques (2008) identifica que são as mulheres que mais conhecem as plantas e seus usos, e que é notável a maneira como elas trazem para si a responsabilidade de cuidar da saúde da família e da comunidade. A autora reporta que as mulheres, quando interrogadas sobre a motivação para iniciar trabalhos comunitários com plantas medicinais, respondem que se trata de uma consciência ecológica, tradição que vem das suas mães, responsabilidade com a saúde da família, mas também, apontam o envolvimento com a comunidade e a mobilização política. A maioria das mulheres conta que começou o trabalho através da participação na Pastoral da Saúde⁹, que é uma organização cívico-religiosa ligada à Igreja Católica, que atua em nível nacional, mas está organizada localmente, contando com centenas de agentes espalhados em todo território (MARQUES, 2008). Este aspecto é recorrente na atual pesquisa, sendo que as lideranças dos movimentos e os grupos mencionam com muita frequência que a organização das mulheres em torno das plantas medicinais e das práticas em saúde tem uma raiz nas ações e estruturas comunitárias iniciadas por dentro da igreja. Neste caso, não só a Católica, mas também Luterana, cuja presença é maior em regiões com presença de descendentes de alemães¹⁰.

Este “trabalho com as plantas” se concretiza em encontros presenciais sistemáticos com periodicidade definida, não raro em espaços físicos estruturados especificamente para isto, em geral chamados de “farmacinas”. Ali, são produzidos xaropes, tinturas, elixires, cápsulas, pomadas, cremes, sabonetes, xampus, artesanatos com uso de plantas aromáticas (almofadas, velas, aromatizantes para ambientes), dentre outros produtos fruto do conhecimento e criatividade. Há também grupos que mantêm área de cultivo comunitário de plantas, entretanto, observa-se que esta prática não vem sendo tão comum, muitas mulheres contam que as plantas são cultivadas em suas casas, sendo colhidas conforme a necessidade. As

9 Esta é uma organização religiosa está subordinada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
10 A região sul do Brasil, ainda no século XIX e início do século XX, recebeu grande contingente de imigração alemã, assim, existem muitas localidades onde esta influência é muito presente na arquitetura, culinária, religião, hábitos e, mesmo, na língua utilizada.

trocas de sementes e mudas entre as mulheres, além de representar uma prática corriqueira, também resultam em momentos de compartilhamento mais amplo, demonstrando, assim, as redes de produção e circulação de conhecimento da qual são parte. Uma muda sempre está relacionada a uma pessoa, a um espaço de referência e a uma aprendizagem.

Neste sentido, é importante fazer referência ao envolvimento dos grupos de mulheres em feiras e espaços públicos organizados na forma de ‘mostras da biodiversidade’, cada vez mais comuns em distintas regiões; às vezes, ligadas a eventos religiosos, festas comunitárias e, mesmo, a mostras e feiras agropecuárias de finalidade mais comercial. Nessas feiras, as plantas medicinais são parte da grande diversidade de outras plantas que também são cultivadas nos quintais familiares, em geral, também mantidos pelas mulheres. Estas relações parecem demonstrar que a saúde é compreendida de uma forma bastante ampla, estando articulada à preocupação com a alimentação, com as formas de cultivo ecológico, à segurança alimentar e nutricional e à esfera da autonomia¹¹.

A importância de ‘materializar’ a articulação das mulheres levou, por exemplo, o Coletivo de Mulheres do MPA a incluir, em 2008, uma meta específica para o estabelecimento de hortos com plantas medicinais dentro do “Projeto de Capacitação de Agricultores Familiares para a Transição do Modelo Agrícola”, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O projeto possibilitou a realização de 10 cursos formativos, com a posterior realização de visitas à cerca de 50 famílias e grupos, em 10 regiões do estado. O foco inicial era estabelecer unidades demonstrativas de tecnologias de base ecológica para produção agrícola, mas na maioria dos casos, as atividades foram direcionadas para o estabelecimento de hortos em formatos de mandalas (canteiros circulares) e espirais. Estes desenhos alternativos contemplavam as espécies a serem utilizadas na promoção da saúde humana, animal e vegetal. A avaliação do Coletivo é de que, com a construção dos hortos (que posteriormente evoluiu para a realização de oficinas também para a produção dos remédios e outros produtos), a luta feminina se “materializava”, criando oportunidades para mobilização das mulheres em torno da valorização do trabalho e mesmo do difícil tema da violência doméstica. O trabalho em regime de mutirão também é entendido como fator de coesão. Assim, é relatado pelas lideranças do movimento que: “ficou mais fácil para as mulheres saírem

¹¹ A autonomia proclamada pelas mulheres aparece relacionada à agência sobre a cura e sobre a promoção da saúde, contrapondo a noção de que são esferas de ação delegadas unicamente a instituições formais e/ou o Estado.

de casa, elas podiam voltar com algo concreto na mão”. Esta observação se refere ao fato de que ainda é difícil para muitas mulheres justificar o afastamento da casa em função de uma reunião ou um ato de mobilização política. Deste modo, reunir-se para plantar, para aprender sobre saúde e nutrição, para elaborar remédios e fabricar sabonetes, além dos objetivos imediatos relativos às melhorias na qualidade de vida, se transforma em estratégia de ação. Ou, nas palavras delas: “as plantas medicinais são a porta de entrada”.

Várias lideranças reconhecem que a abordagem das questões do gênero, muitas vezes, acontece a partir das plantas medicinais. Nossas interlocutoras afirmam que se começarem o trabalho de organização das mulheres falando sobre temas como a dominação masculina ou a violência conjugal, o resultado provável é o afastamento delas. Por outro lado, ao tratar do tema das plantas, da saúde e sua relação com o uso dos agrotóxicos, mencionam que a estrutura familiar estabelecida, com frequência, passa a ser questionada. As mulheres começam a interrogar algumas das decisões dos maridos no que tange à atividade agrícola e quanto as desigualdades nas tarefas domésticas. Reiteram, assim, o papel “libertador” do eu trabalho com as plantas e os remédios. Resgatamos uma das falas de uma integrante do MMC (captada durante a pesquisa), que conta sobre o seu trabalho com os grupos de mulheres no Litoral Norte.

Eu sempre chegava assim, com as plantas. Fazíamos reuniões cada 15 dias e, aí, eu dizia pra elas “olha só eu vim faz 15 dias e trouxe um monte de plantas pra vocês, mas vejo nos olhos de vocês que ainda estão tristes, vocês não sorriem...significa que as plantas não curaram vocês”. [...] Aí, começávamos a nos perguntar o que tínhamos que mudar. Na segunda vez, nós íamos um pouco mais fundo, dizendo “no final de contas vocês também são gente ou é só o homem que é gente?” Ishhh! Saía cada história! [...] E foi lindo de ver. Mulheres que se davam conta de repente que não era uma coisa, um instrumento de ninguém. Ah! Como foi lindo de ver elas se libertando! (ERICE, 2015).

3. As mulheres e o ‘cuidado’

As estratégias e conhecimentos das mulheres estão relacionados a um vasto conjunto de fatores por elas dominados, reproduzidos, adaptados e transformados, mas dependem da diversidade do ambiente circundante. É desta diversidade conhecida e, ao mesmo tempo, reproduzida e enriquecida, que emergem as soluções e os recursos para enfrentar crises e contingências. Neste repertório de conhecimento e ‘saber fazer’ é reconhecido um potencial para geração de renda, porém, hoje, diferentemente de outros tempos, as plantas medicinais parecem ter ficado em segundo plano quando o assunto é a busca de geração de renda para as mulheres. Por um lado, parece que haver certo consenso de que a geração de renda não virá pelas plantas, mantendo, assim, o espaço das ‘farmacinhas’ como de caráter comunitário. Por outro, nesses mesmos grupos, emerge a demanda pela realização de outras atividades dentro da ideia de geração de renda (e.g. produção ecológica, processamento ou agroindustrialização de alimentos) para as próprias mulheres, filhos e a família. Esta entrada na esfera do mercado, da produção, da gestão de novos elementos associados às instituições de regramento sanitário e de comercialização permite às mulheres desenvolver novas habilidades, mas para a preocupação com as consequências sobre sua qualidade de vida.

Os projetos de desenvolvimento, especialmente aqueles focados na obtenção de renda para as mulheres, têm como resultado, na maior parte das vezes, uma excessiva carga para as mulheres, dado que, como sinaliza Elson (1991), partem da noção de que o tempo das mulheres é “infinitamente elástico”. Assim, ao aumentar-se o tempo de trabalho ‘produtivo’ das mulheres, os resultados são uma maior carga laboral para elas, uma vez que os programas não consideram o trabalho ‘reprodutivo’ que elas cumprem no âmbito doméstico (PAULILO, 2004). Frente às estratégias que busquem dar um maior valor – tanto econômico como social – aos papéis fundamentalmente relegados às mulheres, as abordagens continuam focando a integração ao mercado por parte das mulheres: “esta carga, junto com outras atividades domésticas e reprodutivas, limita gravemente o tempo disponível das mulheres” (BANCO MUNDIAL, 2012, Módulo1, p.19, tradução e grifo nossos). Dentro da perspectiva desenvolvimentista, esse tempo disponível deveria ser empregado sob a forma de trabalho formal e assalariado fora do âmbito doméstico.

Por outro lado, nesta visão de desenvolvimento, as mulheres são vistas como instrumentos para o bem de outrem – família, crescimento econômico – e não como objetivo alvo do bem-estar e o desenvolvimen-

to delas próprias, o que traz como resultado, na maioria das vezes, uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade. Algumas das seguintes declarações, presentes em documentos do Banco Mundial, refletem esta visão, como no trecho reproduzido abaixo.

As evidências indicam que, quando as mulheres têm seus próprios ingressos, estes provavelmente sejam empregados em alimentos e necessidades dos seus filhos e filhas. As mulheres são geralmente as responsáveis pela escolha e a preparação dos alimentos, e pela atenção e alimentação das crianças. (BANCO MUNDIAL, 2012 Módulo1, p.15, tradução nossa)

Carvalho et al. (2008, p.434) consideram que há documentação suficiente de que existe um crescente ingresso da mulher em campos de trabalho reservados anteriormente ao homem. Entretanto, qualquer que seja o grau e tipo de participação da mulher no mercado de trabalho não tem mudado o típico cumprimento da ‘jornada dupla’, em outras palavras, os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos ainda recaem sobre ela na grande maioria dos casos.

Por outro lado, Appleton et al. (2011) discutem que, nos programas que relacionam desenvolvimento e conhecimento, geralmente as mulheres são vistas como recipientes de conhecimento, ao invés de geradoras dele, e o foco está sobre a transferência de tecnologias e treinamento para mulheres, através do fornecimento de equipamentos ou habilidades. Esta ênfase em ‘levar’ às mulheres necessárias oportunidades, tecnologias e competências de gestão diminui o exame (ou a consideração) de capacidades existentes. As autoras mencionam que os programas para as mulheres tendem focar a melhoria do status das mulheres, acesso a recursos, educação, treinamento, tomada de decisão e empoderamento em relação aos homens. Há pequeno exame crítico do valor do conhecimento das mulheres em relação a problemas identificados e recursos disponíveis no ambiente mais amplo, ou de integridade do conhecimento das mulheres como a esfera do conhecimento como seu próprio direito. Esta luta é especialmente uma luta pelo reconhecimento da forma como se geram os saberes e as práticas, neste caso, no que diz respeito às práticas camponesas.

A grande indústria pesquisa, ainda hoje, no meio do povo, das mulheres, estes conhecimentos [referindo-se aos saberes locais] e depois de referendados cientificamente são colocados à venda para a população, como se fossem eles os inventores. Ainda, tem uma lei chamada Lei de Patentes que protege os laboratórios e as indústrias como um todo. [...] Nós do Movimento de Mulheres Camponesas entendemos que o conhecimento não é descoberto apenas em laboratórios. Nós acreditamos que o conhecimento é construído pelas pessoas através das atividades desenvolvidas individual e comunitariamente no ambiente social. Normalmente, isto acontece numa atitude de respeito à natureza, pois entendemos que o universo é a casa de todos os seres vivos. (MMC, 2008, p.28)

Este aspecto relacionado ao conhecimento das mulheres é trazido aqui com dois intuitos, o primeiro se refere ao próprio ‘lugar’ destinado às mulheres no processo de desenvolvimento e que, por sua vez, está relacionado ao debate do ‘cuidado’ como papel e saber feminino. Segundo Appleton et. al (2011) as relações entre homens e mulheres culturalmente construídas afetam a hierarquia de acesso, uso e controle resultantes diferentes percepções e prioridades para inovação e seu uso da tecnologia.

O caso da modernização e o incremento tecnológico da agricultura podem ser vistos como um bom exemplo disso. Os discursos que promovem tais mudanças sempre contemplam entre suas benesses uma mudança na condição da mulher ao longo do processo, porém, a tecnificação do campo apenas contribuiu para a manutenção da condição subalterna da mulher. Esse fenômeno foi observado na produção de leite no estado do Paraná, onde, à medida que a produção de leite foi sendo modernizada e as famílias mercantilizando a produção, a atividade deixa de estar sob domínio das mulheres, passando ao controle masculino (DESER; CEMTR/PR, 1996).

Scott (2011) vai apontar que, dentro do conjunto de princípios universais propostos pela modernização, a versão masculina de modernidade tornou-se predominante, com as mulheres permanecendo invisíveis, tratadas paternalisticamente ou usadas como critério para determinar o grau de atraso, especialmente no terceiro mundo. Como isto a condição das

mulheres passa a ser utilizada como uma marca, um critério que diferencia o ocidente moderno e o não ocidental tradicional. Em outras palavras, uma civilização moderna encoraja a racionalidade, o cálculo, o comportamento individualista, isto acompanha a transformação do homem tradicional e também reforça a necessidade da manutenção de uma rígida fronteira entre o que masculino e o que é feminino (SCOTT, 2011, p.297).

O mundo da família (a esfera doméstica) é colocado em oposição ao do mercado e da tecnologia, estes sim signos modernos. Isto leva a um raciocínio ‘lógico’ de que o masculino é sinônimo de racionalidade, e ao feminino é designada a paixão e o instinto (e.g. da maternidade). Esclarecemos, aqui, que não se está relacionando necessariamente o feminino exclusivamente às mulheres ou o masculino aos homens. No entanto, se faz notar, entre as mulheres que têm sido nossas interlocutoras (dos movimentos e grupos), que a delimitação entre o que é masculino e o que é feminino é bastante relacionada ao mundo dos homens e ao das mulheres. Esta divisão parece compor um processo de ordenamento e de justificação das ‘causas’ das mulheres, ao mesmo tempo em que impregna a própria concepção de desenvolvimento. Uma liderança de um dos movimentos nos disse em certa ocasião (setembro, 2013): “plantas medicinais é um todo, faz parte de uma outra visão de desenvolvimento, outra compreensão, e é uma compreensão feminina¹²”.

No que se refere às mulheres agricultoras algumas particularidades podem ser levantadas. Siliprandi e Cintrão (2011) constatam que estas mulheres têm dificuldades, por exemplo, de se inserir nas atividades de comercialização, em função de as suas atribuições ‘de gênero’ serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. Também, corroboram com Paulilo (2011) no entendimento de que, na agricultura familiar, a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, sendo uma e outra (família e trabalho) organizadas, em geral, a partir de uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho. Deste modo, as atividades domésticas e de reprodução (e de cuidados) da família são normalmente designadas às mulheres adultas, sendo designados aos homens os espaços ditos produtivos e de geração de renda, os espaços públicos.

Paulilo (2011), em pesquisa sobre os movimentos de mulheres rurais nos três estados do sul do Brasil, observou os movimentos autôno-

12 Percebe-se no conjunto de discursos e, inclusive, em momento de debate público que ‘feminino’ está associado ao que é justo, bom e ético; masculino incorpora, ao contrário, valores a serem combatidos, inclusive com o patriarcado e a violência contra mulher aparecendo como resultado do capitalismo.

mos¹³, o movimento sindical e movimento de mulheres ligadas ao MST. Ao analisar a hierarquização das questões de classe e gênero encontrou significativas diferenças entre os movimentos. Enquanto os movimentos sindicais e o MST enfatizam as questões de classe, sendo as mulheres parte desta classe, os movimentos autônomos se dedicam mais às questões de gênero, no sentido de dar prioridade ao que preocupa as mulheres no seu dia a dia. Assim, a autora identifica:

que os movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar têm um modelo de participação política machista. O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem seguir à risca. Também, esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas (PAULILO, 2011, p.239-240).

A referida pesquisa, cujo segundo objetivo era observar rupturas e consensos entre os movimentos, mostra que uma líder nacional do MST caracterizou as metas do seu movimento como reforma agrária; as mulheres dos sindicatos como agricultura familiar, e os movimentos autônomos como saúde. Veja-se que os objetivos dos dois primeiros grupos são comuns a homens e mulheres, enquanto a saúde sempre foi considerado ‘assunto de mulher’ (PAULILO, 2011, p.241).

Quando o tema da saúde é evocado pelas mulheres rurais, o ato de cuidar emerge forte como aglutinador dos elementos anteriormente citados: diálogo, atenção, luta e mobilização. No 3º Encontro Estadual de Mulheres do MPA (Santa Cruz do Sul, outubro, 2013) uma das lideran-

13 A autora entende por movimento autônomo de mulheres aqueles que não recebem apoio financeiro estável de nenhuma instituição ou outro movimento. Nacionalmente eles se agrupavam, à época da pesquisa, sob a sigla Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), atualmente, podem ser identificados com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Nossa pesquisa engloba o Coletivo de Mulheres do MPA que, embora não autônomo propriamente dito, guarda algumas características de autonomia, na medida em que surge porque as mulheres não sentiam suas lutas por igualdade de direitos e pelo fim da opressão representadas no conjunto das pautas do MPA. Já, o Setor de Saúde do MST mantém a proposta de ser um grupo de trabalho misto, embora a muitos dos membros sejam mulheres.

ças fala, estimulando as mulheres: “nós somos lutadoras, nós estamos na roça, produzindo comida limpa e saudável, isto é ser lutadora, tanto quanto quem está lá na luta”. Mais especificamente, quando o tema se volta para as plantas medicinais, a partir das observações nos grupos de mulheres, se nota uma continuidade entre produzir saúde (produção agrícola) e promover saúde (produção de remédios). Aí, aparece, além da noção de que é papel das mulheres cuidar das pessoas, seja as do seu entorno comunitário ou as distantes (consumidores), mas também “cuidar da terra”. Reiteradas vezes, o cuidado com a ‘natureza’, cuja essência é reivindicada como feminina, é mencionado ou evocado em termos de motivação para “a luta”, de aspectos místicos e religiosos, mas também como uma responsabilidade das mulheres, uma vez que a elas compete o cuidar.

Outra pesquisa, realizada por Bruno et al. (2011) apreende representações e valores entre integrantes de grupos produtivos em assentamentos de reforma agrária em diferentes regiões brasileiras. Os autores, ao questionar homens e mulheres sobre “o que significa de ser mulher”, com muita frequência, encontraram convergências na construção de representações a partir da responsabilidade delas como mães e donas de casa, sendo recorrente o ‘cuidar’ como algo que emana do ‘natural’ cuidado relacionado aos filhos. Uma das mulheres responde: “ser mulher é ser guerreira. É carregar a família nos ombros” (BRUNO et al., 2011, p.77).

As mulheres assentadas não separam o espaço do doméstico (família, marido, filhos) do espaço da política, representado basicamente pelas ações ligadas à luta pela terra (BRUNO et al., 2011). Estas dimensões aparecem como indissociáveis, neste sentido se pode entender que a prática social das mulheres que se engajam nos movimentos e nos grupos organizados (os estudados por nós, em torno das plantas medicinais) parece redefinir algumas fronteiras entre a ação pública e a privada. Palavras de ordem, ouvidas por nós no Encontro de Mulheres, davam conta de deixar claro: “a gente quer decidir sobre a própria vida [...] por vida e soberania alimentar, basta de violência contra a mulher”.

Assim, como constatado por Erice (2015), para o MMC só a agricultura ecológica não é uma solução, pois acrescentam a necessidade de que esta seja feminista, entendida como um modo de vida que “implica no modo de ser e se relacionar socialmente no campo” (MMC, 2008, p.30). A necessidade de que a agricultura seja ecológica e feminista está justificada por uma leitura histórica feita por parte das mulheres, na qual o

papel da mulher como a “guardiã” das sementes e os saberes é realçado e valorizado: “nesta época [pré-história] havia uma estreita relação entre cuidar da vida, da saúde e da natureza. A mulher era portadora de uma sabedoria imensa a esse respeito e esse conhecimento fez com que a mulher desenvolvesse um papel determinante na sociedade” (MMC, 2013, p.1). O papel da mulher é ressignificado e colocado como central para o bem-estar familiar e da comunidade como um todo, outorgando-lhe visibilidade e reconhecimento social. Este papel está muito relacionado com a questão da saúde, como observado nos diversos grupos pesquisados. Para o MMC, a saúde quer dizer “construir um modo de vida digno” e “tem que ver com a alegria, o bom humor, a respiração, o sono, as caminhadas, os exercícios físicos, o lazer saudável, a conversa, o diálogo, o carinho e o afeto para com os outros” (MMC, 2008, p.47). Elas constroem esta luta por saúde em oposição ao “projeto da modernidade, pelo qual a construção de relações se dá em função do lucro, e não pela promoção da vida em todas suas dimensões” (MMC, 2008, p.17).

Esta responsabilidade com os cuidados torna-se a base de diversos programas de desenvolvimento (que vão desde os microcréditos até o programa Bolsa Família do Governo Federal) os quais apoiam – e fomentam – a ideia de que as mulheres são mais responsáveis no que diz respeito à administração dos recursos familiares e à atenção aos filhos (LARRACOECHEA, 2011). Esta visão tem sido criticada desde uma ótica feminista, pois “a maneira como as mulheres são incorporados a esses programas tem a ver com a lógica de que as mulheres tendem a priorizar o bem-estar dos outros, antes do próprio e também são propícias para oferecer o seu trabalho voluntariamente” (LARRACOECHEA, 2011, p.17, tradução nossa), cujo resultado é uma maior carga para as mulheres.

Não obstante, Marques (2008) destaca que, muitas vezes, são as próprias mulheres as que trazem para si a responsabilidade dos cuidados para com a família e para com a comunidade, identificando nestas tarefas uma forma de envolvimento e mobilização política. Dona Maria, coordenadora de uma das farmacinhas, expressa com orgulho, a respeito do seu trabalho no grupo, que: “Eu faço isto por amor à camiseta” (Dona M. em 19/05/2013).

Seria muito difícil estabelecer relação entre a desvalorização do papel do cuidado e o menosprezo pelas tarefas associadas ao sexo feminino, além do que pode haver o risco de se chegar a uma constatação de caráter determinista. Todavia, tomado o ‘cuidar’ a partir de uma perspectiva mais

ampla, um ponto que se pode trazer para o debate é que o papel do cuidado extrapola o âmbito doméstico, passando a comunitário, e depois como espaço profissional. Podemos avançar na noção do ‘cuidar’, como um ato que congrega dimensões de atenção, companheirismo, diálogo, escuta e mobilização social. Dessa forma, como bem afirma Pedrosa (2007, p.97), “o cuidar do Outro é um constante exercício de solidariedade que afirma cotidianamente a possibilidade de afirmação da vida”. É assim que considerar os cuidados e o trabalho comunitário como um ato de mobilização política questiona a maneira como se percebe a política entendida só nos espaços públicos e legitimados (ERICE, 2015). As mulheres apresentam, aqui, outra forma de fazer política, diferente (mais uma vez) da visão universalista e homogeneizante dos parâmetros de desenvolvimento, que avaliam o desenvolvimento enquanto igualdade de gênero¹⁴ pela participação das mulheres nos espaços políticos formais e produtivos.

O cuidado antes circunscrito à família se estende também ao grupo. Os espaços que conseguem se manter, as chamadas farmacinhas, são locais ‘cuidados’, organizados, limpos, decorados cuidadosamente, são locais aprazíveis e de encontro. Também, com frequência é onde as pessoas da comunidade chegam para receber orientações sobre saúde e nutrição, além dos remédios. Estes últimos uma espécie de materialização do cuidado, do saber e do trabalho, considerando que são produzidos coletivamente pelas mulheres. Do grupo, as mulheres ‘saem’ para o movimento, adentram em questões sensíveis não só para si, mas para um coletivo muito mais amplo. A luta se estende da roça à praça pública, o chá sai da cozinha da casa e ganha a rua.

4. Reposicionamento das mulheres: avanços e desafios

Ao longo da última década, sem dúvida, as lutas das mulheres rurais, o amadurecimento dos movimentos e dos processos de organização, além da ampliação no leque de políticas públicas no Brasil, desencadearam avanços. Paulilo (2011) menciona que, entre os avanços, estão um melhor reconhecimento do trabalho da mulher e a ampliação de programas de documentação e aposentadoria¹⁵.

14 Os parâmetros empregados para avaliar o desenvolvimento no que tange à equidade de gênero são baseados em três aspectos: o acesso das mulheres à educação, o acesso ao trabalho assalariado e à participação política nos espaços políticos formais.

15 Paulilo (2011) chama a atenção que ainda falta muito para a ampliação do número de mulheres com acesso e titularidade da terra. Poucas mulheres recebem a terra por herança, uma vez que são priorizados os filhos homens, assim, muitas continuam

O processo percorrido por estas mulheres, tanto no que diz respeito à sua maior presença na vida pública, quanto ao seu maior envolvimento em redes mais amplas ou o aumento da sua autonomia e autoestima, não necessariamente se dá de forma tranquila para dentro de muitas famílias. As novas experiências vivenciadas pelas mulheres e que não raro ampliam sua autonomia acabam por promover o que Siliprandi e Cintrão (2011) afirmam como mudanças no papel social destas mulheres, para além da rotina de trabalho. Isto nem sempre é bem assimilado no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública. De acordo com Paulilo (2003, p.192, apud. SALAVARO, 2014).

seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar na qual tradicionalmente o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas [...].

A fala de uma das lideranças, durante o Encontro Estadual de Mulheres, é exemplo do incentivo às mulheres para que estabeleçam estratégias de geração de renda como caminho para a autonomia:

sistema camponês é sistema diversificado, tudo relacionado. Ter o controle é o sistema, controle das sementes. O que a gente tem que fazer é retomar o controle [...] industrializar, fazer compota, artesanato [...] o que a gente faz na cozinha.

As nossas observações levam a perceber que as mulheres estão envolvidas em inúmeras atividades, especialmente aquelas que já romperam as primeiras barreiras da entrada na vida pública. No entanto, os seus relatos dão conta de uma sobrecarga de trabalho e de responsabilidades.

acendendo à terra apenas por casamento. Além disso, frente ao mundo institucional (e.g. bancos, políticas públicas) ainda são os homens que majoritariamente respondem pela ‘chefia da família’. Este não é o foco deste trabalho, mas não se pode deixar de considerar que estas questões ainda estão em aberto; e que, especialmente, o acesso à terra por parte das mulheres pouco tem aparecido entre as pautas principais do movimento.

Por exemplo, quando manifestam sua “paixão” pelas plantas medicinais, o “prazer” de reunirem-se para elaboração dos remédios e “falarem das suas coisas”, imediatamente fazem referência, com pesar, à falta de tempo para tais atividades antes mais presentes no seu cotidiano

Paulilo (2011, p.249) afirma que há pouca insistência para que as mulheres tenham sua própria conta no banco; no máximo, há insistência de que a tenham em conjunto com o marido. Persiste a ideia de que a renda é familiar, o que pressupõe distribuição igualitária entre membros. Permanece intocada a imagem da família rural como um todo coeso, tão cara aos órgãos de extensão rural e às igrejas, grandes incentivadoras dos movimentos sociais no campo, e junto aos quais a quase totalidade das militantes iniciou sua trajetória.

Mesmo considerando que o trabalho das mulheres está menos ‘invisível’, é quase unânime, entre os relatos das mulheres dos grupos que temos tido contato, a constatação de que só entraram novas atividades no cotidiano de trabalho, nada saiu. Isto parece indicar que os avanços não retiraram a maioria das mulheres do ‘circuito do cuidado’. Muitas delas, para viabilizar suas participações em atividades “fora de casa”, acordam de madrugada, fazem todo o serviço doméstico e algumas tarefas produtivas (tirar leite é uma das mais típicas), deixam a comida pronta para a família para, então, caminhar, tomar um ônibus e ir ao encontro das outras mulheres para realizar reuniões, formações, capacitações ou trabalhos em mutirão (aqui ressaltados os trabalhos de elaboração de remédios).

No caso das plantas medicinais, os produtos delas derivados têm sido também utilizados para manter o movimento. A fala de uma das agricultoras (setembro, 2013) corrobora com isto: “o Coletivo [do MPA] precisa de auto-sustento e as plantas medicinais entram nesta vasta lógica de auto-sustentar o movimento”. Assim, há uma parcela de ‘doação’ das mulheres na medida em que necessitam doar seu tempo e trabalho para gerar recursos para financiar o movimento (também peças de artesanato contribuem para geração de recursos).

Durante a pesquisa em campo, percebemos que a demanda por geração de renda tem sido suprida por outras atividades como a panificação, artesanato, preparo de conservas, preparo de refeições (com pretensão de evolução para restaurante), feira de produtores. O espaço reservado ao trabalho com as plantas medicinais segue sendo realizado de forma comunitária e não rentável. Esta estratégia tem relação direta com a normatização e restrições relacionadas aos fazeres com as plantas, mas também diz res-

peito a outras dimensões. Uma das mais relevantes é a motivação última para a mobilização política, como é também o aumento da autoestima, a aquisição e compartilhamento dos conhecimentos e, sobretudo, a possibilidade de se reunir e discutir questões relacionadas a gênero, dado que, como comentamos anteriormente, estes espaços são a porta de entrada para repensar o papel da mulher, a sua politização, e são espaços ‘seguros’ onde se pode tratar destas e outras questões consideradas delicadas como sexualidade e violência.

Nesse sentido, o que está em jogo é uma proposta que vai além da geração de renda e modelos de desenvolvimento que se sustentam em estatísticas e índices de crescimento econômico, é a proposta de um projeto de vida. Trabalhar com plantas medicinais e todas as atividades delas decorrentes está inserido num circuito de dádivas e principalmente de fortalecimento de relações. Como destacou uma das mulheres, integrante de uma das farmacinhas ligadas ao MMC:

Aqui, é doação, tem que se doar, é como sempre falo, sem a gente se doar isso aqui não existiria. Tem pessoas aí fora que dizem que a gente ganha algo, ganha dinheiro. Mas, como é que nós vamos ganhar dinheiro, se a proposta não é essa?

Essa fala, em ressonância tantas outras, mostra que estas mulheres, por um lado, estão preocupadas com estratégias que venham a aumentar suas rendas familiares, por outro, mantêm atividades com as plantas porque acreditam que existem elementos tão importantes quanto a reprodução econômica das famílias.

É admirável a força de vontade que identificamos entre as mulheres que se comprometem com ‘a luta’. A este respeito, poderíamos diferenciar a ação das lideranças e assessorias dos grupos e movimentos, uma vez que ocupando estas posições as mulheres passam a uma condição de ‘profissionais’, ou seja, muitas vezes a maior parte do seu tempo é dedicada às atividades de organização, formação, mediação, elaboração e representação. Assim mesmo, uma boa parte delas mantêm atividades produtivas ou de ‘ajuda em casa’.

Weitzman (2011) aponta que o incentivo à participação ativa das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhado por uma problematização da divisão sexual do trabalho, sendo que há uma tendência de

escamotear a sobrecarga de tarefas que as mulheres acumulam a partir do seu envolvimento nos dois campos – produtivo e reprodutivo. Em outras palavras, ainda é forte uma cultura organizacional que opera com base em valores tradicionais patriarcais, seja por parte do Estado, quando na documentação oficial faz prevalecer o nome do ‘chefe de família’ (SILIPRANDI, CINTRÃO, 2011; PAULILO, 2011), seja no âmbito doméstico e dos ‘cuidados’, onde a responsabilidade da mulher para com a casa e a família fala sempre mais alto.

Em diálogo com mulheres que são lideranças ou assessoras do MST, e que atuam no setor de saúde, ouvem-se relatos de que os problemas de saúde vêm mudando nos assentamentos. Naqueles mais consolidados e que, portanto, contemplam muitas atividades voltadas para o mercado, as mulheres, atualmente, estão reivindicando profissionais da educação física. Tal solicitação pode parecer incomum entre mulheres rurais. Mas, segundo elas, a ideia por trás disto é de que precisam receber orientações apropriadas para atividades físicas, já que há um grande número de mulheres obesas, com sobrepeso, hipertensão e diabetes. Também, elas reportam um crescente desinteresse ou desmobilização em torno das plantas medicinais, atribuindo: primeiro, à falta de tempo das mulheres em função de que “elas têm muito trabalho”; em segundo lugar, à maior presença das estruturas estatais de saúde, atendimento médico e acesso a medicamentos fornecidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) por exemplo. Muito embora reconheçam que ainda está muito aquém das necessidades, especialmente em locais mais distantes dos centros urbanos, as lideranças pensam que o acesso à medicina “convencional” pode estar contribuindo para a desmobilização em torno do trabalho comunitário com as plantas medicinais. Esta observação das mulheres do movimento corrobora as nossas, uma vez que temos observado que, nos últimos dez anos, os grupos que se dedicavam ao tema das plantas medicinais diminuíram em número de mulheres, e na intensidade de seus trabalhos.

Os avanços das lutas das mulheres e das políticas públicas no que tange à retirada do trabalho feminino da zona da invisibilidade; ao reposicionamento social das mulheres na família e na comunidade; assim como da valorização e o reconhecimento do papel do cuidado são todos aspectos que podem ser entendidos como ampliação da autonomia e igualdade. Por outro lado, ainda são muitas as contradições que daí emergem e desafiam a construção deste ‘novo’ sujeito, usando um termo recorrente, a “mulherada”.

5. Considerações Finais

Com este trabalho buscamos problematizar o papel feminino do ‘cuidar’ a partir da observação de grupos de mulheres organizados em torno do tema das plantas medicinais. Os grupos ligados aos principais movimentos camponeses brasileiros (MST, MPA e MMC), e que desenvolvem trabalhos comunitários em saúde, são perpassados por questões mais amplas relacionadas à luta das mulheres por autonomia e igualdade. Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos movimentos e pelos grupos, tendo as plantas medicinais como porta de entrada, se convertem em espaços de ação coletiva, de politização e de conscientização das mulheres.

O cuidado como papel feminino, construído como um ‘universal cultural’, embora assuma distintas nuances segue sendo entendido (e, muitas vezes, naturalizado) como sendo uma ‘tarefa das mulheres’. No entanto, o que buscamos mostrar é que este ‘cuidar’ vai assumindo um caráter ampliado na medida em que as mulheres incorporam preocupações com temas como a soberania alimentar, perda de biodiversidade, a sustentabilidade e autonomia na produção agrícola. Assim, o cuidado supera a esfera familiar e, depois, a comunitária para alcançar responsabilidades com o global, são elas que deverão guardar as sementes, cuidar do planeta e imprimir outro ritmo ao desenvolvimento. No entanto, a organização social familiar pouco muda (ou muda vagarosamente), e as mulheres assumem novas frentes, representadas pela vida pública, mas seguem ‘comprometidas’ com a vida doméstica. Esta ‘dupla jornada’ parece estar sobrecarregando as mulheres rurais, incorporando-as em uma lógica de restrição de tempo e maior individualismo.

De certa forma, tais contradições (talvez, do próprio processo de desenvolvimento de caráter modernizante ocidental) imprimem a necessidade de intensificar a mobilização. Elas acabam chamando para si também a tarefa de cuidar dos seus movimentos, dos seus espaços de encontro e diálogo. Assim, parece que o cuidado cria um paradoxo, uma espécie de armadilha para as mulheres na medida em que ele pode ser gerador de coesão nos grupos e movimentos, ao mesmo tempo em que se torna extremamente exigente em trabalho e responsabilidade. De tal forma, que pode, até mesmo, criar desmobilizações.

O fato de propor um debate sobre continuidades e descontinuidades no papel ‘cuidador’ da mulher, em hipótese alguma, está duvidando ou questionando a ampliação da participação ativa das mulheres nos processos relacionados ao desenvolvimento, ou mesmo mais restritamente, na

vida econômica da família e das localidades. O que se buscou ressaltar é a necessidade de se refletir sobre o fato de que elas seguem sobrecarregadas, agora também porque cuidam de si mesmas, das suas companheiras, do ambiente e assim por diante, sem, contudo, deixar de lado o que já cuidavam antes.

Questionávamos inicialmente se cuidar é coisa de mulher; no entanto, podemos avançar nos perguntado também, por que cuidar é coisa de mulher? Um possível caminho em direção a uma resposta nos indicam as próprias mulheres com quem estivemos trabalhando já que, apesar de toda sobrecarga que os projetos de desenvolvimento legaram às mulheres ao incorporá-las como força produtiva sem desonerá-las de atividades domésticas, o cuidado continua sendo para elas, um elemento de estratégia política. O cuidado envolto nas atividades com as plantas medicinais é uma proposta de vida, não apenas uma esfera dela. Ao cuidar, se doa tempo, afetos, carinhos, palavras, práticas que, muitas vezes, aparecem vulgarizadas e minimizadas diante do imperativo desenvolvimentista. E doar-se também significa investir em pessoas e em relações. O que está em jogo para essas mulheres é a primazia da relação.

Com isso, o desafio delas já não nos parece tão ‘delas’, é muito mais um compartilhamento de todas nós, uma proposta de vida para além das mulheres, de afetos múltiplos. De imediato parece que afetar aos homens é mister, pois, se as oportunidades e acessos se ampliaram para as mulheres, ainda falta muito para desconstruir certos privilégios e constructos arraigadamente masculinos. As mulheres vão saindo para o espaço público, mas aos homens parece faltar certa disposição de adentrar e participar do mundo privado, do doméstico. E para isso talvez devamos refazer nossa questão inicial e nos perguntarmos: cuidar pode ser coisa de homens e mulheres?

Referências

APPLETON, H.; FERNANDEZ, M. E.; HILL, C. L. M.; QUIROZ, C. Gender and Indigenous knowledge. In: HARDING, S. The Postcolonial Science and Technology Studies Reader. Durham: Duke University Press, 2011. p. 211-224.

BANCO MUNDIAL. Agricultura y Desarrollo Rural. Manual sobre género en Agricultura. Washington D.C.: World Bank, 2012. 979 p.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L. DE; JALIL, L.; WESZ JR., V. J.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 55-84.

CARVALHO, A. M. A.; ALMEIDA, M. A.; CAVALCANTI, V. R. S.; BASTOS, A. C. de S. Mulheres e cuidado: bases psicológicas ou arbitrariedade cultural? *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.18, n.41, p. 431-444, 2008.

DAGNINO, E. 2000. Cultura, cidadania e democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 61-102.

ECKERT, P; MCCONNELL-GINET, S. Constructing meaning, constructing selves: Snapshots of language, gender and class from Belten High. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/ConstructingMeaning.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2012.

ELSON, D. Male bias in the Development Process. Manchester University Press, Manchester and New York, 1991. p.215.

ERICE, A. S. Espaço de vida, espaço de luta. Um estudo etnográfico da Farmacinha Comunitária da Solidão, em Maquiné, RS. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

LARRACOECHEA, E. Ciudadanía Cero? El hambre cero y el empoderamiento de las mujeres. Matagalpa, Nicaragua: Grupo Venancias, 2011. 225 p.

MARQUES, F. C. Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras en la Región Sur de Brasil. VIII Congreso Científico de Sociedad Española de Agricultura Ecológica, 2008, Bullas, España. In: Anais..., Bullas, España, 2008. Disponível em: <<http://www.agroecologia.net>>. Acesso em: 10 dezembro 2008.

MELLUCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas socieda-

des complexas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2960 de 09 de dezembro de 2008 (Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html>. Acesso em: 13 abr. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 971 de 03 de maio de 2006 (Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde). Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/legislacao/portaria971_03_05_06.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2006.

MMC. 1º Encontro Nacional do Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. Cartilha do evento, 2013. 4 p.

MMC. Mulheres camponesas em defesa da Saúde e da Vida. Chapecó, 2008. 56p.

OMS. Estratégias de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

SANTOS, T. de J. S dos. A importância do uso de plantas medicinais e a saúde das mulheres rurais. Jornal da Rede Feminista de Saúde, n.26, p. 25-28, 2004.

SCHAAF van der A. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, n.10, p.412-442, 2003.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 95 p.

SCOTT, C. V. Tradition and Gender in Modernization Theory. In: HARDING, S. The Postcolonial Science and Technology Studies Reader. Durham: Duke University Press, 2011. p. 290-309.

SILIPRANDI, E. C.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua par-

ticipação no PAA. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.153-191.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: MDS; SESAN, 2014. p. 114-151.

WEITZMAN, R. Mulheres na assistência técnica e extensão rural”. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.87-111.

ETNOGRAFIAS SOBRE MULHERES ASSENTADAS: EXPRESSÕES DE DOMINAÇÃO, DE RESIGNAÇÃO E DE PROTAGONISMOS

*Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²*

Resumo: O artigo apresenta a metodologia etnográfica priorizada para uma pesquisa acerca das relações de gênero nos assentamentos rurais na região de Araraquara/SP. A partir do reconhecimento dos lugares das mulheres assentadas na produção e na reprodução destes grupos sociais, a pesquisa etnográfica permite um aprofundamento das questões relativas à origem e à trajetória das mulheres, bem como das expressões de dominação, resignação e protagonismos. O artigo expressa mais claramente as diferenciações e singularidades das experiências de mulheres neste espaço social. Apresentamos quatro casos de mulheres que ora assumem a frente da produção agropecuária nos lotes, ora possuem assalariamento dentro e fora do assentamento, mas não deixam de se preocupar com os cuidados com a casa e com os filhos. Outras diferenciações se constituem em função do estado civil e da fase da vida dos filhos. Sem pretender esgotar as singularidades existentes nos assentamentos, o artigo prioriza a diferença nos lugares e nas atitudes das mulheres. Apesar de alguns enfrentamentos à violência material e simbólica vivida, ainda há uma longa trajetória de luta para pôr em ação uma agenda de efetivas políticas públicas que tenham como eixo central direitos na equidade de gênero.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Modos de Vida, Estratégias Familiares, Assentamentos Rurais.

Abstract: The article presents the ethnographic methodology prioritized for research on gender relations in rural settlements in the region of Arara-

1 Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp, pesquisador do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniará).

2 Pesquisadora IA CNPq, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Uniará).

quara/SP. From the recognition of the places women settled in the social production and reproduction of these social groups, ethnographic research allows a deepening of issues relating to the origin and history of women, as well as expressions of domination, resignation and protagonists. The article expresses more clearly the differences and uniqueness of the experiences of women in this social space. We present four cases of women who take forward the agricultural production in lots, have wage in and out of the settlement, but do not fail to be concerned with caring for the house and with the children. Other differences are constituted on the basis of marital status and stage of life of the children. Without intending to exhaust the existing singularities in the settlements, the article emphasizes the difference in places and in women's attitudes. Despite some clashes violence material and symbolic lived, there is still a long record of struggle to put into action an agenda for effective public policies whose central axis rights in gender equality.

Key-words: Gender relations, Livelihoods, Family Strategies, Rural Settlements.

1. Apresentação

Este artigo é fruto do projeto *Da Invisibilidade ao Protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania*, coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante, no âmbito da chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012. É importante destacar que o projeto deu continuidade a um ciclo de pesquisas sobre as relações de gênero nos assentamentos, investigadas sob outras perspectivas metodológicas³.

Os principais objetivos do projeto foram organizados pelos seguintes eixos temáticos: 1) a construção do lugar das mulheres nos sistemas produtivos nos lotes; 2) os conhecimentos das mulheres sobre agricultura, plantas e receitas; 3) sociabilidade e a formação de grupos formais e in-

³ No primeiro projeto, *Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais* (CNPq, 2009-2010), foi dada ênfase aos grupos produtivos de mulheres em formação e às atividades extensionistas voltadas a eles. No segundo projeto, *Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise* (CNPq, 2011-2012), elaboramos uma amostragem estatisticamente constituída para a investigação dos papéis das mulheres na produção dos lotes e nas agroindústrias familiares, bem como das políticas públicas com recorte de gênero. Os dados advindos desse projeto localizaram os sistemas produtivos e deram visibilidade ao trabalho feminino.

formais de mulheres e/ou sua participação em outras organizações desse tipo – como associações e cooperativas; 4) a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres assentadas. Apesar de separarmos o projeto por eixos, procuramos destacar, no presente artigo, o método etnográfico priorizado para a realização da pesquisa, apresentando alguns de seus resultados. Isso representou um aprofundamento analítico em relação aos projetos anteriores, pois, com as etnografias, ficou clara a não separação dos temas na vida cotidiana das mulheres.

Nosso projeto procurou explorar a produção e a reprodução social nos assentamentos por meio de etnografias multissituadas, entre diferentes posições e representações possíveis no campo social dos assentamentos. Portanto, a amostragem nas etnografias teve um caráter qualitativo, ou seja, procuramos abordar a diferenciação dos casos e não uma amostra estatisticamente constituída. Nas visitas realizadas, primeiramente, procuramos investigar a construção das relações de gênero na perspectiva das estratégias familiares, tanto produtivas, matrimoniais e políticas (DUVAL, 2015). Perspectiva esta que será melhor detalhada na apresentação dos casos analisados. O presente artigo faz um recorte de algumas representações selecionadas de mulheres assentadas sobre suas estratégias.

2. Explicitando a perspectiva metodológica

Em função das escolhas metodológicas e de uma rica experiência de pesquisa nos assentamentos localizados em Araraquara, a amostragem não teve caráter quantitativo, mas em posições possíveis de organização e dinâmica familiar nesses assentamentos e em suas especificidades. Foram realizadas etnografias com mulheres assentadas, nas quais utilizamos o diário de campo como forma de registrar as informações a partir de um roteiro de questões previamente estabelecido, mas não estruturado. Sempre que necessário e possível, realizamos novas visitas às famílias. Para Garcia Jr. (1983, p.13), sobre suas pesquisas de campo: “A qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir sobre esta vida”.

Derivado da antropologia, o método etnográfico propõe aos pesquisadores participarem da vida cotidiana das pessoas. Ajuda a compreendê-la em sua complexidade e nas situações cotidianas. Para Whitaker (2002, p.125-126), Malinowski é um etnógrafo por excelência: “Embora

constituindo os grandes esquemas e elaborando sumários das relações cruciais que, como funcionalista, desejava utilizar para compreender a rede de traços essenciais que compõem a cultura e sustentam a complexidade da vida tribal, Malinowski dá grande importância àquilo que chamou de os imponderáveis da vida real”. A descrição da organização da tribo e a anatomia de sua cultura precisavam ser completadas por esses imponderáveis, que podem ser sutilmente captados no cotidiano. Em outro plano, busca-se captar também os modos de pensar e sentir típicos de determinada cultura. Analisando o Kula – fenômeno de trocas econômicas e simbólicas em torno do qual gravitam idéias, ambições, desejos e vaidades dos nativos do Pacífico Sul – Malinowski buscou apreender, além da lógica das trocas, os pontos de vista do outro (as pessoas investigadas) e suas formas de se relacionar com o mundo social.

Os dados sobre as lógicas e os imponderáveis da vida cotidiana, eminentemente qualitativos, são aqueles obtidos pelo registro etnográfico. Segundo Fonseca (2000), sua obtenção ocorre durante conversas de várias horas, nas quais parece que se está perdendo tempo, mas é quando o entrevistado fala do seu cotidiano e o pesquisador está atento para compreendê-lo, captá-lo e descrevê-lo. Para a antropóloga, nesse tipo de trabalho se faz essencial a busca por construir categorias analíticas “alternativas de vida social que foge da lógica prevista e previsível da modernidade” (FONSECA, 2000, p.7). Para tanto, o principal método de pesquisa é descritivo. A observação direta, ou *estar* em campo, resulta nas impressões, buscadas por tal reconstrução, que se baseia na formação do próprio pesquisador e nos moldes de sua perspectiva teórico-metodológica.

Nesse sentido, os dados de campo valem muito para a pesquisa quando se leva em conta a alteridade. Isto é, quando a pesquisa busca compreender os agentes sociais a partir do princípio da diferenciação e das singularidades de alguém que está no mundo de forma diferente de outras formas já pré-concebidas. Trata-se sempre do esforço de compreender outro modo de ver e de estar no mundo, um instrumento de pesquisa preocupado com a compreensão do outro: dá voz ao sujeito da pesquisa, como um compromisso da pesquisa.

Vale a pena relatar, também, a importância do diário de campo como técnica que nos deixa à vontade no trabalho de campo. Longe do constrangimento que um gravador possa causar para alguns informantes, limitando seu depoimento, quando se registra passagens das conversas em um diário de campo, parece ao informante que o pesquisador está de fato interessa-

do naquela conversa. Para Whitaker (2002), nesse processo ganham relevância aspectos subjetivos na relação pesquisador - pesquisado, nos quais pequenos gestos de entendimento podem reforçar uma confiabilidade mútua. É uma técnica que exige muito mais atenção e conhecimento sobre o campo social investigado. Diferentemente do gravador e do questionário, o pesquisador deve estar muito mais alerta às situações vivenciadas no campo para não perder detalhes cruciais das verdadeiras conversas com os interlocutores da pesquisa. A todo momento surgem detalhes que fogem daquilo que se está falando no momento e o pesquisador deve estar atento e possuir sensibilidade para perceber como esses detalhes se ligam às situações investigadas.

As histórias de vida também figuravam entre as técnicas de pesquisa do projeto, no intuito de se registrar a trajetória de trabalho e vida das mulheres anteriormente ao assentamento, bem como as lutas sociais organizadas e a trajetória já a partir do assentamento. Os dados advindos das histórias de vida contribuiriam para a análise das diferentes estratégias e das mudanças no *habitus* das famílias assentadas. Porém, nos pareceu mais viável retomar a perspectiva de Bourdieu, conforme o artigo “A Ilusão Biográfica”, que nos permite ir além da objetivação do percurso das mulheres até a chegada ao assentamento e de suas estratégias desde então. Ao invés de se proceder a uma reconstituição linear da história de vida das pessoas, que parte de onde nasceram, dos lugares por onde passaram, dos tipos de trabalho que tiveram e do que plantaram no lote, a nova perspectiva de utilização dessa técnica foi investigar, nos momentos de visita de campo e no diálogo com as interlocutoras da pesquisa, as opções que haviam nos momentos de tomadas de decisão e de colocar em prática as estratégias, identificando o porquê de ter sido feita tal ou qual escolha.

Para Bourdieu (1996a), o interessante a se observar é o momento da reflexão sobre a tomada das estratégias com base nas possibilidades que existiam, o momento pertinente à tomada de decisão e, assim, a análise dos recursos e das possibilidades dos agentes. Neste sentido, o autor destaca que o mais interessante é:

(...) o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente

em diferentes campos. (...) A necessidade desse *desvio* pela construção do espaço parece tão evidente quando é enunciada (BOURDIEU, 1996a, p.190).

Não é possível negar que as pessoas vivenciam realidades estruturadas por relações sociais que lhes dão as possibilidades das experiências individuais e enquanto grupo. Bourdieu atribui ao *habitus* o princípio unificador das práticas e das representações, “(...) essa identidade prática somente se entrega à intuição na inesgotável série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste talvez em tentar recuperá-la na unidade de um relato totalizante” (1996b, p.186). Por isso, não é possível entender o sistema de determinações a partir das representações de uma existência individual, senão enquanto parte de um grupo social. Por outro lado, tanto o investigador e o investigado possuem interesse em dar um sentido para o depoimento, em tornar razoavelmente inteligíveis as relações causa-efeito através de um ordenamento lógico, mas que pode redundar na aceitação de um sentido artificial de trajetória: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência (...)” (1996b, p.185). Portanto, os depoimentos podem ser interferidos tanto pela própria situação da investigação como pela representação que o investigado faz de sua experiência, na tentativa de criar um discurso sobre si mesmo e sobre determinados aspectos de sua vida, o que exige uma vigilância redobrada sobre as representações de ambas as partes.

Contra a ideia de história de vida, Bourdieu sugere que a cada momento, ao invés de descrever o que o agente fez, deve-se investigar o conjunto das possibilidades teóricas e da vida prática, porque há uma correspondência entre uma conjuntura específica e os capitais (culturais, econômicos, sociais) que ele possui, ou seja, as formas de recursos que cada um tem em sua própria história enquanto grupo social. Qual caminho foi escolhido dentre os possíveis? É essa história de vida que deve ganhar relevância, ou seja, levantar os momentos pertinentes e analisar o que pôde ser feito conforme as possibilidades. Por exemplo, deflagrar quais eram as possibilidades que havia em determinadas conjunturas, em termos de capitais materiais e simbólicos, pelas quais as trabalhadoras rurais esco-

lheram a luta pela terra e a vinda para o assentamento. O mesmo vale para as estratégias produtivas em integração com as agroindústrias ou para a diversificação da produção e inserção nas políticas públicas. Essa é uma postura que procuramos levar a campo durante o projeto, nas etnografias e para a elaboração dos registros em diário de campo.

3. Uma breve apresentação dos casos analisados

Em outro artigo (FERRANTE et al., 2013), abordamos que, fora de casa, as assentadas se fizeram ouvir por agentes públicos e conquistaram algumas de suas reivindicações, como os espaços de agroindustrialização coletivos. No assentamento Monte Alegre, por exemplo, foram investigadas uma padaria e uma cozinha comunitárias – uma experiência bem sucedida e outra não. O acompanhamento das experiências revelou que elas se organizaram em grupos e passaram a produzir alimentos normalmente feitos para o autoconsumo a partir de receitas tradicionais da alimentação familiar, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos. No contexto da redefinição do papel das mulheres, que não deixaram de exercer suas atividades domésticas, novas rotinas lhes são atribuídas com reflexos nas transformações mais gerais das famílias rurais. Neste sentido, o presente artigo abordará o caso de uma agroindústria familiar, ou seja, quando uma família a tem em seu lote, como a produção de derivados de cana com forte protagonismo de mulheres, como é o caso da dona Neusa.

Na esfera da produção agropecuária nos lotes, selecionamos algumas famílias com forte protagonismo das mulheres e apresentamos como a formação e a experiência das mulheres à frente de agroindústrias familiares – ou de outras atividades produtivas, como as granjas e hortas – extrapolam a esfera doméstica socialmente atribuída a elas, e se traduzem em estratégias capazes de reestruturar e promover novos arranjos no campo social dos assentamentos. No âmbito das escolhas produtivas, foi dada ênfase ao que e como produzir e comercializar, com quem e como se associar, buscando compreender como diferentes estratégias podem estar em conflito. Isso porque nos assentamentos investigados em Araraquara, as estratégias produtivas se dão a partir da controversa presença da cana industrial nos lotes, do assédio do complexo canavieiro sobre os assenta-

mentos e os contrapontos que os programas de aquisição de alimentos vêm proporcionando (FERRANTE, BARONE, 2011). Neste sentido, a posição das mulheres transita entre a conservação da lógica da agricultura convencional e sua subversão.

As experiências mostram que pode predominar uma acomodação em relação às “parcerias” com o setor canavieiro, mas também há possibilidades para que as mulheres tenham trabalho em torno de estratégias produtivas mais diversificadas e uma renda própria que complementa a renda familiar. Há também expressões de que elas insiram seus produtos no mercado urbano e estabeleçam diversas relações com outros agentes sociais – como pessoas e instituições ligadas ao governo, às instituições de ensino, vários setores de serviços e comércio nas cidades. Isso resulta em um trabalho em torno de uma atividade produtiva, que acaba sendo um aprendizado e um protagonismo político também. Porém, a trajetória das experiências mostra que são relações dinâmicas com agentes internos e externos, repletas de continuidades e descontinuidades.

Outras etnografias foram feitas com mulheres em diferentes situações, de diferentes idades, estado civil, empregadas tanto dentro como fora dos assentamentos. O que as aproxima, certamente, são as atividades domésticas. É muito comum encontrar no discurso das assentadas suas preocupações com o cuidado com a casa, com a alimentação e, sobretudo, com os filhos, mesmo quando elas trabalham fora do lote. Em algumas visitas pudemos ver de forma mais direta o cuidado com as crianças e adolescentes. Dentre as mulheres separadas de seus maridos, foi possível ver relações de muita afetividade entre mães e filhos/as. Geralmente, após a separação do casal, os homens se distanciam e as mulheres assumem ainda mais tempo no cuidado com os filhos. No caso das mulheres viúvas, foi possível observar situações de conflito na família, como a família que enfrentava a revolta da filha mais jovem, em função de sua mãe dar continuidade à gestão do lote como o marido fazia, agora sob comando do filho. Em outra perspectiva, há mulheres que passam a comandar o lote, independente de se casarem novamente ou não.

Também foi possível abordar relações matrimoniais das famílias no projeto. É importante destacar que essa dimensão dá muita dinâmica à vida nos assentamentos. Somados às possibilidades nas estratégias produtivas, os matrimônios entre filhos e filhas de assentados recriam condições de produção e reprodução social nos assentamentos. Mas além do casamento entre os filhos de assentados, as relações matrimoniais transitam em torno

da possibilidade dos jovens se casarem e morarem fora, pessoas da cidade que se casam e vêm morar nos assentamentos, a união entre senhores e senhoras viúvos, dentre outras situações. Procuramos abordar essa dimensão, embora nem sempre tenha sido possível. Como as relações são muito dinâmicas, o acompanhamento e a confiabilidade também são necessários para se realizar etnografias sobre esse verdadeiro vai-e-vem das estratégias familiares de forma ampla.

As informações de campo foram organizadas por família. Na maioria, são registros que abordam a origem da família, como elas chegaram ao assentamento e suas principais estratégias familiares desde então. Tentamos mostrar as diferenças e semelhanças nas estratégias das famílias, a partir de suas experiências, sem querer esgotar as situações possíveis e nem chegar a diagnósticos conclusivos sobre elas. Conjuntamente às informações sobre a conjuntura política nos assentamentos e na apresentação das principais disputas no interior dos assentamentos, que giram em torno das integrações agroindustriais e das políticas públicas mais ligadas à produção, comercialização e aquisição de alimentos, procuramos localizar as representações e as escolhas produtivas das famílias.

4. Etnografias com mulheres assentadas

4.1 Dona Neusa: a cana que vira açúcar mascavo e rapadura

Dona Neusa é uma assentada que produz açúcar mascavo e rapadura em seu lote, com a ajuda do marido e da filha. Em 2009, quando articulamos a participação de um grupo de assentados/as em um curso sobre esses derivados de cana, na UFSCar em Araras/SP, ela já se destacava por seus conhecimentos no fabrico dos produtos⁴. Depois disso, foram várias visitas ao lote, durante as quais pudemos acompanhar as mudanças nos sistemas produtivos e da dinâmica familiar.

Ela nasceu no Pontal do Paranapanema, seus pais eram colonos na fazenda de um japonês. Morou na fazenda até os 28 anos. Era uma fazenda que produzia melão, feijão, abóbora, batata, dentre outras produções vegetais para os mercados das cidades do entorno. Disse que a disciplina na fazenda do japonês era muito forte, não se podia conversar durante o trabalho, tinha o fiscal sempre por perto. Ela própria se tornou fiscal, controlava

⁴ Na ocasião, o professor que ministrou o curso a toda hora fazia questões aos assentados para testar seus conhecimentos, como sobre o ponto certo de tirar o produto do fogo. Ao final do dia, na hora de entregar o certificado, o professor brincou que a dona Neusa era a primeira da turma.

os dias de trabalho, cuidava do pagamento dos trabalhadores, ensinava o trabalho, mandava embora. Lembrou de sua infância por lá, quando começou a “ajudar” a família, cuidando de seus irmãos, aos 8 anos: “Era tão criança, pulava amarelinha. A vizinha chamava que o nenê queria mamar, eu fazia com “engrossante” e o leite não saía na mamadeira, porque tava com pressa para brincar”. Ela parou os estudos para ajudar a mãe e não completou o Ensino Fundamental. Sua mãe trabalhava nas colheitas de algodão ou batia amendoim em outras fazendas: “Eu ficava olhando minha mãe entrar no caminhão e ficava com dó. Se ela ganhasse uma bala, trazia para mim. Eu jurava que um dia ia ajudar”. Aos 12 anos, falou para a mãe que ia trabalhar na fazenda, mas a mãe não queria que ela abandonasse os estudos. Ela cursou até a sétima série, quando já estudava no período noturno, e o dinheiro ela dava ao pai. Disse que quando começou a receber seu dinheiro toda semana na porta da casa do patrão, isso incentivou seus irmãos a abandonarem os estudos também.

O pai, que não era muito bom com ela, pagava aluguel, água e luz. O dinheiro dos demais era para a despesa da família. Ela mencionou que gostava de comprar uns poucos itens para seus cuidados pessoais, como *shampoo* e esmalte, afinal, na fazenda só havia rapaz e moça solteira, então ela disse que namorou muito em sua juventude, embora não tenha se casado nessa época como era de costume. O pai implicava com tudo em relação a ela, inclusive a batia. Aos 19 anos, tomou a maior surra na frente das amigas, foi a ocasião em que ela ficou com raiva do pai. Ela estava fazendo o cabelo de uma amiga para o casamento (disse que passava cerveja para formar cacho), quando o pai começou a bater nela. A tia foi defendê-la e, no calor da briga, perguntou por que ele não tinha deixado a mãe da dona Neusa ir embora: foi quando ela descobriu que não era filha dele – e por isso ele tinha raiva dela.

Depois disso, parou de dar o seu dinheiro ao pai e passou a fazer a despesa ela mesma, para todos da família. Disse que isso fez melhorar, porque o pai procurava economizar com tudo, “comprava até o arroz ruim”. Depois que ela assumiu as despesas, até o pai passou a ver como ela fazia e mudou um pouco seu jeito, disse ela. Seus irmãos davam o dinheiro para ela comprar os mantimentos da família. Sua legitimidade foi sendo constatada também pelo fato de que Neusa era uma das melhores trabalhadoras rurais da fazenda. Quando ela tinha 28 anos, a família passou um natal em Guariba/SP, na casa de uma de suas tias. Foi esta tia quem a convidou para ir morar em Guariba, seus primos eram cortadores de cana:

“tinha muito, eu nunca tinha visto tanta cana”. A tia lhe falava: “se você vier, vai rachar de ganhar dinheiro, Neusinha, do jeito que você trabalha”. Ao voltar para a fazenda, falou com o japonês e ele deu até um dinheiro a mais para ela ir, escondido de outras pessoas. Os empregados não eram registrados na fazenda, então foi uma espécie de pagamento moral do patrão, que disse que era por tudo que ela já havia feito. “O japonês me falou: “eu vim do Japão, deu certo, se não der certo [para você], você volta””. A mãe só chorava e o pai não falava nada.

Ela e uma colega (Biú) foram para Guariba e alugaram uma casinha, lembra delas fazendo comida improvisando um fogareiro com lata: “Nós queimava a lata!”. Sua amiga começou a namorar o fiscal da usina e, aos sábados, ele levava as duas para comer pizza e tomar sorvete. Em uma dessas saídas, o rapaz disse a ela que um amigo dele queria conhecê-la. Mas ela tinha deixado um namorado lá no Pontal. O tempo foi passando e o rapaz foi apresentado a ela, era o Sr. Luiz. Ele trabalhava como pedreiro na cidade e nunca tinha sido da roça. Quando a amiga foi morar com o namorado, o Luiz também chamou dona Neusa para morar com ele. Mas ele morava provisoriamente em um hotel. Então, ela contou que escreveu à sua mãe perguntando o que achava da situação, sua mãe lhe respondeu: “você tem 28 anos, veja o que faz aí” – ela fez menção que a mãe achava que já estava mais do que na hora da filha se casar. Então, dona Neusa foi morar com o sr. Luiz e ficaram apenas 1 mês no hotel, depois já foram construir a casa deles.

Nessa época, dona Neusa ganhava premiações da usina por ser “a mulher produtividade”. A usina concedia cestas básicas aos trabalhadores que cortassem mais cana e havia premiação para as mulheres também: “todo mês era eu”. O casal ficou por 10 anos em Guariba, onde tiveram as duas primeiras filhas. Mas quando tinha 38 anos, Dona Neusa parou de cortar cana, quis sair da cidade para morar em sítio. Ela disse que 10 anos na cana acabou com ela, embora esteja muito bem, continua uma forte trabalhadora em seu lote. O casal chegou a ver um sítio em Mato Grosso, que tinha 23 alqueires e forte produção de banana. O problema era que lá havia muita febre amarela. Uma outra colega dela, trabalhadora rural de Guariba, sabia que havia lotes do assentamento Monte Alegre à venda, então falou: “nem pensar que vocês vão para lá, vão para o assentamento”.

Em 1992 eles venderam a casa de Guariba e chegaram ao assentamento com uma cama de casal, outra de solteiro e um fogão. Compraram um lote de moradia (na agrovila) que só tinha um barraco de barro.

Em uma semana, construíram três cômodos. Quando já haviam feito uma horta e outros roçados de mandioca e abóbora, o pessoal do Itesp foi lá falar que eles não poderiam ficar, porque eles tinham feito o negócio diretamente com a família que saiu e não através do Itesp. Mas a família conseguiu convencer os gestores a ficar, pelo perfil de trabalho e pelas várias benfeitorias que haviam feito, inclusive a limpeza do poço. Dona Neusa mencionou que depois disso o Itesp chegou a deixar a família ocupar 3 lotes da agrovila com criação de gado, enquanto esperava sair um lote de produção. Além do gado, já fazia rapadura e a família plantava o “arroz e feijão” dela.

Em 1997, finalmente foram morar no sítio. Foi um ano no qual várias famílias que estavam irregulares, como a dela, foram regularizadas. Novamente começou um período de mudanças e adaptações para a família, eles tiveram que construir outra casa, preparar a nova terra, ela cuidava das crianças e começou a ter que trabalhar em colheitas de laranja para ajudar a ganhar dinheiro⁵. Seus outros três filhos já haviam nascido e as mais velhas se incumbiam de cuidar dos mais novos. Compraram material e o sr. Luiz construiu a casa.

Depois disso, veio a estratégia produtiva do bicho da seda. Ela ganhou os bichos e acabou juntando com uma vizinha “comadre” para produzir. As duas cobriram um barracão, mas nunca deu certo: “os bichos não subiam, faltava comida para os bichos, o padrão da empresa nunca era alcançado”. Tinha que forrar o espaço dos bichos com folhagem de amora para alimentá-los até que eles subissem ao forro para fazer o casulo. Lidando com as amoras, a comadre quase morreu de picada de aranha. “Era roçar braquiara para a amora ir bem, picar tudo e colocar lá, mas o bicho não subia para fazer casulo”. Ela abandonou e tentou plantar maracujá. Teve um período que deu bem e ganhou algum dinheiro, mas depois deu doença e teve que acabar também. Parou com o gado porque o casal foi envelhecendo e porque na seca tem que ser mais porco e galinha. Para eles, o gado requer mais manutenção também, pois estoura cercas e dá mais trabalho em geral.

Por todo esse período, ela continuou sempre produzindo rapadura, pois era a produção que lhe dava um retorno garantido. Mesmo se não plantasse a cana, podia-se comprá-la nas redondezas para fazer um lote de rapadura. E quando o pessoal começava a perguntar se ela ia fazer ra-

5 Ela disse que apanhava laranja na fazenda Moreira, antes produtora de citros e que hoje é apenas de cana-de-açúcar.

rapadura, era por que já estava na hora de fazer. Disse que aprendeu a fazer rapadura com um primo, em Guariba. No assentamento, ela fez primeiro um engenho movido à égua, depois um elétrico e agora tem um à gasolina para moer a cana.

O casal possui uma interessante estratégia para cuidar das atividades do lote: cada um toma conta de sua atividade com autonomia, embora se ajudem todo o tempo, ela com a rapadura e o Sr. Luiz tem um bar. Por exemplo, quando dona Neusa fala do bar, que fica no lote, ela fala: “É do Luís, eu nem vou lá e nem sei nada do bar”. Além do bar, ele faz serviços de pedreiro para fora. Já o negócio da rapadura é dela e da filha: são elas que vão comprar a cana, a lenha e os demais ingredientes como abóbora, mamão etc., lavam e preparam a cana um dia antes, depois fazem a rapadura e embalam, comercializam dentro e fora do assentamento. Os filhos que trabalham fora possuem seus próprios salários. Porém, pudemos perceber que o sr. Luiz ajuda a moer o caldo da cana, na medida que ela precisa de mais na produção da rapadura. Ele ajuda também a comercializar a rapadura e o mascavo em seu bar. Ela, por sua vez, “ajuda” no bar: uma vez chegamos e os dois estavam no bar conversando com alguns clientes. Mas o mais importante a destacar é que mesmo a rapadura sendo uma atividade das mulheres do lote, o rótulo que vai no produto leva o nome do Sr. Luiz como se ele fosse o produtor. Segundo o casal, isso não tem problema e é até necessário porque apenas ele possui registro de produtor rural, muito embora a DAP e a própria titulação do lote atualmente são conjuntas. Dona Neusa diz não se importar que no rótulo saia apenas o nome dele.

Em 2013, estávamos organizando um curso sobre contabilidade para grupos produtivos de mulheres e fomos convidar a Neusa. Ela contou que estava passando o negócio da rapadura para a filha, Giselda, pois já está chegando o tempo de sua aposentadoria. Ela alegou que está querendo ficar mais tempo na beira do rio, pescando (sua atividade de lazer preferida), cuidando da casa e dos netos, sem a obrigação de produzir açúcar e rapadura. Mesmo a atividade de lazer se transforma em uma atividade que gera renda, na medida em que os peixes pescados no rancho que eles frequentam são consumidos e comercializados no lote. Há inclusive uma placa na entrada do lote informando que eles vendem peixes frescos no bar. Dona Neusa sempre reafirma que adora ir pescar, adora ir para a beira de um rio, bem como seu marido. Das últimas visitas em seu lote já havíamos registrado a participação da filha na produção da rapadura, momento no qual dona Neusa passa à filha seus conhecimentos na produção.

Ao indagarmos quais os pontos de comercialização em Araraquara, ela disse que não queria ampliar a produção e a comercialização, por causa do trabalho, dos custos e porque: “os meninos estão trabalhando fora. As meninas não querem expandir”. Ela comercializa no local, onde funciona o bar do Sr. Luiz, faz feira, os técnicos do Itesp encomendam para levar a feiras de grande porte (como no parque da Água Branca em São Paulo e na AGRIFAM⁶) e em apenas um ponto em Araraquara, no mercado municipal. Ela disse que não gosta muito de ir à cidade comercializar a produção: “Eu me perco em Araraquara. É outra lógica”.

O casal tem cinco filhos, duas já eram casadas e moravam fora do assentamento. Três moravam no lote, sendo uma casada com um rapaz de fora do assentamento (Giselda, 23 anos), outro com 21 anos já era casado com uma moça do assentamento (este foi lembrado como um marco da família, quando vieram para o assentamento este filho tinha 8 meses) e o caçula tinha 18 anos, ainda não era casado mas namorava com uma moça do assentamento. Os três que moravam no lote diziam que não queriam sair do assentamento, mesmo os que trabalhavam na cidade – os dois mais novos. Em 2015, novas mudanças: na última visita que fizemos ao lote da dona Neusa, ela falou que sua filha Giselda foi morar com o marido na cidade. Eles estão “apanhando laranja”. Mas outra filha dela voltou a morar no lote. Não pudemos descobrir se esta havia se separado e voltado a morar no lote ou estava lá para ajudar a mãe, mas o fato é que nesse dia havia outra filha da dona Neusa a ajudando a fazer a rapadura. Portanto, de uma maneira ou outra, seu protagonismo com a produção da rapadura permanecia como uma atividade central do lote.

4.2 Dona Márcia: trajetória urbana e enraizamento por meio de atividades não-agrícolas

Em uma das visitas ao grupo de mulheres da padaria, observamos que havia colado na parede um anúncio de uma mulher que montou um bazar de produtos de limpeza em seu lote. Foi assim que tomamos conhecimento da dona Márcia, mulher que também faz licores e que participou

6 Neste dia ela estava começando a se organizar para preparar um lote de rapadura que os técnicos do Itesp solicitaram para levar à AGRIFAM. Na visita que fizemos no dia 09 de agosto de 2013, ela já tinha voltado da AGRIFAM, nos disse que levou 800 barras de rapadura e voltou com apenas 130, porque houve um desencontro com um dos compradores no último dia de feira, que iria comprar a produção restante. Mas ao chegar em Araraquara o comprador da cidade já estava ligando para ela e solicitando o produto, portanto ela foi entregar essas rapaduras a ele.

de um curso de turismo rural, promovido pelo SENAR. Ela trabalha na escola como monitora da biblioteca e nas horas vagas faz as bebidas na cozinha de casa e revende produtos de limpeza. Em certa ocasião, seu filho estava passando pela padaria e a Jiseli – liderança da padaria – o chamou para saber onde estava a mãe, pois queria nos apresentar a ela. Ele estava justamente indo buscá-la na escola e aproveitamos para conversar rapidamente com os dois. Marcamos uma visita no lote. O filho chama-se Daniel e naquele dia nos contou de suas pretensões de abrir uma gráfica no assentamento, pois ele já fazia alguns trabalhos em seu computador em casa e, apesar da impressora de baixa qualidade, as pessoas elogiavam seus trabalhos – por exemplo, convites de casamento, rótulos para os licores da mãe, cartões de apresentação, dentre outras artes.

Em nossa visita ao lote, começamos a conversa nos situando da sua novíssima situação matrimonial: ela acabou de sair do seu segundo casamento! Agora está morando no lote da dona Cida, uma assentada que considerou ser sua madrinha. Ela nos contou um pouco de sua história, “uma vida que passa por mudanças todo ano”, disse.

Sua relação com o assentamento é bem interessante, pois ela nunca morou em sítio. Nasceu em Araraquara e sempre morou na cidade, já trabalhou em várias indústrias, como a Cultrale e a Lupo. No entanto, sua família tinha uma casa com quintal amplo, com vários pés de fruta, inclusive sua mãe já fazia licor de jabuticaba e pães no forno à lenha para a família.

O primeiro marido foi “o primeiro namorado, o primeiro tudo”. Ele trabalhava em metalúrgica e, por isso, o casal optou por se mudar para Guarulhos/SP para construir sua vida. Contou que logo após o casamento ele mudou completamente, passou a ser outro homem, autoritário, passou a ofendê-la com frequência, brigar por motivos sem importância. “Eu tinha que ouvir coisas que não se fala nem na beira da estrada”, disse ela. O primeiro filho (Helder) nasceu lá, em um período da vida que alegou ter passado fome, ficava muito sozinha grávida e depois com o neném, pois não tinha familiares por lá. O marido passava o dia trabalhando e aos finais de semana reunia amigos para beber, brigava e fazia o inferno com a dona Márcia. Quando estava grávida do segundo filho (Daniel), sua mãe a convenceu a voltar para Araraquara.

Quando o segundo filho nasceu, já na maternidade Gota de Leite em Araraquara, ela adoeceu e teve que ficar internada, contou que seu pai levava o neném a cada três horas para ele mamar. O marido começou a ter um caso com outra mulher, quando ainda era casado com ela e não fez muitos esforços para esconder essa relação. Chegou a sair de casa por

duas vezes para morar com a outra mulher, mas depois de uma semana ele voltava. Dona Márcia disse que na terceira vez que isso aconteceu, ela resolveu que se ele fosse embora novamente, não voltaria mais. E ele acabou fazendo a mesma coisa: foi passar uns dias na outra mulher, mas quando retornou para casa a Dona Márcia não deixou ele entrar e o fez ir embora por definitivo. Foi quando começaram as discussões mais árduas do casal.

Neste período, ela fazia faxina, fazia salgado, bolo, ovo da páscoa, pizza e vendia para vizinhos para ganhar um dinheiro. Após o término do primeiro casamento, ela passou a trabalhar em dois empregos para manter a casa e os dois filhos pequenos. Começou a trabalhar como diarista em casa de família, das 8hs às 16hs, depois ia para a sua casa fazer comida e faxina, colocava os filhos para dormir às 20hs e saía às 21hs, para trabalhar na fábrica da Lupo, de onde saía direto para a casa de família. Ou seja, ela tinha apenas cinco horas para ficar com os filhos, cuidar de sua própria casa e descansar, o restante do tempo ela estava trabalhando para ganhar salário. Sua mãe faleceu neste período, então não tinha com quem deixar os filhos.

Depois que se separou do marido, ele não ia mais ver os filhos. Ele trabalhava como motorista (Viação Paraty) e a pensão dos filhos descontada do seu salário. Mas ela teve que ir um monte de vezes na empresa explicar e cobrar dele que havia se separado dela e não dos filhos. Por sua vez, ele vivia indo no portão da casa dela, gritava, xingava e ameaçava ela de abandonar os filhos. A nova esposa do ex-marido trabalhava no Fórum e reforçava a ameaça, isso só parou quando a dona Márcia ligou para ela e disse que era bom segurar o marido dentro de casa, pois ele vivia no portão de sua casa.

Relatou que nessas brigas ele fez um estrago na vida dela, deferindo palavrões sempre que a via, humilhava-a na frente de todos, até que a gota d'água foi um dia que ela estava no terminal rodoviário esperando o ônibus com as colegas de trabalho para ir para fábrica da Lupo, quando ele parou o ônibus abriu a porta e passou a xingá-la no meio do terminal rodoviário. Ela disse que seguiu firme e foi trabalhar. Neste dia, ele discutiu com ela porque havia combinado de buscar as crianças para levar para passear. Porém, segundo a Dona Márcia, ele sempre prometia buscar os filhos e dificilmente aparecia. Este dia em específico, combinou de pegá-los no período da tarde, mas era noite e ele não havia aparecido, então ela pegou os dois filhos e foi com uma amiga e os filhos dela ao clube Melusa e depois à lanchonete. Quando ele a viu no terminal disse que ela

estava levando os filhos para a noitada e ela ficou extremamente abalada, por ouvir aquilo na frente de suas colegas de trabalho. Disse que foi muita humilhação e ela estava apenas preocupada em sair para distrair os filhos e não ficarem pensando naquela coisa tipo, “o pai não veio buscar”.

No dia seguinte, tomou uma atitude drástica: colocou uma faca na cintura e foi na empresa na qual ele trabalhava e esperar ele entrar para o trabalho, pois achava que ele ia partir pra cima dela. Ficou com medo do que poderia acontecer, pois estava fora de si, não aguentava mais aquela situação. Neste dia, ela disse que falou tudo que tinha pra falar, desabafou tudo que estava entalado. Depois ligou para a nova mulher dele e disse para ela cuidar de seu homem que ele estava atormentando a vida dela. Após isto ele se afastou da Dona Márcia, mas a relação continuou conturbada, principalmente por conta dos filhos. O filho mais velho tinha uma melhor relação com o pai, já o mais novo (Daniel) não gostava do pai, segundo a dona Márcia, por conta de se sentir abandonado, ele quando pequeno fugia de casa e ficava escondido jogando vídeo-game.

A dona Márcia conta que não guarda mágoas e hoje em dia consegue até conversar com ele e com ela, mas na época passou muitas dificuldades. Tanto ele como a atual esposa eram casados quando começaram a ter um caso, “então foi uma coisa errada desde o início” disse. Ela acredita que isso tem relação com a condição da filha deles, hoje com 14 anos, disse que é uma jovem que tem ausência, tem esquecimentos e convulsões, se perde no meio da rua. Até hoje ele continua saindo da casa da mulher: contou que recentemente ele morou 4 meses na casa do filho mais velho (Helder, hoje casado e mora em Araraquara, no bairro do Cecap). Disse que é uma relação que nunca deu certo porque começou errado.

Com o passar do tempo e os filhos crescendo, ela não aguentava mais trabalhar em dois lugares, o cansaço era grande, não tinha tempo para mais nada, até que prestou concurso para trabalhar na prefeitura e conseguiu entrar. Começou como berçarista e depois passou a ser agente educacional. O salário era menor, mas ela tinha mais estabilidade e tempo para ela, era mais perto de casa. Ela ficou doente, devido ao cansaço físico e mental, entrou em uma profunda depressão, pediu o afastamento do serviço e não queria mais sair de casa. Após reconhecer seu problema, foi procurar ajuda médica, passou por um médico psiquiatra e por psicólogos, para ajudar em sua recuperação. Foi quando começou acompanhar seu pai.

O pai de Dona Márcia foi casado com a mãe dela até os 78 anos, quando ficou viúvo e foi estudar teologia. Virou padre e passou a visitar as

igrejas da região realizando missas. No período, Dona Márcia começou a acompanhar seu pai nas missas, foi quando teve seu primeiro contato com o assentamento, pois seu pai realizava missas no assentamento. Paralelo a isto, ela continuava a freqüentar o terminal de ônibus, pois possuía amigas que havia feito em muitos anos esperando ônibus lá. Ela conheceu a futura cunhada nas feiras do terminal de integração. Contou que para ajudar a passar a depressão ela ia conversar com as assentadas que ficavam lá comercializando verduras: dona Nice, Madalena, Bárbara. Segundo ela, seu segundo casamento foi “arranjado” pelas amigas, com um assentado irmão de uma das mulheres que faziam feira no terminal (Bárbara).

Neste meio tempo, seu filho mais velho casou-se e foi morar com a mulher no bairro Cecap II e já tem uma filha⁷. Ele trabalha como gerente na drogaria São Paulo e a nora trabalha na Secretaria de Saúde de Araraquara. E a Dona Márcia, um pouco mais tranquila, resolveu ir cuidar de sua vida: conheceu o irmão de sua amiga, foi morar com ele no lote, junto também com seu filho mais novo (Daniel, no período da entrevista com 26 anos). Alegou que com toda essa história, ela e os filhos criaram uma relação de muita amizade e cumplicidade, tem liberdade com os filhos.

O casamento com o assentado durou pouco. Um ano depois que ela foi morar no lote eles se casaram. Ficaram aproximadamente 3 anos casados mas acabaram de se separar. Ele entrou no assentamento bem em seu início, no núcleo IV. Quando Dona Márcia foi morar com ele, o assentado estava se recuperando de um câncer e por isto seu lote se encontrava praticamente parado, ou seja, sem nenhuma atividade produtiva. Ele trabalhava na usina e ficou doente, foi afastado e depois de um tempo cortaram seu benefício. Estava vivendo de doações do hospital de Ribeirão Preto/SP e recebia cesta básica da comunidade, “vinha pó de café de um, lata de óleo de outro”, disse ela.

Ela reordenou a vida dele, começou a investir no lote, comprou algumas galinhas, porcos, investiu em uma horta, plantaram cana com a usina, milho, feijão, abóbora e frutas. Fez reforma na casa com material de construção que ela trouxe de sua casa de Araraquara, ampliou dois cômodos da casa. Relatou inclusive que levou o marido para a praia pela primeira vez na vida, com 60 anos ele nunca havia visto o mar. Foram para Ubatuba/SP passar alguns dias. Achou que tinha casado “até que a morte os separem”, casou achando que seria para sempre.

⁷ Ela disse que no dia anterior da nossa conversa tinha sido aniversário de 7 anos da neta e ela foi para a cidade na festinha. A neta gosta muito da avó e vive pedindo para ir morar com ela no sítio. Toma banho com a neta, tem liberdade também com a nora.

No período que viveu no lote com ele, dona Márcia e seu filho ajudavam no trabalho do lote, ela fazia feira aos domingos em Matão. Além disso, voltou para seu trabalho na escola do assentamento, e aproveitava para vender parte da produção para os funcionários da escola. Daí teve a idéia de começar a fazer licor com frutas do lote. Ela sempre teve vontade de fazer como a mãe fazia, viu uma reportagem na televisão e começou a procurar receitas na internet. Comprou vidrinhos em São Paulo para envasar e comercializar os licores de jabuticaba, amarula, jenipapo, limão, coco, morango, dentre outros sabores.

Seu filho também gosta do assentamento e quer ficar. Veio para o assentamento com 21 anos e até então também nunca havia morado em sítio. Trouxe novas perspectivas de trabalho consigo, montou uma espécie de gráfica em casa com uma impressora na qual fazia convites de casamento dos assentados, aniversários e festas em geral, em suas horas vagas. Ele fez cursos de Autocad e outros no colégio industrial. Paralelamente, quando entrou no assentamento foi trabalhar na parte administrativa na cooperativa do núcleo IV, mas agora está trabalhando na Citrosuco, também na parte administrativa. Ele que faz os materiais de divulgação e rótulos dos produtos da mãe.

Portanto, quando dona Márcia se separou, em dezembro de 2012, ela e o filho quiseram ficar no assentamento. De comum acordo ela saiu do lote e não reclamou nada das benfeitorias que fez no lote do ex-marido. Agora está morando numa casinha no lote de sua madrinha no núcleo III – embora denomine a dona Cida de madrinha, não confirmamos se elas têm parentesco de fato. Sua vinda pra cá foi uma opção dela, porque tem até casa em Araraquara, mas não quer voltar a morar na cidade de jeito nenhum. Segundo ela, “aqui é sossegado, tem um barulhinho bom de manhã, é uma benção, é um paraíso, não iria para a cidade nem pra morar numa mansão”.

Sua madrinha possui uma capela no lote, onde são feitas missas semanais, ela relatou o grande número de pessoas que frequentam o lote, seja para conversar, seja para missa, para receberem benção, para almoçar. Sua madrinha participou em um momento da conversa⁸ e disse que no dia anterior tinha feito almoço duas vezes: fez o almoço para visitas de Matão,

8 Foi quando ela saiu da cozinha e foi até o fundo do lote colher uma pimenta para temperar a comida, que estava sendo preparada para o jantar. Estava fazendo arroz, toucinho, repolho (com a referida pimenta) e farofa.

depois chegaram mais alguns compadres, e ela foi fazer mais arroz, feijão, mistura, etc. Disse que não gosta de comida que fica requentando e que ela vai para a cozinha arrumar a refeição rapidinho.

Pedimos para a dona Cida descrever um pouco sua rotina no lote, então nos disse que nos últimos tempos andava muito sozinha, o marido está doente e não está mais trabalhando pesado no lote. Disse que lembra dele roçando pra cima e pra baixo e que agora está quieto em casa, porque sofreu um derrame. Ela acorda cedo para tratar dos porcos, depois volta à casa para fazer o café, varre a casa, cuida da louça. Daí já começa a chegar gente por conta da igreja, depois faz almoço, depois chega mais gente. A dona Márcia lembrou que a madrinha poda árvore, varre todo o lote (não só a casa), planta coisas, inclusive remédio – está querendo plantar a planta com a qual ela sabe fazer mercúrio, já está com as mudas. Ela plantou cana com a usina e depois parou, agora está investindo mais em abacaxi, milho e mandioca. Tem também horta com tudo um pouco. Costumava ir fazer feira em Matão e Araraquara, agora com o marido doente não está mais saindo tanto, está vendendo para a cooperativa do IV.

Está achando muito bom a dona Márcia estar aqui agora, elas se ajudam muito. E vimos que dona Cida arrumou uma casinha bem aconchegante para ela morar com o filho. Antes, dona Cida estava passando dificuldades com o marido quando ele precisava de cuidados de madrugada, saía pela rua para pedir a alguém que tinha carro para ajudá-la. Agora com a dona Márcia e seu filho morando lá qualquer emergência podem contar com eles, inclusive porque possuem carro.

Quando encontramos a dona Márcia no ponto de comercialização na estação de trem em Bueno, sua produção tinha dado um grande salto qualitativo: antes, ela fazia os licores com álcool de cereais e as embalagens eram pequenos francos de aproximadamente 100 ml, comercializadas por R\$ 5,00 cada. Na ocasião, vimos que ela passou a usar a cachaça do Sr. Edson – assentado que produz uma cachaça de qualidade no assentamento – como matéria-prima dos licores, que estavam muito mais saborosos. As embalagens também aumentaram para garrafas de 350 ml., ao preço de R\$ 10,00 a unidade. Ela estava produzindo novos sabores de licor: amarula (com chocolate), anis, manga, banana, jabuticaba, café, morango, jenipapo, limão e abacaxi. Expressão clara da possibilidade do empoderamento feminino.

4.3 Dona Regina: uma assentada separada e suas perspectivas de trabalho no assentamento

Tínhamos combinado de ir ao lote da dona Regina depois da última visita à padaria. Ela estava participando do grupo que trabalha na padaria, mas quis sair para assumir uma vaga como monitora do ônibus escolar da escola do assentamento. Nossa conversa foi sobre sua vida e trajetória de trabalho, sobretudo a partir de quando chegou ao assentamento. Dela pudemos identificar a diversidade de situações das famílias em distintos períodos no assentamento.

Ela participou da ocupação das terras do núcleo VI do Monte Alegre, está na fazenda desde 1997. Veio com o marido, seus dois filhos (na época, com 2 e 4 anos) e sua mãe. Antes eles viviam em Sertãozinho/SP, o marido era roupeiro no ginásio da cidade e ela merendeira em uma escola. O casal também trabalhava em usinas, no corte de cana. Sua mãe era idosa e ficava com a dona Regina, porque não tinha outra pessoa para cuidar dela. Em 1999, veio a sofrer um AVC e ficou debilitada. Pouco mais de uma década depois, em 2010, veio a falecer. Contou uma passagem de medo que teve com a mãe doente em casa: ela fez a casa de madeira e um dia de muita tempestade, parte do telhado saiu voando, trovejava e ventava muito forte, ela disse que foi assustador. Disse que as tempestades são muito fortes no assentamento e que já passou muito medo aqui, principalmente porque ficava a maior parte do tempo sozinha para cuidar da mãe e das crianças.

Um ano antes de sua mãe falecer, em 2009, dona Regina se separou do marido e ele quis ir embora do assentamento. O marido não aguentou ficar no lote, segundo ela, porque ele nunca quis vir e não queria ficar no assentamento. Enquanto eles estavam casados e vivendo no assentamento, ele trabalhava fora, continuou em Sertãozinho, no corte da cana e como roupeiro no ginásio de esportes. Quando se separaram, ele foi ao Itesp saber dos seus direitos e lá eles disseram que o lote ficaria com ela. Ela disse que sempre foi titular do lote, mas era conjunta. Quando eles se separaram, ele quis ir embora e não teve direito a nada em relação ao lote.

Ela tem ainda uma irmã no núcleo II, que está no assentamento há 25 anos. Sua irmã é viúva, perdeu o marido e ficou com 4 filhos no lote. Um dos filhos, porém, morreu esses dias, como o pai, de infarto, com apenas 50 anos de idade. Com a morte dos dois, a irmã quase vendeu o lote e foi embora, mas a família resolveu ficar. Segundo ela, todo mundo que

vendeu se arrepende. Ela mencionou um casal de mais idade que vendeu o lote por aproximadamente R\$ 150 mil e comprou uma casa na cidade, para ficar mais perto dos netos e da família. O casal conta que se arrependeu porque seria muito melhor ter ficado no assentamento, principalmente por conta dos netos aproveitarem e, na cidade, está tendo muito mais trabalho no sentido dos seus filhos deixarem os netos para eles cuidarem – ou seja, no assentamento, supostamente seria mais fácil deixar as crianças brincarem no sítio ao invés de ficar dentro de casa na cidade.

Seus filhos estavam com 17 e 20 anos. O mais novo cursava o terceiro ano do Ensino Médio e o outro cursava com bolsa o curso de Propaganda e Marketing na Unip (Universidade Paulista). Segundo ela, o filho que está na faculdade tem uma bolsa de estudos. Notamos a falta de perspectiva dos filhos ficarem no assentamento. Durante a conversa eles estiveram no quarto, ficam dentro de casa e no computador. Dona Regina contou que eles não têm e não se interessam por atividades agrícolas. O que não deixa de ser uma contradição ao afirmado no parágrafo anterior, sobre a perspectiva do casal de idosos em relação aos netos. Mas mostra justamente a diversidade de situações das famílias em um recorte temporal não-linear, a diferença da infância e da adolescência vivida no meio rural e a perspectiva de filhos e netos no assentamento.

Sobre as dificuldades iniciais, mencionou que vieram pra cá sem água, luz e estrada. Ficaram dois anos sem nada. Por outro lado, ficavam com os tocos dos eucaliptos no solo, pois a madeira e o dinheiro dela “ficou com o sindicato” – ela falou isso de forma a deixar claro que não sabe para onde foi esse dinheiro, mas sabe que não foi para benfeitorias para as famílias: “o dinheiro sumiu, mas poderia ser parte da rede elétrica, das estradas etc.”. Essa passagem se refere ao fato de que a fazenda do assentamento Monte Alegre era uma terra pública de Fepasa, utilizada para plantio de madeira para os dormentes da estrada de ferro. Quando foi destinada ao assentamento, ainda havia muita madeira plantada e a maioria dos assentados afirma que não sabe o que aconteceu com o dinheiro da venda dos eucaliptos.

Desde que chegou plantou alimentos. No começo era arroz, milho, moranga, horta grande, construção da casa. Disse que a primeira safra de arroz foi muito boa, depois a terra não deu mais arroz. Tinha um vizinho que era o atravessador da produção para fora. Ela começou a criar galinha e vendia para pessoas em Américo Brasiliense e levava para Sertãozinho, junto com o marido, para aqueles com os quais viviam anteriormente.

A produção de aves sempre foi atividade principal para a dona Regina. Primeiro ela disse que no início de sua vida no assentamento havia um grupo que queria trabalhar com galinha poedeira, que era conhecido com o grupo das pioneiras, composto por 7 mulheres do assentamento. O começo desse grupo contou com colaboração do Itesp, que forneceu as galinhas, bem como as telas e outros materiais para montar a granja. O grupo dividia o trabalho por dia, cada uma tomava conta um dia da produção de ovos, que ficava concentrada no lote da dona Cida, no núcleo II. Do núcleo VI eram duas assentadas, ela e a dona Vilma. Ela contou que ia a cavalo para o núcleo II para trabalhar. Cada uma das mulheres fazia uma parte do trabalho mais especializado. Ela, por exemplo, era a tesoureira do grupo. Ou seja, um tipo de associativismo informal, mas com um mínimo de estrutura de gestão, com cargos e responsabilidades para além da produção. No entanto, ela não tinha uma especialização e tinha que fazer esse tipo de trabalho do jeito que desse. O trabalho comum era basicamente colher e limpar os ovos.

Com relação à genética desses animais, diferentemente dos casos de parceria do frango industrial, eram adquiridos da granja caipira Label Rouge, localizada em Porto Feliz/SP. É uma das granjas que trabalham com melhoramento genético de linhagens caipiras, buscando compor animais rústicos, adaptados às condições tropicais, ao mesmo tempo em que possuem características para um melhor desempenho na produção de carne. Esta linhagem, conhecida também como “frango do pescoço pelado”, é recomendada pela ESALQ/USP, para produção no sistema “frango feliz”, embora não tenha sido o adotado no assentamento. As assentadas levavam mandioca, milho e verdura de seus lotes para dar de ração às galinhas e isso colaborava muito na produção. O filho da dona Cida era quem vendia os ovos: “vendia ovo que não sobrava para nós”, disse ela.

Depois o grupo desmontou, basicamente por duas razões que ela mencionou: se alguém quebrasse ovos ou fizesse retiradas para consumo ou proveito próprio, tinha que marcar quantos para poder descontar depois, mas começaram a ter umas que não marcavam direito, o que, aos poucos, pode ter contribuído para a quebra da confiança. Outro problema eram os maridos das outras mulheres, que entravam no meio das decisões, principalmente atrapalharam a gestão do negócio⁹. Então ela resolveu vir

9 Dona Regina comentou que nas reuniões do grupo, a participação dos maridos era intensa, onde deveria ser apenas uma reunião entre as mulheres, eles compareciam e falavam por suas esposas, começaram querer

trabalhar sozinha em seu lote e viu que dava mais certo.

Além destas questões, outro ponto fundamental que motivou a Dona Regina a produzir frango em seu próprio lote foi a doença de sua mãe, que sofreu um AVC e precisava de cuidados especiais no dia-a-dia, impossibilitando-a de trabalhar fora ou mesmo passar longos períodos longe de casa. Neste meio tempo, entre os anos 2007 e 2008 existiu um novo projeto do ITESP, para a produção de frangos, dessa vez de corte, utilizando-se da mesma genética, mas com aptidão para produção de carne. Foram selecionadas 12 famílias para participar do projeto, elas receberam um número de aves expressivo, em torno de 100 cabeças, a ração para iniciar o projeto e alguns materiais para construção do galinheiro. Neste projeto, cada um criava os frangos em seus próprios lotes – não era como na experiência anterior, na qual toda a produção era em apenas um lote. O grupo recebeu um curso sobre como administrar um sítio, como implementar a criação de frango caipira, dimensão das instalações, manejo com os animais, etc. curso dado próprio assentamento e também em São Pedro/SP e em Porto Feliz. No caso dela, já tinha experiência em criação de galinhas e queria trabalhar nisso. No entanto, a maioria parou pelas dificuldades de comercialização da produção animal. Mencionou apenas um assentado do núcleo VI que continua neste projeto, o “mineiro”.

Ela conseguia um bom preço na venda dos frangos: R\$13 a unidade viva e R\$17 a unidade limpa. Disse que hoje os valores são, respectivamente R\$ 22 e R\$ 25. Então, quando há bons canais de comercialização é um tipo de produção que o dinheiro entra rápido e ainda consegue trabalhar em casa. Muitas pessoas iam até sua casa comprar, de toda região, como citado por ela: Américo Brasiliense, Matão, Araraquara, mas após a morte de sua mãe, resolveu que ia trabalhar fora do lote. Vendeu a maior parte de suas galinhas e foi trabalhar na padaria do assentamento. Vários problemas foram mencionados para encerrar a criação de galinha: com a opção em trabalhar na padaria, começou a faltar tempo para cuidar das galinhas, não tinha mais finais de semana, estava demorando muito para receber pela produção, o cachorro da vizinha vivia atacando as galinhas dela, pois ela passava mais tempo fora de casa. Ela ouvia o barulho das galinhas e falava: “peraí, acho que tem cachorro correndo atrás delas”.

Ela disse que gostava muito de trabalhar na padaria, mas, por outro lado, faltava tempo para cuidar do lote, da família, de alguma produção.

ditar as regras e gerenciar o dinheiro, o que gerou certo desgaste entre as mulheres.

Na verdade, ficou pouco tempo trabalhando na padaria, embora durante esse tempo conseguiu mudar as formas de fazer compras de matéria-prima de fora. Disse que as meninas compravam tudo picado, de pouca quantidade e ela chegou sugerindo que as compras fossem feitas no atacado. Mencionou a importância do trabalho em grupo e dos cursos de capacitação que recebeu a partir de sua participação na padaria: teve um curso que ela participou que a tirou da depressão depois que sua mãe faleceu. Para ela, trabalhar no grupo é difícil, cada uma tem uma opinião: “além de se saber com quem está trabalhando, tem que respeitar a opinião das outras e ter diálogo”.

Após um pequeno período trabalhando na padaria, surgiu uma oportunidade de trabalho com contrato temporário com a Paraty. Mas ressaltou que seu contrato se renova a cada 6 meses, nos meses de julho e dezembro, ou seja, não prevê férias e 13º salário. Em uma ida a campo dia 04/12/2014, na padaria, encontramos ela dizendo que o contrato tinha acabado e estava esperando para renovar no começo do ano seguinte. O transporte escolar é terceirizado pela prefeitura, mas se fosse, de fato, um serviço público ela seria contratada da prefeitura e com todos os direitos. Entende que o contrato temporário a deixa com um tipo de vínculo mais precário. Mesmo assim, ela falou que é uma situação de trabalho melhor, pois pode trabalhar no assentamento sem ter que se ausentar por muito tempo do lote, pois ela trabalha mais nos horários de entrada e saída das aulas. Além disso, ela tem um salário e uma ocupação na escola do assentamento, o que lhe garante certo *status* na comunidade – a mulher, separada, mas que trabalha na escola e tem seu salário.

Como ela continua associada à AMA (grupo da padaria), pensa que a associação poderia ampliar sua área de atuação com um grupo de artesanato. Em sua casa pudemos notar vários enfeites e bordados feitos por ela. A casa é cheia de pequenos detalhes, na sala da frente, onde fomos recebidos, há quadros que ela pintou e vários bibelôs na cômoda. Depois vem uma sala maior de dois ambientes, um dos quais ocupado por uma mesa de jantar. Das três salas saem portas para dois quartos e um banheiro. Um dos quartos, dos meninos, tem pintura da parede diferente feita por eles, cheia de detalhes – ela disse que eles são bem criativos nesse sentido. Nas demais salas, vimos mais quadros nas paredes, borboletas feitas de arame e tecido enfeitando cada cantinho, toalhas e cortinas feitas pela dona Regina. Sua máquina de costura também estava lá, num local de destaque da sala, como se fosse objeto de decoração, mas o fato é que aquela máquina faz

parte do cotidiano dela.

Depois fomos conhecer o quintal e quando passamos pela cozinha encontramos uma vizinha com seu neto, um neném de colo. Até então não sabíamos que ela tinha deixado a vizinha sozinha na cozinha para nos atender, mas disseram que tudo bem, afinal, a amiga “não sai de lá”. Quando nós chegamos na casa, apesar de termos combinado com ela uma semana antes, a Regina estava passando vassoura e pano na casa e estava conversando com a vizinha, que a visitava e passava o tempo com seu neto. Ela se desculpou pela “bagunça” da casa, porque estava começando uma pequena reforma na sua sala da frente, tinha material de construção logo na entrada e um entulho, o reboco exposto nos fez perceber a recente reforma. No quintal, pudemos ver uma pequena horta de uso doméstico, muitas plantas ornamentais e flores que enfeitam o lugar, roupas no varal, o jaboti, o papagaio, um fogão à lenha, enfim, elementos que mostram a composição do lugar dela no assentamento.

Por fim, comparou a situação da merenda escolar, pois ela atualmente trabalha na escola do assentamento, mas também já trabalhou em creche quando morava em Sertãozinho, antes de vir para o assentamento. Ela disse que outro dia comeu uma comida na escola que a fez vomitar a tarde toda. Reclamou que hoje tudo é enlatado, até a carne moída. Comparativamente, disse que na creche em que trabalhou as merendeiras eram todas da comunidade, numa época que comiam um alimento saudável. Os donos de sítios do entorno doavam os alimentos. Outro dia ela olhou umas latas de comida no lixo da escola e se lembrou disso. “Aqui só vem banana e maçã de fruta, não tem uma goiaba e outras frutas daqui para as crianças comerem”.

4.4 Dona Maria Aparecida, viúva: continuidades e conflitos familiares

Esta assentada ficou viúva há pouco tempo, era esposa do Sr. João Lessa. Foi uma das visitas mais “fechadas”, pois a dona Maria não é de falar muito. Notamos que sempre ao falar dela mesma, se referia ao marido: “Eu e ele”. Na fala sobre produtividade da cana industrial em seu lote, recomendou que falássemos com seu filho, porque ela não sabia falar. Quem cuidava da parte financeira era o marido e ela disse que mal sai de casa e não fica sabendo de nada dessas coisas. O mesmo aconteceu quando perguntamos sobre o crédito Apoio Mulher: ela também disse que não sabia do que se tratava. Ao explicarmos, disse que poderíamos falar com a Aline, sua nora, sobre isso.

Há duas casas no lote, uma ao lado da outra. Ela mora sozinha em uma, foi a casa na qual fomos recebidos. Na outra, moram seu filho Zé, de 28 anos, sua nora Aline (que é filha de assentado), o neto Francisco e outra filha mais nova, a Júlia. A nora havia operado os olhos e estava em uma consulta na cidade, então dona Maria estava cuidando do neto.

Notamos que ela procurou falar baixinho sobre a filha, que estava na casa ao lado e nem apareceu enquanto estávamos lá. Disse que a filha ameaça bater nela e não consegue dar uma demonstração de carinho para a mãe. Quase chorando, lamentou que a filha anda com uma turma da pesada na cidade e tem um namorado estranho. Quando ela disse isso ficou um silêncio desconfortante. A filha chegou a roubar R\$ 4 mil da conta dela: “Catou o cartão na minha bolsa e não olha na minha cara. Disse que tem direito [ao dinheiro], que era do pai dela”.

Aline, que chegou durante a nossa visita, quer fazer artesanato no assentamento, mas trabalha como professora de dança do ventre, na mesma academia na qual o Zé é professor de Kung Fu, em Araraquara. Portanto, o casal possui trabalho e salário fora do assentamento, embora também realizem trabalhos no lote. A dona Maria falou que se a família recebesse o que a usina lhe deve e tivesse crédito, o filho voltaria a trabalhar só no lote. Ela, por sua vez, está tentando se aposentar e deu entrada com os papéis em 2009, mas como ela tem 58 anos atualmente, o Maruccio (técnico do Itesp) falou que só conseguirá se aposentar quando completar 60 anos. Ela passou a receber a pensão do marido falecido – talvez por isso sua filha tenha lhe dito que tem direito sobre o dinheiro que roubou da conta no banco.

Dona Maria nasceu em Campinas/SP e trabalha na roça desde os 7 anos de idade. Trabalhou por um período em uma chácara na cidade de São Paulo, onde conheceu o marido. Depois de Campinas, moraram em Promissão/SP e depois vieram para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Disse que ficou 30 anos casada com ele. Quando se casaram, ela tinha 28 anos e ele tinha mais de 60 anos, então, a família dele a via com certa desconfiança por causa da diferença de idade. Já a mãe dela gostava do genro, ele sempre ia com ela visitar a família em Campinas.

Ela disse que nunca foi à escola. Tem que chamar outras pessoas para ler para ela quando precisa. Também afirmou que nunca pegou um financiamento em seu nome. Antes de seu marido falecer, ela procurava cumprir as ordens dele “para não dar confusão”. Disse até que o marido, em seu leito de morte, pediu perdão a ela. Ela nos contou, mais uma vez

emocionada, que ele era um bom homem: “nunca bateu ou judiou de mim”.

Dona Maria veio com o marido para o assentamento em 1990 e já no ano seguinte o casal optou por sair da agrovila e vir morar no lote. A localização desse lote é bem distante da agrovila, então ela disse que para eles foi muito melhor, porque o trabalho deles estava no lote. Sempre priorizaram a produção de milho, arroz, feijão, mandioca, bananeira. Mas como estratégia produtiva principal a família aderiu à cana em 2002, com a Usina Zanin. Afirmou que a maneira de plantar a cana é semelhante àquela que predomina no assentamento, com a usina vendendo os insumos e o sr. Domingão organizando os serviços de maquinário e colheita. A família cuida do canavial no período de crescimento. Não soube dizer nada da parte da produtividade, como afirmado antes, apenas que eles plantavam com a Zanin e, atualmente, com a Maringá, que não vem pagando os fornecedores de cana.

Depois que a nora chegou em casa, nos explicou que na época que o INCRA promoveu a “moralização do assentamento”, entre os anos de 2005 e 2008, a família foi considerada irregular porque plantava praticamente o lote inteiro com cana e isso fez travar todos os créditos deles, como os Fomentos Iniciais que o INCRA estava executando no assentamento. O Sr. João Lessa não fez o acordo para reduzir a área com cana naquela ocasião, a dona Maria recordou que ele dizia que não faria acordo com a FERAESP. Nos anos seguintes, ele continuou plantando comercialmente apenas cana, mas em 2013 o INCRA proibiu a colheita nos lotes que não assinassem o termo de compromisso de plantio de, no máximo, 40% do lote. Portanto, ela teve que assinar o termo e comercializar apenas 40% de toda a cana com a usina, ou seja, sofreu um prejuízo de 60% de uma cana que estava no segundo corte. Ela fez questão de frisar que seu marido viveu 94 anos e morreu perturbado, porque não recebeu todo o dinheiro dessa safra. O sr. João contava que sua colheita inteira valeria R\$ 60 mil. Mas morreu lutando e preocupado em receber esse dinheiro, impedido de colher e vender para a usina outros 60% da produção. E mesmo a parte comercializada com a usina ainda não havia sido paga no período da pesquisa, aproximadamente três meses depois da colheita. Dona Maria disse que toda essa confusão com a cana envolvendo o INCRA e a FERAESP fez a família entrar na onda daqueles que querem o título da terra, mas não soube dizer quais são as reais consequências disso.

No lote, além da cana há pequenos espaços com itens mais para o autoconsumo da família: uma boa horta, feijão, milho, mandioca, abóbora,

maxixe, pimentão, repolho, mamão, acerola, jaca, dentre outras – em outro momento da visita, durante uma conversa ao redor da casa, notamos várias outras árvores frutíferas, mas a dona Maria não contou. Nessa caminhada, pudemos observar que ela faz uso de esterco e matéria orgânica do lote nos canteiros e nos pequenos roçados. Dos legumes, apenas o tomate é comprado fora. Há também 15 galinhas e patos, fora os franguinhos. Ela disse que vendeu 60 frangos vivos no ano passado para o Baiano (assentado do Bela Vista). Inclusive, pudemos observar que havia uma galinha morta na panela, que ela ia preparar para comer no almoço. Um problema em seu lote em relação às criações são as raposas e os gatos do mato que comem os frangos. O lote é mais isolado e fica bem próximo a uma área de reserva. Vimos que o lote é abastecido com água de poço caipira.

Também pudemos observar que as ferramentas de trabalho na terra são extremamente bem cuidadas. São inúmeras enxadas, podões, rastelos, facões, tesouras de poda, dentre outras, que ficam guardadas em um lugar atrás da casa, muito limpas e organizadas. “Aprendi cuidar das ferramentas, olhava ele e via qual [ferramenta] para qual serviço”, em referência ao marido. Após nos mostrar a área em volta da casa, com a horta e as galinhas, ela disse que o trabalho da mulher é assim: “plantar e carpir”.

Ela gostaria de investir mais em criação de galinha. Já o seu filho gostaria de trabalhar com engorda de bezerros, aproveitando a cana do lote. Quando estávamos lá, apareceu sua vizinha, a dona Sirma. Elas disseram que as vizinhas se ajudam em várias coisas. Por exemplo, quando resolvem investir em uma pequena produção comercial, elas combinam e plantam cada uma em seu lote legumes como jiló, cebola e pimentão, dentre outros, como uma estratégia de comercialização conjunta. Disse que assim elas conseguem melhor preço e têm alguma regularidade na entrega para determinado comprador. É uma espécie de parceria de vizinhança. Enfim, mesmo em um lote onde a cana já predominava, ainda assim encontramos uma diversidade para a alimentação da família.

No caso dessa família, o primeiro ponto a destacar é a submissão da mulher ao homem, expresso no desconhecimento da dona Maria sobre as questões da produção e da renda no lote, bem como sobre as “grandes” questões do assentamento, como o plantio de cana industrial. Mesmo o conhecimento sobre as ferramentas e o ofício na agricultura foram atribuídos a ele. Após ficar viúva, esse controle que era feito pelo marido passou a ser responsabilidade do filho, pois como ela afirmou, atualmente, as decisões sobre o lote são “combinadas” com o filho, para quem ela transferiu, em

partes, tais decisões. Embora ela também tenha afirmado que outras “pequenas” estratégias, como aquelas de plantar legumes em parceria com a vizinha, são iniciativas próprias das mulheres, percebe-se uma tendência dela dar continuidade a uma gestão de lote como o marido fazia. Nesse sentido, o filho (homem, mais velho, casado e com filho) é o mais indicado para tomar as principais decisões. Talvez por isso existam tantos conflitos com a filha, que é mais jovem e vinha passando por uma fase mais conturbada após o falecimento de seu pai.

Considerações finais

Evidentemente existem posições e representações construídas historicamente sobre o lugar das mulheres no campo. Por outro lado, vários estudos vêm comprovando que, na medida em que a sociedade passa por transformações pautadas no avanço da racionalidade capitalista, as ocupações e o trabalho das mulheres sofrem alterações que recriam as condições para sua reprodução social. A partir das etnografias apresentadas, podemos discutir a não-linearidade desse processo social. Por isso, as opções teórico-metodológicas adotadas nesta pesquisa não tiveram, por escolha analítica, a intenção de retirar as singularidades dos casos investigados. Nesse sentido, a contribuição pretendida é contrária à possível naturalização do papel das mulheres nos assentamentos rurais.

Sobretudo com a noção de estratégias familiares, de uma perspectiva das mulheres assentadas, pretendemos explicitar o campo social dos assentamentos, entendido como uma verdadeira trama de tensões que envolve uma infinidade de agentes sociais. As estratégias familiares se abrem, de fato, à possibilidades que escapam unicamente àquelas produtivas. Os casamentos entre filhos/as de assentados provocam um verdadeiro rearranjo na dinâmica familiar, não só em termos de produção agropecuária. A possibilidade ou a impossibilidade dos filhos ficarem nos lotes acabam sendo reveladoras do imenso leque que se abre no campo da reprodução social em diferentes momentos da trajetória das famílias nos assentamentos. Assim, foi muito comum acompanhar as mudanças na composição familiar do lote em função das idas e vindas dos filhos, seus casamentos e de suas novas perspectivas de futuro. O exemplo mais evidente nas etnografias apresentadas foi o caso da família da dona Neusa, pois em cada momento, havia uma filha diferente a ajudando na produção de açúcar mascavo e de rapadura.

Ainda no âmbito das estratégias matrimoniais, podemos apontar

alguns avanços nos direitos conquistados pelas mulheres rurais, como a obrigatoriedade da titulação conjunta do casal. Antes da portaria INCRA 981, de 02/10/2003, que introduziu a obrigatoriedade de titulação conjunta, apenas o homem era considerado titular do lote e, com isso, em casos de separação do casal, a mulher não tinha direito algum sobre a terra. Bem como, não era inserida no talão de notas dos produtores rurais. Com a referida portaria, passou a ser obrigatório a ambos possuírem documentos básicos como CPF e RG, além da certidão de casamento. Uma necessidade que implicou ampliar a efetivação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

Apesar dessas conquistas, além de outras, como créditos e assistência técnica específicos para mulheres, ainda persistem expressões de patriarcalismo tanto no interior das famílias assentadas como por parte do projeto estatal de assentamentos. Um exemplo disso é a pouca significativa participação das mulheres no acesso ao crédito, seu baixo valor e, mesmo quando disponível, a enorme demora para poder acessá-lo. Um caso acompanhado em nosso projeto, do crédito Apoio Mulher no assentamento Bela Vista do Chibarro, apontou para o predomínio masculino sobre o que fazer com o recurso. Então, questiona-se, por que esse nome para o financiamento para as mulheres? Seria uma alusão ao caráter de “ajuda” em relação ao seu trabalho? É um exemplo de que as desigualdades de gênero são abordadas como algo socializado no campo social, mas que, ao mesmo tempo, vem tendo enfrentamentos relevantes. Ou seja, as ações não eliminam, de uma hora para outra, a histórica relação de submissão da mulher ao homem. Conforme procuramos demonstrar em casos de lotes individuais, os novos lugares que as mulheres ocupam remodelam as relações sociais no interior dos assentamentos, mas não eliminam a dominação masculina e a violência material e simbólica sofrida por elas.

Outro ponto é o crescimento do número de editais para capacitação e extensão rural direcionado às mulheres rurais que, ao menos na região estudada, não teve qualquer efetividade. Os agentes técnicos da região, na verdade, carecem de uma formação que seja sensível à problemática da desigualdade de gênero, não há um trabalho efetivo de apoio à organização dos grupos de mulheres ou um olhar sobre o papel das mulheres nos lotes. Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pela reprodução social, pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional. Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e

trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado. Estão sendo deixadas de lado questões essenciais à satisfação das necessidades humanas que exigem novos olhares nos estudos acadêmicos, mas também para gestores e movimentos sociais.

Apesar do Estado reconhecer novas frentes de intervenção para dar conta das desigualdades de gênero nos assentamentos e no meio rural como um todo, a política de Estado ainda não tem uma efetividade sobre as reais necessidades dessas mulheres. A própria relação de mediação entre assentadas e agentes sociais expressa tais desigualdades, como bem mostrou o fato da rapadura feita pela dona Neusa levar, em sua embalagem, apenas o nome de seu marido. No caso da dona Maria Aparecida, foi possível abordar a situação de uma viúva que transferiu a forma de gerir o lote, apreendido por meio de uma relação de submissão ao marido, para o filho homem, gerando conflitos com a filha. No entanto, em meio a essas relações de gênero verifica-se que as mulheres podem se valer de estratégias produtivas, políticas, matrimoniais e educativas para aumentar sua autonomia e, aos poucos, o papel delas no desenvolvimento dos assentamentos passa por transformações.

Referências

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. São Paulo: FGV, 1996a. p.183-191.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papyrus, 1996b. Capítulo 1 – Espaço social e espaço simbólico, p.13-33.

DUVAL, H.C. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2015.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), Porto Alegre, UFRGS, v.13, p.262-305, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; BOL-

FE, A.P.F. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. de. (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos**. 1ªed. Niterói: Editora Alternativa, 2013, p.195-216.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GARCIA JR., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL

Alessandra Juliana Caumo¹

Jefferson Andronio Ramundo Staduto²

Marcelino de Souza³

Resumo: Neste trabalho foram analisadas a ocorrência e a distribuição espacial da mulher ocupada na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. Este estudo apresentou um quadro das mulheres ocupadas aplicando a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). A técnica AEDE permitiu avaliar a correlação existente entre os municípios com os seus vizinhos. Foram analisados os dados do Censo Agropecuário de 2006. Os resultados mostraram que apenas 32% das pessoas ocupadas na agricultura familiar são mulheres. As regiões que apresentaram uma maior representatividade para as mulheres estavam localizados no Centro Sul baiano, Sudeste do Piauí, Agreste paraibano e Sertões cearenses.

Palavras-chave: Gênero, Ocupação da mulher, Agricultura familiar, Nordeste.

Abstract: This study was analyzed the occurrence and spatial distribution of the employed women in family agriculture in the Northeast of Brazil. This study showed a scenery of employed women by applying Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA). The ESDA technique allowed evaluating the correlation between the municipalities with their neighbors. The Agricultural Census data were analyzed in 2006. The results showed that only 32% of people employed in family agriculture are women. The regions that showed greater representation for women were located in the Center

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR). E-mail: alecaumo@gmail.com.

2 Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: jstaduto@yahoo.com.br. Bolsista Produtividade do CNPq.

3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br.

Keywords: Gender, Women occupation, Agriculture Household, North-east.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma análise da distribuição espacial das mulheres ocupadas na agricultura familiar nordestina sob uma perspectiva de gênero. Foram utilizados os métodos e as técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). A AEDE oferece suporte para a análise da relação entre o fenômeno estudado e outras variáveis, cujo comportamento esteja relacionado. Desta forma, buscou-se a identificação de elementos que possam contribuir para a compreensão das ocupações das mulheres nos estabelecimentos familiares no meio rural.

O desequilíbrio demográfico entre homens e mulheres nessa região é preocupante, esse trabalho demonstra a distribuição das mulheres no meio rural nordestino, sendo uma contribuição para melhor entender esse fenômeno. A redução relativa da presença das mulheres no meio rural no qual, como intensamente relata a literatura, mostra que a posição da mulher dentro da família tem apenas o espaço reservado ao trabalho reprodutivo que está associado à esfera privada e aos homens além do espaço familiar (privado) o trabalho produtivo e o espaço público. Assim, para Camarano, Abramovay (1999) e Castro, Aquino (2008), esse cenário contribui para a intensa migração rural-urbano dos jovens do sexo feminino, desta forma, gerando uma relativa masculinização e envelhecimento da população do campo no Brasil. Ou ainda, como Staduto, Nascimento, Souza (2013) relatam que esse desequilíbrio pode acarretar prejuízos sociais em razão da desagregação familiar, assim como econômicos porque coloca em risco a sucessão familiar e pode contribuir para a redução do número de propriedades familiares que são responsáveis por parcela importante do produto agropecuário.

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de agricultores familiares, no entanto há poucas informações sobre a distribuição do número de mulheres do ponto de vista agregado. As pesquisas mais frequentes na literatura são estudos de caso, os quais são fundamentais para analisar as relações de gênero no espaço rural em todas as duas esferas: públicas e privadas e, pontos de vista, do pessoal ao coletivo. A pesquisa ora em questão irá auxiliar nestas análises, buscando compreender o porquê

as mulheres estão mais presentes em uma localidade em relação a outras.

A análise espacial contribui para identificar a localização das mulheres ocupadas no Nordeste do Brasil, limitando-se a mostrar um panorama, isto é, um retrato “aéreo” da distribuição dessas mulheres, bem como dos homens, no meio rural. O método da AEDE, além de identificar quais os municípios que apresentaram as maiores ou menores taxa ocupações do ponto de vista não somente visual, sobretudo, do ponto de vista estatístico, elimina, dessa forma, possíveis erros visuais. A concentração espacial de um fenômeno está relacionado com um padrão da interação socioeconômica entre os agentes de uma região, ou mesmo as características da estrutura dessa região no espaço (ALMEIDA, 2004). Compreender a distribuição espacial dos dados oriundos de fenômenos ocorridos em um território constitui um desafio para elucidação de questões centrais nas diversas áreas do conhecimento, em especial em estudos específicos das áreas de ciência regional, geografia econômica e economia urbana (FIGUEIREDO, 2002).

Assim, neste trabalho, foram utilizadas variáveis extraídas do Censo Agropecuário de 2006 para a região Nordeste do Brasil, e também foram consideradas as características demográficas dos homens e mulheres que residem nos estabelecimentos agropecuários familiares. As variáveis para elucidar essa dinâmica nos estabelecimentos agropecuários são, por exemplo: (i) quem é o responsável pela direção do estabelecimento, (ii) o número de pessoal ocupado e o seu grau de escolaridade (fundamental, médio e superior) e, ainda, (iii) se ocorre o fenômeno de pluriatividade no estabelecimento pelas atividades agrícolas, não agrícolas e a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas.

A região Nordeste é composta por 1794 municípios distribuídos entre os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe. O Censo Agropecuário de 2006 registrou que, no Brasil, havia aproximadamente 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, e aponta que a maioria dessas pessoas eram homens (66%), sendo que as mulheres ocupadas eram uma parcela de 4,1 milhões do total, cerca de 32% dos ocupados. A agricultura familiar do Nordeste representam 49,6% dos 4,1 milhões de agricultores familiares do total dos estabelecimentos do Brasil. Além disso, a maioria dos estabelecimentos nordestinos (2.055.157 estabelecimentos) se enquadra na categoria familiar (88,3% dos estabelecimentos nordestinos). Esses estabelecimentos detêm ainda a maior fração de área (31,6%), mas não há uma

participação correspondente no valor bruto da produção (apenas 16,7%) (EVANGELISTA, 2000).

2. Divisão sexual das ocupações no meio rural

A questão de gênero apresenta diferentes abordagens e que explicam diversas perspectivas das relações de gênero. De acordo com Scott (1995), a construção de gênero como categoria analítica implica dois níveis que estão inter-relacionados, mas analiticamente diferenciados. O primeiro nível, gênero é construído de relações sociais baseadas nas diferenças referentes ao sexo. No segundo, o gênero, de forma primária, representa as relações de poder. Sua principal característica é a mutabilidade, visto que a organização social e as relações de poder podem variar de acordo com as culturas, as diferentes sociedades e o tempo.

Para a divisão sexual do trabalho no meio rural pode ser entendida com uma categoria utilizada para indicar a destinação e execução de tarefas distintas para homens e mulheres, mas essa categoria tem que ser pensada para além de uma simples divisão de tarefas doméstica, ela “implica uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário” (CRUZ, 2008, p.56). As ocupações das mulheres sofrem forte discriminação. Na agricultura, por exemplo, as relações desiguais de gênero são evidenciadas na divisão sexual do trabalho. Isso pode ser evidenciado pelo entendimento que homens e mulheres têm em relação às posições que desempenham na família, tanto na esfera produtiva, reprodutiva, como nas esferas pública e privada.

As atividades que a mulher desempenha no meio rural estão ligadas ao sustento da família, mas, muitas vezes, por não gerarem rendimento, o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. No meio rural, o trabalho das mulheres é, na maioria das vezes, na horta e no quintal. Nesse sentido, reproduz a invisibilidade do trabalho feminino na agropecuária, em que o papel de provedor é atribuído ao homem e o de reprodução à mulher (DEERE, LEON, 2002; BRUMER, 2004; MELO, DI SABBATO, 2005; HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser detectada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. Na agricultura familiar, a invisibilidade da mulher é muito forte em razão de que estão envolvidas

na produção de autoconsumo (MELO, DI SABBATO, 2005).

Segundo Paulilo (2004), em um trabalho realizado em relação às mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, percebe-se a existência de uma distinção entre trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho ‘leve’, feito pelas mulheres. O trabalho era considerado “leve” não pela qualidade do próprio esforço despendido, mas pelo sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Para a autora, o mesmo fenômeno se repetiu quando passou a ocorrer a divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo. Trabalho doméstico é considerado atribuição da mulher, não é considerado trabalho produtivo. Trabalho na roça com o marido é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer.

Para Brumer (2004), os estudos apontam que os trabalhos da mulher na agricultura ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como “ajuda”, mesmo trabalhando tanto quanto os homens nas mesmas atividades. Segundo a autora, essa posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários é evidenciada pelos seguintes fatores: as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’; seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, não tem contato com outros agentes externos; não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; não administram os recursos originados com a venda da produção (BRUMER, 2004, p. 211).

3. Procedimentos Metodológicos

O trabalho adotou como metodologia o uso de técnica estatística denominada de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). A intenção de utilizar AEDE é de visualizar melhor a distribuição das mulheres⁴ ocupadas na propriedade familiar e determinar onde elas são mais recorrentes, e particularmente verificar a localização geográfica das mulheres

4 O trabalho com caráter de gênero apresenta como foco principal a distribuição das mulheres, mas para comparação da frequência foi também realizada para os homens. Além disso, optou-se por apresentar os dados para os estabelecimentos de agricultura familiar, já que a frequência de ocupados de homens e mulheres é maior na agricultura familiar, por apresentar uma maior participação familiar, do que no modelo patronal de produção.

ocupadas em relação à direção dos estabelecimentos familiares e o grau de escolaridade (fundamental, médio e superior), e a se exercem alguma atividade fora dos estabelecimentos, agrícolas, não agrícolas e a combinação de ambas.

3.1 Análise Exploratória de Dados Espaciais: uma breve descrição

Segundo Perobelli *et al.* (2005), a análise exploratória de dados espaciais (AEDE) é uma coleção de técnicas de análise estatística de informação geográfica para expor distribuições espaciais, encontrar padrões de associação espacial ou *cluster*, verificar a presença de diferentes regimes espaciais ou outras formas de instabilidade e identificar comportamentos fora do padrão (*outliers*).

A partir da AEDE⁵ serão extraídas medidas de autocorrelação espacial global e local, com o uso dos indicadores de análise exploratória que identificam, além da posição absoluta dos eventos no espaço, também sua distribuição relativa. Dessa forma, detectam-se os padrões de aglomerações espaciais, possibilitando a avaliação da influência dos efeitos espaciais por meio de instrumental quantitativo (ANSELIN, 1998).

3.1.1 Autocorrelação Espacial Global

Para a realização da análise exploratória dos dados espaciais (AEDE), o primeiro passo é verificar a aleatoriedade desses dados, o que significa se os valores de uma região não dependem ou não dos valores das regiões vizinhas. Dessa maneira, a autocorrelação espacial investiga se existe a coincidência de similaridade de valores de uma variável com a sua similaridade da localização dessa variável (ALMEIDA, 2004). Isto é verificado pela estatística *I* de Moran⁶.

5 Para mais informações sobre a metodologia da AEDE, verificar Almeida (2004) e Anselin (1998).

6 Isto verificado pela estatística *I* de Moran pode ser expressa como:

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \frac{\sum \sum w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2} \quad (1)$$

Em que: *n* é o número de unidades espaciais; *y_i* é a variável de interesse; *w_{ij}* é o peso espacial para o par de unidades espaciais *i*; e *j* é a medida do grau de interação entre elas. Essa é uma estatística que fornece, de maneira formal, o grau de associação linear entre os vetores de valores observados em um tempo *t* (*y_t*) e a média ponderada dos valores dos seus vizinhos, ou as defasagens espaciais (*w_{ij}*). Os valores dessa estatística variam entre -1 e +1, onde -1 representa um coeficiente de correlação linear negativa e +1 representa

Para realizar o cálculo do coeficiente I de Moran, é necessário escolher uma matriz de peso, que define o grau de proximidade entre os municípios. A matriz de pesos espaciais está associada à distância entre os municípios ou aos limites geográficos (fronteiras) existentes (ALMEIDA, 2004). Para esse trabalho, após os procedimentos recomendados pela literatura, adotou-se a estrutura de pesos espaciais binários, com vizinhos de primeira ordem, escolheu-se convenção rainha.

Segundo Perobelli *et al.* (2005), o diagrama de dispersão de I de Moran é uma das formas de interpretar a estatística I de Moran⁷. Os quatro tipos de associação linear espacial são representados por: Alto-Alto (AA), Baixo-Baixo (BB), Alto-Baixo (AB) e Baixo-Alto (BA). Entretanto, a estatística I de Moran é uma medida global que informa como está a correlação no espaço, mas não é possível localizar onde estão as estruturas de correlação espacial regional, sendo necessário o cálculo de autocorrelação local.

3.1.2 Autocorrelação Espacial Local

Os indicadores locais, ao contrário das estatísticas globais, produzem um valor específico para cada área permitindo a identificação de agrupamentos com valores semelhantes (*clusters*) ou diferentes (*outliers*) e de regimes espaciais, não percebidos através dos resultados globais. Um indicador LISA⁸ - Indicador Local de Associação Espacial - é qualquer estatística que satisfaça a dois critérios: a) permite a identificação de padrões de associação espacial significativa para cada área da região de estudo; e b) constitui uma decomposição do índice global de associação espacial, ou seja, o somatório da LISA para todas as regiões é proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global (ANSELIN, 1995). Para Almeida (2004, p. 12), a LISA “[...] provê uma indicação do grau de agrupamento dos valores similares em torno de uma observação, identificando *clusters espaciais*”⁹.

um coeficiente de correlação linear positivo (ANSELIN, 1998).

7 A representação dos diagramas não é apresentada no texto, por simplificação metodológica e em razão do espaço.

8 Local indicators of spatial association - LISA

9 Estatisticamente significantes.

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_j W_{ij} (y_j - \bar{y})}{\sum_j (y_i - \bar{y})^2 / n} = y_i \sum_j W_{ij} \quad \left| \quad (2) \right.$$

Em que: y_i e y_j são variáveis padronizadas e a somatória sobre j é que somente os valores

3.2 Descrição das Variáveis e Fonte de Dados

Os dados utilizados para fazer a Análise de Dados Espaciais (AEDE) foram extraídos do Censo Agropecuário de 2006, mas especificamente no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Para analisar os mapas para as mulheres e homens, não foram utilizados números absolutos, os dados foram transformados em participação percentual de mulheres ocupadas em relação aos homens e vice versa. Neste caso o mais importante do ponto de vista demográfico é perceber o desequilíbrio entre os sexos no meio rural, particularmente da agricultura familiar. Além disso, isto foi importante porque nos municípios menores pode-se observar de forma relativa à participação de trabalhadoras e trabalhadores, porque, naturalmente, em termos absolutos terão pouca relevância em relação aos municípios mais populosos, mas os processos sociais e econômicos fruto do desse desequilíbrio demográfico estarão em curso independente da dimensão da população.

Tabela 1 – Variáveis extraídas do Censo Agropecuário de 2006

Variáveis Por Taxas	Sigla
Direção do estabelecimento por Mulher	DM
Direção do estabelecimento por homem	DH
Escolaridade Fundamental da Mulher	EFM
Escolaridade Média da Mulher	EMM
Escolaridade Superior da Mulher	ESM
Escolaridade Fundamental do Homem	EFH
Escolaridade Média do Homem	EMH
Escolaridade Superior do Homem	ESH
Pluriatividade Agrícola da Mulher	PLUAM
Pluriatividade Não Agrícola da Mulher	PLUNM
Pluriatividade Agrícola e Não Agrícola da Mulher	PLUANM

Fonte: Elaboração própria.

Nas análises bivariadas das mulheres e homens ocupadas na agricultura familiar, foram avaliadas em relação às variáveis de direção do estabelecimento e o número de pessoas; escolaridade e exercidas fora do dos vizinhos j e j_i são incluídos O conjunto j_i abrange os vizinhos da observação i , definidos com uma matriz de pesos espaciais. Sob o pressuposto da aleatoriedade, o valor esperada da estatística I de Moran local é dado por: $E(I_i) = -w_i / (n-1)$, em que w_i é a soma dos elementos da linha.

estabelecimento como as atividades agrícolas. Para escolaridade foram considerados os ensinos de 1º grau completo correspondente ao atual ensino fundamental, ensino de 2º grau (ensino médio), no qual foi somado o ensino normal de 2º grau mais o ensino técnico agrícola. Em relação ao ensino superior o Censo Agropecuário de 2006 traz discriminadas as formações dos produtores nas direções dos trabalhos na propriedade agropecuária como engenheiro agrônomo, veterinário, zootecnista, engenheiro florestal e outra formação superior, que foi somada em uma única variável de escolaridade superior. E por fim, as variáveis das atividades exercidas fora do estabelecimento como as atividades agrícolas, não agrícolas e a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas.

A amostra composta por 1794 observações, referente aos municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Utilizou-se, neste trabalho, o software Geoda versão 1.0.1, que combina mapas com gráficos estatísticos, utilizando a tecnologia de janelas dinâmicas, ligada para análise espacial para Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

4. A distribuição espacial das mulheres nordestinas

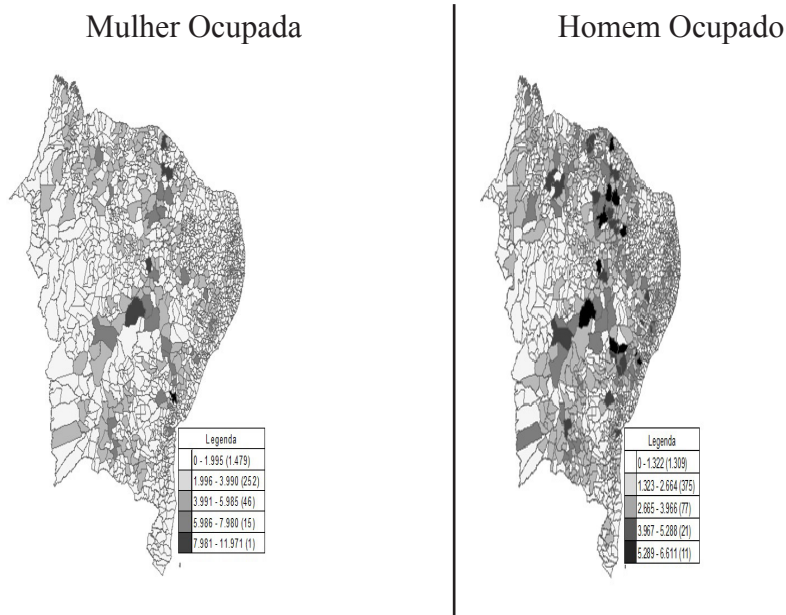
Para Buanain, Guilhoto e Di Sabatto (2004), a agricultura familiar no Nordeste apresenta uma diversidade de condições agroecológicas e de relações sociais de produção, que determinaram a formação de uma multiplicidade de sistemas agrários e de produção. O que os autores observaram que a região caracteriza-se por concentração de estabelecimentos familiares em algumas áreas geográficas, que apresentam ainda baixo nível de renda gerado pelas unidades produtivas, escassos recursos naturais, hídrico e fundiário, pela pressão demográfica e deteriorização ambiental. Neste sentido, os principais meios de produção têm como a combinação do gado e policultura, “caracterizando-se pela presença de um consórcio de lavouras junto à criação de gado, especialmente as combinações feijão/milho/mandioca (arroz, eventualmente). Além de gado-policultura, outros sistemas agrários estão presentes” (BUANAIN, GUILHOTO, DI SABATTO, p.12, 2004).

Na Figura 1 é apresentada a frequência da distribuição das mulheres e homens ocupados na agricultura familiar no Nordeste do Brasil em dados absolutos¹⁰ nos municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará,

10 Esta Figura 1 foi colocada com a intenção de evidenciar a importância

Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e Sergipe. Estas foram distribuídas em cinco faixas usando a distribuição em quantis. Os municípios com maior frequência de ocupados são representados pela cor preta e os baixos pela cor cinza. Apenas o município de Feira de Santana (BA) tinha grande quantidade de mulheres ocupadas na agricultura familiar. Já para os homens ocupados o número de municípios com grande quantidade de trabalhadores ocupados é muito maior: Porto (PI), São Luis do Curu (CE), Almino Afonso (RN), Encanto (RN), Itajá (RN), Riacho da Cruz (RN), Rodolfo Fernandes (RN), São Fernando (RN), Taboleiro Grande (RN), Timbaúba dos Batistas (RN), Vera Cruz (RN), Xexéu (PE), Chã Preta (AL), Japaratinga (AL), Roteiro (AL), Cedro de São João (SE) e Salvador (BA). Por outro lado, chama atenção o grande número de municípios com baixa quantidade de trabalhadoras e trabalhadoras rurais nos estabelecimentos rurais.

Figura 1 – Distribuição da frequência das mulheres ocupadas e homens ocupados na agricultura familiar para os municípios do Nordeste do Brasil (2006)



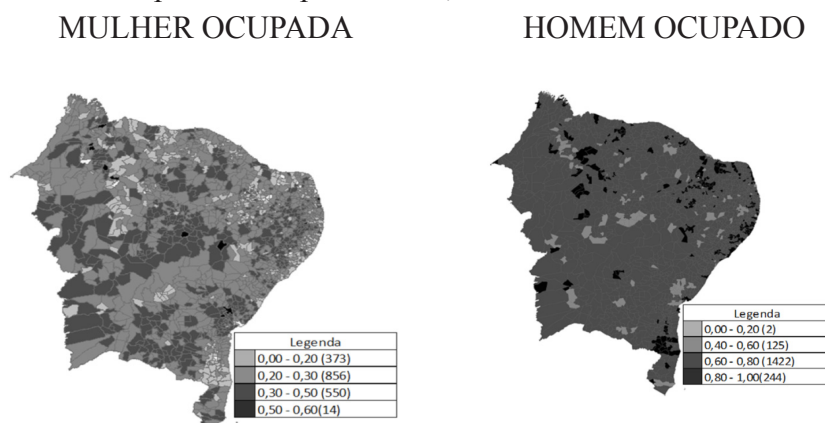
Fonte: Resultado da pesquisa.

da transformação dos dados absolutos em dados percentuais, já que municípios com extensão geográfica maior aparecem na distribuição, o que não ocorre em municípios menores.

Apesar do observado (Figura 1), a região nordestina apresenta grande número de municípios com baixo número de homens e mulheres ocupadas na agricultura familiar nordestina, mas em relação ao número de mulheres os valores são mais graves. Para Alves e Marra (2009) no Nordeste ainda existe a forte preocupação com o êxodo rural, não somente porque lá ainda reside quase a metade da população rural brasileira, mas em virtude da baixa produtividade de sua agricultura, o que torna o seu potencial migratório muito elevado, refletindo numa velocidade de urbanização mais elevada do que as demais regiões. Para Alves, Souza, Rocha (2013), o êxodo rural nas demais regiões do país já cumpriu seu papel, ou seja, o índice de urbanização é alto, restando uma menor parcela da população total residente no meio rural. Isto não é verificado no Nordeste.

Na distribuição espacial entre as mulheres e os homens ocupados no meio rural do Nordeste do Brasil, conforme a Figura 2 denota uma desproporção dos homens e mulheres ocupadas.

Figura 2 - Distribuição espacial de homens e mulheres ocupadas na agricultura familiar para dados percentuais, 2006.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na distribuição espacial entre as mulheres e os homens ocupados no meio rural do Nordeste do Brasil, observa-se que as mulheres ocupadas representam, em média, 32,18% do total dos ocupados na agricultura, enquanto os homens ocupados representam 67,82% do total dos ocupados.

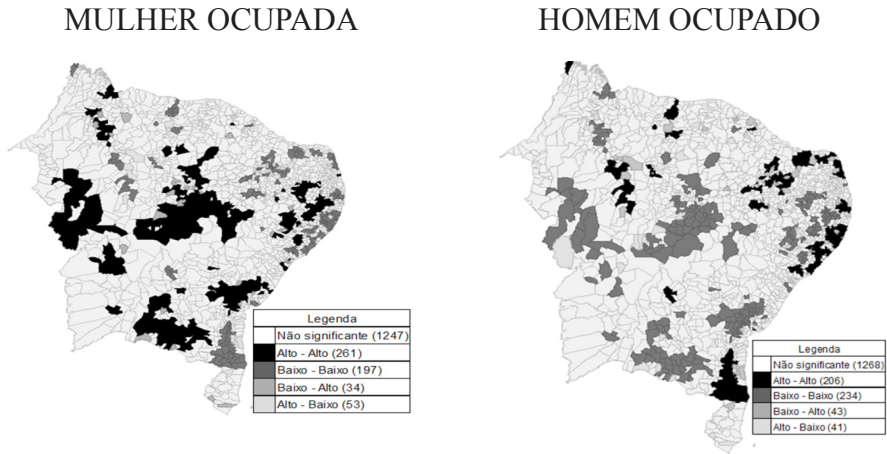
Isso denota uma desigualdade no número de ocupados no meio rural. Pode-se notar que no primeiro e segundo estratos de frequência para as mulheres somam 1229 municípios, o que corresponde a 65% dos municípios, por outro lado, para os homens nos dois primeiros estratos somam 127 municípios, o que equivale a 7% do total.

Apesar dos cartogramas apresentarem informações importantes, ao destacarem as áreas com as maiores ou menores números de mulheres ou homens ocupados na agricultura familiar da região Nordeste do Brasil, a mera visualização pode levar ao erro. Neste caso, torna-se importante realizar os testes de autocorrelação no espaço para verificar a tendência dos dados, isto significa verificar que não estão aleatoriamente distribuídos no espaço.

Como forma de verificar a existência ou não a formação de *clusters* para as mulheres ou homens ocupados na agricultura familiar no Nordeste do Brasil, foi realizada primeiramente, uma análise espacial univariada relativa à distribuição espacial. Após seguirmos os procedimentos recomendados pela literatura especializada confirmamos que um determinado percentual de participação de mulheres ocupadas estava correlacionado com o seu vizinho, formando manchas, ou seja, *clusters* no mapa¹¹. Neste caso os municípios que possuem alta proporção de mulheres ou homens ocupados na agricultura familiar estavam rodeados por municípios que possuem alta proporção de mulheres ou homens ocupados, formado pelos *clusters* tipo Alto-Alto (AA), e são representados pela cor cinza escura.

11 Os valores acima do *I* de Moran calculado representam a existência da autocorrelação espacial positiva e os valores abaixo representam a autocorrelação espacial negativa. Quando não existe um padrão espacial nos dados, o valor encontrado é o *I* de Moran esperado para as mulheres e homens ocupados foi analisado o $E(I) = -0,0006$. Portanto, os valores acima de $E(I) = -0,0006$ indicam a autocorrelação espacial positiva e os valores inferiores indicam a autocorrelação espacial negativa.

Figura 3- Mapa de *clusters* das mulheres e dos homens ocupados no Nordeste do Brasil (2006).



Fonte: Resultado da pesquisa.

Em relação à formação de *clusters* das mulheres pode-se observar que são formados 5 agrupamentos de *clusters* tipo Alto-Alto (AA), localizados principalmente nos estados do Piauí (55), região do sudeste do estado, Bahia (51) o centro-sul, e no Agreste Paraibano (33)¹². Na formação AA para os homens observou-se que os *clusters* com maior número de mulheres ocupadas maior era o número de homens ocupados, apresentando aproximadamente vinte e sete municípios no Sul baiano, na Mata pernambucana (10), Leste Alagoano (23), Sertão Paraibano (14), no Rio Grande do Norte (26). Para a análise BB para os homens ocupados os estados em destaque são Maranhão (20), Piauí (40), Paraíba (15), Pernambuco (35), Alagoas (10), Bahia (60) com destaque para as regiões do centro sul e centro baiano, e nas regiões correspondentes ao sertão e agreste dos estados.

As regiões em que se destacam a participação maior de ocupação de homens podem ser explicadas pelas características de produção voltadas para o agronegócio na região Nordeste. Para Guilhoto et al. (2007), essas características combinam estruturas muito distintas nos diferentes estados, como são os casos do oeste da Bahia, do sul do Maranhão e do Piauí, regiões em que a expansão da soja e do algodão nos últimos anos foi crescente¹³. Nessas áreas observa-se a presença de um empreendimento

12 Número de municípios.

13 Região denominada de MATOPIBA – Fronteira agrícola que compreende as regiões

patronal com alta tecnologia e utilização de insumos modernos. Os autores ressaltam que a região nordestina há grandes latifúndios da área da mata, predominam a cana de açúcar, o cacau e a pecuária leiteira. Nas áreas de sertão, observa-se uma combinação de agricultura familiar e patronal, com predominância da primeira, sendo elas, em geral, regiões pobres, cujos períodos secos têm grande impacto sobre a produção. Outro ponto é a importância do agronegócio que sua configuração é diferenciada entre os estados como na Bahia, pelo tamanho e pela diversidade, apresenta boa variedade na produção, com destaque para a produção de frutas irrigadas no Vale do São Francisco (Juazeiro-Petrolina), mandioca, feijão e algodão. No caso da indústria, o destaque fica por conta da produção de álcool e papel e celulose, concentrada na região de Itabuna, no sul da Bahia (Bahia Sul Papel e Celulose, ligada ao grupo Suzano). No tocante à pecuária, merece destaque o rebanho bovino e a produção de leite.

Para Caumo (2012), que analisou a região Sul do Brasil aplicando essa mesma metodologia, a dimensão de ocupados no meio rural também foi associado ao tipo de cultivo, quando a região era mais intensa em produção voltada para o agronegócio ou *commodities* maior era o número de homens ocupados, e menor o número de mulheres ocupadas, assim como ocorre também na região Nordeste do país. Como as regiões que apresentam menor número de mulheres ocupadas são regiões com predomínio da monocultura, de acordo com Brumer (2004) elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário, já que, na maioria das vezes cabe ao homem o gerenciamento das atividades na propriedade, conseqüentemente, elas não administram os recursos gerados pela venda da produção.

Buanain, Guilhoto e Di Sabatto (2004) analisaram que a dispersão de atividades pode ser explicada pelo sistema de produção, caracterizando-se pela presença de uma combinação de lavouras junto à criação de gado, especialmente as combinações feijão/milho/mandioca (arroz, eventualmente). Além de gado-policultura, outros sistemas agrários estão presentes. No Litoral, a monocultura extensiva (cana-de-açúcar e cacau) é parte da história do país e formadora da economia e cultura da região. No Nordeste Ocidental combinam-se produções de subsistência, criatórios e extrativismo vegetal, em especial do coco babaçu, baseadas em tradicionais técnicas como a roça e queima. No Sul da Bahia a exploração do

produtoras dos estados do Tocantins, Piauí e a Bahia. Região com clima estável, com regime de chuvas e topografia plana do solo está dentro do bioma do Cerrado.

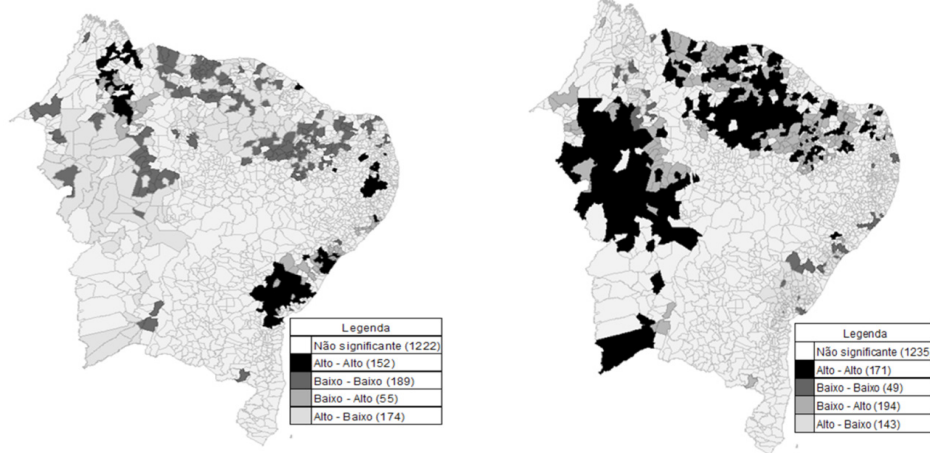
cacau articula-se com a produção de subsistência e recentemente surgiram sistemas baseados em cultivos mecanizados e/ou irrigados (hortifrutícolas, forragens, entre outros), nos vales (particularmente do rio São Francisco) e nos cerrados, estimulados pelas políticas públicas. E a produção de autoconsumo que é amplamente difundido no Nordeste, em particular nos agrestes e sertões.

Foram realizadas análises bivariadas em relação ao número de mulheres ocupadas na agricultura familiar com as outras variáveis explicativas, por exemplo, a direção da propriedade familiar e escolaridade (fundamental, médio e superior) para mulheres e homens. Também foram feitas análises bivariadas entre as variáveis das atividades com as atividades agrícolas, não agrícolas e a combinação de ambas, neste caso somente para as mulheres. Estas análises bivariadas apresentaram os quatro tipos de padrões espaciais de clusters: Alto-Alto, Baixo-Baixo, Baixo-Alto e Alto-Baixo.

Assim, foi descrito e analisado o comportamento de cada variável explicativa para os quatro *Clusters* (AA, BB, AB e BA), analisou-se com mais detalhes os *clusters* do tipo AA (Alto-Alto) e BB (Baixo-Baixo), que apresentaram autocorrelação espacial com até 5% de significância estatística. Essa análise foi feita sobre cada variável independente, pois permitiu verificar as áreas de coincidência, o que melhora a comparação entre as variáveis significativas. A análise foi realizada para as mulheres ocupadas e os homens ocupados. Nesse caso, para os homens restringiu-se a analisar somente duas variáveis, como a de direção do estabelecimento e a escolaridade, por meio dos mapas de *clusters* AA, BB, BA e AB.

Os municípios que têm números mais elevados de mulheres ocupadas na agropecuária familiar no Nordeste estão rodeados por municípios que apresentam número maior de mulheres na direção do estabelecimento (DM) no estabelecimento, que é o caso dos *clusters* tipo AA, observado na Figura 4, pode-se dizer que há uma similaridade espacial, sendo que parece muito razoável que isto ocorra, a maior concentração de mulheres nos estabelecimento familiares contribuem para elas também estarem dirigindo a propriedade. Como foi possível notar, há um baixo número de municípios por DM nos estabelecimentos agropecuários familiares, mas devemos lembrar que está acima da média nacional.v

Figura 4 - Mapa de *clusters* para as mulheres ocupadas em dados absolutos bivariados pela variável da direção dos estabelecimentos por mulheres e por homens para os municípios no Nordeste do Brasil.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Na análise bivariada da direção dos estabelecimentos familiares por mulheres e mulheres ocupadas apresentaram *clusters* tipo AA para 152 municípios, com maior representatividade nos estados Bahia (40) e do Maranhão (31). Os *clusters* Baixo-Baixo são representados por 189 municípios. Nos *clusters* AB equivalem a 174 municípios o que significa que municípios com ocupação de mulheres alta, mas com baixa direção os estabelecimentos, estas regiões são representadas pelos Sertões cearenses, no Sudoeste do Piauí e no extremo Oeste baiano.

Já para a ocupação de homens em relação à direção do estabelecimento familiar por homem para os *clusters* AA os estados destaques são a Bahia (8), Maranhão (30), Piauí (31), Ceará (38), Paraíba (6) e Rio Grande do Norte (14). Nos *clusters* tipo BB os estados são Maranhão (13), Paraíba (8), Alagoas (12), Sergipe (10) e Bahia (14). Podendo observar que pela tipologia AA para os homens é mais frequente nos municípios em que há uma alta ocupação de mulheres, mas baixa direção dos estabelecimentos (AB) para as mulheres, as regiões destaques para os homens foram os pelos Sertões cearenses, no Sudoeste do Piauí e no extremo Oeste baiano.

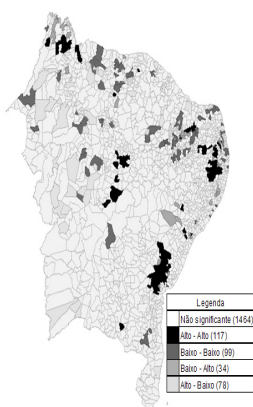
Como apresentado pela Figura 3, o número de mulheres ocupadas é maior nos municípios que apresentam a atividade da agricultura familiar, mas com menor representatividade em relação à direção dos estabelecimentos. Este tipo de distribuição também foi verificado em

Caumo (2012), para a região Sul, o número de mulheres na agricultura familiar era maior, mas com pouca representatividade para a direção dos estabelecimentos familiares. Para Alves (2011), a direção dos estabelecimentos agropecuários nordestinos para os de homens é bastante significativa, com 84%, enquanto, para as mulheres é apenas de 16%. Mas que quando comparado na média nacional à região nordeste se destaca. Para a média nacional o total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, 4.519.265 (87%) são dirigidos por homens e apenas 656.228 (13%) são dirigidos por mulheres.

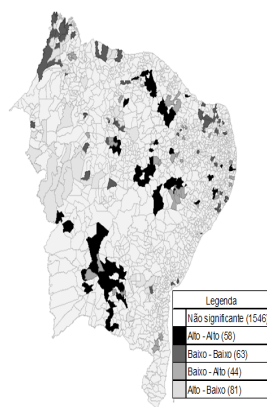
Além da análise da direção dos estabelecimentos entre os sexos também foram feitas análises bivariadas as mulheres ocupadas na agricultura familiar e a escolaridade: ensino fundamental, médio e superior. O objetivo de analisar este tipo de variável está relacionado com o potencial de desenvolvimento rural, e, além disso, a escolaridade tem importante papel para aumentar a equidade de gênero, e, assim, mudar de contexto social de subordinação para uma relação da divisão de responsabilidades mais igualitária.

Figura 5 - Mapa de *clusters* para as mulheres ocupadas pelas variáveis bivariadas de ensino fundamental, médio e superior das mulheres no Nordeste do Brasil.

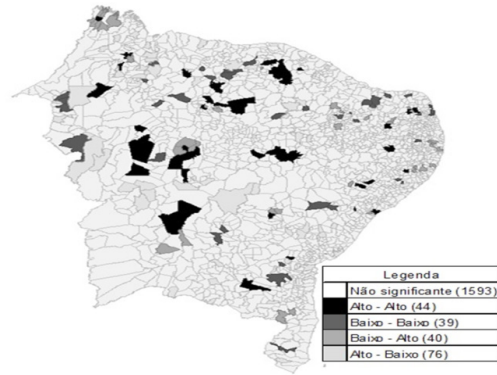
Ensino Fundamental



Ensino Médio



Ensino Superior



Fonte: Resultado da pesquisa.

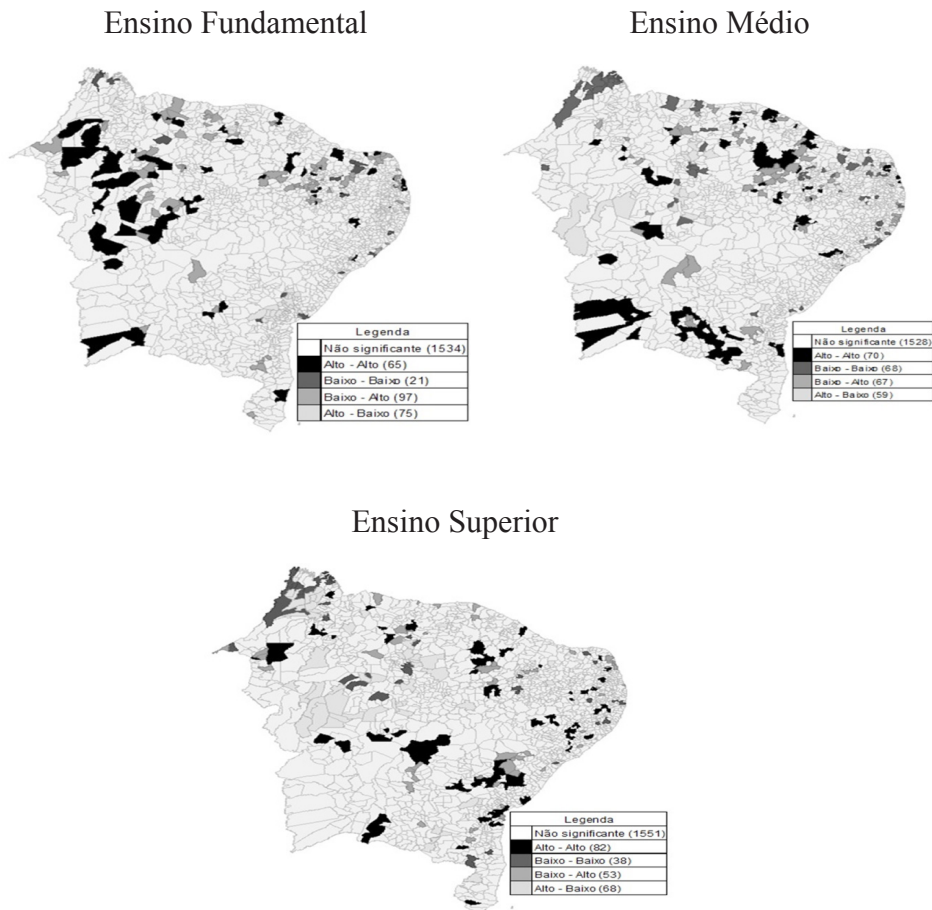
Para a escolaridade da mulher observou maior número de municípios que não há significância, ou seja, não há similaridade espacial entre as duas variáveis. Como puderam ser observados para o ensino fundamental representado apenas por 117 municípios na tipologia AA, ou seja, em que apresentam um grande número de mulheres ocupadas com uma alta escolaridade fundamental, representada pelos estados do Maranhão (15), Piauí (14), Ceará (10), Paraíba (20), Pernambuco (13), Sergipe (15) e Bahia (30), representada, respectivamente, pelas regiões dos estados do Norte maranhense, Sudeste e Sudoeste do Piauí, no Agreste da Paraíba, Agreste Pernambuco, Nordeste do Sergipe e Centro Norte da Bahia.

Na escolaridade de ensino médio para as mulheres como verificado pela autocorrelação global não é significativa, o que denota também o baixo número de municípios com escolaridade de ensino médio, como observado por aproximadamente pelos 1546 municípios não significativos. Para a tipologia AA na escolaridade de ensino médio o que observou foi poucos municípios com representatividade com apenas 58 municípios, representados pelos estados do Bahia na região do Centro-sul e Vale São-Franciscano da Bahia, Agreste e Sertão pernambucano, Sudeste do Piauí, Agreste e Noroeste do Ceará e, no Sudeste do Piauí.

Para o ensino superior o número de municípios não significativos foi ainda maior, representado por 1593 municípios, o que também pode ser observado pelas tipologias AA e AB com poucos municípios. Os estados que mais se destacam na tipologia AA são os estados que apresentam maior número de municípios por extensão territorial como no caso da re-

gião do Centro Sul baiano, Sudoeste e Sudeste do Piauí, Sertão Pernambucano e Noroeste do Cear.

Figura 6- Mapa de *clusters* para os homens ocupados pelas variáveis bivariadas de ensino fundamental, médio e superior dos homens no Nordeste do Brasil.



Fonte: Resultado da pesquisa.

Na análise bivariada de homem ocupado na agricultura família e a escolaridade de ensino fundamental dos homens para tipologia AA apresentou um baixo número de municípios entre os estados do Nordeste, como pôde ser verificado pela representatividade de 65 municípios, entre o Maranhão (16), Piauí (20), Ceará (3), Paraíba (8), Rio Grande do Norte (10),

Bahia (5), Sergipe (1) e Pernambuco (2). Na tipologia BB foi representado por 21 municípios entre os estados em que apresentam menor número de mulheres ocupadas o que evidencia que quanto menor o número de mulheres nos estabelecimentos menor o número da escolaridade também dos homens.

Para a escolaridade dos homens de ensino médio foi observado também, número expressivo de municípios não significativos com 1528 municípios, valor muito próximo ao da escolaridade das mulheres. Para a tipologia AA são representados por 70 municípios, no BB 68 municípios. Os estados que mais se destacam nesta visualização continuam os que apresentam uma extensão territorial maior como no caso das regiões do Centro Sul baiano, Sertões cearenses e Sudoeste do estado do Piauí. A escolaridade do ensino superior, como esperado e, também foi observada para as mulheres o meio rural nordestino, apresentou um menor número de municípios significativos para a escolaridade formal, como observado por todos os níveis de educação fundamental, médio e superior.

De acordo com Alves (2011), o comparativo entre os sexos nota-se que na região Nordeste a grande maioria das pessoas que possui algum nível de escolaridade é do gênero masculino, o que implica uma maior qualificação e preparação para o mercado de trabalho. E que a sociedade encarrega à mulher as funções domésticas, onde esta se divide nos afazeres do lar, na responsabilidade materna, formação dos filhos e trabalhos secundários para o sustento e complementação de renda familiar.

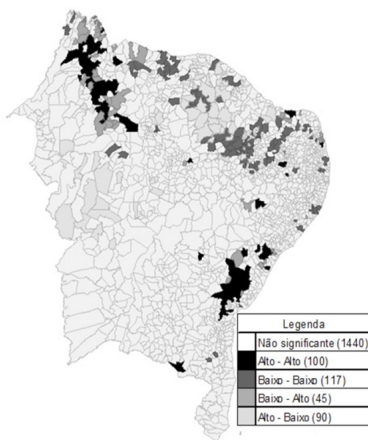
Barreto, Gaspar e Araújo (2009) indicam que a variável educação é o principal determinante da desigualdade de rendimentos na área rural do Nordeste do Brasil. Os anos analisados de 1995 e 2005 a baixa escolaridade das pessoas ocupadas na área rural nordestina explicam, respectivamente, 31,47% e 48,92% da desigualdade, o que dá indícios da importância da educação para explicar a desigualdade é mais elevada no Nordeste do que no país como um todo.

Os aumentos da participação das mulheres ocupadas fora dos estabelecimentos complementam a renda familiar e isso se deve, principalmente, à falta de espaço para muitas mulheres dentro do estabelecimento agrícola e por exercerem uma atividade que não é reconhecida pela família. Dessa maneira, procura-se evidencia se esse fenômeno acontece em determinadas regiões e se apresentam significância para as variáveis das atividades fora do estabelecimento agropecuário na atividade agrícola (PLUAM), não agrícola (PLUNM) e na combinação das atividades agríco-

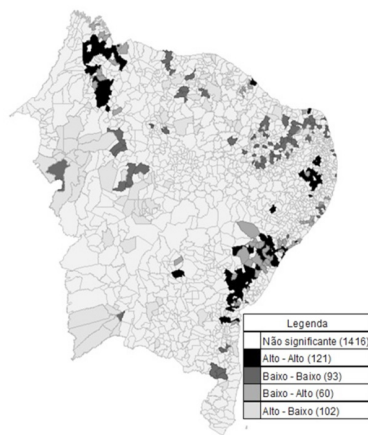
las e não agrícolas (PLUANM), conforme a Figura 7¹⁴.

Figura 7 – Mapa de *clusters* para as mulheres ocupadas na correlação bivariada pelas variáveis das ocupações fora do estabelecimento, cov vmo as atividades agrícolas, não agrícolas e a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas no Nordeste do Brasil.

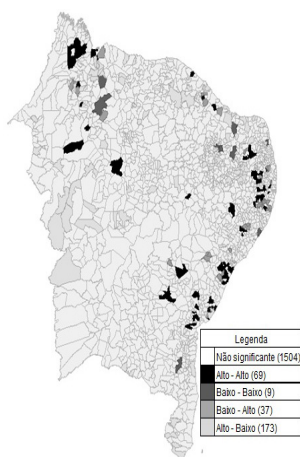
Pluriatividade na Atividade Agrícola



Pluriatividade na Atividade Não agrícola



14 A Figura 7 é a única que não irá analisar a participação dos homens nas atividades exercidas fora dos estabelecimentos familiares. A intenção em utilizar apenas dados das mulheres foi o de evidenciar se há alguma relação com a baixa ocupação das mulheres no meio rural nordestino, com as atividades exercidas fora da propriedade.



Fonte: Resultado da pesquisa.

Para a variável das mulheres ocupadas em relação às atividades exercidas fora do estabelecimento nas atividades agrícolas, a tipologia AA apresentou 100 municípios, sendo que aproximadamente 50% destes municípios foram representados pelos estados do Maranhão (30) e Bahia (27). Também foi verificado pela tipologia BB, com 117 municípios.

Já para a variável de exercer a atividade não agrícola fora dos estabelecimentos o número de mulheres na tipologia AA é maior aproximadamente 121 municípios, entre os estados do Maranhão (35), Bahia (37), Sergipe (15), Paraíba (15), Alagoas (10) e Ceará (9). O que também pode ser verificado pela tipologia BA com 61 municípios, evidenciando que mulheres que não tem ocupação no meio rural buscam alternativas como no caso da pluriatividade. E na última variável analisando a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas a tipologia AA observaram 66 municípios. Já para a tipologia BB com municípios nove municípios representados.

O que foi observado na Figura 7, é que há um baixo número de municípios representativos para as atividades exercidas fora da propriedade familiar para as mulheres, representado pelo alto número de municípios não significativos. Um dos fatores a isso pode estar relacionado com a o baixo nível de escolaridade, segundo Ney e Hoffmann (2009), o desempenho educacional é considerado um condicionante importantíssimo para a obtenção de empregos com maiores salários no setor industrial e no de

serviços e para a realização e o sucesso de atividades não agrícolas em empreendimentos outrora voltados apenas à produção de bens primários. Uma alternativa para a redução da pobreza no campo consiste, cada vez mais, no abandono do setor agrícola e busca por ocupações industriais e de serviços. De acordo com Ney e Hoffmann (2009), os motivos podem ser pelo fato do setor agrícola gerar cada vez menos empregos, bem como o nível de desigualdade de renda na agricultura, e conseqüentemente, as rendas oriundas das atividades não agrícolas podem complementar o rendimento familiar dos agricultores com pouca ou nenhuma terra.

O fenômeno da pluriatividade observada para o Nordeste tem apresentado resultados diferenciados do restante do país, como no relatório de pesquisa apresentado pelo IPEA (2013), em que a região Nordeste é representada por 37% (907.489) dos estabelecimentos agropecuários exercem a pluriatividade. Para agricultura familiar e agricultura não familiar, verificou-se que na primeira categoria a razão entre a participação masculina e a feminina na direção dos estabelecimentos é de 86,6% para 13,4%, respectivamente, ao passo que na segunda categoria esta razão é de 93% para 7%. Os autores argumentam que a explicação para isso talvez esteja no fato de que os homens, sobretudo na região Nordeste, frequentemente trabalham em atividades não agrícolas temporárias e permanentes fora do estabelecimento agropecuário, ou inclusive migrem para outras regiões do país, principalmente para o Sudeste, o que faz com que a esposa seja responsável pelas atividades produtivas. Schneider (1994) indicou que este fenômeno da permanência das esposas na produção agrícola pode ser designado de “feminização do trabalho rural”, em uma referência às mudanças na posição e no papel das relações de gênero ocasionadas pela pluriatividade.

Este resultado também evidenciou alguns comparativos com a região Sul do país, Caumo (2012), observou que a variável pluriatividade era exercida em municípios que a mulher representava baixa ocupação, e nas regiões mais tradicionais, mas que o nível de escolarização para elas era maior. Revelando pelas formações dos *clusters* AA, BB, AB e BA, quanto menor é o número de municípios com as mulheres ocupadas, maior é o número de municípios em que as mulheres exercem alguma atividade fora da propriedade. Em consequência do número de municípios com mulheres ocupadas ser baixo, a atividade que apresenta maior número de municípios onde há mulheres exercendo alguma atividade fora da propriedade foi a não agrícola (PLUNM), fenômeno que pode ser justificado, segundo Nas-

cimento (2002), Schneider (2003) e Souza, Staduto e Nascimento (2011), em razão de as atividades exercidas pelas mulheres fora da propriedade estão cada vez mais significativas e em atividades não agrícolas, e grande parte estão ocupadas nos serviços domésticos.

Considerações finais

Este trabalho examinou a ocorrência da distribuição das mulheres ocupadas na agricultura familiar no Nordeste do Brasil, considerando uma perspectiva de gênero. O período de análise foi o do ano de 2006 pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desagregado por municípios nos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Foi possível verificar em quais municípios a distribuição ocorre com maior frequência, com a aplicação do método de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) para medir o grau de correlação entre as variáveis bivariadas. Esta pesquisa pretendeu ser, a partir de outro ponto de vista, uma contribuição para os estudos sobre o trabalho das mulheres.

Os dados utilizados na AEDE foram utilizados em forma da ponderação de taxas, tanto para as variáveis univariadas quanto para as bivariadas. As variáveis utilizadas no trabalho foram: direção do estabelecimento familiar por mulheres e homens, a escolaridade para os níveis fundamental, médio e superior (homens e mulheres), as atividades exercidas fora da propriedade como atividade agrícola e não agrícola, e, ainda, a combinação da atividade agrícola e não agrícola das mulheres.

Primeiramente, foi apresentada a distribuição das mulheres e dos homens ocupados na agricultura familiar, revelando que os homens ocupados estão em maior número na agricultura familiar, neste setor agropecuário é que a divisão sexual do trabalho ficou mais evidente. Em seguida, a distribuição das mulheres ocupadas na agricultura familiar mostrou que os municípios que apresentam o maior número de mulheres ocupadas estão localizados em regiões em que a maior número de propriedades familiares, como, por exemplo: regiões dos Sertões cearenses, no Sudeste e Sudoeste do Piauí e no extremo Centro-Sul baiano.

Os indicadores do *I* de Moran de autocorrelação espacial, que indicam a autocorrelação positiva das mulheres ocupadas nas análises univariadas, revelam que os municípios com altos (ou baixos) números de mulheres ocupadas estão circunvizinhos por municípios com números de mulheres ocupadas também altos (ou baixos), constatando que a loca-

lização espacial dessas mulheres ocupadas interfere na divisão presente na agricultura familiar dos ocupados. As formações de *clusters* visualizam essa dinâmica, demonstrando onde acontece a associação espacial. Os *clusters* do tipo alto-alto (AA), de uma forma geral, mostram que as mulheres ocupadas estão localizadas nas regiões dos Sertões cearenses, no Sudeste e Sudoeste do Piauí, Centro-Sul da Bahia e no Agreste Paraibano. A formação de *clusters* tipo baixo-baixo (BB) estavam localizadas, principalmente, nas regiões do Sul baiano, na Mata pernambucana, Leste Alagoano, Sertão Paraibano e no Rio Grande do Norte.

Quanto às análises das mulheres ocupadas na agricultura familiar do Nordeste do Brasil, das análises univariadas são poucas as mulheres ocupadas, em média 32% para 68% de homens ocupados. A direção dos estabelecimentos, também revela um menor número de municípios para as mulheres. Isso faz inferir que alguns direitos conquistados pelas mulheres, como o direito à posse da terra, pode reverter ou amenizar esse tipo de problema, assim como o poder de decisão nas relações familiares também pode reverter essas diferenças.

Outro ponto que o presente trabalho evidenciou é que as mulheres e os homens apresentam uma baixa escolaridade que estava localizada nas regiões consideradas mais pobres dos estados, como no caso dos Sertões e Agreste dos estados analisados. E, mesmo apresentando uma baixa escolarização são os homens que se destacam, e são eles os mais aptos para conseguir uma atividade fora dos estabelecimentos. Denotando um número menor de municípios que as mulheres ocupadas em relação às atividades exercidas fora da propriedade.

Referências

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M.I.B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/ UNICAMP, CEDEPLAR/ UFMG, 2000. p. 347-366.

ALMEIDA, E.S.; HADDAD, E.A.; HEWINGS, G.J.D. **The spatial pattern of crime in Minas Gerais: an exploratory analysis**. Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP – NERUS. São Paulo, 2003, p.1-27.

ALMEIDA, E.S. de. **Curso de econometria espacial aplicada**. Piracicaba, SP: ESALQ-USP, 2004.

ALMEIDA, E.S. Função de produção agropecuária espacial. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, 2005, Ribeirão Preto. In: **Anais...**, Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) 2005.

ALMEIDA, E. S.; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil?. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.46, n.1, p.31-52, jan/mar, 2008.

ALMEIDA, E. S.; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C.; FARIA, W. R. **O fator agora é Lula na eleição de 2002**. Juiz de Fora, MG: CMEA/FEA/UFJF, 2007. Mimeo.

ALVES, E; MARRA, R. A persistente migração rural-urbano. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.18, n.4, p.5-17, out./nov./dez., 2009.

ALVES, H.C.R. Condição do produtor na direção dos estabelecimentos agropecuários no Nordeste. **Informe Rural Etene**. Ano 5, n.11, 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/ire_ano5_n11.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2015.

ALVES, E.; SOUZA, G.S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.20, n.2, p.5-22, 2011.

ANSELIN, L. **Spatial econometrics: methods and models**. Boston: Kluwer Academic, 1988. 284 p.

ANSELIN, L. Local indicators of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, Ohio (USA), v.27, n.2, p.93-115, 1995.

BUAINAIN, A.M.; GUANZIROLI, C.; MEIRELLES, H. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. Congresso da SOBER, 2004, Cuiabá. In: **Anais...**, Cuiabá, 2004.

BARRETO, F.; GASPAR, D.; ARAÚJO, J. A. **Determinantes da desigualdade de renda em Áreas Rurais do Nordeste**. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza / CAEN / UFC, 2009. Ensaio sobre Pobreza,

18. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1453>>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

BRUMER, A. A previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n.7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v.12, n.1, p.205-227, jan./abr. 2004.

CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S.; CRUZ, O. G.; CORREA, V. **Análise espacial dos geográficos**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São José dos Campos/SP, 2000.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão n.621).

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1335).

CAUMO, A.J. **Análise espacial da distribuição das mulheres ocupadas: nas famílias rurais no Sul do Brasil uma Perspectiva de Gênero**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2012.

CRUZ, M.H.S. Questões sobre cidadania, trabalho e gênero. **Cadernos UFS Serviço Social**, Aracajú, v.10, UFS, 2008.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil Curso de Gênero 2001. Disponível em: <<http://www.agende.org.br>>. Acesso em: 8 fev. 2011.

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002. 501 p.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v.12, n.1, p.175-204, jan./abr. 2004.

EVANGELISTA, F. R. **A Agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, 2000.

GUILHOTO, J. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007. In: **Anais...**, 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2408072>. Acesso em: 20 de jan. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.9, p.1-28, jan./jun. 2006.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?**. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques.** – Brasília: MDA, 2009.

INSTRAW. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: Uma abordagem básica**. Brasília, DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de pesquisa. **Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/5.pdf>>. Acesso em: 20 mar. de 2015.

MAGALHÃES, R.S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47 n.1, Jan./Mar., 2009. MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Debate 9, Brasília/DF, 2005.

MEYER, D. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.57, n.1, p.13-18, jan./fev. 2004.

PEROBELLI, F. S.; ALMEIDA, E. S.; ALVIM, M. I. S.; FERREIRA, P. G. C. A. Análise espacial da produtividade do setor agrícola brasileiro: 1991-2003. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 43, 2005, Ribeirão Preto. In: **Anais...**, Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2005.

PEROBELLI, F. S.; ALMEIDA, E. S.; ALVIM, M. I. S. A.; FERREIRA, P. G. C. **Produtividade do setor agrícola brasileiro (1991-2003): uma análise espacial**. Belo Horizonte, MG: Nova Economia, 2007.

PINHEIRO, M. A. **Distribuição espacial da agropecuária do Estado do Paraná**: um estudo em função de produção. Maringá, 2007, 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2007.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Brasília, v.3, n.24, p.106-132, set./dez. 1994.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A.; STADUTO, J. A. R. Análise das ocupações e rendimentos de homens e mulheres nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2007. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v.29, p.259-284, 2011.

STADUTO, J. A. R.; MALDANER, I. de S.; JONER, P. R. Uma avaliação do mercado de trabalho nas duas grandes regiões paranaenses: metropolitana e do agronegócio. XLII Congresso de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá - MT. In: **Anais...**, Cuiabá/MT, 2004.

STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. do; WADI, Y. M. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais paranaenses. V Encontro de Economia Paranaense, 2007, Curitiba. In: **Anais...**, Curitiba, 2007.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuardenos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colômbia), v.10, p.91-115, 2013.

QUINTELA, M.D.; ALVES, J.E.D.; SILVA, D.B. N. A pobreza no nordeste brasileiro em 2000 e 2010: uma aplicação do índice de pobreza multidimensional PNUD/ONU. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2013, Foz do Iguaçu. In: **Anais...**, Foz do Iguaçu, 2013.

AVALIANDO AS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DO TERRITÓRIO RURAL DO PONTALDO PARANAPANEMA¹

Luís Antonio Barone²

Anderson Antonio Silva³

Everaldo Santos Melazzo⁴

Resumo: Este artigo analisa as instituições voltadas para o desenvolvimento territorial rural presentes no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo). Com o reconhecimento da chamada abordagem territorial do desenvolvimento, o governo federal, notadamente a partir de 2003, desenvolve um conjunto de programas e estratégias que desenharam no país novos territórios. A partir de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, com aporte de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), foram construídos indicadores que avaliam as capacidades institucionais instaladas nos territórios, sobretudo aquelas de base municipal. Oito indicadores foram testados no território do Pontal do Paranapanema: gestão do colegiado, capacidades organizativas, serviços institucionais disponíveis, instrumentos de gestão, mecanismos de solução de conflito, infraestrutura institucional, iniciativas comunitárias e participação. O índice de capacidades institucionais se apresenta no nível intermediário, constatando-se a existência de instituições voltadas para o desenvolvimento rural, mas com baixa incidência nos contextos rurais do território.

1 Este artigo é uma versão modificada e mais completa de trabalho apresentado no 5º. Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em Belém (PA), de 03 a 06 de junho de 2012.

2 Sociólogo, Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente).

3 Geógrafo, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP e Docente da Fatec de Presidente.

4 Economista, Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente (FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente).

Palavras-chave: capacidades institucionais, desenvolvimento territorial rural, Pontal do Paranapanema.

Abstract: This article analyzes the institutions devoted to rural territorial development present in the territory of the Pontal do Paranapanema Citizenship (west of São Paulo). With the recognition of so-called territorial approach to development, the federal government, especially since 2003, offers a wide range of programs and strategies designed in the country new territories. From a research project funded by CNPq, with allocation of funds of the Territorial Development Secretariat (SDT / MDA), indicators were constructed to assess the institutional capacity installed in the territories, especially those of municipal base. Eight indicators were tested in the Pontal do Paranapanema region: collegiate management, organizational capabilities, available institutional services, management tools, conflict resolution mechanisms, institutional infrastructure, community initiatives and participation. The index of institutional capacities is presented at the intermediate level, confirming the existence of institutions devoted to rural development, but with low incidence in rural contexts of the territory.

Key-words: Institutional Capacities, Territorial Rural Development, Pontal do Paranapanema.

Introdução

A abordagem territorial para as políticas de desenvolvimento rural, conquanto seja uma realidade no país, não deixa de ser objeto de análise crítica. Este estudo busca, especificamente, encetar algumas considerações acerca da principal ação de desenvolvimento territorial rural gerida pelo governo federal, a partir dos dados coletados e sistematizados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário. As propostas de abordagem territorial do desenvolvimento rural, embora apresentada teoricamente ao país nos anos 1990, apenas no início do Século XXI passam a animar ações (programas e projetos) do governo federal brasileiro.

Desde o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), o Brasil conta com políticas públicas de desenvolvimento rural baseadas numa abordagem territorial. O programa “Territórios Rurais” (PRONAT)⁵, sob

⁵ O Pronat foi uma iniciativa ousada ao buscar desenhar/circunscrever territórios de iden-

responsabilidade da então criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) passou a contar, recentemente, com um Sistema de Gestão Estratégica (SGE), um importante banco de dados com o objetivo de construir indicadores de percepção e impacto dos seus projetos. Este artigo se situa no contexto de construção desses indicadores, utilizando os dados coletados no primeiro ciclo de pesquisas realizado no estado de São Paulo. Discute-se os indicadores de capacidades institucionais e gestão do colegiado territorial para o território do Pontal do Paranapanema, como forma de entender/interpretar a disposição dos agentes e das agências voltadas para o tema do desenvolvimento rural regional. Os dados coletados para o SGE possibilitam uma leitura, que deve ser procedida criticamente, dos limites e possibilidades desse jogo de forças estabelecido no contexto em tela.

A realidade regional do Pontal do Paranapanema - extremo oeste paulista - apresenta, sem dúvida, grandes desafios para um desenvolvimento sustentável e substantivo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999). Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação daquele território, seu desenvolvimento econômico sempre esteve diretamente ligado aos empreendimentos agropecuários ali instalados. Primeiro, o café, depois o algodão e – a partir dos anos 1970 – a exploração da pecuária extensiva de corte, culminando, mais recentemente, com a introdução e generalização da cultura canavieira.

Ressalvando pequenas intervenções oficiais, sobretudo através de reassentamentos de população atingida pelo impacto de barragens, somente a partir dos anos 1990 é que essa região irá ser palco de abrangentes iniciativas de assentamento rural do Estado, publicamente reconhecida, a partir de então, pelos conflitos fundiários e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1996). Mais de cem projetos de assentamentos e milhares de famílias assentadas: esta é a população-alvo das políticas da SDT/MDA no Pontal, ao lado de milhares de produtores familiares tradicionais, cuja regularização fundiária só aconteceu na década passada. Região com forte

tidade e tomá-los como base para a discussão e implementação de projetos de desenvolvimento rural. A constituição de colegiados territoriais, reunindo os atores relevantes em cada contexto, além de garantir representatividade, busca gerar/ampliar o capital social e promover melhor qualificação em termos de gestão das ações, sob o controle dos próprios interessados.

presença do capital pecuário de corte, a chamada “terra do Nelore mocho” convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária (novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos) e com uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. A presença do MST e de outros movimentos de trabalhadores rurais, pressionando pela cessão de terras para assentamentos, só torna mais instável essa situação.

Neste sentido, projetos de desenvolvimento regional que ignorem a massiva presença de produtores assentados – como as iniciativas levadas a cabo pelo governo estadual nos últimos anos⁶ – estão fadados claramente ao fracasso, além de revelarem características extremamente conservadoras, ao menos com relação às conhecidas iniquidades sociais que marcam a estrutura social e econômica do país.

Com uma importância demográfica e social inegável, as milhares de famílias assentadas estão à margem dessas alternativas de “desenvolvimento”. Ao longo desses anos, os trabalhadores rurais beneficiários dos Projetos de Assentamentos, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma significativa para as economias locais, mas muitas vezes deficitária para os assentados, sobretudo a partir do incremento da exploração da pecuária leiteira. Dada a importância da população assentada para os municípios mais atingidos pela ação reformista do Estado, o destino dos Projetos de Assentamentos representa um dilema e um desafio para as políticas públicas. A figura 1 (abaixo) representa o território dividido entre seus 32 municípios, com destaque para a presença dos assentamentos em cada um deles.

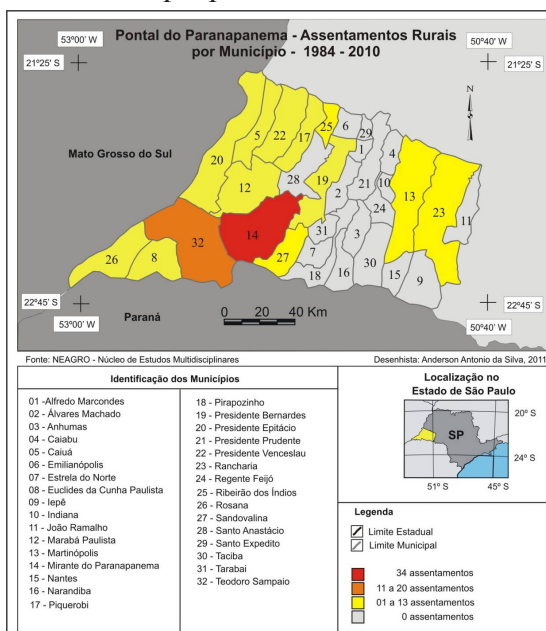
Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica e social do território, sem dúvida, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista (FERRANTE, BARONE, BERGAMASCO, 2008).

Para os projetos de assentamentos implantados no Pontal do Paranapanema, a ação do MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento

6 Tratando-se de uma região de terras devolutas, a iniciativa mais imediata de intervenção fundiária cabe ao governo estadual. De fato, nos anos 1990 (sobretudo nos governos Mário Covas – 1995/1998 e 1999/2000) houve ações importantes no sentido de apoio à reforma agrária na região. No decorrer dos anos 2000, no entanto, os sucessivos governos estaduais mudaram o eixo das suas intervenções, deixando de privilegiar a arrecadação de terras e subsequente assentamento de trabalhadores.

Territorial e do Programa Territórios Rurais, possibilitou, mais do que o reconhecimento dessa população como prioritária para uma política de desenvolvimento regional, espaços de participação e negociação institucionalizados, garantindo aos assentados e produtores familiares tradicionais condições de se legitimarem através do diálogo com os Poderes Públicos - numa relação diferente do tradicional e subserviente clientelismo - e aprimorarem suas demandas, qualificando seus projetos e lideranças num debate acerca de um desenvolvimento substantivo.

Figura 1. Mapa dos municípios que compõem o território do Pontal do Paranapanema – com destaque para os assentamentos rurais.



Breve discussão sobre o tema do desenvolvimento territorial rural

A abordagem territorial para as políticas de desenvolvimento tem sua origem em estudos acadêmicos nos anos 1990, logo sendo incorporada pelo discurso oficial – neste período, sublinha-se, sem conseqüências práticas nas ações governamentais. Essa tendência, marcada por estudos sobre redes institucionais “*que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade*”(ABRAMOVAY, 2003, p. 84), não encontrou dificuldade para ser inserido em documentos oficiais, já na gestão FHC (1995 – 2002).

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência “é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade – um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES, MACEDO, 1999, p. 43).

Quando essa discussão se volta para a realidade dos assentamentos rurais, podemos citar o debate de anos atrás sobre a questão da descentralização das experiências de assentamentos. Esse processo, incipiente e inconstante, buscava retirar encargos do governo federal, sobrecarregando – muitas vezes sem contrapartida definida - as Prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos P.A.s. No âmbito federal, nesse período, essa problemática começa a aparecer através do debate acerca da “emancipação” dos assentamentos. Na época, teve significativa importância o chamado Projeto Lumiar, embora sua implementação - sobretudo no Estado de São Paulo - acabasse praticamente abortada. Ainda nesse período, mais especificamente a partir do governo transitório de Itamar Franco (1992-1994), algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passam a privilegiar a chamada agricultura familiar como “*linha estratégica do desenvolvimento rural*” (ABRA, 1994: p. 161). Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar Franco, o governo FHC aprofunda a atuação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF, ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nos últimos anos.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, a criação e fortalecimento de espaços de negociação e articulação de todas as instâncias do poder

público para elaboração e implementação de projetos específicos deveria receber apoio decisivo do governo federal.

Concomitantemente, o privilegiamento da esfera local (municipal e microrregional) é patente no discurso oficial. Trata-se de um “retorno ao território” como base de iniciativas para o desenvolvimento, em substituição a uma perspectiva setorial, ineficaz na promoção da sustentabilidade idealizada. Propostas do governo federal buscando essa direção já estavam presentes nos documentos oficiais desde os anos 1990. A importância da base local para o desenvolvimento sustentável dos P.A.s, propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias (termo, a partir de então, substituto do pouco eficiente e burocrático “convênio”) e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos, no entanto, não tiveram correspondência na efetivação de investimentos e projetos executivos.

Nota-se que essa nova abordagem pretendia dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente. No “*Novo Mundo Rural*” (1999) estimulou-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável - e de derivados Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis, sempre com a participação de técnicos dos órgãos federais e estaduais voltados para o desenvolvimento da agricultura e reforma agrária (INCRA, Secretarias Estaduais etc.).

São esses planos, elaborados localmente, que idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local bastante preciso sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

O enfoque local dado pelo “*Novo Mundo Rural*” levou a um minucioso detalhamento de ações a serem desenvolvidas localmente, muito maiores, por exemplo, do que as iniciativas de responsabilidade do governo estadual (uma das esferas do poder público realmente promotora de Projetos de Assentamentos). Se a mudança de governo nas eleições de 2002 fez caducar a vigência do documento citado acima, o mesmo não se pode dizer dos termos aos quais ele se refere no tocante à estratégia para o desenvolvimento dos assentamentos rurais – sobretudo a readequação do chamado “*enfoque territorial*”.

O desenvolvimento do “enfoque territorial” no MDA, hoje

A chegada de uma coligação de partidos liderada pelo PT ao governo federal dinamizou o MDA, ampliando seus instrumentos de ação. Apesar de críticas com relação ao encaminhamento da política de assentamentos (Oliveira, 2006; Sauer e Souza, 2008), o certo é que um conjunto de iniciativas acabou por conformar um campo institucional e ampliou-se o corpo técnico que possibilitou, dentre outras coisas, dar realidade política à abordagem territorial do desenvolvimento rural concebida no período anterior. A reativação da CONAB, a interiorização e reequipamento do INCRA (de notáveis conseqüências no Pontal do Paranapanema) e, por fim, a institucionalização e operação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em cujo bojo o Edital sobre Gestão de Territórios Rurais (implementador do SGE) se desenvolveu, são exemplos de um salto qualitativo na política de reforma agrária no Brasil, em curso desde 2004.

Se o número de novos assentamentos, descontadas as realocações e regularizações, não foi superior ao período FHC (OLIVEIRA, 2006), ou se aconteceu um “rebaixamento” do programa agrário de Lula, comparando-se as campanhas de 1989 e 1994 com a de 2002 (SAUER, SOUZA, 2008) - principais argumentos críticos acerca da política federal atual – um investimento muito mais decisivo na agricultura familiar (que abrange, como no caso do Pontal, os assentamentos) gerou resultados sociais e econômicos notáveis para esse segmento.

Para além desses resultados, que podem ser consignados na desonrosa rubrica de assistencialismo, a busca estratégica do governo federal pelo empoderamento desses sujeitos rurais, fomentando a organização de colegiados territoriais, nos quais essa população subalternizada (no caso regional abordado, sobretudo assentados rurais) pode conquistar sua emancipação, é prova de uma mudança de postura com conseqüências nada desprezíveis. A gestão de territórios rurais torna-se, portanto, estratégica para uma transformação política de longo alcance, no sentido de maior democratização política e econômica, justamente nas regiões mais carentes do país.

A recuperação do histórico das discussões acerca de uma mudança de perspectiva sobre o desenvolvimento rural, valorizando-se aquilo que se convencionou chamar de “abordagem territorial”, apenas revela o acúmulo teórico com o qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário pôde trabalhar a partir do início do governo Lula (2003), desenhando uma política de desenvolvimento territorial. A concorrência, de forma decisiva

neste período (governo Lula), de atores políticos comprometidos com a reforma agrária e a superação da pobreza rural crônica garantiu tanto um aprofundamento dessas discussões, como também a concretização de um programa federal para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, que passou a ser implementada a partir de 2004.

Segundo documento oficial do MDA, em sua primeira fase, o programa teve por objetivos “*promover e apoiar iniciativas das instituições representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural*” (MDA-S-DT, 2004, s/pág.). Para atingir tal meta, propôs-se: 1) o fortalecimento das redes sociais de cooperação dos territórios, com ênfase para aquelas que articulam assentados, agricultores familiares e populações tradicionais; 2) o planejamento e gestão social desses territórios; 3) iniciativas fomentadoras da diversificação e dinamização econômica e; 4) uma articulação entre várias políticas públicas, para que tal iniciativa alcance a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável - econômica, sócio-cultural, político-institucional e ambiental (MDA-SDT, 2004). A priorização regional dos territórios teve por base a atuação do MDA (por isso a valorização dos segmentos descritos acima), definindo “*territórios rurais*” como aqueles territórios nos quais “*explícita ou implicitamente*” apresenta-se a “*predominância de elementos rurais*”, mesmo compreendendo os espaços urbanizados das “*pequenas e médias cidades, vilas e povoados*” (ATLAS TERRITÓRIOS RURAIS, 2004, p.10).

A evolução do programa, com a implementação, em todo o país, de um número crescente de territórios prioritários para a atuação do MDA/SDT, com seus colegiados territoriais representativos e um sem-número de ações em desenvolvimento aponta, naturalmente, para a necessária sistematização de todas essas iniciativas, coletividades e demandas. Daí a formação do “*Sistema de Gestão Estratégica – SGE, que contribuirá com os processos de gestão de informação e conhecimento e a comunicação dentro dos processos e fluxos de decisão que compõem o complexo esquema da política de desenvolvimento rural com enfoque territorial*” (MDA/SDT, s/d., pág. 3).

Com o SGE, a SDT/MDA procura articular três tipos de atores, fundamentais para a qualificação da (auto)gestão da “*formulação, execução e controle social*” das políticas e projetos territoriais. O primeiro é o agente público estatal, conformado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial-S-

DT. O segundo grupo é composto pelos atores territoriais, a sociedade civil em projeção num dado espaço geográfico. Nesse grupo encontram-se os agentes públicos locais, regionais e federais e as organizações representativas, conformados no Colegiado Territorial, além das instituições parceiras e as bases de serviços. A partir deste nível, operam, também, as Células de Acompanhamento e Informação (CAI): por fim, o terceiro grupo de atores, que reúne os pesquisadores (a Universidade, portanto), outros gestores públicos e a população em geral.

Capacidades institucionais

A definição de capacidades institucionais utilizada neste texto é dada pelo documento⁷ de referência intitulado Sistema de Gestão Estratégica, publicado pela Secretária de Desenvolvimento Territorial, e que denife o termo como:

“as condições e recursos e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território - considerando seu arranjo político-institucional - e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos (BRASIL, 2011, s/p).

O Índice de Capacidades Institucionais (ICI), conforme elaborado pelo Sistema de Gestão Estratégica, comporta 8 indicadores. Destes, seis são referentes especificamente aos contextos municipais ou, mais restritamente, à ação das Prefeituras Municipais. Apenas os indicadores “gestão dos colegiados” e “participação” vão usar informações mais amplas – não fornecidas exclusivamente por agentes do poder público municipal.

O âmbito local, portanto, é especialmente importante para aquilo que metodologicamente o SGE constituiu como componentes do ICI. E isso pode ser comprovado, por exemplo, pelo fato de que a imensa maioria dos recursos de investimento liberados pela SDT (PROINF) tem as Prefeituras Municipais como proponentes e executoras. No contexto do Pontal do Paranapanema, as Prefeituras tem recursos limitados, porém buscam se qualificar para essa difícil mediação. Em termos econômicos, a

7 Documento disponível no endereço: http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf

região é caracterizada por uma forte polarização urbana, representada pela capital regional que é Presidente Prudente, município que concentra quase metade da população do território. Observa-se, também, que os municípios mais a leste, saindo do Pontal (vide figura 1), têm melhores condições de infraestrutura – notadamente a malha rodoviária – e acesso a mercados, por sua posição geográfica em direção a outras cidades médias do Estado.

Conforme pode ser verificado a partir do Quadro 1 e Figura 1, o Índice de Capacidades Institucionais - ICI⁸ do território do Pontal do Pontal do Paranapanema apresenta-se na faixa média (0,457), um pouco abaixo do que seria o centro da graduação do indicador (0,5). Esse índice “médio” acaba definindo o ICI de todos os 32 territórios pesquisados pelo SGE. No caso do Pontal do Paranapanema, pesa positivamente, nesse índice, as dimensões que avaliam mais a instalação e condições das estruturas institucionais (instrumentos de gestão, com 0,67; e infraestrutura institucional, com 0,71 - o mais alto valor desse indicador). Por outro lado, a avaliação da capacidade de “solução de conflitos” é a dimensão com o menor valor (0,30), seguida de perto pela avaliação dos “serviços disponíveis” (0,35) e a dimensão “participação” (0,38). A mais imediata tendência possível de ser deduzida desse conjunto é a de que, apesar de haver instituições voltadas para o desenvolvimento das populações rurais no Território, essas apresentam pouca eficiência ou funcionalidade. Em outros territórios, notadamente aqueles cobertos pelo SGE na região Sudeste⁹, haveria um maior déficit na estrutura institucional, notadamente aquela mantida pelas Prefeituras.

8 O índice de capacidades institucionais é obtido a partir de ponderação de variáveis levantadas em questionários específicos aplicados junto a agentes qualificados das Prefeituras Municipais, membros dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs) e beneficiários dos projetos de investimentos – PROINF.

9 No Sudeste, além do território do Pontal do Paranapanema (aqui analisado), o SGE cobre também mais quatro territórios rurais do Estado de Minas Gerais.

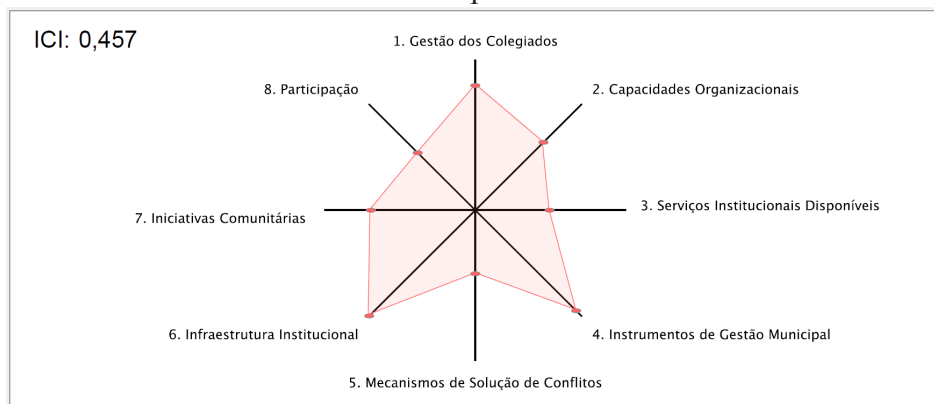
Quadro 1. Capacidades institucionais – Pontal do Paranapanema

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,457	Médio
1. Gestão dos Colegiados	0,593	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,457	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,352	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,676	Médio Alto
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,302	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,711	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,495	Médio
8. Participação	0,386	Médio Baixo

Legenda:
 0,00 - 0,20 = Baixo
 0,20 - 0,40 = Médio Baixo
 0,40 - 0,60 = Médio
 0,60 - 0,80 = Médio Alto
 0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica - SGE, 2011.

Figura 2. Biograma - capacidades institucionais - Pontal do Paranapanema



Fonte: Sistema de Gestão Estratégica - SGE, 2011.

Tendo em vista interpretar melhor as tendências apontadas pelo ICI, apresenta-se, a seguir, um exercício construído a partir do estudo dos Conselhos Municipais, avaliação das formas e instituições de Assistência Tecnológica e promoção de desenvolvimento econômico, bem como informações referentes à participação (todos itens constantes dos questionários aplicados para o banco de dados do SGE).

A institucionalidade governativa inaugurada pela Constituição de 1988 apresenta, como grande inovação, a busca por uma maior participação social, a partir do estabelecimento de um conjunto de novas estruturas consultivas assessorias aos Poderes Públicos. Os conselhos municipais são

produto direto desse novo ordenamento institucional.

Entre os diferentes Conselhos, chama a atenção a incontestável prevalência, nos municípios do Pontal, dos Conselhos de Saúde. No Pontal, 100% dos 32 municípios informaram que têm Conselhos de Saúde atuantes¹⁰. Um elemento importante para entendermos essa situação é o fato de que os Conselhos de Saúde têm funções deliberativas, para além de consultivas, sendo imprescindíveis para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas atribuições diferenciadas praticamente obrigam os municípios a terem Conselhos de Saúde.

Por outro lado, buscando uma comparação entre os conselhos mais diretamente vinculados ao tema do Desenvolvimento Territorial Rural, observa-se uma maior presença, no Território, tanto dos Conselhos de Meio Ambiente (90% dos municípios os têm) quanto dos Conselhos de Segurança Alimentar (existentes em 78% dos municípios)¹¹, frente aos 75% de atuação de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos municípios. No primeiro caso, cita-se um programa específico do governo estadual, intensamente difundido no Pontal, voltado para a questão ambiental (Programa “Município Verde”, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente), como elemento que dá certo destaque aos Conselhos Municipais do Meio Ambiente. Da mesma forma, políticas específicas, como a da merenda escolar, também estimulam conselhos como os de Segurança Alimentar.

Quando avaliamos esses mesmos números no contexto nacional, o CMDRS é mais prevalente nos municípios (também com 75%) que os conselhos do Meio Ambiente (46%) e de Segurança Alimentar (49%).

Quando se avalia o nível de controle que esses organismos exercem, considerando-se um universo de 661 municípios (em 31 territórios acompanhados), avalia-se, tanto na escala Pontal quanto no Brasil, que o nível de controle realizado pelos Conselhos Municipais é muito forte. Ressalta-se, como um possível viés de opinião, que as informações foram prestadas, majoritariamente, pelos próprios prefeitos.

10 Foi notável a informada ausência, nos municípios do Pontal, de “Conselhos da criança e adolescentes”. Avaliamos como hipótese, que os informantes preferiram não associar essa instituição (o Conselho Municipal, especificamente) aos conhecidos “Conselhos Tutelares” e/ou os Conselhos Municipais de Assistência Social, esses sim, bastantes presentes nos municípios.

11 Nota-se a distinção entre os Conselhos de Segurança Alimentar (bastantes presentes) e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (presentes em apenas 10% dos municípios). No entanto, consideramos que as atribuições desses dois órgão podem se sobrepor em inúmeras situações.

Alguns instrumentos, como o cadastro de imóveis por exemplo, fazem-se mais presente na região do Pontal do que nos demais territórios. As Prefeituras do Pontal que contam com Secretarias voltadas para o desenvolvimento rural, quase sempre têm (em 91% dos casos) quadros técnicos específicos.

Por outro lado, são apontados para o Pontal, uma baixa presença de serviços de apoio tecnológico para os produtores. Há uma discrepância entre esta última informação - altamente negativa, com 41% dos inquiridos respondendo que “*não existem instituições de prestação de serviços tecnológicos*” - e os mais de 90% de afirmações acerca da existência das Secretarias de Desenvolvimento Rural com quadros técnicos permanentes.

É possível que a subestimação se deva a um certo consenso de que faltam assistência e apoio tecnológico aos produtores rurais do território por parte dos poderes públicos Estadual e Federal. Pode-se, apenas apontando serviços públicos, enumerar, além das Secretarias Municipais, os Grupos Técnicos de Campo da Fundação ITESP, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI (ambos órgãos do governo estadual) e os escritórios técnicos do INCRA, como instituições promotoras de serviços técnicos para o desenvolvimento rural, presentes de forma relativamente abrangente no Pontal. No entanto, essa ambiguidade na informação pode, tão somente, ratificar a tendência, acima apontada, de que existe uma institucionalidade, mas ela não consegue ser eficaz na promoção dos serviços para o desenvolvimento rural.

Ainda sobre a estrutura institucional, é notável a relativamente baixa presença de secretarias de planejamento: pouco mais de 50% dos municípios do Pontal as têm, contra exatos 50% no levantamento feito para o conjunto dos territórios pesquisados pelo SGE.

Os dados revelam que, na solução de conflitos, a presença de prefeitos e vereadores têm um posição bastante legítima, o que aponta para a importância dos agentes do poder local na realidade da população estudada. As iniciativas sem apoio governamental que mais estão presentes no Pontal são os chamados “projetos sociais” – que mais mobilizam a ação comunitária (24% das ocorrências citadas), seguidos por iniciativas de caráter ambiental (22% das ocorrências citadas) e, somente então, projetos comunitários de produção (20% das ocorrências citadas). Paralelamente, ações da sociedade civil, no contexto “Brasil”, focam mais os âmbitos da produção (22% das ocorrências informadas), seguidas de perto por ações (projetos) sociais e culturais (ambos com 19% de citações). Como

prevalente no caso dos “projetos sociais”, as organizações religiosas detêm uma importante fatia da mobilização comunitária. Uma cada vez mais disseminada consciência ambiental, por sua vez, tem mobilizado a sociedade civil no Pontal, mais do que as iniciativas dos produtores rurais.

É significativo que no Pontal do Paranapanema, cujo território rural foi instituído muito em função da sua conflitividade social e do ativismo público do MST (Carter, 2009), pouquíssimas manifestações sociais ocorreram recentemente (em 6 municípios, ocorreram alguma manifestação de protesto). Uma possível subestimação dessa informação, devido a um viés dos informantes, se existe, não deturpa esse contexto de desmobilização civil (um “descenso da luta” na avaliação de lideranças do MST).

A integração institucional no território enfrenta vários desafios, além da muito conhecida “visão setorial”, pouco integrada territorialmente, da qual falam os estudiosos. Os bloqueios políticos do Pontal do Paranapanema, um contexto claramente dividido entre agricultura familiar (sobretudo a estabelecida pela reforma agrária) e movimentos sociais de um lado e os setores da agricultura patronal, de outro, compõem um desafio extraordinário para um projeto de desenvolvimento territorial homogêneo e consensual. Essa situação ajuda a caracterizar a baixa funcionalidade institucional, que apesar de sua complexidade, é a tendência mais evidente no biograma específico das “capacidades institucionais” (Ver Quadro 1 e Figura 2, acima).

A Gestão do Colegiado no Pontal

Os dados sobre gestão de colegiados é resultado da resposta de 40 questionários direcionados a membros das diferentes representações, entidades do poder público e da sociedade civil, que compõem o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema - CODETER. Analisar os dados sobre a gestão do colegiado territorial busca, neste estudo, integrar esse coletivo representativo dos atores territoriais às capacidades institucionais do território. A participação e os mecanismos de reunião e deliberação podem ou não ser vetores de ampliação de capital social, potencializando as capacidades institucionais do território.

A respeito da forma a partir da qual se realiza a seleção e a eleição dos membros do Colegiado no Pontal, 62,50% informaram que ela é feita por convocatória aberta para eleição de representantes; 55% por meio de

convite direto a organizações selecionadas e 35% por meio de convite pessoal. Boa parte dos entrevistados não se lembravam da data de criação do Colegiado, indicativo da frequência relativamente alta de renovação dos membros que participam do CODETER.

A participação dos distintos atores territoriais, em termos de sua capacidade de decisão aponta para a alta (nível 4) e muito alta (nível 5) capacidade de decisão para representantes da agricultura familiar, dos movimentos sociais, sindicatos e representantes de entidades colegiadas. Paralelamente o governo federal (capacidade “muito alta”) e os municipais (capacidade “alta”) também tem voz ativa no Colegiado, mais que os representantes do governo estadual, avaliados no nível “médio”. Essa diferença no empenho dos três níveis de governo pode ser explicado por dois fatores: 1) a identificação desse espaço como produto de um programa federal; e 2) o divórcio político entre os governos federal e estadual. Reitera-se que o colegiado territorial do Pontal convive com outro colegiado regional, composto por Prefeituras, hegemonizado por representantes políticos do governo estadual (União dos Municípios do Pontal - UNIPONTAL).

Alternadamente, “desenvolvimento agropecuário” e “projetos” estão entre a primeira e segunda posição nos temas mais abordados pelo colegiado. Nesta ordem, os problemas que mais prejudicam o desempenho do Colegiado, na opinião dos respondentes são: “baixa participação dos produtores”; “pouca participação dos gestores públicos”; “Colegiado não ser ouvido em outras instâncias” e “baixa capacidade técnica de avaliação”.

Em relação ao papel do Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial, 67,50% responderam que participaram das oficinas de discussão para sua formação; 60% da concepção e elaboração e 45% da revisão do diagnóstico. Quando questionados se foi elaborado algum documento que contenha a visão de longo prazo do território (visão de futuro), 42,50% respondeu que sim, 40% que não sabe e 17,50% que não. Ou seja, somando-se as porcentagens das variáveis “não sabe” e “não”, aferimos que mais da metade das pessoas (57,5%) que participam do Colegiado territorial do Pontal não têm conhecimento sobre tal documento.

Ao serem arguidos sobre o papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração da visão de futuro do território, 52,50% informou que “participou das oficinas de discussão para sua elaboração”; 47,50% “participou na concepção e elaboração” e 35% da “revisão do documento”.

Levando-se em consideração que os dados em análise tem como

origem os mesmos entrevistados, notamos que os dados revelam um paradoxo, pois, ao passo que 57,50% dos respondentes informaram não ter conhecimento sobre a existência de documento com a visão a longo prazo do território, verificamos, por outro lado, que 52,5% informaram que participaram das oficinas que deram origem a tal documento.

Há um imenso campo crítico com relação a essas ações de planejamento. Além desse constatado paradoxo de participação na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (ou PTDRS - o documento que traz a “visão de futuro” para o território), verifica-se, nos indicadores de avaliação dos projetos, que nenhum projeto de investimento realizado no Pontal estava previsto no referido plano. A eficácia dessa mobilização para o planejamento, como um estimulante da qualificação dos atores e aumento do capital social, fica como uma forte interrogação para os gestores do programa.

Do ponto de vista dos mecanismos utilizados para tomada de decisão no Colegiado, tanto na escala Pontal quanto Brasil, os dois mecanismos apontados pelos respondentes como mais utilizados foram: “votação por maioria”, com 85% e 79,77% respectivamente; e “acordos por consenso”, com 55% e 49,27%. O terceiro mecanismo considerado mais importante na escala Pontal, com 20%, foi a “defesa de cada membro do colegiado dos seus próprios interesses e iniciativas”, ao passo que, na escala Brasil, essa posição é ocupada pela “articulação entre grupos ou blocos de interesse”, com 23,76%. Verifica-se, aí, que, embora haja uma tendência em se agir de forma unilateral, prevalecem as formas mais democráticas (votação ou consenso) de deliberação.

Sobre as ações desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial, o conjunto dos entrevistados considerou que a “priorização e seleção de projetos com base em critérios técnicos”, a “avaliação interna de mérito” e “análise de viabilidade técnica dos projetos” são as ações mais importantes desenvolvida pelo Colegiado.

Entre os temas que os membros do Colegiado mais receberam capacitação, destacam-se “elaboração de projetos” (57,50%); seguido da “elaboração de planos de desenvolvimento” (50%) e “desenvolvimento territorial”, com 42,50%. Na escala Brasil, os membros do colegiado responderam que o maior número de capacitações foram sobre “planejamento participativo” (40,69%), seguidas de “capacitações sobre elaboração de projetos” (40,64%) e “desenvolvimento territorial”, com 40,22%. Essas respostas apontam para a importância da capacitação em elaboração de

projetos (item sempre muito presente nas ações dos colegiados).

Concluindo

Os desafios revelados pelas análises dos dados do SGE apontam para limitações e potencialidades do programa Territórios Rurais. Dois deles foram especialmente ressaltados e merecem um ligeiro aprofundamento nesta conclusão.

Nos indicadores “acesso aos programas governamentais”, “acesso a crédito” e “acesso a assistência técnica”, componentes da dimensão “fatores do desenvolvimento” do Índice de Condições de Vida (ICV¹²), obtêm-se, no Pontal os menores escores (todos classificados como “baixo”). Considerando que, além dos programas governamentais em geral, crédito rural e assistência técnica também são fundamentalmente ofertados por políticas públicas, mediados por instituições específicas, caracteriza-se uma disfuncionalidade.

A discussão tratando especialmente dos serviços tecnológicos identifica uma ambiguidade entre a presença bastante disseminada de Secretarias de Desenvolvimento Rural nos municípios, inclusive com corpo técnico permanente e, simultaneamente, uma recorrente opinião de que não há (ou há poucos) órgãos de serviço tecnológico no território. Uma maneira de explicar esses dados divergentes, colhidos na mesma entrevista, seria assumir o descompasso entre a existência de organismos de apoio técnico e sua baixa eficiência na ponta demandante (o produtor rural, especialmente o de base familiar). Essa ambiguidade na informação ratificaria a tendência de que existe uma institucionalidade, mas ela não consegue ser eficaz na promoção dos serviços para o desenvolvimento rural.

Na direção empreendida nas ações do CODETER, considera-se que os representantes do governo federal têm mais poder de decisão, seguidos dos movimentos sociais, dos sindicatos, das associações de agricultores familiares e Prefeituras. Mesmo propugnando um alto controle social, há uma consciência (muitas vezes redutora) de que se trata apenas de um programa federal. As parcerias com as Prefeituras e os segmentos da agricultura familiar e movimentos sociais são efetivas, com destaque para a busca por desenvolvimento econômico - conforme já identificado acima.

De fato, o baixo montante de recursos investidos pode ajudar na

12 O índice de condições de vida (ICV) é uma síntese de indicadores construídos a partir de um questionário de percepção aplicado numa amostra da população rural do território.

explicação da baixa participação de gestores (como os prefeitos, que tendem a investir em alternativas com maior potencial financeiro) e mesmo da rotatividade dos representantes de produtores (não valeria a pena o esforço e o tempo perdidos). Num levantamento feito no banco de dados do SGE (quadro 2), verifica-se que foram investidos (PROINF), em nove anos, mais de R\$ 4.635.000,00 no território. Metade dos 32 municípios foram contemplados, com maiores volumes de recursos justamente para aquelas localidades que concentram mais assentamentos no território (Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio). Fazendo uma média simples, tem-se um investimento de R\$ 16.000,00/ano/município para os 32 municípios, ou 32 mil reais para os 16 municípios que efetivamente tiveram investimentos. De uma forma ou de outra, trata-se de valores, sem dúvida, pouco atraentes para as demandas reconhecidas para as populações rurais do território.

Quadro 2. Pontal do Paranapanema - ranking dos municípios que receberam investimentos da sdt/mda - 2003-2011

RANKING	MUNICÍPIO	Nº PROJETOS*	VALOR DO INVESTIMENTO	%	VALOR MÉDIO POR PROJETO
1º	Mirante do Paranapanema	6	1.034.577,19	22	172.429,53
2º	Teodoro Sampaio	7	992.507,13	21	141.786,73
3º	Presidente Venceslau	5	515.012,40	11	103.002,48
4º	Presidente Epitácio	4	332.542,40	7	83.135,60
5º	Rancharia	4	321.946,00	7	80.486,50
6º	Sandovalina	3	295.492,00	6	98.497,33
7º	Euclides da Cunha	2	165.565,42	4	82.782,71
8º	Iepê	1	172.550,00	4	17.2550,00
9º	Caiuá	1	122.220,00	3	12.2220,00
10º	Martinópolis	2	153.288,00	3	76.644,00
11º	Santo Expedito	2	128.503,89	3	64.251,94
12º	Anhumas	1	103.000,00	2	103.000,00
13º	Estrela do Norte	1	70.000,00	2	70.000,00

14°	Presidente Bernardes	1	114.166,00	2	114.166,00
15°	Marabá Paulista	1	56.925,42	1	56.925,42
16°	Santo Anastácio	1	56.948,70	1	56.948,70
TOTAL		42	4.635.244,55	100	110.362,96

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica – SGE – Banco de Dados da Caixa Econômica Federal – Relatório 24/08/2011. * Na tabela são considerados os investimentos realizados em todos os tipos de projetos, independentemente da sua situação da obra que pode estar: atrasada, concluída, não iniciada ou normal. **Organização:** Célula do Pontal

Um coletivo, mesmo que articulado a partir de um programa federal, contando com poucos recursos, certamente terá um proporcional baixo impacto frente a outras forças políticas. Considerando o contexto de forte polarização política no Pontal, opondo os interesses dos agricultores familiares aos de uma tradicional oligarquia rural basicamente rentista – hoje buscando aliança com o capital sucroalcooleiro – o programa Territórios Rurais (e o CODETER) logra algo não muito maior que, tão somente, respaldar político-institucionalmente esses segmentos visivelmente menos empoderados.

Neste aspecto, comparando os valores (vistos acima) investidos em 8 anos de PROINF no território, temos que valores liberados pelo BNDES para investimento em uma única planta industrial do setor sucroalcooleiro na região facilmente ultrapassa a marca de 1 bilhão de reais, denunciando uma desigualdade assustadora em termos de magnitude de investimentos. Como extrair do Programa Territórios Rurais, no contexto do Pontal do Paranapanema, a força política para redefinir o sentido do desenvolvimento do Pontal? Trata-se de uma equação de difícil solução.

No entanto, a capilaridade e integração que o programa proporciona, sobretudo nos distintos contextos municipais (embora desigualmente distribuídos), apontam para o desafio – talvez mais realista – de tornar mais eficientes os serviços institucionais disponíveis, de forma a aproveitar melhor uma capacidade institucional já instalada, no sentido de ações pró-desenvolvimento da agricultura familiar (tradicional e da reforma agrária).

Referências

ABRA. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural no Brasil. Palestra do Presidente do INCRA. Reforma Agrária, **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Brasília, v.24, n.3, set/dez, 1994.

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. 149 p.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário /Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2010. Brasília: MDA/SDT. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf>. Acesso em: 17 out. 2011.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. **Assentamentos ruraux et pouvoir local**: les tendances de la décentralisation de la réforme agraire. In: CAHIERS DU BRÉSIL CONTEMPORAIN, n. 51/52 (Dynamique familiale, productive et culturelle dans assentamentos ruraux de São Paulo). Paris/FRA, CRBC/EHESS, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Os “parceiros” da cana (dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo). 32º. Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. In: **Anais...**, Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 2008.

FLORES, M.X.; MACEDO, M.M.C. Novos Rumos de Desenvolvimento Rural. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B. (Eds). XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu. In: **Anais...**, Foz do Iguaçu, 1999.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Atlas dos Territórios Rurais**. Brasília,

MDA/SDT, 2004.

_____ **Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial.** Série Documentos Institucionais 01 – 2005. Brasília, MDA/SDT, 2004.

_____ **Sistema de Gestão Estratégica – Documento de Referência.** Brasília, MDA/SDT, s/d. OLIVEIRA, A. U. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula.** (Trabalho elaborado para a reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADRFAO, Porto Alegre-RS entre 7 e 10/03/2006). São Paulo, Instituto Iandé, 2006.

SAUER, S.; SOUZA, M. R. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p.53-87.vv

O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA

Maristela Simões do Carmo¹

Valéria Comitre²

Ricardo Serra Borsatto³

Rodrigo M. Moreira⁴

Beatriz Stamato⁵

Resumo: O artigo parte do pressuposto que o rural detém especificidades com as quais se podem trabalhar outras possibilidades além do superdimensionamento da tecnologia enquanto único embasamento para o desenvolvimento ambiental, social, político e econômico. Não há uma sociedade rural, mas sim sociedades rurais, com suas especificidades produtivas, ligadas às forças da natureza e sócio-culturais. O enfoque está voltado para a caracterização de um novo rural em que se pressupõe a emergência de forças específicas e endógenas que conduza a uma inserção global adaptada às necessidades edafoclimáticas e sócioeconômicas locais. A extensão em ciências agrárias necessita moldar-se e adquirir flexibilidade no processo de construção de projetos de desenvolvimento sustentável. No entanto, o entendimento atual da sustentabilidade expressa possibilidades de reter aspectos voltados apenas à preservação ambiental. Ao se pensar um novo rural com forças endógenas que desempenham papéis fundamentais no avanço tecnológico e na intervenção extensionista, é fundamental uma abordagem agroecológica. Nesta, vários planos interagem e conformam um quadro em que cabe a bio e a sociodiversidade, entre eles aspectos

1 Prof^a Adjunta da Faculdade de Ciências Agrônômicas, UNESP-Botucatu, Prof^a Colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP-Campinas, Caixa postal 237, CEP 18603-970, Botucatu, SP, stella@fca.unesp.br; stella@feagri.unicamp.br

2 Pesquisadora Científica do Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, comitre@apta.sp.gov.br

3 Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos (CCN/UFSCar), CN/UFSCar, ricardo.borsatto@ufscar.br

4 Professor Doutor da Universidade Estadual da Paraíba-PB, rodrigo@mutuando.org.br

5 Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba-PB, bia@mutuando.org.br

tecnológicos, culturais, políticos, econômicos e sociais. A sustentabilidade, então, implica num rompimento da dependência dos atores sociais na direção de uma participação realmente eficaz, capaz de aprofundar o entendimento da realidade a uma nova articulação entre investigação e extensão. A partir desse delineamento, a extensão agroecológica adquire um caráter de inclusão social e de tecnologias adaptadas, repercutindo nas decisões relativas às políticas públicas em ciências agrárias que ultrapassem as necessidades de produção e reprodução dos setores dominantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia, Extensão Agroecológica.

Abstract: The article assumes that rural holds specifics with which it can work other possibilities besides oversizing technology as the only basis for the environmental, social, political and economic development. There is not only one rural society, but rural societies, with their productive specificities linked to the forces of nature and socio-cultural. The approach is focused on the characterization of a new rural as it presupposes the emergence of specific and endogenous forces leading to a global insertion adapted to the local soil and climate needs and socio-economics. The rural extension needs to shape up and get flexibility in the construction process of sustainable development. However, the understanding of sustainability expressed possibilities of retaining aspects geared only to environmental preservation. When considering a new rural with endogenous forces that play key roles in technological advancement and extension intervention, agroecological approach is fundamental. In several plans interact and shape a framework in which it is bio and social diversity, including technological, cultural, political, economic and social aspects. Sustainability, then, implies a breaking of dependence on social actors towards a truly effective participation able to deepen the understanding of reality to a new articulation between research and extension. From this design agroecological extension takes on a character of social inclusion and adapted technologies, which affects decisions on public policies in agricultural sciences beyond the production and reproduction needs of the dominant sectors.

Keywords: sustainable rural development, agro-ecology, agro-ecological extension.

1. Introdução

As novidades tecnológicas do mundo do pós-guerra trouxeram possibilidades antes inimagináveis mesmo para os mais progressistas. O desenvolvimento do poder de produção da sociedade capitalista ainda não mostrou toda sua potencialidade, trazendo cenários muitas vezes sem previsão quanto aos impactos ambientais e sociais aceitáveis.

Atualmente fala-se de um novo rural, no qual o rural-agrícola tradicional está perdendo especificidade, está-se desvalorizando e sem papel preponderante na organização da sociedade. Concretamente, o que, daqui para frente vai marcar um modo de vida da população rural⁶, onde as pessoas que produzem na agricultura são minoritárias?

O discurso desenvolvimentista atual tem por critério homogeneizar as relações sociais induzindo a um pensamento econômico e reducionista de urbanização do meio rural, como se ao se adotar tecnologias e hábitos urbanos, o campo perdesse a sua particularidade passando a se constituir em um elo amorfo do desenvolvimento das forças produtivas. Procuram-se, então com uma intensidade quase com agonia, novas funções para o rural além das produtivistas.

É bem verdade que, principalmente no mundo desenvolvido, configuram-se algumas teses nas quais se preconiza o fim do rural que obrigatoriamente deve se tornar um ambiente prolongado do espaço urbano. O mundo rural, portanto, estaria se acabando tanto espacialmente quanto sociologicamente. Estaria então, colocando-se a questão do que é rural num mundo que homogeniza a tecnologia e integra as comunidades, negando-se sua força social e reduzindo seus hábitos, culturas e atitudes para além das relações do interconhecimento pessoal.

Ou seja, tudo se resume às relações sociais diferenciadas, múltiplas e impessoais, em um espaço tecnologicamente homogêneo. No entanto, não há uma sociedade rural mas sim sociedades rurais, com suas especificidades produtivas, ligadas às forças da natureza, às forças econômico-espaciais e sócio-culturais e que interagem de forma específica com os espaços sócio-econômicos urbanos (WANDERLEY, 2001).

Dizer que o rural é um continuum do urbano significa dar um status à tecnologia além das forças sócio-político-culturais lá existentes. Antes

⁶ Entende-se população rural aquela que mora além dos limites da cidade, que pode ou não tirar seu sustento das atividades estritamente agrícolas. Dentro do rural existe uma parte da população que é agrícola - tira seu sustento da agricultura - e uma parte que tem o campo como espaço de vida, e mesmo como força e expressão social, embora ligada à dinâmica urbana.

de tudo são precisos critérios para se dizer o que é ou não rural. Quais os recortes para se trabalhar com ruralidade e urbanidade? São recortes espaciais-territoriais-comunitários? São indicadores sociais e econômicos, de modo de vida, histórico-culturais, de poder político?

O espaço rural se constitui no ambiente físico onde se organizam as atividades econômicas, entre elas a agropecuária. A regulação do uso do espaço, seja ele rural ou urbano, é objeto de políticas, em particular, aquelas voltadas à questão ambiental e no campo à extensão rural. Nesta perspectiva, a questão não é se o rural é diferente ou é igual ao urbano em seu modo de viver (consumir) e sonhar (buscar a felicidade social), mas sim de fortalecer suas especificidades sociais e culturais, na definição das estratégias de desenvolvimento para o país.

Dizer que o rural é antagônico ou é um contínuo do urbano parece uma falsa questão. A resistência dos agricultores, especialmente os de caráter familiar, vence a falta de assistência técnica, promove a valorização da terra, e absorve a própria legislação que regula o uso do espaço. De fato, existe a tecnologia, mas pode faltar a vontade política, alimentada pela visão homogeneizadora, que nega a especificidade do rural enquanto objeto de estudo e da formulação dessa política.

O rural não perdeu sua especificidade, mas simplesmente não pode ser analisado isoladamente. Cumpre identificar as formas em que esta interdependência é construída pela ótica dos atores sociais aí presentes, em particular, da extensão em novas bases aos produtores agrícolas.

2. O que dizer da sustentabilidade? Uma relação social?

As possibilidades agroecológicas do ambiente físico fornecem a primeira indicação do que permite a exploração dos recursos naturais em diferentes ecossistemas. O conhecimento geoambiental de uma região constitui a dimensão inicial do que se pode, hoje, denominar de desenvolvimento regional sustentável. As outras dimensões estão relacionadas às características sociais, econômicas, políticas, institucionais, histórico-culturais e tecnológicas.

A palavra sustentável traz, embutida no seu conceito, a manutenção de uma determinada situação ou condição. Dependendo de quem e para que se empregue o termo tem-se diversas conotações e pontos de vista. A relatividade desse conceito é tamanha, que dependendo do fórum, os interlocutores não conseguem um entendimento apropriado. É como colocar, numa mesma plenária, neoclássicos e marxistas inseridos em referenciais

conceituais completamente distintos.

Ser sustentável é em primeiro lugar conservar, manter, e para o empresário capitalista significa não alterar as relações produtivas entre capital e trabalho, ou mais do que isso, melhorar tal relação a seu favor. Já para os trabalhadores sustentar-se tem o significado prioritário de garantir seus empregos para poder manter suas condições de vida e dar continuidade à sua família.

Nesse sentido, a sustentabilidade, palavra tão genérica que a princípio nada diz a não ser a manutenção de um estado, pode ser encarada como uma relação social. Assim como a tecnologia, está se tornando produto de uma evolução histórica e social, fruto de um processo claro de dominação capitalista. O conceito, ou as relações de sustentabilidade, corre o risco de se tornar também um instrumento muito mais apropriado às necessidades das forças capitalistas do que do desenvolvimento social equitativo. A condição da sustentabilidade coloca-se, nesse caso, num campo de lutas sociais, e se tornará uma resposta apropriada aos interesses do grupo social hegemônico.

A generalidade desse conceito abre espaço para as mais diferentes proposições no âmbito técnico, porém imbuídas de proposições ideológicas divergentes que, ao defender o desenvolvimento sustentado, na verdade propõe a mudança como discurso para garantir as mesmas condições, o famoso “mudar para manter”.

O falso consenso sobre o desenvolvimento sustentável, hoje quase uma entidade que por si só é boa e tem a seu favor a unanimidade social, acaba por levar a uma ecologização generalizada e a uma unanimidade dos discursos para a sustentabilidade, mas que, no fundo encobre a diversidade e os interesses dos diferentes grupos sociais, representando mais um desacordo sob o manto impessoal e a-histórico da preservação ambiental dos recursos naturais, suficiente para conduzir a uma sociedade ideal.

Visto sob o ângulo das relações sociais a principal dimensão da sustentabilidade é a social, a qual rebate diretamente na vertente político-institucional enquanto um campo organizativo das forças sociais vivas. Para os estudiosos dessa questão, intelectuais, cientistas e professores, o entendimento da sustentabilidade adjetivada de ambiental pode ser tão abrangente que engloba o social e o econômico. De toda forma, a sustentabilidade vai além da questão técnica.

Porém, para o homem comum, para o ator social e agente econômico, envolvido nas suas lides produtivas, o sustentável não obrigatoriamente

extrapola o ambiente físico para atingir os contornos sociais. Ao contrário, a busca pela rentabilidade e competitividade, não permite olhares sociais sob risco de fracasso nas iniciativas econômicas.

Outra visão é que ao se incluir a proteção ambiental nos negócios, socialmente todos ganham uma vez que o ambiente se torna mais despoluído, porém, aumentam os custos privados (sic) e perde-se em competitividade. Fato esse que pode ser relativizado, dentro das regras concorrenciais capitalistas, onde a poluição é vista como uma ineficiência do processo e um desperdício econômico (PORTER, LINDE, 1995).

A visão da degradação ambiental como ineficiência no uso dos recursos produtivos só contempla a dimensão científica-tecnológica, na medida em que coloca a necessidade de tecnologias reparadoras do meio ambiente, e de como auferir lucros, com adição dessa variável, dentro da lógica apenas produtivista. Aprofundando, nessa direção, é preciso mudar a mentalidade dos empresários para que percebam que tecnologias não poluidoras levam a melhorias ambientais que podem se constituir em fatores positivos na obtenção de ganhos em competitividade.

É essa a face da dimensão geoambiental da sustentabilidade, a lucratividade, e aí entenda-se o jogo competitivo, dentro da concorrência intercapitalista e das relações pré-estabelecidas entre o capital e o trabalho. É o entendimento do crescimento sustentável dos “fatores de produção”, cujas técnicas possam minimizar os impactos visíveis sobre o ambiente físico.

Ademais, a indeterminação conceitual da sustentabilidade se evidencia nas propostas de políticas públicas para regular a forma de organização social e econômica, em especial no meio rural. Isto remete a necessidade de rever o papel do Estado frente aos avanços da organização econômica neoliberal.

Para a constituição do arcabouço legal-institucional da sociedade sustentável, a visão dos preservacionistas radicais evoca a regulação através da legislação e do fortalecimento dos mecanismos de controle-punição, associada a uma estratégia de medidas mitigadoras para as áreas onde se dá a produção dos bens necessários à sociedade. Já os ambientalistas não radicais propõem a atuação educativa junto à população na “transformação de valores”, atuação essa necessária à utilização de tecnologias eficientes e eficazes não só do ponto de vista econômico, mas também ambiental, definindo diversos “estilos de desenvolvimento”. Nesta abordagem, o ambiental privilegia a introdução das relações homem-natureza, ou por outro

ângulo, a introdução da perspectiva social nas análises econômicas no que se refere à conceituação de sustentabilidade.

Para Sunkel e Gligo (1980:27) a motivação dos trabalhos de estilos de desenvolvimento é: “Mediante los planteamientos sobre estilos se intentó arrojar luz sobre las tendencias específicas y las contradicciones en los procesos de desarrollo, y llegar a normas y estrategias para la modificación del estilo real o su reemplazo por algún otro estilo preferido y radicalmente diferente”.

Considerando esta afirmação, em termos da perspectiva brasileira, pode-se afirmar que a dimensão continental do país, a grande heterogeneidade econômica e social sugerem a necessidade de reforçar a estratégia de planejamento local, restringindo o escopo das determinações federais ao plano macroeconômico, de acordo com o que for sinalizado pelas determinações locais, as condicionantes nacionais resultantes e o quadro internacional. Este é o desafio porque passa o Estado brasileiro dificultado pelo autoritarismo e centralismo herdados dos governos militares, mas também pelo sucesso econômico-produtivo das políticas relativas ao Agronegócio.

Nesta perspectiva, a diversidade do ambiente natural e social precisa ser caracterizada e internalizada para permitir escolhas apropriadas das atividades e definições tecnológicas adequadas.

E aqui cabe assinalar as considerações sobre os conceitos de local e de global, quando se insere o espaço na economia. Não é apenas uma oposição entre os objetos de estudo, mas uma oposição de métodos e processos em questão. O meio local é **caracterizado por uma individualidade regional**, possui características físicas e humanas, instituições e um ambiente próprio.

Para Carmo, 2011, “Não se nega a influência mútua localidade - globalização, mas precisamos pensar as formas de articular a produção agrícola como potencial produtivo endógeno e as múltiplas maneiras de se desenvolver o meio rural. Um novo projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável passa pelo redesenho de uma nova agricultura, menos dependente de insumos químicos externos à nossa realidade biofísica e sócio-cultural”.

A globalização da economia e o neoliberalismo tem apontado a necessidade de promover o fortalecimento do poder local, definindo desta forma limites sócio-ambientais às determinações do mercado. Este é o novo espaço em que se encerram as transformações no meio rural e que define os desafios dos novos agentes locais de desenvolvimento, entre eles

o extensionista agrícola.

3. Agroecologia e suas bases conceituais

Vários autores têm deixado a sua contribuição na literatura recente sobre economia globalizada, desigualdades e desenvolvimento sustentável. Na essência desses questionamentos está a mercantilização da natureza e sua apropriação pelo movimento neoliberal do capital.

Desenvolvimento sustentável, nas suas mais variadas concepções, não consegue esconder a “economização” do ambiente natural ao “coisificar” as pessoas e a natureza quando, por exemplo, opta por mecanismos de desenvolvimento limpo – MDL ao implantar acordos internacionais sobre a questão ambiental (LEFF, 2002). A biodiversidade aparece como uma mercadoria, com preços regulados pelos mercados ambientais, em especial pelo mercado de carbono, devido à incapacidade dos países do Norte em regular a sua pegada ecológica. Com isso abrem espaços para o Sul vender seus créditos de carbono, admitindo ser possível atribuir valores ao conjunto de seres vivos e assim manter cristalizadas as condições de desigualdades.

Este mesmo autor amplia o caminho para reflexões sobre a sustentabilidade com igualdade, a partir da desconstrução da racionalidade econômica e a construção de uma racionalidade ecotecnológica, com base em princípios de produtividade neguentrópica, ou seja, em sistemas termodinâmicos abertos como são os processos naturais.

Nessa direção está a racionalidade “...fundada en el potencial productivo de los ecosistemas. Y eso abre nuevas formas diversificadas de producción con la naturaleza y un deslinde del mercado como ley rectora del proceso de globalización.” (LEFF, 2002, p.198).

A discussão sobre desenvolvimento sustentável nos reporta a questionar o modelo produtivo ocidental, de caráter global, em especial na agricultura, considerada entre os maiores poluidores do planeta. Porém, as saídas encontradas vão na direção de um “neoliberalismo ecológico”, para usar a expressão de Leff, num processo ecologizador da economia, como se com isso fosse possível resolver os problemas das desigualdades e da erosão cultural a que estão submetidos os povos tradicionais.

Pensando na contraposição local *versus* global, a agroecologia está se firmando como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza. Caporal e

Costabeber, 2002, apresentam uma explanação bem formulada da agroecologia, como o *campo do conhecimento* que proporciona as bases científicas para promover a transição do padrão de agricultura convencional para *estilos de agriculturas ecológicas*, na direção de também transformar o modelo convencional de desenvolvimento para *modelos sustentáveis de desenvolvimento rural*.

A agroecologia, então, é vista como uma nova abordagem científica, multidimensional, na medida em que procura o aporte das mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, tendo sempre como unidade de estudo o agroecossistema⁷. O objetivo é “trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas” (ALTIERI, 1998, p.18).

Enquanto uma ciência em construção, a base epistemológica da agroecologia vem da contribuição das várias disciplinas do conhecimento, com uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade. É nesse somatório que ela procura sua estrutura de conhecimento, com enfoque teórico e metodológico próprios, dentro, ainda do aporte das experiências de distintos atores sociais que interagem ativamente com os recursos naturais.

A matriz do conhecimento agroecológico interliga dois princípios fundamentais, quais sejam, a conservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, e preservação da diversidade cultural das populações.

O primeiro princípio é a base para se produzir auto regulação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas com a natureza, uma vez que quando a biodiversidade se restabelece, várias e complexas interações entre o solo, plantas, animais, e os ciclos geoquímicos naturais, voltam a aparecer traduzidos em efeitos benéficos ao ambiente.

Está, portanto, relacionado com os ensinamentos fundamentais da preservação e crescimento da diversidade biológica, voltado à promoção do auto-funcionamento e estabilidade ecológica dos sistemas agrícolas. Alguns desses efeitos são percebidos quando se assegura uma produção sem o emprego de agroquímicos, que possam degradar o meio ambiente e, também ao se aumentar o uso múltiplo da região ou território.

⁷ Agroecossistema é o conjunto compreendido pelo ecossistema natural e ambientes modificados pelo ser humano, no qual ocorrem complexas relações entre seres vivos e elementos naturais (rochas, solos, água, ar, reservas minerais, etc.).

O segundo princípio procura assegurar a diversidade de experiências e conhecimentos de grupos culturais, presentes nas agriculturas locais, tendo o etnoconhecimento um papel central na geração de tecnologias. Os agricultores, então, trabalham o agroecossistema conforme seu saber acumulado durante anos de convívio entre os elementos do ambiente e suas práticas agrícolas.

A competência dos grupos étnicos da localidade está na convivência com os ecossistemas que lhes arbitra um saber sobre o ambiente, a vegetação, o solo, animais, clima, entre outros, fruto da sua permanência, às vezes por gerações, naquele lugar. Esse conhecimento vai além dos aspectos produtivos incorporando decisões de caráter multidimensional para a utilização da terra e a reprodução social.

Ainda Altieri (1998), divulga que o conhecimento camponês sobre os ecossistemas resulta em formas produtivas multidimensionais de uso da terra, com as quais conseguem obter, dentro de limites técnico-ecológicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades. Portanto, os sistemas tradicionais de conhecimento trazem aos agroecologistas informações sobre as técnicas agrícolas adequadas aos controles de riscos no uso da base de recursos ambientais, e das necessidades dos grupos nativos de agricultores. Produção estável, sustentável, só é possível ocorrer contando com uma organização social que resguarde a integridade dos recursos naturais, base da produção, e ao mesmo tempo propicie a harmonia entre seus membros.

A meta é que os agricultores possam vir a ser os agentes e os construtores de seu próprio desenvolvimento. E a Agroecologia vem ao encontro dessa finalidade ao fornecer as ferramentas metodológicas para que a real participação da comunidade se transforme na seiva geradora para o atendimento dos anseios colocados nos projetos de desenvolvimento.

A abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar nas práticas dos agricultores, resgatando seu conhecimento, para desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos químicos e energéticos externos. Almeja um agroecossistema perfeitamente equilibrado entre seus componentes, plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e organismos coexistentes, com o intento de superar, naturalmente, as perturbações sofridas com os sistemas artificializados de produção agrícola. A finalidade sempre é restaurar a resiliência e a força dos agroecossistemas, combatendo as causas dos estresses e restabelecendo o equilíbrio. No limite, quando da total regeneração e estabilização do agroecossistema não seriam mais necessários os insumos externos. Nessa linha fica fácil

perceber que a intenção é a otimização do sistema como um todo no longo prazo e não, a busca a qualquer preço, de altos níveis de produtividade no curto prazo.

Existem várias conceituações para Agroecologia. Entre elas, destaca-se a Agroecologia como aquela que agrega princípios ecológicos, agrônômicos, sociais e econômicos para e avaliar o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Levando-se em conta o manejo ecológico dos recursos naturais, as ações sociais coletivas são formas de enfrentamento da atual crise sócio ambiental.

Em resumo, esses autores nos deixam claros os objetivos que a agroecologia procura atingir na sua totalidade: a) trabalhar sinergicamente os agroecossistemas para que as interações eco-agro-sócio-econômicas criem, elas próprias, a fertilidade do solo, a produtividade, a proteção das plantas, e as viabilidades culturais, sociais e econômicas dos agricultores; b) fazer agricultura que assegure produtividades sustentadas por meio de práticas de manejo ecológicamente seguras; c) incorporar as práticas dos agricultores e ter dependência mínima de insumos externos, preservando a base de recursos naturais; d) buscar o equilíbrio dos componentes, restaurando a resiliência do agroecossistema, e) fortalecer a organização social das comunidades tradicionais; f) buscar formas de produção e consumo alternativas à atual crise sócio-ambiental e civilizatória.

Na concepção agroecológica, onde a terra é local de trabalho e de vida, encontra-se, no centro das suas bases metodológicas, três pressupostos que orientam as ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. São eles a abordagem co-evolucionista nos agroecossistemas; o potencial local na geração de CT&I endógenas; e a ação social coletiva.

A abordagem co-evolutiva das sociedades humanas com a natureza é um conceito chave da Agroecologia, uma vez que considera os agroecossistemas como produto social dessa comunhão. Os sistemas agrários afloram da evolução mútua e inter-relacionada entre os seres humanos e os elementos naturais, de tal sorte que a produção na agricultura é o resultado de pressões econômicas que a sociedade aplica sobre os ecossistemas naturais ao longo da sua história evolutiva em constante integração da cultura com o ambiente natural.

Dentro dessa visão, os agroecologistas não aceitam verdades universais para aplicar o saber das ciências agrícolas e humanas, uma vez que cada agroecossistema se desenvolve com uma história co-evolutiva diferente. A natureza das partes só é esclarecida no contexto da evolução

conjunta na sua totalidade, o que não quer dizer que se rejeite a ciência convencional, visto que é da sua fusão com o conhecimento tradicional que a Agroecologia busca estabelecer suas bases. É por isso que os estudos devem ser realizados *com* os agricultores e não *para* todo e qualquer agricultor do planeta, como ocorre na homogeneização do pacote tecnológico da revolução verde.

Logo, é no sentimento de localidade que aflora mais um conceito chave da agroecologia, o potencial local ou endógeno. Cada comunidade se faz representar pelo seu espaço singular e diferenciado, seja do ponto de vista dos recursos naturais, seja quanto às ações sociais e culturais das populações. Esse potencial é dado pelas forças naturais e sociais do lugar que, se devidamente acionadas, podem alavancar iniciativas mais condizentes com um desenvolvimento sustentável. É, portanto, caracterizado pelo conjunto de recursos que vão gerar estratégias na promoção do desenvolvimento local em bases permanentes.

Tanto as especificidades sociais quanto as formas de apropriação dos recursos ambientais têm a finalidade de orientar as pesquisas por tecnologias mais condizentes com as possibilidades dos agroecossistemas singulares, únicos, particularizados. É, portanto, um desenvolvimento de técnicas para as condições de produção localizadas, num processo endógeno de mudanças a partir do local.

As estratégias fluem por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, o que autoriza com muito mais propriedade, o surgimento de sistemas agropecuários de bases ecológicas, potencializadores da biodiversidade e da diversidade sociocultural.

Os agroecologistas levam em consideração, nas suas atuações junto às comunidades, o forte sentimento de localidade dos agricultores, de pertencer a um sítio, paragem ou região. Nesse sentido, é forte o chamamento de alguns movimentos sociais quando adotam como *slogan* de suas campanhas “terra para trabalhar e morar”, “local de trabalho e vida”, ou ainda “solo para produzir, terra para viver e deixar para os filhos”.

O outro pilar em que se apóia a Agroecologia, também vem na direção de alterar o enfoque unidimensional do desenvolvimento como crescimento voltado exclusivamente ao mercado, e procurar uma transição que desenvolva laços de solidariedade entre os povos. Nesse escopo, esforça-se para ir além do econômico, e compor um marco teórico mais apropriado às transformações da realidade social para uma visão mais ampla da agricultura enquanto cenário de atividades sócio-culturais e intercâmbios

ambientais.

As estratégias de ação coletiva são justapostas, em paralelo, aos processos de ecologização das técnicas agrícolas, pois a legitimização das práticas agroecológicas somente se concretiza como forma de libertar o agricultor da dependência secular e o conduzir à participação efetiva nas decisões sobre os rumos do seu desenvolvimento. A ação coletiva vem do interesse e adesão dos atores sociais envolvidos na localidade de participar de projetos conjuntos com base nas suas necessidades, expectativas e valores compartilhados. Entre estes existe uma gama de atitudes, que pode incluir desde as estratégias para aumentar as rendas monetárias via organização e comercialização da produção, até a procura pela inclusão social, melhor qualidade de vida, educação e lazer.

Fica claro que, para os agricultores que aderem à Agroecologia, é fundamental que articulem seus interesses particulares aos objetivos estratégicos da ação coletiva, pois na transição ocorrem passagens difíceis de serem transpostas, isoladamente, pela forte presença da ideologia dominante, das pressões econômicas, e do próprio desconhecimento dos agricultores do seu potencial de cooperação e solidariedade.

A participação das comunidades para se firmarem como força geradora das transformações sociais e desenvolvimentistas não prescinde da presença de outros atores desse processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, como o Estado e a sociedade civil, em diálogo constante, na forma de pesquisa coletiva, extensão agroecológica e políticas públicas, em vários níveis de atuação. Os atores envolvidos na dinâmica de caráter participativo têm maiores chances na geração e construção social de conhecimentos e tecnologias.

A ação coletiva é, pois, a proposta que potencializa a atuação dos protagonistas locais no desenho de novas bases para a exploração dos agroecossistemas, em conjunto com os agentes mediadores do processo. É por isso que alguns autores se referem à ação coletiva como o “motor” da transição para a agroecologia (COSTABEBER, MOYANO, s/d.).

Na construção da Agroecologia, e dentro da concepção da abordagem participativa, cabe especial referência aos métodos de investigação ação participativa como aproximação à realidade estudada. Não se trata apenas da ida do pesquisador ao campo para conhecer a realidade local, mas sim de colocar nas suas trajetórias investigativas um alto grau de implicação e compromisso com os atores e com a realidade investigada (CASADO, MOLINA, GUZMÁN, 2000).

A proposta da investigação-ação-participativa retira o habitante da zona rural da posição de mero expectador para levá-lo a protagonista do processo. Os agricultores, em especial os de base familiar, e os trabalhadores rurais, que ainda compõem a grande maioria da população rural brasileira, devem ser as referências básicas para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas aos agroecossistemas diferenciados.

“Desde una dimensión productiva es posible establecer mecanismos participativos de análisis de la realidad que permitan entender el funcionamiento de los procesos económicos por los que se extrae el excedente generando de esta forma, la referida acumulación del poder. Este tipo de análisis permite establecer propuestas alternativas que (desde el desarrollo de tecnologías en finca hasta el diseño participativo de métodos de transformación local) va introduciendo elementos de transformación en dicha estructura de poder” (FUNTOWIC, JERRY apud SEVILHA-GUZMÁN, s/d.).

Isto posto, fica claro que a Agroecologia não pode ser confundida com as diferentes agriculturas de bases ecológicas, a exemplo da agricultura orgânica, que têm, em geral, o mercado como o alvo principal da produção. O enfoque unidimensional é nitidamente insuficiente para dar conta da complexa realidade da agricultura enquanto espaço de produção e reprodução sociocultural e ambiental. Igualmente, na concepção agroecológica multidimensional podem ser procuradas as saídas para acelerar a transição dos agricultores familiares para a produção de bases ecológicas, por meio da pesquisa ação participativa e da extensão agroecológica (CARMO, PINTO, COMITRE, 2008).

4. Extensão Rural: da dependência à participação

As ciências políticas tem se voltado à questão do fortalecimento do poder local para desempenhar as novas funções reguladoras do modo de produção capitalista em seu estágio globalizado. A ênfase dada tem sido nas organizações locais revelando a preocupação fundamental de analisar as possibilidades, as dificuldades e os aspectos positivos para que o setor público e o privado possam promover a organização local de forma a gerar o desenvolvimento sustentado.

A partir da análise de organizações específicas identificam-se as características e estratégias associadas aos casos de sucesso, enfatizando que, embora as organizações locais não sejam suficientes para eliminar a pobreza e a marginalização, as experiências de sucesso indicam a possibi-

lidade de construir o desenvolvimento de baixo para cima.

Para os autores de *Local Organizations* (ESMAN, UPHOFF, 1984) a estratégia de desenvolvimento rural exige, além do investimento público em infraestrutura física e social, políticas macroeconômicas voltadas às questões econômica e social do meio rural, tecnologias apropriadas e instituições operando nos diversos níveis, fortalecendo a capacidade do setor público e privado. Identificam três grupos de instituições necessárias: agências governamentais, empresa privada e agências filantrópicas associadas a sociedade civil. São organizações locais que podem estar ou não associadas ao governo local. O último grupo de instituições, o terceiro setor, é definido pelos autores como “organizações que agem em nome de e são efetivamente acompanhadas pelos seus membros e estão envolvidas em atividades de desenvolvimento”. Está baseada em mecanismos voluntários, motivados pelos interesses e valores da comunidade. A cooperação é buscada através de processos de barganha, discussão, acomodação e persuasão.

Os objetivos fundamentais para as organizações locais são de aumentar a eficiência dos programas de desenvolvimento, promover a igualdade de oportunidades e benefícios, e fortalecer a população rural, particularmente os marginalizados, para que se tornem capazes de se manifestar e demandar suas necessidades para o governo e outros setores responsáveis pelo uso de recursos escassos.

O ponto de partida para uma extensão rural voltada a uma agricultura que deva ser sustentável, no entendimento proposto, é, evidentemente, não dissociar o rural do agrícola, ou seja, da produção agropecuária *stricto sensu*.

O extensionista, além de ser um técnico em questões produtivas, profundo conhecedor das potencialidades e do poder impactante das tecnologias agrícolas, deve também, e principalmente, estar inserido na realidade social local. Ao lado de aptidões técnicas necessita exercer atividades de articulação das personagens da comunidade, seja do mais humilde camponês aos poderes locais constituídos. O perfil do extensionista vai, portanto, além do agente repassador de tecnologia, que numa direção única, dita técnicas produtivas fora das condições locais, seja do ponto de vista ecológico, seja do ponto de vista sócio econômico. Mas, tem o papel de um agente de um *determinado* desenvolvimento local.

As práticas cotidianas dos agricultores servem ao extensionista como referências e limites de uma racionalidade própria, e portanto, adap-

tada e sustentada ao longo da sua história na comunidade (BRAVO, DOURADO, CHIA, 1995).

Por outro lado, do ponto de vista da agricultura, o compromisso de uma nova extensão tem que estar claramente definido em prol das famílias rurais. O rural do camponês e o rural das empresas familiares agrícolas, passa pela família enquanto agente produtivo. A agricultura familiar é uma categoria de enorme diversidade, e dificilmente, propostas de desenvolvimento que não considerem tipologias desses agricultores, conseguirão atingir metas sociais.

A opção tem que ser clara e os esforços nessa direção são obrigatoriamente de caráter participativo.

A indeterminação do conceito de sustentabilidade, e seu reatamento no rural, se evidencia nas propostas de políticas públicas para regular a forma de organização social e econômica. Isto remete a necessidade de rever o papel do Estado frente aos avanços da organização econômica neoliberal.

Pode-se caracterizar como vertentes principais para a constituição do arcabouço legal institucional da sociedade sustentável, a visão estritamente preservacionista que propõe a regulação através da legislação e do fortalecimento dos mecanismos de punição; e a dos sócio-ambientalistas que propõem atuação junto à população na transformação de valores, com a utilização de tecnologias eficazes não só do ponto de vista ambiental e econômico, mas também social, definindo outro estilo de desenvolvimento.

Nesta abordagem, o ambiental privilegia a introdução da perspectiva sócio-econômica na conceituação de sustentabilidade. A co-evolução homem-natureza é um elemento que reforça a particularidade dos agroecossistemas e da base social neles presentes (SEVILHA-GUZMÁN, 2001). Esta é a perspectiva abordada neste trabalho e realça a revisão do papel do Estado que mostra apenas a sua face neoliberal de organizar a produção, tendo como fonte inspiradora políticas globalizantes.

A Agroecologia, por sua vez, tem contribuído teórica, metodologicamente e na prática, na realização do ideal da sustentabilidade no meio rural. No Brasil, desde fins dos anos 1980, tem se multiplicado experiências agroecológicas nos campos da pesquisa e extensão rural (CAPORAL, 1998).

A política agroambiental pode ser um instrumental para direcionar a reorganização social, quando baseada na construção de um processo par-

participativo voltado ao fortalecimento dos direitos individuais e coletivos. A espacialização da política é um dos aspectos fundamentais na viabilização de processos participativos, sendo que a diversidade do ambiente natural e social precisa emergir para permitir escolhas apropriadas das atividades e tecnologias empregadas.

Os conceitos de local e de global, não devem ser vistos apenas como uma oposição permeando o objeto de estudo, mas uma oposição de métodos. O meio local é caracterizado por uma identidade regional, possuindo características físicas e humanas específicas. A absorção da singularidade do rural é, portanto, um desafio metodológico na formulação local de políticas públicas.

A importância de padrões e comportamentos participativos e democráticos para tratar os problemas sócio-ambientais depende de instituições e valores convergentes para ações mais cooperativas e menos conflitantes.

A intensificação da globalização das relações comerciais só faz reforçar a necessidade de promover o fortalecimento do poder local, colocando limites sociais e ambientais às determinações do mercado. Este é o espaço em que se definem os desafios aos atores sociais do desenvolvimento, no sentido das transformações de um novo rural, entre eles agricultores, pesquisadores, professores e extensionistas.

5. À Guisa de Conclusão: extensão agroecológica para um novo rural

O ponto de partida para a sustentabilidade de um novo rural, com suas particularidades, no entendimento proposto, é não dissociar o agricultor do rural. O rural é visto como o espaço de vida, de moradia, de relações de uma população, enquanto o agricultor é o espaço da produção agropecuária, e enquanto tal pode ser desprovido de gente.

O rural não é nem o *continuum* do urbano, nem seu oposto. É singular, específico, particular, porém integrado numa sociedade global. Nesse sentido, não existe um só rural, passível de ser homogeneizado pelos valores sociais que, muitos autores, a despeito da crise sócio ambiental instalada após os anos dourados do pós-guerra, continuam pressionando no sentido de pasteurizar o mundo rural contemporâneo.

Existem vários rurais, com suas características individuais. O meio rural é heterogêneo, principalmente em função da região e, portanto, do raio de influência do desenvolvimento urbano em que se insere.

Nas ciências agrárias é básico, portanto, incorporar o conceito desse novo rural localizado enquanto pano de fundo não só para a pesquisa

mas, e principalmente, para a extensão. Esta também têm que ser específica para cada rural.

Cada rural possui forças endógenas, locais com papéis importantes na fundamentação da pesquisa e fortalecimento da extensão, conformando um quadro em que a diversidade biológica e social seja privilegiada. Mesmo que isso implique em rompimentos de valores globais, supervalorizados, apoiados na tecnologia que acaba por fazer do rural a expressão caricaturada do urbano.

Operacionalizar o conceito de sustentabilidade no campo direciona à construção de estratégias locais e particulares, que respeitem as condições agro-ambientais, e a contribuição dos atores da localidade, na busca do conhecimento e na ação social. Isso implica numa abertura epistemológica na elaboração do conhecimento científico, no pluralismo metodológico das pesquisas e no compromisso da ciência com as causas sociais para a transformação da realidade. A pesquisa não pode ser desvinculada do desenvolvimento local/regional, logo em uma parceria com a extensão agroecológica.

É preciso a inserção do pesquisador, professor e extensionista na realidade social local. É preciso exercitar atividades de articulação dos personagens da comunidade, ir além do ensino convencional e da geração de tecnologias comprometidas com o capital internacional, ir além de um agente repassador dessa tecnologia, que numa direção única, dita técnicas produtivas fora das condições existentes na localidade.

A pesquisa tem que incorporar a dimensão da ação participativa dos protagonistas rurais, com uma disposição constante de levar o enfoque agroecológico aos centros de pesquisa, privilegiando a prática interdisciplinar na intenção de tratar sistemicamente as disciplinas separadas pela ciência analítica. Nessa prática o ensino nas agrárias, em seus vários níveis, tem que, mais do que acompanhar esse movimento, se adiantar na adaptação de seu currículo voltado ao enfoque agroecológico e ao desenvolvimento sustentado no meio rural.

Estratégias de desenvolvimento com recursos endógenos locais valorizam o rural, geram empregos, elevam a renda, portanto, devem ser, obrigatoriamente, incorporadas às políticas públicas no que tange à investigação científica, à extensão rural e também ao ensino de ciências agrárias.

Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, essa é a diferença das políticas que ao privilegiar o agronegócio, o centraliza como solução à modernidade, mas que no fundo o transforma em parte do problema

quando se trata do atraso nas relações sociais e nos impactos ambientais.

Um novo desenvolvimento rural privilegia o local e suas singularidades, e modifica o enfoque neoliberal globalizante das políticas públicas voltadas à extensão para o agronegócio. Um desenvolvimento sustentado do meio rural, não exige o Estado, mas pelo contrário, exige uma nova abordagem na delimitação de políticas que sejam capazes de diminuir os problemas sociais e ambientais, respeitando as condicionantes locais e a participação efetiva dos atores sociais.

Se não forem voltados à sustentabilidade e à participação popular, os agentes públicos do desenvolvimento não terão cumprido o seu papel na sustentabilidade do rural contemporâneo.

Uma nova relação Estado-sociedade deve permear o redirecionamento do desenvolvimento rural, incorporando em profundidade o enfoque participativo, sob a égide das forças vivas (ecológicas e sociais) locais, em que a justiça social acabe com a dicotomia rural agrícola e não agrícola.

6. Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 120 p.

BRAVO, G.; DORADO, G.; CHIA, E. Funcionamiento de la explotación agraria y análisis de la diversidad en una perspectiva de desarrollo rural. In: BERDEGUÉ, RAMIREZ (Coords.) **Investigación con enfoque de sistemas en la agricultura y el desarrollo rural**. Santiago, Chile: RIMISP, 1995. 370 p.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público**. Ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 516 f. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História). Universidad de Córdoba (ISEC), Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set. 2002.

CARMO, M. S. do. Pensar e Agir Localmente: a mediação para a transição agroecológica, um caminho possível para assentamentos rurais? **Revista**

Retratos de Assentamentos, Araraquara-SP, v.14, p. 305-322, 2011.

CARMO, M. S. do; PINTO, M. S. V.; COMITRE, V. Estratégias Agroecológicas de Intervenção em Assentamentos Humanos: extensão para um rural sustentável, p. 239-270. In: FERRANTE, V.L.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara (co-edición), 2008.

CASADO, G.G.; MOLINA, M.G. de ; GUZMÁN, E. S. La agricultura industrializada en el contexto del neoliberalismo y la globalización económica (Capítulo 1). In: **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000. p. 21- 40.

COSTABEBER, J.A.; MOYANO E.E. **Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva** (mimeo), s/d.

ESMAN, M. J.; UPHOFF, N. T. **Organizations: intermediaries in rural development**. Cornell Univ. Press, 1984.

LEFF, E. **Limite y desafíos de la dominación hegemónica**. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: CECEÑA; SADER (Orgs.). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTER, M. E.; LINDE, C. van D. Ser Verde também é ser competitivo. **Revista Exame**, São Paulo, nov./1995. p.72-75.

SEVILHA-GUZMÁN, E. **La Agroecología como Estrategia Metodológica de Transformación Social** (s/d.).

SEVILHA-GUZMÁN, E. de. Bases Sociológicas de la Agroecología. Encontro Internacional sobre Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável. 2001, Botucatu: FCA/UNESP. In: **Anais....**, Bauru/SP, 2001.

SUNKEL, O.; GLIGO, N. (Eds). **Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina**. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1980. 109 p.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em 30 de junho de 2005.

POTENCIAL DE USO DE CERCAS VIVAS EM ASSENTAMENTO RURAL: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO PITANGA, PERNAMBUCO, NORDESTE BRASILEIRO

Marina de Sá Costa Lima¹

Laise de Holanda Cavalcanti Andrade²

Sonia Maria P. P. Bergamasco³

Resumo: Partindo da premissa de que o conhecimento camponês e suas práticas de manejo podem resultar em estratégias multidimensionais que constituem a diversidade de manejo agroflorestal, tais como as cercas vivas, avaliou-se a riqueza de espécies empregadas para construção destas pelos agricultores, seu potencial para outros usos e para um aproveitamento sustentável da flora local. Foi selecionado como modelo para o estudo o assentamento Pitanga, estabelecido no entorno do remanescente de Floresta Atlântica - Área de Preservação Permanente, no Litoral Mata Norte-PE. A área da Cia de Tecido Paulista foi desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1988 com o processo de luta pela reforma agrária e 172 famílias foram assentadas. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, incluindo observação direta, check-list e a técnica de turnê-guiada. São utilizadas 31 espécies para cercas vivas, distribuídas em 26 gêneros e 16 famílias, predominando Euphorbiaceae e Fabaceae. O conhecimento sobre cercas vivas é heterogêneo, concentrado em poucos assentados. O uso dessas espécies nas cercas vivas pode servir a múltiplos propósitos utilitários e ecológicos, constituindo um valioso componente de conservação da flora local e do conhecimento agregado de populações rurais assentadas.

1 Programa de Doutorado em Engenharia Agrícola - Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Feagri/ Unicamp. marina.lima@feagri.unicamp.br.

2 Professora Titular do CCB/UFPE, Laboratório de Etnobotânica e Botânica Aplicada. lhcandrade2@gmail.

3 Professora-titular da Feagri/Unicamp. Bolsista CNPq e CAPES (PNPVS) – UFSCar/ Araras. sonia@feagri.unicamp.br.

Palavras-chave: Assentamento Rural, Mata Atlântica, Biodiversidade, Etnoecologia, Manejo Sustentável.

Abstract: This study assuming that the peasant knowledge and their management practices can result in multidimensional strategies that constitute the diversity of agroforestry, such as living fences. The richness of species employed as living fences and their potential for other uses were evaluated. A discussion about the implications of usage of said species was included, directed at the conservation of local flora. A settlement area, located in a Permanent Preservation Area on the northern coast of the state of Pernambuco (northeastern Brazil), was selected as the model for the study. The area of Cia Paulista Tissues was disappropriated by INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform) in 1988 with the struggle for agrarian reform and 172 families were settled. Semi-structured interviews, direct observation, a checklist and the guided tour technique were used for the data collection. Thirty-one species are used as living fences, distributed among 26 genera and 16 families, with a predominance of Euphorbiaceae and Fabaceae. These plants were allocated in eight other categories of use, with lumber for construction figuring prominently. Knowledge regarding living fences was heterogeneous and concentrated among few informants. The usage of living fence species can serve multiple utilitarian and ecological purposes, the understanding of which can contribute towards sustainable management, better conservation of either the local flora and the established knowledge of rural populations.

Key words: Rural Settlement, Atlantic Forest, Biodiversity, Ethnoecology, Sustainable Management

Introdução

As populações humanas inseridas em áreas tropicais se relacionam com uma grande diversidade florestal e desenvolvem técnicas de manejo das plantas utilizadas para sua sobrevivência (PINTO et al., 2006). Na construção desse conhecimento cultural, inclui-se o uso de plantas que constituem as cercas vivas, que se destacam como um traço característico de paisagens rurais de muitos países da América tropical, em regiões áridas, semi-áridas ou úmidas (MONTAGNINI et al., 1992). Esta prática agroflorestal, que consiste no cultivo de espécies lenhosas

(ocasionalmente também herbáceas) nos limites das parcelas de terra, criações de gado, fazendas e caminhos, quase sempre associadas ao uso do arame, tem por objetivo principal delimitar as propriedades ou áreas de trabalho e restringir a passagem de pessoas ou animais (BUDOWSKI, 1987).

Além da sua finalidade principal, as cercas vivas também podem ser valiosas para o modo de vida dos agricultores de produção familiar em assentamentos, na medida em que as plantas utilizadas na sua construção têm capacidade de oferecer diversos produtos, tais como madeira para construção, combustível ou tecnologia, frutas e fármacos. Diversos autores constataram que práticas de cercas vivas podem atuar no enriquecimento do solo, como quebra-vento, fornecendo abrigo e alimento para animais silvestres, possibilitando a melhoria do microclima, propiciando maior disponibilização de forragem em época de seca e sombra para o gado, reduzindo a erosão, embelezando a paisagem e contribuindo para a biodiversidade local (BUDOWSKI, 1987; DUBOIS et al., 1996; ZAHAWI, 2005). No aspecto econômico, tais espécies podem diminuir os insumos externos, tais como a renda aplicada na compra de estacas mortas e arame, apresentando menor custo de implantação e manutenção em relação às cercas mortas (MARTIN, 1991).

No Brasil, pouco se conhece sobre as espécies que compõem as cercas vivas e estudos sobre este tema na Região Nordeste são praticamente inexistentes. Nos últimos anos, alguns dos estudos etnobotânicos junto às comunidades rurais realizados no Brasil incluíram as cercas vivas, com um enfoque secundário (ANDRADE et al., 2006). Estes estudos têm evidenciado a freqüente utilização de estacas de espécies nativas da caatinga na construção das cercas mortas, possivelmente retiradas do remanescente florestal local, como sugerido por Nascimento et al. (2008) no semi-árido pernambucano. Merece destaque o estudo pioneiro realizado por Barros (1985) no sertão pernambucano e o desenvolvido por Nascimento *et al.* (2008) sobre a diversidade florística das cercas vivas e suas implicações para a conservação no agreste de Pernambuco.

Embora muito utilizadas em áreas rurais de agricultura e pecuária, são escassos os estudos a respeito do uso de cercas vivas por populações rurais assentadas no entorno de remanescente florestal e sua importância para a comunidade e a conservação da biodiversidade.

Considerando que o resgate do conhecimento sobre a construção e o uso de cercas vivas pode embasar instrumentos legais que servem para

proteger a biodiversidade e o conhecimento tradicional associado, analisou-se qualitativa e quantitativamente o conhecimento botânico acumulado por uma população inserida em um assentamento rural, enfatizando o potencial de uso de espécies que compõem cercas vivas. A pesquisa foi direcionada para responder a três diferentes questões sobre o uso de cercas vivas na zona do Litoral-Mata Norte de Pernambuco: Qual o nível de riqueza de espécies mencionadas para construção de cercas vivas? Quais são os usos locais para estas espécies conhecidas na constituição de cercas vivas? Qual a contribuição de cada espécie no cotidiano de vida dos membros do assentamento? Comparou-se em seguida a importância relativa das diferentes espécies componentes de cercas vivas com base na percepção da sua importância pela população local e investigou-se a existência de algum padrão discernível no conhecimento dos informantes.

I. Os caminhos da pesquisa

1. Área de estudo

A zona da Mata de Pernambuco é historicamente dominada pela economia canavieira, de forma que a estrutura de funcionamento das propriedades, bem como as relações políticas e sociais do meio, ainda refletem essa fase inicial de desenvolvimento econômico. Nesta região, os assentamentos vêm desenvolvendo uma agricultura diversificada, voltada principalmente para a subsistência familiar e comercialização do excedente da produção para as demandas locais. Na Região Metropolitana do Recife, alguns deles têm maior destaque como é o caso do assentamento Pitanga, onde o cultivo, a comercialização e a industrialização da macaxeira e seus subprodutos são predominantes (RODRIGUES, ROLLO, 2000).

Pitanga é um assentamento rural estabelecido nas proximidades da Área de Preservação Permanente (APP) de um fragmento de Floresta Atlântica com 81,3 ha, situado na Zona do Litoral-Mata Norte de Pernambuco, nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu. O município Abreu e Lima (07°54'42" S e 34°54'10" W) compreende uma área de 126 km². Os remanescentes de mata mais extensos do Litoral Norte concentram-se neste município, predominando a vegetação do tipo Floresta Subperenifolia, com partes de Floresta Subcaducifolia (CPRM, 2005). A população é de cerca de 100.000 habitantes e está concentrada em sua maioria (80%) na Zona urbana. O município de Igarassu (7° 50' 00" S e 34° 54' 30" W) é tido como o primeiro núcleo a ser povoado em Pernambuco e tem o predomínio de Floresta Ombrófila Densa (CONDEPE/FIDEM, 2007).

A área dos municípios atualmente ocupada pelo assentamento, objeto desta pesquisa, era inicialmente coberta por um remanescente de Floresta Atlântica. Por volta de 1946, foi adquirida pela Cia de Tecido Paulista e, em 1988, com o processo de reforma agrária, ocorreu a desapropriação de cerca de 1.400 ha (21,5% do total do imóvel) pelo INCRA e 172 famílias foram assentadas em 840 ha da terra. Após aproximadamente duas décadas, as matas localizadas no vale do rio Bonança entre os assentamentos Pitanga I e II foram consideradas em estado crítico de conservação, apontado pelo CPRH (2005) como causa principal a expansão das áreas de policultura. No entanto, os fortes impactos nos remanescentes florestais são provavelmente devidos às contínuas extrações de madeira por empresas próximas à região e à especulação imobiliária.

No assentamento Pitanga a população rural tem influência culturalmente dinâmica quanto à sua origem, pois resultaram de um fluxo de imigração principalmente do agreste para a zona da mata. Grande parte dos atuais moradores (> 500) é descendente dessas famílias residentes à cerca de 20 anos na região. Atualmente, suas atividades econômicas estão relacionadas principalmente à agricultura de subsistência, embora alguns apresentem ocupações extras vinculados ao comércio, empresas, sementeiras, granjas e ONGs. Na área de estudo encontra-se apenas uma escola que atende até o nível fundamental, uma associação de moradores, um Posto de Saúde da Família (PSF).

2. A Coleta de dados

No trabalho de campo efetuado, as visitas foram feitas a 50 moradores do assentamento (> 18 anos, 26 homens e 24 mulheres), abrangendo 100% das parcelas de Pitanga I e 16% em Pitanga II. De acordo com o único mapa existente do assentamento, elaborado em 1989 pelo INCRA, Pitanga era inicialmente constituída por 210 parcelas distribuídas em duas regiões denominadas Pitanga I e Pitanga II, subdivididas em quatro áreas.

O estudo foi facilitado por contato inicial com uma família de agricultores locais, com a parceria da ONG Centro Sabiá, e pelo apoio do líder da associação do assentamento Pitanga. Uma reunião inicial foi realizada com o intuito de revelar os objetivos da pesquisa e obter o consentimento formal dos assentados. Os informantes são predominantemente agricultores. A faixa etária é de 20 a 74 anos, sobressaindo adultos jovens (20 a 36 anos).

A coleta das informações baseou-se em: entrevistas prévias (in-

formais e não estruturadas) e entrevistas semi-estruturadas gravadas e o preenchimento do formulário aplicado; empregou-se também a observação direta, para informações complementares sobre a percepção, uso e manejo das espécies e empregou-se a técnica de turnê-guiada, uma coleta orientada da flora local, e o check-list, para o reconhecimento das plantas (ALBUQUERQUE et al., 2008). Os seguintes dados foram obtidos através de entrevistas: dados socioeconômicos dos informantes; inventário de plantas conhecidas e utilizadas pelos agricultores (nome comum, a indicação, peças da planta usadas, manejo, informações e funções adicionais), com um foco especial sobre as espécies utilizadas em cercas vivas; e a preferência, em cada categoria de uso.

As amostras vegetais foram coletadas e prensadas *in situ*, para posterior herborização (MORI et al., 1989). As identificações foram efetuadas pelas autoras ou confirmadas por especialistas dos Herbários IPA e UFP. Os nomes científicos foram atualizados de acordo com o banco de dados do Missouri Botanical Garden (www.mobot.org).

As espécies citadas foram distribuídas em categorias de uso de acordo com Cunha e Albuquerque (2006). Aplicaram-se na análise diferentes índices (ver Tabela 1 e 2), no intuito de avaliar a importância das espécies, seus usos e como o conhecimento desses usos atribuídos estão compartilhados entre os informantes, como sugerido por Byg e Balslev (2001) e Albuquerque et al. (2008).

Tab. 1. Medidas de importância das plantas conhecidas na composição de cercas vivas baseadas na contribuição de seus usos para o consenso de importância pelos moradores do assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.

Índice	Cálculo	Descrição
Diversidade total de espécies $SD_{tot} = 1/\sum p^2$	P^2 = número de vezes que uma espécie é citada, dividido pelo número total de citações de uso das espécies.	Mede como muitas espécies são usadas e como eventualmente elas contribuem para o total de usos das espécies.

Equitabilidade total de espécies $SE_{tot} = SD_{tot}/n$	Diversidade total de espécies (SD_{tot}) dividido pelo número de espécies usadas (n).	Mede como as espécies contribuem para o uso total independente do número de espécies usadas.
Valor de uso $UV_s = \sum UV_{is}/n$	Número de usos que o informante conhece para a espécie (UV_{is}), dividido pelo número total de informantes (n).	Medida da média do número de usos que o informante conhece para as espécies.
Valor de diversidade de uso $UD_s = 1/\sum P_c^2$	P_c = número de vezes que uma espécie foi mencionada dentro de cada categoria de uso, dividido pelo número total de citações de uso da espécie dentro de todas as categorias.	Mede como muitas categorias de uso da espécie são usadas e como elas contribuem para o uso total das espécies.
Valor de equitabilidade de uso $EU_s = UD_s / UD_{smáx}$	$UD_{smáx}$ = máximo valor de diversidade de uso para a espécie, com usos citados num determinado número de categorias.	Mede como diferentes usos contribuem para o total de usos das espécies, independente do número de categorias de uso.

Fonte: Tabela adaptada a partir de Byg e Balslev (2001) e Albuquerque et al. (2008).

Tab. 2. Medidas de consenso baseadas na contribuição dos informantes para a importância das plantas conhecidas para composição de cercas vivas pelos moradores do assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.

Índice	Cálculo	Descrição
Valor de importância $IV_s = n_{is}/n$	Número de informantes que consideram a espécie como mais importante (n_{is}), dividido pelo número total de informantes (n)	Mede a proporção de informantes que consideram a espécie como mais importante.

Valor de diversidade do informante $ID_s = 1/\sum P_i^2$	P_i = número de citações de uso da espécie pelo informante, dividido pelo número total de citações da espécie.	Mede como muitos informantes usam as espécies e como esses usos estão distribuídos entre eles.
Valor de equitabilidade do informante $IE_s = ID_s/ID_{smáx}$	$ID_{smáx}$ = máximo valor de diversidade do informante para a espécie, a qual é conhecida por um dado número de informantes.	Mede como os usos das espécies estão distribuídos entre os informantes, independente do número de informantes.
Valor de consenso de uso $UC_s = 2n_s/n-1$	n_s = número de pessoas usando a espécie	Mede o quão amplo é o grau de concordância entre os informantes sobre o que eles consideram como útil ou não.

Fonte: Tabela adaptada a partir de Byg e Balslev (2001) e Albuquerque et al. (2008).

II. As cercas vivas no assentamento Pitanga e suas características de uso, de importância e de diversidade biológica.

1. Riqueza e uso de espécies

Dentre as plantas usadas no assentamento para diversos propósitos, 31 espécies foram indicadas para construção de cercas vivas. Estas espécies estão distribuídas em 26 gêneros e 16 famílias, todas exclusivamente representantes das Magnoliopsida, destacando-se Euphorbiaceae e Fabaceae, cada uma com quatro espécies, e Myrtaceae, com três espécies.

Aproximadamente um quarto das espécies inventariadas neste trabalho são empregadas na construção de cercas vivas em outras regiões tropicais, tais como *Schinus terebinthifolia* Raddi (Aroeira), *Spondias mombin* L. (Cajá), *Euphorbia tirucalli* L. (Aveloz), *Hibiscus rosa-sinensis* L. (Papoula), *Mimosa caesalpiniiifolia* Benth. (Sabiá) e outras pertencentes aos gêneros *Croton* (Cróton) e *Eucalyptus* (Eucalipto) (BAGGIO e CARPANEZZI, 1988; MARTIN, 1991; MIRANDA e VALENTIM, 1998). No entanto, nenhuma similaridade florística foi detectada entre as espécies empregadas como cercas vivas no assentamento Pitanga e as espécies utilizadas para esse mesmo propósito em estudos desenvolvidos em outros países de região tropical (BOTERO E RUSSO, 1999; HARVEY et al.,

2003; VILLANUEVA et al., 2003; BHATTARAI et al., 2007). Isto pode ser devido as diferenças na composição florística, bem como as diferenças culturais que influem na seleção das espécies.

Com base na sua composição, as cercas vivas utilizadas no assentamento Pitanga podem ser distinguidas como homogêneas ou heterogêneas, com predominância deste último nas propriedades. Este fato também foi descrito por Bhattarai et al. (2007), que estudou os usos tradicionais de plantas para cercas no Nepal, como cercas heterogêneas que representam uma importante estratégia para a proteção contra pragas. Em um estudo sobre o crescimento do Mogno (*Swietenia macrophylla* King) e Eucalipto (*Eucalyptus* sp.) para a construção de cercas vivas homogêneas (com apenas duas espécies) em áreas rurais do Estado do Acre (Brasil), Oliveira (2007) detectou ataques de larvas da Mariposa *Hypsipyla grandella* Zeller (1848) em 70% dos indivíduos de mogno e 10% do eucalipto. Vários autores enfatizam a importância da introdução de uma maior diversidade de espécies na construção de cercas vivas, a fim de reduzir o impacto de pragas (BRECHELT, 2004).

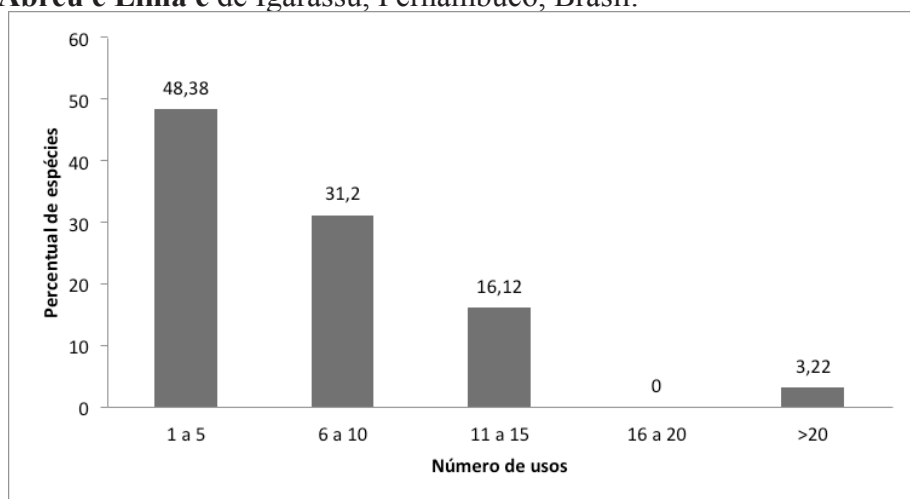
As cercas vivas e cercas mistas foram frequentemente encontradas nas margens das estradas, cercando os cultivos agrícolas e prevenindo a entrada de animais de maior porte, como cavalo, raposa, mula, boi e cabra. Estas cercas são também encontradas circundando os lotes, principalmente para delimitar e protegê-los, como parte dos lotes que podem ter sido doados a uma nova família de descendentes. *Mimosa caesalpiniiifolia* (Sabiá) está usualmente presente nestes arranjos, devido aos espinhos e grande cobertura arbórea, dificultando o acesso, a visibilidade do terreno e a retirada de cultivos. Em Pitanga, a presença de tais plantas nas cercas vivas é importante para a prevenção da entrada de animais de criação e selvagens nas áreas de cultivos. As cercas mortas foram mais encontradas delimitando o curral de animais de pequeno e médio porte, tais como a galinha, o peru, o porco e o bode.

A população do assentamento Pitanga atualmente não extrai plantas lenhosas na Área de Preservação Permanente – APP, como o fez no passado. A produção de mudas de espécies silvestres ameaçadas, como *Manilkara* sp. (Massaranduba) e *Bowdichia virgilioides* Kunth (Sucupira), em algumas propriedades revela uma necessidade local de manejo decorrente da percepção de mudança na disponibilidade dos recursos, como observado em outras comunidades tradicionais que perceberam alterações na disponibilidade desses recursos (BHATTARAI et al., 2007).

O porte arbóreo foi o aspecto mais recomendado pela maioria dos moradores para a construção de cercas vivas (71,4%) e poucas espécies registradas possuem hábito arbustivo (17,8%), herbáceo (7,14%) ou são lianas (3,5%). A maioria das espécies (74,2%) utilizadas na construção de cercas vivas é nativa da Floresta Atlântica e obtida no remanescente ao lado do assentamento ou na área da própria propriedade. Estudando a construção de cercas vivas por uma comunidade rural estabelecida em uma área de caatinga, Nascimento et al. (2008) descreveu um resultado semelhante, no qual a maioria dos indivíduos entrevistados relataram a extração de recursos a partir de um fragmento de floresta adjacente.

Durante as entrevistas, 567 menções de uso foram recomendadas para 31 espécies que são empregadas em cercas vivas e possuem outros usos em Pitanga (1 a 25 usos/espécie), tais como: construção, combustível, tecnologia, alimento humano, alimento para animal silvestre, medicinal, ornamental, condimentícia, limpeza, desinfetante, tóxica e artesanato. A maioria das espécies tem de um a cinco tipos de usos, como *Guapira* sp. (João mole), *Morus nigra* L. (Amora) e *Eugenia uniflora* L. (Pitanga), com quatro usos cada (Fig. 1). *Eschweilera ovata* (Cambess.) Miers, a Imbiriba, apresenta 25 formas de aproveitamento, demonstrando um alto grau de versatilidade e corroborando com a descrição de espécies por Cunha e Albuquerque (2006) em uma comunidade rural de Rio Formoso, um remanescente de Mata Atlântica em Pernambuco.

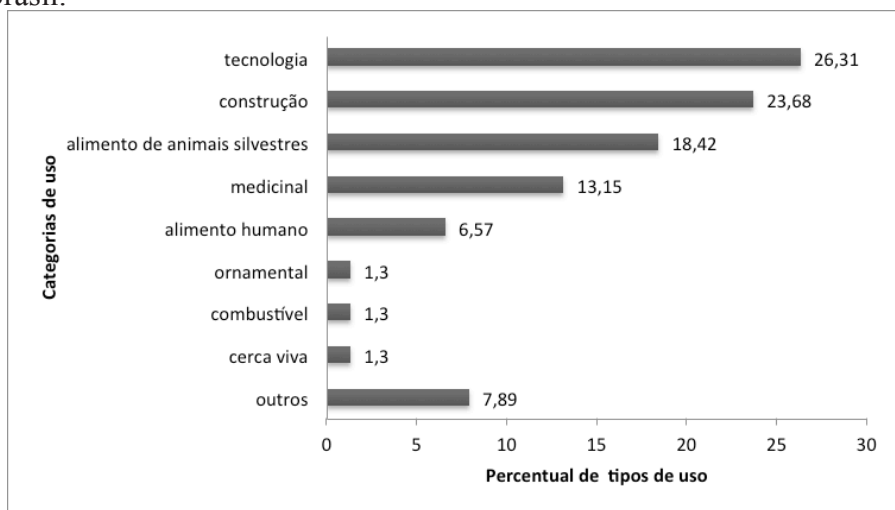
Fig 1. Número de usos citados para as espécies das plantas empregadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa

Torquebiau (1992) considera a capacidade para usos múltiplos de uma planta um importante atributo para a escolha adequada de uma espécie que irá compor uma prática agroflorestal, como a de cercas vivas. Ao todo, os entrevistados reconheceram 76 tipos de uso para as 31 plantas inventariadas, destacando assim o potencial das categorias mais diversificadas: tecnologia, com 20 diferentes usos (26,3% do total); construção, com 18 tipos de uso (23,7%); e alimento de animal silvestre, com 14 tipos de uso (18,4%). As demais categorias totalizaram 24 tipos de uso dos recursos vegetais (Fig. 2).

Fig 2. Percentual de tipos de usos mencionados para as categorias em que se enquadram as plantas utilizadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os valores dos índices de diversidade e equitabilidade de uso para as espécies indicadas como cercas vivas foram baixos ($SD_{tot} = 0.04$; $SE_{tot} = 0.001$), demonstrando que as plantas constituintes de cercas vivas não são usadas de forma homogênea no assentamento Pitanga. Este conhecimento está concentrado em poucos indivíduos, com apenas seis agricultores capazes de indicar acima de dez plantas para cercas vivas.

2. Importância das espécies e distribuição do conhecimento entre os

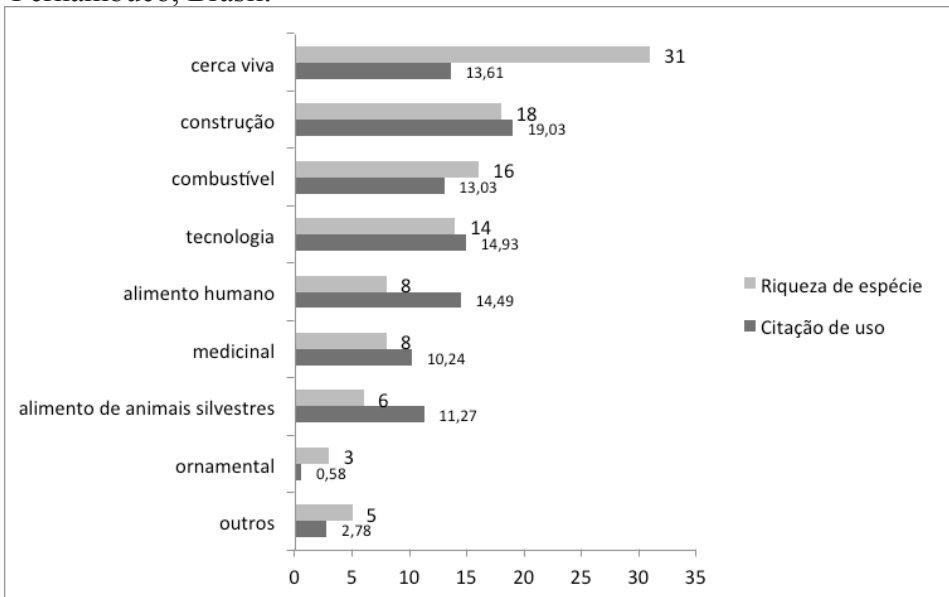
assentados

“Tudo é espécie de valor comercial: o cocão, a sucupira, a massaranduba e o eucalipto. Vem gente de fora pra vender a madeira” (Agricultora 1)

“A embira vermelha tem que tirar em noite escura. Tirar em noite clara e de dia dá muito cupim.” (Agricultor 1)

As plantas lenhosas que compõem as cercas vivas encontradas em Pitanga são distinguidas principalmente em três grandes categorias de uso: combustível, tecnologia e construção, cada uma contendo praticamente as mesmas espécies. A categoria construção, na qual a parte usada da planta é exclusivamente a madeira, apresentou a maior média do valor de uso, contribuindo com a maior riqueza de espécies (18 spp.) e citações de usos (22,04 %) em comparação com as outras (Fig. 3). Entretanto, na indicação para cercas vivas, houve apenas 7% de citações de uso dessas plantas, uma vez que a extração da madeira representa uma necessidade local de subsistência.

Fig 3. Riqueza de espécies e citação de uso para as diferentes categorias em que se enquadram as plantas empregadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa.

Algumas espécies foram citadas unicamente para cercas vivas, como *H. rosa-sinensis* (Papoula) e *Croton* sp. (Cróton), que tem um bai-

xo consenso de uso no assentamento pois foram mencionadas por poucos informantes (14%). Outras espécies frequentemente citadas para cercas vivas foram *E. ovata*, (Imbiriba) indicada por 25% dos entrevistados e *M. caesalpinifolia* (Sabiá), citada pela maioria (96%) dos informantes. Esta última tem a vantagem de ter crescimento rápido e não precisa do uso do arame na construção da cerca viva, pois forma uma barreira natural quando plantada num espaçamento adequado (MIRANDA, VALENTIM, 1998). Sua eficiência é reconhecida ao ser apontada como uma das espécies mais apropriadas para cumprir os requisitos de cercas vivas aplicadas a corredores ecológicos, com o objetivo de proteção da fauna silvestre (DNIT, 2006). *M. caesalpinifolia* (Sabiá) também é apontado por Ferreira et al. (2007) pela capacidade de deposição e acúmulo de nutrientes em serapilheira, especialmente nas folhas, representando assim uma das principais fontes de nutrientes para o solo e proteção contra a erosão.

Em Pitanga, *B. virgilioides* (Sucupira), *S. terebinthifolia* (Aroeira) e *Manilkara* sp. (Massaranduba) são escolhidas para compor cercas vivas, devido ao seu valor madeireiro e o fato de que elas estão se tornando cada vez mais raras nos fragmentos florestais da região. De acordo com Matos et al. (2005), o elevado consumo de determinadas espécies para a produção de moirões e cercas mortas reduz as populações naturais e obriga os agricultores a usar espécies de madeira com menor durabilidade, ocorrendo uma redução na disponibilidade de madeira de boa qualidade. Esta circunstância tem contribuído para fazer o agricultor se adaptar e procurar alternativas que compreendem modelos economicamente mais viáveis adaptados às condições ambientais locais, como o uso de plantas da região na composição de cercas vivas.

Silva et al. (2008) afirmam que um bom argumento para justificar o uso de uma planta é considerar o consenso de uso, que demonstra como a espécie é bem conhecida localmente para a finalidade indicada. No presente estudo, os valores do consenso de uso (UC_s) demonstraram que algumas espécies foram identificadas como úteis pela maioria dos informantes, confirmando o reconhecimento cultural destas espécies para a população assentada. A pesquisa revelou que a contribuição de diferentes usos da planta pode variar para espécies com elevado número de utilizações. Assim, um ou alguns usos seriam responsáveis pela maioria dos relatos dos informantes, corroborando com os resultados de Byg e Balslev (2001).

Na avaliação da importância relativa das espécies utilizadas em cercas vivas no assentamento Pitanga (Tab. 3), considerando o consenso

dos usos citados e o número de informantes que mencionam cada planta, 20 espécies se destacaram por terem sido mencionadas por no mínimo 15 informantes, algumas chegando até 30. Os valores de consenso de uso (UC_s) entre os informantes foram altos, o que demonstra forte concordância para os usos de *B. virgilioides* (Sucupira), *E. ovata* (Imbiriba), *Pithecellobium cochliacarpum* (Gomes) J.F. Macbr. (Barbatimão), *M. caesalpinifolia* (Sabiá), *S. terebinthifolia* (Aroeira) e *Pogonophora schomburgkiana* Miers ex Benth. (Cocão) com ampla distribuição deste conhecimento entre os agricultores (Tab. 3).

O valor de uso (UV_s) revelou *E. ovata* (Imbiriba), *B. virgilioides* (Sucupira) e *P. cochliacarpum* (Barbatimão) com a maior média de usos mencionados pelos entrevistados. No entanto, apenas determinados usos representaram a maioria das citações, como os usos de *E. ovata* (Imbiriba) para construção de habitação e como fonte de alimento para fauna silvestre, *B. virgilioides* (Sucupira) para construção de moradia e *P. cochliacarpum* (Barbatimão) com destaque para o uso medicinal. Em geral, grande parte dos entrevistados conhecia pouco sobre os usos destas as plantas.

A análise do conhecimento dos informantes sobre o nº total de usos das espécies, através do índice de valor da diversidade do informante (ID_s), também destaca *B. virgilioides* (Sucupira) e *E. ovata*. (Imbiriba). O alto valor foi baseado na citação de uso para as duas plantas por mais da metade dos informantes. Embora estas espécies sejam bem reconhecidas, os altos valores encontrados são devido principalmente ao uso da madeira como lenha, construção de moradias e a fabricação de móveis e utensílios de cozinha e de trabalho. *M. caesalpinifolia* (Sabiá) também se destaca por ser apreciada por 96% dos informantes para compor cercas vivas. Mais de dois terços das espécies estudadas (70%) apresentaram valores abaixo de 10, o que indica que seus usos são conhecidos por poucas pessoas (Tab. 3).

Nenhum dos informantes conhece usos para todas as espécies estudadas e comumente reconhecem uma média de seis espécies e 11 usos, por informante. Uma relação entre diversidade de informante e importância da espécie foi identificada em Pitanga. As espécies reconhecidas como importantes devido às diferentes possibilidades de uso são aproveitadas por mais pessoas do que as espécies que não foram reconhecidas como muito importantes e tendo poucos usos. Os valores de equitabilidade de uso de informantes (IE_s) evidenciaram que todas as pessoas que conhecem determinada planta sabem, em média, o mesmo número de usos. Há também

uma relação entre o alto valor da diversidade de informante e o baixo valor de equitabilidade do informante. Isto indica que existem diferenças nos tipos de uso de plantas que têm muita citação de usos e são mencionadas por um grande número de indivíduos.

B. virgilioides (Sucupira) foi a planta mais mencionada pelos informantes (60%) e a que atingiu o maior valor de consenso de uso, especialmente para fins tecnológicos (91,6%). Esta espécie apresentou o maior valor de importância, destacando-se como preferida dentre todas as espécies madeireiras. Embora a Sucupira tenha demonstrado alta versatilidade de uso no assentamento Pitanga, apenas três informantes a indicaram para cercas vivas (5,5%), devido ao seu grande porte não ser muito apreciado neste tipo de construção.

E. ovata (Imbiriba) alcançou um elevado grau de concordância de uso, com o maior consenso no assentamento para o uso em materiais de construção (57%). Este resultado se deve provavelmente ao fato de que a espécie tem uma grande disponibilidade na área de estudo e no remanescente florestal adjacente. Também é frequentemente encontrada em outros fragmentos florestais na região norte do litoral de Pernambuco, como mencionado por Ferraz e Rodal (2006). *E. ovata* (Imbiriba) é facilmente multiplicada por estacas e a planta, a partir da qual as estacas foram removidas, rebrota rapidamente.

Embora representando apenas 9,8% das citações de uso na categoria cerca viva, a Imbiriba reúne uma considerável diversidade de usos, incluindo: ripa, palete, caibro, linha, estronca, telha, sarrafo, etc. para construção de moradias (36,6%); como combustível, lenha para forno (18,3%); e tecnologia, indicada para cabos de enxada e foice, corda e mobília (11,2%). O elevado grau de versatilidade desta espécie, especialmente como fonte de madeira, pode ter contribuído para a sua preferência entre várias outras espécies.

E. tirucalli (Aveloz) e *Cereus* sp. (Mandacaru), amplamente conhecidas para o uso de cercas vivas na literatura, teve um baixo UC_s e foram citadas por poucos informantes (6%; 2% respectivamente). Apesar de seu baixo UC_s , *Cereus* sp. (Mandacaru) é uma das principais espécies utilizadas em cercas vivas no assentamento Pitanga. Em um estudo etnobotânico realizado na região semi-árida do Estado da Bahia (Nordeste do Brasil), Andrade et al. (2006) relataram que esta espécie tem uma madeira resistente para a construção de habitação que pode durar de 20 a 30 anos. O mesmo estudo menciona um artigo escrito por Andrade-Lima (1989)

que considera a madeira do Cacto, de longa duração, quando não está em contato com os agentes de decomposição no solo.

Tab. 3. Espécies empregadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, município de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.

Fonte: Espécies empregadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, município de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil.

PLANTA	FAMÍLIA / NOME CIENTÍFICO	USO (n°)	CATEGORIA DE USO	IV _c	ID _c	IF _c	UC _c	UD _c	UF _c	UV _c	SD _c
ANACARDIACEAE											
aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i> Radlk.	32	c,d,f	-	18,72	0,39	1,53	2,5	0,28	1,33	1,78
cajá	<i>Spondias mombin</i> L.	18	a,c,d	-	8	0,16	0,93	1,89	0,21	1,2	1,44
ANNONACEAE											
embira vermelha	<i>Xylopia frutescens</i> Aubl.	15	c,d,e,f	-	1,28	0,02	0,46	1,71	0,19	1,15	1,33
ASTERACEAE											
flor de mel	<i>Tithonia diversifolia</i> (Hemsl.) A. Gray	3	b,d,f	-	5,06	0,1	0,06	3,02	0,33	1	1
BOMBACACEAE											
minguba	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	2	d,e	-	2	0,04	0,13	2	0,22	1	1
CACTACEAE											
mandacaru	<i>Cereus</i> sp.	2	d,a	-	1	0,02	0,06	3,63	0,4	1	1
CLUSIACEAE											
lacre	<i>Piscia guianensis</i> (Aubl.) Pers.	10	c,d,e,h	-	2,85	0,06	0,26	5,88	0,66	1,11	1,23
EUPHORBIACEAE											
aveloz	<i>Euphorbia tirucalli</i> L.	4	d,f,h	-	3,22	0,06	0,19	5,4	0,6	1	1
cocão	<i>Pogonophora schomburgkiana</i> Miess ex Benth.	37	c,d,e	-	12,91	0,27	1,53	4,33	0,48	1,23	1,52
croton	<i>Croton</i> sp.	7	d	-	3,5	0,07	0,46	1	0,11	1	1

PLANTA	FAMÍLIA / NOME CIENTÍFICO	USO (n°)	CATEGORIA DE USO	IV _c	ID _c	IF _c	UC _c	UD _c	UF _c	UV _c	SD _c
cabucuço	<i>Richeria granata</i> Vahl	15	c,d,e	0,02	5,46	0,11	0,33	1,94	0,21	1,25	1,56
FABACEAE											
coração de nego	<i>Puccinellium parviflora</i> Benth.	13	c, d, e, g	-	6,77	0,14	0,53	4,22	0,47	1,08	1,17
barbatimão	<i>Pithecolobium cochiliacurum</i> (Gomes) J.F. Machr.	44	c, d, f	-	26,5	0,55	1,8	2,3	0,25	1,25	1,58
jital	<i>Dialium guianense</i> (Aubl.) Sandwith	11	c, d, e	-	2,2	0,04	0,4	6,73	0,75	1,37	3,44
sucupira	<i>Bowdichia virgiloides</i> Kuntz	62	c, d, e	0,2	47,39	1	2	4,04	0,45	1,21	1,49
LECYTHIDACEAE											
imbitiriba	<i>Echivalera ovata</i> (Cambess.) Miess	71	a, b, c, d, e, f, h	0,04	33,44	0,7	1,9	8,89	1	1,39	1,96
MALPIGHACEAE											
mariçá	<i>Byrsonima sericea</i> DC.	29	a, c, d, e	0,02	7,24	0,15	1,26	4,18	0,47	1,16	1,35
MALVACEAE											
papoula	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	21	d, g	-	10,63	0,22	1,26	1,2	0,13	1	1
MIMOSACEAE											
sabiá	<i>Mimosa catalinaefolia</i> Benth.	25	b, d	-	23,14	0,48	1,6	1,08	0,12	1	1
MORACEAE											
oiú	<i>Lecanina tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	15	a, b, d	-	4,79	0,1	0,6	3,36	0,37	1,36	1,88
amem	<i>Morus nigra</i> L.	4	a, b, d	-	8	0,16	0,13	4	0,44	1	1

PLANTA	FAMÍLIA / NOME CIENTÍFICO	USO (n°)	CATEGORIA DE USO	IV _s	ID _s	IE _s	UC _s	UD _s	UE _s	UV _s	SD _{tot}
MYRTACEAE											
goiaba do mato	<i>Psidium guianense</i> Sw.	14	c,d,e	-	8,52	0,17	0,73	1,62	0,18	1,07	1,16
eucalipto	<i>Eucalyptus</i> sp.	32	c, d, e, f, h	-	22,22	0,46	1	6,08	0,71	1,28	4,55
pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.	24	a, d, f	-	5,97	0,12	1,33	1,56	0,17	1,04	1,08
NYCTAGINACEAE											
joão mole	<i>Guajava</i> sp.	5	c, d	-	1	0,02	0,26	2,77	0,31	1	1
SAPOTACEAE											
massarandaba	<i>Mantilka</i> sp.	43	a, b, c, d, e	0,1	24,44	0,51	1,06	4,8	0,53	1,13	1,28
ZINGIBRACEAE											
panamá	<i>Alpinia purpurata</i> (Vieill.) K. Schum.	1	d	-	1	0,02	0,06	1	0,11	1	1
sem identificação											
amor de sogra		1	D	-	1	0,02	0,06	1	0,11	1	1
barabú		5	d, e	-	3,12	0,06	0,2	4,1	0,46	1,25	1,56
molambo		1	D	-	1	0,02	0,06	1	0,11	1	1
paraqueta		1	d	-	1	0,02	0,06	1	0,11	1	1

Nº de usos; Categorias - a = alimento humano; b = alimento de animal silvestre, c = combustível, d = construção, e = tecnologia, f = medicinal, g = ornamental, h = outros; Lenha1, Madeireira2, Multipropósito3, Conservação do solo4, Conservação biológica5, Artesanato6, Paisagismo7, Frutífera8; IV_s = valor de importância; ID_s e IE_s = diversidade e equitabilidade do informante; UC_s = consenso de uso; UD_s e UE_s = diversidade e equitabilidade de uso; UV_s = valor de uso; SD_{tot} = diversidade de espécie total.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nº de usos; Categorias - a = alimento humano; b = alimento de animal silvestre, c = combustível, d = construção, e = tecnologia, f = medicinal, g = ornamental, h = outros; Lenha1, Madeireira2, Multipropósito3, Conservação do solo4, Conservação biológica5, Artesanato6, Paisagismo7, Frutífera8; IV_s = valor de importância; ID_s e IE_s = diversidade e equitabilidade do informante; UC_s = consenso de uso; UD_s e UE_s = diversidade e equitabilidade de uso; UV_s = valor de uso; SD_{tot} = diversidade de espécie total.

Fonte: Dados da pesquisa.

No presente estudo, *E. ovata* (Imbiriba) e *Dialium guianense* (Aubl.) Sandwith (Jitai) foram as primeiras entre as 10 espécies com a maior média de valor de uso para cercas vivas. De acordo com Gliessman (2005), a necessidade de administrar o uso dos recursos naturais implica uma maior utilização da flora local, identificando espécies com múltiplos usos que correspondem a um retorno sócio-econômico e ambiental, fundamental para a sustentabilidade dos sistemas de produção. Como identifica o agricultor: “Passarinho espalha, se não cortar enche de pitanga” (Agricultor 2).

Árvores e arbustos frutíferos se destacam nas cercas vivas estudadas, como *E. uniflora* (Pitanga), *S. mombin* (Cajá), *M. nigra* (Amora), *Cereus* sp. (Mandacaru), *Tithonia diversifolia* (Hemsl.) A. Gray (Flor de mel) e plantas normalmente usadas como fonte de madeira, tais como *Mantilka* sp. (Massaranduba), *M. caesalpinifolia* (Sabiá), *E. ovata* (Imbiri-

ba), *Byrsonima sericea* DC. (Muriçi) e *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (Oiti) (Tab. 4). Estas espécies foram responsáveis por 24% das menções de uso como fonte de alimento para pessoas (fruta, semente, doce, suco, polpa, geléia) e para animais silvestres (veado, abelha, coelho do mato, quati, teju, preguiça, tamanduá, cutia, paca, capivara, raposa, preguiça, sagüim e tatu). Esta última categoria se sobressai pela grande variedade de usos (18,42%).

Considerando a importância relativa das espécies utilizadas para fonte de alimento, mais uma vez *E. ovata* (Imbiriba) se destaca, pois segundo os moradores do assentamento, suas flores e frutos servem de alimento para a fauna silvestre (18,3%), como o coelho do mato, o quati, o teju, a preguiça, o tamanduá, a cutia, a paca, a capivara e a raposa. *L. tomentosa* (Oiti) tem considerável importância no assentamento Pitanga como alimentícia, apreciada no assentamento como frutífera (53,3%), especialmente como alimento para cutia, tatu, paca, sagüim e quati (33,3%). *S. mombin* (Cajá) atingiu elevado percentual como fonte alimentícia (88,8%) para consumo humano no preparo de polpa, suco e geléia do fruto. O fruto de *Cereus* sp. (Mandacaru) é bem apreciado no assentamento e *M. caesalpiniiifolia* (Sabiá) é indicada como planta de produção de seiva (melífera).

E. ovata (Imbiriba) se destaca como alimento para animais silvestres e *S. mombin* (Cajá) para alimento dos agricultores. As espécies empregadas como postes para cercas vivas são geralmente caracterizadas por um rápido crescimento e a formação de um calo que cobre o ponto em que o arame está ligado ao tronco, protegendo-o assim de fungos e insetos. Um bom exemplo é o *S. mombin* (Cajá) que também é utilizado em outros países tropicais (Honduras, Cuba) e tem um considerável potencial como um componente de cerca viva, devido ao seu rápido crescimento e fácil propagação através de estacas (MIRANDA, VALENTIM, 1998).

Além das categorias de uso da madeira para construção, combustível e tecnologia, as que mais influenciaram o uso de espécies empregadas como cercas vivas (UD_s) foram as alimentícias e usos medicinais (Tab. 4). Quanto à diversidade de uso (UD_s), as espécies que mais se destacaram, além de *E. ovata* (Imbiriba), foram as lenhosas *D. guianense* (Jiatí), *Eucalyptus* sp. (Eucalipto) e *Vismia guianensis* (Aubl.) Pers (Lacre).

Analisando como os diferentes usos contribuem para o número total de usos das espécies estudadas (UE_s), as categorias de “alimentos para animais silvestres” e “ornamental” apresentaram os menores valores, enquanto construção, combustível e tecnologia mais uma vez são resalta-

das (Tab. 4). Isto indica uma tendência a priorizar espécies lenhosas para cercas vivas e, ao mesmo tempo, estas espécies podem ter outros usos potenciais.

Tab. 4. Versatilidade e distribuição de uso nas diferentes categorias em que se enquadram as plantas empregadas na construção de cercas vivas no assentamento Pitanga, municípios de Abreu e Lima e de Igarassu, Pernambuco, Brasil

Categoria	UD_s	UE_s
Construção	71,32	8,95
Combustível	61,75	7,89
Tecnologia	59,29	7,62
Alimento para população humana	32,31	3,62
Medicinal	32,19	3,6
Outros	28,35	3,18
Alimento para animais silvestres	25,15	2,79
Ornamental	10,44	1,15

UD_s = Diversidade de uso; UE_s = equitabilidade de uso.

Fonte: Dados da pesquisa.

“Todo remédio se tomar demais ou vários prejudica. Tem que ter um tempo certo. Tanto cura, como mata.” (Agricultor 3).

“Todo mato que tem dentro dos matos é remédio, mas a gente não sabe” (Agricultor 4).

Dentre as espécies que constituem as cercas vivas no assentamento e que podem ser usadas para propósitos medicinais, *E. uniflora* (Pitanga), *E. ovata* (Imbiriba), *E. tirucalli* (Aveloz), *Eucalyptus* sp. (Eucalipto), *P. cochliacarpum* (Barbatimão), *S. terebinthifolia* (Aroeira), *V. guianensis* (Lacre), têm as seguintes aplicações: cicatrizante, antiinflamatório geral, analgésico para dente, analgésico geral, antiinflamatório genital feminino, coagulante sangüíneo, antigripal, para tratar diarreia e para tirar e tratar verruga. Duas espécies são destacadas pelas suas propriedades terapêuticas: *S. terebinthifolia* (Aroeira) que tem um das maiores “valor de uso” e o maior percentual de citações de uso terapêutico como cicatrizante, an-

tiinflamatório geral, analgésico para dente, antiinflamatório genital, coagulante sanguíneo (87,5%), foi indicada por 40% dos informantes; e *P. cochliacarpum* (Barbatimão) foi indicada por 52% dos informantes, obtendo um alto grau de concordância, especialmente para fins terapêuticos como cicatrizante e antiinflamatório geral e genital, analgésico para dente, coagulante sanguíneo (79,5%), mesmo apresentando um baixo valor de diversidade de uso.

As plantas ornamentais mais importantes presentes nas cercas vivas no assentamento estudado são *Poecilanthe parviflora* Benth. (Coração de Negro), que atingiu o maior valor de uso e versatilidade nessa categoria, sendo mencionada como ornamental (7,6%) e também indicada para construção (46,1%); *H. rosa-sinensis*, com forte concordância entre os informantes com usos mencionados essencialmente para cercas vivas (90,5%) e poucos como ornamental (9,5%); e *T. diversifolia*, que obteve um valor médio de diversidade de uso, com poucas citações para usos distintos de cercas vivas, tais como alimento para abelhas e ornamental, possuindo um baixo valor de consenso de uso.

“Quando não tinha colorau, botava a seiva vermelha do lacre na carne” (Agricultora 2).

Apenas quatro espécies foram enquadradas na categoria “outros”, que inclui o uso artesanal (*E. ovata* - Imbiriba, fabricação de instrumento musical), condimentício (*V. guianensis* - Lacre, tempero para carne), inseticida e desinfetante (*Eucalyptus* sp., Eucalipto) e tóxica (*E. tirucalli*).

As diferentes abordagens quantitativas sobre o conhecimento, uso e importância das espécies empregadas para cercas vivas diferem consideravelmente entre as espécies (Tab. 3). Isto indica que o grau de como uma planta é usada e apreciada pela população depende de características peculiares das espécies que são adequadas às necessidades locais dos camponeses, corroborando com o resultado encontrado por Byg e Balslev (2001).

Os valores de importância (IVs) variaram de zero a próximo de zero para praticamente todas as espécies, exceto para *B. virgilioides* (Sucupira), *Manilkara* sp. (Massaranduba) e *E. ovata* (Imbiriba) pelo seu valor madeireiro. Estas espécies foram as que apresentaram maior versatilidade de uso, assim como *D. guianense* e *Eucalyptus* sp. Diversos estudos etnobotânicos assumem direta ou indiretamente que a importância de uma planta está relacionada às diferentes formas de como ela pode ser aproveitada, ou seja, as plantas mais importantes para uma determinada comuni-

dade são as que detêm maior número de usos (Byg, Balslev, 2001).

As espécies estudadas que se destacaram pelo “valor de importância” também apresentaram um alto “valor de uso” e diferentes tipos de uso (Tab. 3). Isso parece dar suporte à reflexão sobre a importância de uma planta, como resultado das diversas formas de aproveitamento das plantas. Albuquerque e Andrade (1998) lembram que algumas plantas podem ser de extrema importância para uma comunidade não apenas pela quantidade de usos, mas também pelo seu valor simbólico ou místico-religioso dentro da sua cultura, como é o caso da ‘Jurema’ - *Mimosa tenuiflora* (Willd.) Poir - para o Nordeste brasileiro.

A riqueza de espécies com potencial de uso no assentamento Pitanga reflete também na predominância de cercas vivas heterogêneas, em relação à sua composição, com uma diversidade de espécies que atendem às recomendações da literatura a respeito das formas de fortalecimento para reduzir o impacto de pragas. *Cereus* sp. (Mandacaru), *E. tirucalli* (Aveloz), *H. rosa-sinensis*, *Croton* sp. e *M. caesalpinifolia* têm características desejáveis para cercas vivas, como os espinhos, seiva tóxica e capacidade para crescer em ambientes fechados, que ajudam no objetivo principal da proteção (MIRANDA, VALENTIM, 1998; ANDRADE et al., 2006; BHATTARAI et al., 2007). Enquanto *M. caesalpinifolia* (Sabiá) é reconhecida especialmente por ser apreciada por animais e como planta forrageira no Nordeste do Brasil.

III. Considerações finais

O presente estudo demonstra que os agricultores familiares no assentamento Pitanga detêm um acervo de conhecimento sobre a flora local relacionado às espécies com potencial para uso na construção de cercas vivas. As espécies silvestres, exóticas e cultivadas estão distribuídas entre diferentes famílias botânicas e oferecem uma diversidade de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, em especial para a construção de moradias, reparo tecnológico da madeira, aproveitamento como lenha e carvão, e alimento para a fauna silvestre. Espécies arbóreas foram as mais recomendadas para compor cercas vivas e a madeira é a parte da planta que tem o maior uso no assentamento.

O conhecimento sobre o uso de plantas para cercas vivas não é bem distribuído no assentamento Pitanga e está concentrado em poucos agricultores do sexo masculino em relação ao uso de espécies para o aproveitamento da madeira. Há um maior reconhecimento cultural dos usos

para *B. virgilioides* (Sucupira), *E. ovata* (Imbiriba), *P. cochliacarpum* (Barbatimão), *M. caesalpinifolia* (Sabiá), *S. terebinthifolia* (Aroeira), *P. schomburgkiana* (Cocão) e *Manilkara* sp. (Massaranduba), um conhecimento que está amplamente distribuído entre os agricultores de base familiar do assentamento rural. *B. virgilioides* (Sucupira), *E. ovata* (Imbiriba), *Manilkara* sp. (Massaranduba), *D. guianense* (Jitai) e *Eucalyptus* sp. (Eucalipto) são as espécies preferidas para uso madeireiro e têm a maior versatilidade de uso, um aspecto positivo na seleção de espécies para construção de cercas vivas.

Em regra, as espécies mais importantes são aquelas que oferecem diferentes possibilidades de uso e são aproveitadas por mais pessoas. Consequentemente, a importância de uma planta entre os assentados de Pitanga parece resultar de uma ampla variedade de usos que pode oferecer. No entanto, para as espécies frequentemente citadas, apenas poucos usos foram responsáveis pela citação de forma mais intensiva, como o uso de madeira para combustível e construção de moradias no caso de espécies arbóreas. Por consequência, a importância de uma planta não resulta necessariamente do número de utilizações, mas de sua eficiência para propósitos particulares, levando a um maior uso em relação a outras plantas.

No assentamento Pitanga há uma tendência em cultivar mudas e empregar como cercas vivas espécies que são consideradas de boa qualidade madeireira e de baixa disponibilidade na APP. No entanto, os assentados como um todo lidam com o desconhecimento de uma grande variedade de recursos vegetais silvestres presentes nos arredores que poderiam ter uma boa aplicabilidade: ser cultivados e aproveitados como suplemento e segurança alimentar; manter espécies que fornecem alimento para animais silvestres; empregar a madeira para construção de moradias, lenha, móveis e outras tecnologias; servir para aplicação terapêutica; e aproveitar para artesanato, inseticida, desinfetante e instrumento musical.

Para o desenvolvimento rural sustentável da região, as seguintes considerações são de grande importância: a) a realização de pesquisas sobre o conhecimento, uso e manejo das plantas que compõem cercas vivas por parte dos agricultores, em especial dos que ainda conservam fortes resquícios camponeses, ou seja, de elevado conhecimento ecológico local; b) associar estes estudos com a interdisciplinaridade de estudos agrícolas, ecológicos, sociais, florestais, nutricionais; c) integrar métodos participativos a fim de garantir a difusão do conhecimento, uso e tecnologias simples para um manejo adequado das espécies locais utilizadas pela população; d)

incentivar o manejo sustentável dos recursos vegetais com base na diversificação das espécies, reforçando as espécies nativas em risco de extinção e de importância sociocultural para o assentamento; e) aplicar dados sobre o conhecimento ecológico local na implementação de políticas públicas.

IV. Referências

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para a coleta de dados etnobotânicos. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. 2.ed. Recife: COMUNIGRAF/NUPPEA, 2008. p.41–72.

ALBUQUERQUE, U.P; ANDRADE, L. H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco Nordeste do Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, v.3, n.16, p.273-285, dez/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v16n3/15394.pdf>> Acesso em: 6 mar. 2014.

ANDRADE, C. T. S.; MARQUES, J. G. M.; ZAPPI, D.C. Utilização de cactáceas por sertanejos baianos. Tipos conexivos para definir categorias utilitárias. **Sitientibus Série Ciências Biológicas (Etnobiologia)**, Feira de Santana, v.6, p.3-12. 2006.

ANDRADE-LIMA, D de. **Plantas das caatingas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. 1989. 243 p.

BAGGIO, A. J.; CARPANEZZI, O. B. Alguns sistemas de arborização de pastagens. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Colombo/PR, v.17, p.47-60, dez. 1988.

BARROS, M. S. **Cercas sertanejas: traços ecológicos do sertão pernambucano**. 2º. ed. Recife: Massangana, 1985. 81 p.

BHATTARAI, S.; CHAUDHARY, R.P.; Taylor, R.S.L. Plants used as fence and fuelwood in Manang district, central Nepal. **Scientific World**, v. 5, n.5, p. 107-111. jul. 2007.

BOTERO, R.; RUSSO, R. Utilización de árboles y arbustos fijadores de nitrógeno en sistemas sostenibles de producción animal en suelos ácidos

DUBOIS, J.C.L.; VIANA, V.M.; ANDERSON, A.B. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. 1 ed. Rio de Janeiro: REBRAFF/Fundação Ford, 1996. 228 p.

FERRAZ, E.M.N.; RODAL, M.J.N. Caracterização fisionômica - estrutural de um remanescente de floresta ombrófila montana de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Belo Horizonte, v.4, n.20, p.911-926, dez./2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n4/15.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

FERREIRA, R.L.C.; LIRA-JÚNIOR, M.A.; ROCHA, M.S.; LIRA, M.A.; BARRETO, L.P. Deposição e acúmulo de matéria seca e nutrientes em serrapilheira em um bosque de sabiá (*Mimosa caesalpiniiifolia* Benth.). **Revista Árvore**, Viçosa/MG, v.1, n.31, p.7-12, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v31n1/02.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ªed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. 653 p.

HARVEY, C.A.; VILLANUEVA, C.; VILLACIS, J.; CHACÓN, M.; MUÑOZ, D.; LÓPEZ, M; IBRAHIM, M.; GOMEZ, R.; TAYLOR, R.; MARTÍNEZ, J.; NAVAS, A.; SÁENZ, J.; SÁNCHEZ, D.; MEDINA, A.; VILCHEZ, S.; HERNÁNDEZ, B.; PÉREZ, A.; RUIZ, F.; LÓPEZ, F.; LANG, I.; KUNTH, S.; SINCLAIR, F.L. Contribución de las cercas vivas a la productividad e integridad ecológica de los paisajes agrícolas en América Central. **Agroforesteria en las Américas**, Cidade do México, v.10, n.39/40. 2003. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/nonfao/lead/x6370s/x6370s00.pdf>> Acesso em: 9 jan. 2015.

MARTIN, F.W. **The living fence: its role on the small farm**. 1991. [Online]. Disponível em: <http://www.tropicalseeds.com/tech_forum/growingtech/living_fence.html>. Acesso em 23 mai. 2013.

MATOS, L. V.; CAMPELLO, E. F. C.; RESENDE, A. S.; PEREIRA, J. A. R.; FRANCO, A. A. Plantio de leguminosas arbóreas para produção de moirões vivos e construção de cercas ecológicas. **Sistema de Produção**, v.3, p.1-10, dez/2005.

MIRANDA, E. M.; VALENTIM, J. F. **Estabelecimento e manejo de cer-**

cas vivos com espécies arbóreas de múltiplo uso. Acre: Embrapa Acre, 1998. 4 p. (Série Comunicado Técnico INFOTECA-E).

MONTAGNINI, F. et al. **Systemas agrolorestales:** principios y aplicaciones en los trópicos. San José: Organización para Estudios Tropicales. 1992.

MORI, S. A.; SILVA, L.A.M.; LISBOA, G.; CORADIN, L. **Manual de manejo do Herbário fanerogâmico.** 2º ed. Ilhéus: Centro de Pesquisa do Cacao. 1989. 103 p.

NASCIMENTO, V. T.; SOUZA, L. G.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. Rural fences in agricultural landscapes and their conservation role in an area of caatinga (dryland vegetation) in Northeast Brazil. **Environment, Development and Sustainability** (on line), ago/2008. Disponível em:

<<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10668-008-9164-1#page-1>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

OLIVEIRA, T. K.; ALMEIDA, L. S.; SANTOS, F. C. B.; LESSA, L. S. Crescimento de mogno e eucalipto como cercas vivas no Acre, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta/RS, v.2, n.2, out./2007.

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, E. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaraé, BA, Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, Belo Horizonte, v.4, n.20, p.751–762, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n4/01.pdf>> Acesso em: 7 dez.2013.

RODRIGUES, M. S.; ROLLO, P.A. **Estudo de caso: O mercado de terras rurais na região da zona da mata de Pernambuco, Brasil.** v. 2. Santiago de Chile: Red de Desarrollo Agropecuario. Unidad de Desarrollo Agrícola. División de Desarrollo Productivo y Empresarial. 2000.

SILVA, V.A.; ALBUQUERQUE, U.P.; NASCIMENTO, V.T. Técnicas para análise de dados. In: ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F. C. (org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica.** Recife: COMUNIGRAF/Nupeea. 2008. p. 127-143.

TORQUEBIAU, E. Are tropical agroforestry homegardens sustainable?

Agriculture Ecosystems and Environment, v.41, p.189–207, 1992. Disponível em: <<http://gcs.isp.unu.edu/db/sites/default/files/16.Are%20tropical%20agroforestry%20home%20gardens%20sustainable.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

VILLANUEVA, C; IBRAHIM, M; HARVEY C.; ESQUIVEL, H. Tipologías de fincas con ganadería bovina y cobertura arbórea en pasturas en el trópico seco de Costa Rica. **Agroforestería en las Américas**, Turrialba (Costa Rica), v.10, p.9-16, 2003. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/nonfao/lead/x6371s/x6371s00.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

ZAHAWI, R.A. Establishment and Growth of Living Fence Species: An Overlooked Tool for the Restoration of Degraded Areas in the Tropics. **Restoration Ecology**, Washington (USA), v.1, n.13, p.92-102, mar./2005. Disponível em: <http://globalrestorationnetwork.org/uploads/files/CaseStudyAttachments/94_zahawi-1.pdf> Acesso em: 22 set. 2014.

DESAFIOS DA ADOÇÃO DE BIODIGESTORES NO CASO DA COPAVA, ASSENTAMENTO PIRITUBA II

Oscar Frederico Accioly Venturato Landmann¹

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²

Marcus César Avezum Alves de Castro³

Maria Lúcia Ribeiro⁴

Resumo: Parte de um ciclo de pesquisa voltado a assentamentos rurais, este artigo propõe-se a descrever e interpretar as considerações dos sujeitos envolvidos no processo de adoção de inovação do biodigestor, estabelecidas entre assentados-adotantes da COPAVA situada no Assentamento Pirituba II e os pesquisadores-difusores da UNESP. Por meio da abordagem qualitativa, foram obtidos os relatos dos atores chaves em entrevistas com roteiro semiestruturado, voltados ao conhecimento e interesse sobre esta tipologia de inovação. As interpretações enquadraram-se em três estágios temporais que esclareceram pontos acerca do processo numa perspectiva integral e contínua, sendo esses: Proposta de Adoção; a Introdução e a atual da inovação. Nesta experiência, demonstrou-se que apesar das mudanças nas concepções como a complexidade do processo biodigestivo face ao que se empregava antes e depois da adoção, os adotantes continuam convictos que esta inovação deve ser ampliada e incorporada às demais demandas dos assentados. Conclui-se que o arranjo do coletivo no campo socioproductivo, bem como a relação entre os atores fruto de confiança de outros projetos conjuntos, foram decisivos desde a escolha do aporte da inovação à sua apropriação. Além disso, o que evidenciou, segundo

1 Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. E-mail: oscar.landmann@gmail.com

2 Docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Email: mestrado@uniara.com.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA E-mail: mcastro@rc.unesp.br

4 Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Centro Universitário de Araraquara – UNIARA E-mail: mlucia@iq.unesp.br

as ponderações dos sujeitos, tomando com referencia a credibilidade em difundir a inovação entre os demais agricultores, indícios que expressam formas de solidariedade social.

Palavras-chave: Biodigestores; Extensão Rural; Adoção de Inovação; Saneamento Rural e; Autonomia. Políticas do campo

Abstract: Part of a research cycle aimed at rural settlements, this article aims to describe and interpret the considerations of those involved in the process of innovation adoption biodigester established between settlers-adopters of COPAVA located in the settlement Pirituba II and pesquisadores- UNESP diffusers. Through the qualitative approach, we obtained the reports of the key actors in interviews with semi-structured, focused on the knowledge and interest in this type of innovation. Interpretations not fit into three temporal stages clarified points about the process on the full and continuous perspective, these being: Proposal for Adoption; the Introduction and the current innovation. In this experiment, it is demonstrated that despite the changes in the concepts and the complexity of biodigestivo process compared to that employed before and after the adoption, adopters are still convinced that this innovation should be expanded and incorporated into other demands of the settlers. It is concluded that the arrangement of the collective in socioproductives field as well as the relationship between confidence fruit performers from other joint projects, were decisive from the choice of innovation contribution to its appropriation. In addition, it showed, according to the weights of the subjects, taking with reference to credibility to spread innovation among other farmers, evidence that express forms of social solidarity.

Key words: Biodigester; Innovation adoption; Rural sanitation and; Autonomy; policies for field

1. Introdução

Estudos sobre extensão rural, em particular uma análise aprofundada em adoção de inovações, são frequentes desde a década de 1960. Contudo, encontrou-se uma lacuna dentro dessa linha de pesquisa, analisar a adoção de inovação tecnológica, na qual o sentido schumpeteriano não está incorporado, ou seja, uma inovação que não idealiza a finalidade de ganho na produtividade do sistema. Tendo o Estado apenas como

representante de uma modernidade pautada na economia monetarista, por meio da indução de novas práticas tecnológicas tem influenciado o modo de vida da tradição subjacente a uma determinada concepção de agricultura familiar.

Ainda que Abramovay (1997) reporte a emergência de um segmento familiar dinâmico, aberto à adoção de um novo comportamento econômico, interessado na inovação tecnológica e riscos subjacentes ao que Schneider (2003) acresce, apontando o envolvimento dos membros mais velhos para gerar novas alternativas de renda para o grupo como uma estratégia de retorno às relações privadas e públicas da família.

Apesar dessa tendência ao incremento da produção como estratégia da promoção ao desenvolvimento da agricultura. Ferrante (2000), contudo, pondera que a compreensão da unidade de produção familiar não deve ficar limitada à dinâmica econômica (produtividade, rentabilidade, competitividade), pois o sucesso econômico, expressado pelo incremento da produtividade e renda, não necessariamente, significa bem estar social e cultural.

Dentro desta concepção de que o fator econômico não é determinante para a adoção da inovação tecnológica, consta-se uma carência de estudos que apresentem leituras diferenciadas do processo de implantação de biodigestores. Ademais, são, igualmente escassos os dados científicos relativos à adoção de inovações na agricultura familiar de tecnologias sinérgicas, como é de fato o biodigestor, temática central dessa pesquisa. Apesar da vasta literatura encontrada sobre a temática do biodigestor no tratamento de efluentes das mais diversas fontes, no âmbito nacional e, sobretudo, internacional, há poucos estudos que discutem a relevância multidimensional dos biodigestores em assentamentos.

Nesse contexto coloca-se como objetivo da pesquisa a descrição e a interpretação do processo de implantação de biodigestor, desde a implantação até a situação presente, no universo de assentamentos rurais, com todas as perspectivas e constrangimentos enfrentados no âmbito da agricultura familiar.

2. Contextualização e problematização

Diante deste contexto, esta pesquisa tece uma discussão sobre adoção de uma inovação tecnológica, o biodigestor, introduzida em uma cooperativa de assentados da reforma agrária. Consiste na compreensão das estratégias assumidas entre os atores envolvidos no pro-

cesso da inovação ao adotar o biodigestor, como mecanismo de solução sanitária e energética ao efluente da granja de suínos, cuja premissa da autossuficiência energética tanto no sistema produtivo quanto na cooperativa já é entendida e exigida como imperativa pelos sujeitos deste.

Equivalente relevância foi dada ao estudo do processo de adoção e da inovação tecnologia, que nesse caso não tem papel coadjuvante em razão dos atributos sinérgicos e da relação com a temática do Saneamento e Extensão Rural, sendo que ambos são interdependentes. Dividem-se em três dimensões analíticas; saber sobre a tecnologia e seus desdobramentos, viabilidade financeira, operacional, técnica e ambiental e, por fim, mas talvez o mais importante, a qualificação entre o interesse por parte dos assentados pela inovação. Essas categorias foram pautadas por uma interpretação mais integral do processo e têm abrangências entrelaçadas, ainda que vise limitações interpretativas referentes aos eixos centrais deste texto.

Essa inovação foi fruto da residência universitária junto aos assentados da Cooperativa de Produção Agropecuária “Vó Aparecida” (COPAVA) situada na agrovila III, Projeto de Assentamento Rural Fazenda Pirituba II (Pirituba II) e da pesquisa de acadêmicos, principalmente, do campus da Universidade Estadual de São Paulo “Julio de Mesquita” (UNESP) em Botucatu, estimulado pelo INCRA/SP para promover a agroecologia nos assentamentos rurais.

Esse estudo contempla os princípios da Agroecologia² e das potencialidades plurais dessa tecnologia, orientando-se além da temática energética mencionada, igualmente pela ótica sanitária. Tal orientação confirmou-se, igualmente pela importância identificada da questão ambiental, sobretudo, sanitária, para os assentados entrevistados.

Entretanto, a influência em atividades impactantes é expressiva, o que contrasta com a preocupação ambiental intrínseca ao sujeito que está mais próximo da natureza, apesar da ausência de educação ambiental formal. De acordo com Mc Granahan e Mulenga (2013) o Estado quase ausente de seu papel em propor mecanismos que contribuam para melhorias no saneamento, igualmente pouco estimula, por meio de fomentos e apoio a tais soluções mais adequadas à agricultura familiar, sobretudo, as que suscitam a gestão coletiva do esgotamento sanitário como já é realizado com a água em diversas regiões rurais.

Nesses espaços rurais, os compostos por agricultura familiar são nitidamente um mosaico de diversidade com uma composição natural

de maior expressividade, sobretudo, os com baixo uso de insumos extra-setoriais. Esses ecossistemas, possuem características marcantes e distintas, cuja compreensão torna-se importante no processo de gestão ambiental, de forma que o planejamento deve ser feito com enfoque integrado, pois a desestabilização dos fluxos de energia entre esses sistemas são fatores potenciais que geram e aumentam a poluição nesses ambientes, (PHILLIPI, 2005, p. 8).

Ainda que a escassez seja um dos principais argumentos em favor de uma maior diversificação da matriz energética⁴, com maior peso relativo de fontes renováveis, Sachs (2007) salienta que as transições energéticas do passado não foram motivadas pelo esgotamento de fontes energéticas, mas pela identificação de novas fontes com qualidades superiores e custos inferiores. Entretanto, possui entraves tecnológicos e operacionais ao ser adotado em pequena e média escala, o que o trabalho dos pesquisadores e extensionistas nas últimas duas décadas está sendo retomado para atentar aos obstáculos técnicos e financeiros que barraram a continuidade dessa difusão nas década de 1970 e 1980.

3. Referencial teórico: algumas indicações

Whitaker (2012, p.40) traduz com palavras certeiras as duas questões centrais que são investigadas nesse estudo e traz à luz o contrassenso do tratamento imposto ao agricultor familiar, por acatar as sobras do modelo modernizante :

(...) a questão ambiental é uma das que mais se presta à proliferação dos preconceitos contra o homem rural. Visto como o “outro” da supervalorizada cultura urbanoindustrial, (...) é responsabilizado pelo atraso a que é submetido pelo poder público porque “não tem interesse em progredir”. Mas quando reage, exige, avança, é acusado de destruir a natureza com suas práticas e técnicas (quando modernizadas). Ou seja, se vive em equilíbrio ecológico em relação à natureza é fator de atraso, se moderniza suas ações está destruindo a natureza (WHITAKER, 2002).

Medeiros (2008, p. 163) afirma que há uma ambiguidade da modernidade, cuja dinâmica, ao mesmo tempo em que produz benefícios e facilidades é, também, o algoz da sociedade em vista dos seus efeitos

não esperados, produzindo insegurança ao promover o rompimento com uma tradição, cuja práticas conferiam certa estabilidade na produção do saber e fazer e das relações interpessoais de certos grupos.

A derivação desse poder do urbano sobre o rural é apontada, igualmente por Floriani (2000), num contexto sobre o debate sobre ciência, sociedade e natureza, na perspectiva da construção de um novo conhecimento interdisciplinar, o qual exige uma reflexão crítica sobre os fundamentos da racionalidade científica moderna. Por outro lado, a crítica que se faz ao conhecimento científico, coincide com a crítica ao fracionamento que se faz entre sociedade e natureza, com todas as suas implicações socioculturais e políticas. E preocupa-se em apontar a interação entre a razão instrumental e o sistema de crenças que andam juntos, daí que uma crítica profunda sobre a racionalidade e as práticas científicas, no âmbito da relação sociedade-natureza. Deve buscar reaproximar os saberes disciplinares, principalmente os das ciências da vida, da natureza e da sociedade. Para tanto, esse diálogo entre saberes científicos não pode excluir as outras formas de conhecimento do mundo, da natureza e das sociedades.

Queda et al. (1989, p.49) recorre a uma análise dos rumos da Revolução Verde para agricultores “tradicionalizados”. Houve uma preocupação por parte tanto dos agentes provedores de inovações quanto uma precaução e uma desconfiança dos próprios agricultores no aceite de novos aportes tecnológicos, graças às armadilhas e múltiplos efeitos negativos ampliados com a revolução verde que continuam sendo gerados, através de pacotes excludentes e perversos à agricultura familiar.

4. A problemática dos assentamentos e o caso em estudo

Na década de 80 do século passado, a Revolução Verde estava no auge de seu domínio e os assentamentos rurais que foram formados na época estavam baseados principalmente nessa forma de produção altamente tecnificada e com alto aporte de insumos externos. O Pirituba II surgiu nesse contexto e apresenta-se como um caso típico, nesse ponto de vista. A região tem como característica principal a produção de grãos como soja, milho e feijão de forma convencional, com alto aporte de insumos químicos. Na região encontram-se hoje entrepostos das maiores empresas multinacionais produtoras de grãos.

Beze et al. (2005, p.238-239), corroboram apontando a tendência de que a prática da monocultura altamente tecnificada, além de causar

sérios danos ao ambiente, só é sustentada por longo tempo com um grande aporte de capital, o que não ocorreu no Pirituba II, e hoje esses agricultores estão altamente endividados. Apesar da promoção através do INCRA/SP para solucionar essa demanda, novos financiamentos foram fomentados, mas nunca mais houve os mesmos fatores de produção unidos para equiparar a antiga produção.

Apesar do exposto, há realidades contrastantes nesse assentamento, algumas se desenvolveram melhor do que outras. O que pode ser explicado por Bittencourt et. al. (1998), em trabalho para o convênio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)/INCRA, apresenta os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos, ressaltando que esses fatores não atuam isoladamente, ocorrendo arranjos múltiplos que somados fazem com que os assentamentos tenham maior ou menor êxito quanto ao seu desenvolvimento. Entre esses fatores está o meio físico, ou seja, a disponibilidade de água, a qualidade dos solos, o relevo, e a quantidade e distribuição das chuvas. Outro fator estudado foi o assentado, quanto a sua história de vida, sua experiência de trabalho e o processo de acesso à terra. Este fator é fundamental para a organização produtiva, pois esta potencializa a capacidade de documentação rural (UNIARA/UNESP), o qual tem feito, desta temática, nos quase 20 anos de sua existência, base acadêmica para a produção continuada de um conhecimento com retorno social e para a sementeira de novos pesquisadores.

A proposta é de discutir impasses e perspectivas a partir das diferenciações significativas que se apresentam na construção deste novo modo de vida que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local. A análise se defronta imediatamente com tensões específicas, tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nesta conflituosa realidade (FERRANTE, 2003).

O caráter analítico da trama de tensões, portanto, visa ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de atores sociais que articulam o cenário em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas (BARONE, 2002).

5. Metodologia: Procedimentos de pesquisa

Para cumprir a etapa horizontal da investigação, que contempla dados sobre: a constituição do assentamento, o seu acompanhamento evolutivo, o levantamento socioeconômico dos trabalhadores assentados, a caracterização do processo de trabalho e da produção/reprodução nos assentamentos, a descrição das relações sociais, os entraves e efetividades das políticas públicas, foram realizadas entrevistas com as lideranças dos assentados, os órgãos ligados à implementação do biodigestor e registrados em diários de campo observações relativas às dinâmicas do biogestor na realidade do assentamento investigado.

Os assentados ligados à suinocultura foram os escolhidos para este estudo. Depois de um levantamento sobre as alternativas existentes na suinocultura paulista foram testados as possibilidades de biogestores em funcionamento tendo sido escolhido o assentamento de Pirituba, praticamente o único em atividade regular.

As entrevistas iniciaram-se com os sujeitos envolvidos no sistema produtivo do suíno, a partir do sistema produtivo até os beneficiários. Tal planejamento permitiu o conhecimento das relações preexistentes com o manejo: sistema de produção (solto, semiconfinado e confinado), nutrição, sanidade animal e controle de doenças; o desenho do sistema, da relação cooperado suíno: as decisões desde o início dessa a chegada da inovação. O papel preponderante dos suínos como geradores de resíduos e posterior fonte de energia ao sistema num plano cíclico firma-se neste circuito de desafios.

No total foram realizadas 8 entrevistas com sujeitos envolvidos diretamente com o biodigestor, com sistema produtivo ou ainda representado a voz da COPAVA-Cooperativa de Produção Agrícola Vó Aparecida durante todo o processo de adoção e planos futuros de novas adoções com esta tecnologia. Outras entrevistas com agentes extensivos e supervisores técnicos completaram a amostra.

Além das entrevistas foi realizada uma pesquisa documental orientada para obter informações sobre atividades de extensão e inovação da região.

6. Resultados e discussão

6.1. O caso da adoção de biodigestor: a experiência da COPAVA

Uma tecnologia que já foi vista como remédio para todos os males

ambientais causados pelos dejetos suínos está começando a recuperar o prestígio no sul do país. O biodigestor chegou ao Brasil nos anos 70 e foi apresentado aos agricultores, de maneira prodigiosa como “a forma mais rápida e barata de se obter energia”. Outra vantagem vendida na época era a proteção ao meio ambiente. Mas quando os produtores começaram a construir os biodigestores, veio a decepção. A proposta era cara e não funcionava com muita eficiência, sem contar o risco que representava no caso de manejo inadequado ou manutenção incorreta.

Segundo Jairo Pozzo ao Globo Rural³¹, *“compensava muito mais pagar a energia elétrica oferecida pelas concessionárias do governo ou utilizar gás de cozinha”*. A má fama surgida a partir da década de 70 fez com que *“o biodigestor sumisse do território catarinense na segunda metade dos anos 80.”* O retorno da tecnologia aconteceu há poucos anos, por volta do início da última década, quando a Embrapa, adaptou uma proposta para as pequenas propriedades rurais que produzem suínos, com subsidiados por projetos financiados por dinheiro público e privado.

De acordo com o pesquisador da Embrapa Suínos e Aves de Concórdia Airton Kunz, o primeiro cuidado tomado no retorno dos biodigestores é deixar claro que a tecnologia não pode ser vista como *“a salvação da lavoura”*. *“É parte de um processo, já que o biodigestor tem limitações. Mas não há dúvida de que o equipamento, quando bem instalado e manejado, representa um ganho ambiental e monetário para o produtor”*. O artigo deixa claro que o fracasso inicial dos biodigestores esteve ligado também à falta de conhecimento sobre a tecnologia e à ausência de assistência técnica. *“Esses são tipos de erros que estamos tomando cuidado para não repetir. Por isso, estamos tratando a reintrodução do biodigestor com muito cuidado.”*

6.2. Biodigestores da COPAVA: descrição do desenho ao redesenho do agroecossistema parcial do suíno

A proposta de introduzir uma tecnologia capaz de gerar energia a partir do dejetos existente nas atividades do setor de suíno e de gado leite da COPAVA, é o fruto mais tangível do vínculo gerado com pesquisadores e estudantes da UNESP de Botucatu, no papel de extensionistas e, os assentados da COPAVA, em destaque a interação entre os pesquisadores Prof. Osmar Bueno, Prof. Fernando e Prof^a. Maura Esperancini (além de estudantes e outros professores da UNESP, campus de Botucatu) com os assentados cooperados.

Por um lado, provocaram um grau mais elevado de confiança do que se costuma observar em outros assentamentos do estado de São Paulo, justamente pela efetividade e comprometimento de uma parte significativa dessas interações, com resultados promissores aos assentados. As relações ora construídas entre os sujeitos desta e os extensionistas, para além da relação de pesquisa e desenvolvimento proposto pelo fomento à pesquisa, identificado igualmente pelo acompanhamento posterior à instalação, amplifica outros atributos gerados a partir de uma relação de confiança.

O Pirituba II possui uma trajetória ímpar graças ao maior grau de envolvimento do movimento social e sua rede de parceiros, indivíduos e organizações, bem como das lideranças locais nesta rede gerada, processo este que gerou uma força motriz ao empuxo de inúmeros outros atores a se envolverem no desenvolvimento deste assentamento.

A granja de suínos surge em 1995, já na atual instalação e com o mesmo objetivo atual, autoconsumo dos cooperados e com venda do excedente. O modelo de construção de granja é configurado, normalmente, em encostas e em terrenos íngremes nas áreas mais baixas e de preferência próximo de recursos hídricos, reflexo das experiências no sul do país, e enquanto, os alimentos dos porcos eram plantados nas áreas mais altas, em especial o milho. Os efluentes escoavam superficialmente em direção aos rios, no entanto, a concentração de animais era pequena e considerando que produção familiar era diversificada, os dejetos não contaminavam significativamente os rios e os solos. Evidentemente, ao abarcar diversas produções confinadas, a poluição torna-se potencializada.

A infraestrutura da granja é composta por uma área com cerca de 3 hectares cercada por arame, onde encontra-se o pasto para o manejo semiconfinado outrora praticado e atualmente, aproveitado para espera do plantel durante a desinfecção do ambiente.

A infraestrutura possui 33 baias e 2 corredores, dispostos num sistema ventilado naturalmente, as aberturas laterais têm o objetivo de minimizar a proliferação de patógenos e uma melhor sanidade aos cooperados e suínos. Atualmente, a configuração do setor de reprodução e maternidade são de 7 baias. No total 67 suínos mais as crias.

As práticas de manejo, na suinocultura, podem influenciar tanto positiva quanto negativamente a biodigestão. Os efeitos negativos são percebidos quando são utilizados, em demasia, antibióticos e desinfetantes, cujos princípios ativos têm em comum a redução da presença de

microrganismo. Assim, a biodigestão fica prejudicada, sendo mais lenta e até inexistente, tendo como consequência o baixo rendimento de biodigestores. Desta forma, identificar situações no sistema de produção que venham a prejudicar a biodigestão, auxilia na resolução de questões e/ou problemas que possam resultar em menor produtividade dos biodigestores.

A alimentação dos animais é realizada com ração à base de grãos de produção própria, o que garante quase 95% da alimentação. O sistema de criação adotado é o intensivo, cujos animais são mantidos em confinamento, porém em algumas fases da vida podem ter acesso a piquetes com gramíneas e leguminosas. Atualmente, são mantidos confinados porque o plantel “*está reduzido em cerca de 30% da capacidade das baias*”, embora já tenham alcançado mais de 380 suínos num ciclo, nessa época utilizávamos parte em SISCAL, apenas com a fase de crescimento. A vantagem desse sistema além evidentemente do acesso ao dejetos, há também, neste sistema, a possibilidade de controle da ventilação, da temperatura e da umidade do ar.

A introdução do biodigestor não altera o desenho do sistema produtivo de imediato, em razão da carga de alimentação planejada ao dimensionamento do compartimento do reator de 10m³ em cada um suportar uma carga máxima de até 48 suínos dependendo do estágio da produção. Enquanto, que na época o plantel era em média de 270 suínos, 170% acima da carga máxima suportada em ambos os biodigestores. Ainda muito menor que a carga realmente colocada de 60kg em cada biodigestor.

6.3. O raio de ação dos biodigestores

Os biodigestores construídos são de modelo indiano. A construção do biodigestor foi feita para atender ao consumo de energia com destinação aos domicílios, para aquecimento de água, cocção e iluminação, conforme Esperancini et al. (2006; 2007) relata.

De acordo com Esperancini et al. (2007) os investimentos necessários para a construção do biodigestor, compõem-se de tijolos, cimento, areia grossa e fina, brita, impermeabilizante, tubo de PVC, registro de esfera, gasômetro, mangueira cristal, ferro, tubo galvanizado, junções de PVC, arame e horas de serviço da máquina de escavação e mão-de-obra de construção. Os custos de condução de gás para os domicílios e adaptação dos equipamentos domésticos são pouco significativos

e em geral o assentamento tem condições de realizá-los, mas foram considerados para efeitos de custos.

Segundo Esperancini et al. (2006) o estudo de instalação do biodigestor em áreas como assentamentos e agricultores com baixa capacidade de investimento visa estimular formulação de políticas públicas a fim de implementar assistência técnica para a utilização de biodigestores, bem como podem ser utilizados para subsidiar propostas de programas de financiamento de aproveitamento de biomassa para fins de produção de energia, voltados a esse segmento da agricultura, tendo em vista a economia de custos gerada no processo, bem como as inequívocas vantagens ambientais.

A chegada da inovação foi um processo proposto pelos “*dois lados, nós assentados e os professores da UNESP*” recorda uma assentada, como numa simbiose, era uma proposta com ganhos e esforços a serem obtidos para ambos os sujeitos, assentado e extensionista. A CO-PAVA, por um lado, ganharia com os produtos resultantes da biodigestão, com apropriação da tecnologia para fins de ampliação e revisão futuras, assim completando o atendimento aos demais interessados. Por outro lado, incorporaria a tecnologia aos afazeres do cotidiano, com esforços despendidos para alimentar o biodigestor e seriedade para relatar e anotar os acontecimentos aos pesquisadores- extensionistas, bem como disponibilidade para acolher e informar aos estudantes e demais pesquisadores da UNESP que, por ventura, agendassem visitas ao local. Enquanto, os extensionistas teriam seus resultados de pesquisa experimental, material para diversas publicações, por outro lado, teriam para além dos bloqueios de introdução da inovação, em particular, o ônus de acompanhar o experimento em seus entraves que comumente ocorrem devido a pontos frágeis do sistema.

Não podemos esquecer as residências agrárias das universidades que sempre contribuíram conosco e nos mantinham mais atualizados das novidades agrícolas apontam todos os assentados entrevistados, o que foi vital para enriquecer o espaço com esses diferentes saberes presentes nas demandas da população local.

Dentre os objetivos mais amplos vislumbrava-se um projeto com a finalidade de contribuir para o aumento da renda do agricultor familiar, com a redução dos custos de produção e domésticos. Sendo que nesse primeiro, a produção estimula um mecanismo de suporte a abalos do mercado com efeitos econômicos, ou seja, assegura alguma

elasticidade na composição do preço, o que depende do montante de biofertilizante gerado e aplicado sobre um cultivo. Apesar do potencial máximo de geração de biofertilizante (em cada biodigestor) ser de 120kg de esterco suíno, o que equivale a cerca de 250 litros..

Ademais, o enfoque da pesquisa relaciona-se ao desempenho da tecnologia em assentamentos rurais como incitação a um novo processo de descentralização da matriz energética e pela produção de fontes de energia local com aproveitamento do material desperdiçado, com tendências a uma autonomia e soberania energética parcial ou total. Igualmente, pauta-se pelo viés das concepções da agricultura de base ecológica na sua premissa fundamental: a ciclagem mais eficiente de biomassa no agroecossistema. Outro aspecto vital foi a relação frutífera de pesquisa e extensão junto a esses assentados.

A concepção da tecnologia nesse enquadramento foi acordada a partir dos seguintes critérios, em ordem de grandeza: modelo de alimentação contínua, durabilidade do equipamento sob condições naturais e operacionais habituais, montante do recurso financeiro disponível, instabilidade do plantel de suínos (e bovinos, na época foi concebido com possibilidade de alimentação parcial dessa criação), apropriação posterior do material de construção para novas construções, e por fim, por tratar-se de um projeto acadêmico e educativo, precisava de uma maior facilidade para fins de capacitação e pesquisa se necessário e identificar os descompassos e as consequências ocorridos no processo bioquímico, sendo que nesse modelo é possível abrir a campânula.

A fase delimitada como “Proposta de Adoção” começa em 2003, quando um dos agentes centrais da pesquisa lembra da primeira conversa sobre o biodigestor com os graduandos da UNESP, “tínhamos um conhecimento sobre essa tecnologia, de notícias veiculadas por programas rurais, mas até então acreditávamos que era equipamentos para granjas de grande porte”. Com essa primeira conversa os graduandos levaram essas demandas aos seus professores, e trouxeram novas informações acerca do biodigestor, após algumas idas e vindas, começou a ficar mais claro que tal tecnologia poderia ser destinada a pequenos produtores. Com esse incentivo, “procuramos quem se interessava em projetar essa tecnologia aqui na COPAVA”, nasce daí o relacionamento com organização da Catalunha. Mas o saber foi mais constante a partir das duas reuniões de acertos entre os extensionistas e os assentados em meados de 2004.

A seguir classificou-se a fase da “Introdução” que começa com instalação e capacitação para operabilidade. Nesta fase, foram discutidos alguns conceitos, como retenção hidráulica, a correta medida para diluição dos sólidos em líquidos bem como a agitação são fundamentais e alguns indicadores de problemas e “truques para correção do processo” sem precisar abrir a campânula. Essa fase foi consideravelmente rápida, apesar dos poucos entaves do processo e do acompanhamento técnico que se manteve pelo “período de quase três anos”.

Apesar dos agentes envolvidos nesta política social acharem a tecnologia do biodigestor Indiano viável, foi ampliado o conhecimento para outras tecnologias, o que de acordo com Medeiros (2010) é natural para uma tecnologia que foi bem aceita.

A utilização de dejetos de suínos, como fonte primária de biofertilizantes, pode ser altamente benéfica para a produção de grãos e forragem. No entanto, tem sido dada grande ênfase apenas à capacidade de produção, não enfocando aspectos ambientais do processo (SCHERER, 1997). Matos et al. (1997) estudaram mudanças químicas e microbiológicas causadas em solo podzólico vermelho-amarelo, como é o caso do solo do estudo conforme Shimbo (2007) indica, pela aplicação de dejetos de suínos líquidos em diferentes taxas e observaram um rápido aumento da população de microrganismos no solo. Esse efeito pode causar o desequilíbrio ecológico do solo, influenciando sua química e sua microbiologia, o que alteraria a biodisponibilidade e a taxa de absorção micro e macronutrientes pelas plantas.

A inserção dessa tecnologia não foi idealizada como um aparato para tratar o destino dos resíduos sólidos da suinocultura. Sabendo disso, uma análise de viabilidade sanitária ficaria prejudicada pela lacuna de dados referentes tanto aos valores do lodo alcançados com o tratamento anaeróbico, quanto à operação de retirada de todo o resíduo e transporte para biodigestores na cercania das casas, já que atualmente apenas parte insignificante, em termos do montante que segue para bioesterqueiras, é transportada para o biodigestor. Por falta desse direcionamento houve a demanda de uma lagoa de estabilização e reestruturação do sistema de drenagem.

7. Conclusões

É controverso enunciar que uma tecnologia ou mesmo um sistema produtivo é um importante “fixador do homem” no campo ou instrumen-

to que promove o trabalho coletivo. São afirmações imbuídas de forte presença de inversões de valores, frequente no discurso tecnocientífico das instituições de pesquisa agrícola e assistência técnica rural, como se a produção ou a tecnologia viessem acompanhadas de serviços básicos de qualidade relativos aos direitos universais. Por si só, tais aportes inovadores não são capazes de fixar qualquer sujeito em qualquer território, sobretudo, aqueles aportes que são tidos como tecnologias sociais e designadas a sujeitos que estão às margens de suas necessidades fundamentais e dependem sobremaneira desses serviços, além do mais, diversos fatores se aplicam na manutenção e reprodução do seu modo de vida. Desse modo, deflagra-se que essa expressão muito utilizada por difusores novos de tecnologias e cultivos estão na verdade acometendo uma grave declaração que simplifica suas reais demandas. Conseqüentemente, pode permitir através da tecnociência, a justificativa de distanciamento do papel do Estado no processo de desenvolvimento rural.

A ausência de estudos e principalmente de orientações técnicas em Saneamento Ambiental pode aumentar os impactos ambientais negativos, como situações de erosão, degradação do solo, poluição e assoreamento dos corpos d'água, prejuízos à biodiversidade, o que pode interferir significativamente na produtividade, renda e qualidade de vida das famílias assentadas.

Deve considerar a separação que hoje não se sustenta entre economia e sociedade. A ideia de que a economia é a ciência da alocação de recursos escassos entre fins alternativos pressupõe a ideia do indivíduo maximizador do seu bem-estar e a suposição de que o bem-estar coletivo deriva da extrapolação dessa busca individual pelo investimento ótimo. Em tal visão, as tecnologias mais rentáveis seriam preferíveis e adotadas pelas diferentes sociedades ou agrupamentos sociais. Contudo, a história humana é repleta de exemplos onde nem sempre a tecnologia predominante é a mais eficiente. O balanço energético desfavorável na produção de etanol de milho nos Estados Unidos bem o demonstra. Apesar disso, bilhões de dólares são gastos em subsídios visando preservar um setor da economia politicamente importante para a sociedade americana. Isto nada mais é do que uma expressão do enraizamento social da economia. Com enfoque na conjuntura brasileira o caso do PROALCOOL abarca ideias bastante controversas, sobretudo do ponto de vista já explanado, das fronteiras agrícolas alimentares e naturais sob ameaça das usinas em justificativa da geração de energia renovável, para quem sustentar

que matriz: energética diversificada ou fundiária concentrada?

Com relação ao desenho e ao manejo entende que se alcançou o mesmo, através da descrição do manejo diretamente relacionável às interferências na biodigestão e as alterações previstas nesse período, em especial os novos elementos inseridos no atual e planejado redesenho. Com o enfoque na produção de suínos e bovinos, a utilização desta tecnologia pode promover um ciclo de produção dentro da propriedade com a utilização do biofertilizante, aumentando assim o potencial produtivo como um todo, além de gerar uma renda extra e contínua, mesmo antes do consumo dos cooperados dentro da cesta alimentar mensal ou “compra interna” ou, ainda, a venda do excedente do carne suína. Com a ampliação da granja, o biogás, também contribuirá ao sistema produtivo, já que será empregado nos motores a combustão visando suprir a energia elétrica da beneficiadora, fábrica de ração e empacotadora de feijão. Em suma, o arranjo produtivo torna-se mais autônomo e integrado.

Quanto à qualificação do saber, possibilitou um resgate bastante coeso das memórias de alguns envolvidos no processo, com relatos que apontam como foi essa troca de conhecimentos. Ademais, o saber foi discutido como uma categoria que perpassa os elementos do fisiologismo do biodigestor ou da inovação e eleva outros para análise, como a questão ambiental proposta pelos sujeitos assentados, enquanto uma necessária e emblemática consideração aos efeitos das atividades impactantes. E a preocupação que já estava em pauta antes deste estudo sugere que a lagoa que estava comprometida e foi corrigida não é a melhor maneira de tratamento dos dejetos. Foi abordado com eles os ganhos ambientais, sendo o biodigestor, entre outros, um excelente método de tratamento de resíduos, propiciando um desenvolvimento sustentável e contínuo, desde que o mesmo seja dimensionado de forma a suprir o volume da granja, não a partir da demanda de biogás e o biofertilizante seja aplicado dentro das recomendações previstas nas normas.

Outro uso direcionou-se à travessia de um caminho sempre novo da adoção de qualquer inovação, mesmo que o extensionista seja recorrente nesse processo. Evidentemente, tais considerações finais não podem ser generalizadas. Com essa ressalva cabe destacar o caráter inédito desta biotecnologia dentro das veredas da extensão rural.

Outro elemento fundamental nessa experiência foi a atuação dos jovens de estarem à frente de projetos e setores da cooperativa, o que certamente varia em função da maior ou menor existência de incentivos

públicos e da efetiva inserção dos jovens nas prioridades de políticas sociais para o campo.

Sem preocupação de considerar a utilização de biodigestores como solução prodigiosa a ser aproveitada em qualquer contexto, este estudo demonstrou concretamente a existência de campo aberto a sua assimilação.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, abr/jun, vol. 11, n.2, 17-78. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 09/03/2013.

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras. UNESP, Araraquara, 2002.

BEZE, Z.; OLIVEIRA, L. R.de; SOUZA, E. A. de; CARVALHO FILHO. Processo de discussão e implantação do plano de recuperação do PA Pirituba II. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamento Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA, 2005.

ESPERANCINI, M. S. T.; COLEN, F.; BUENO, O. de C.; PIMENTEL, A. E. B.; SIMON E. J. Viabilidade técnica e econômica da substituição de fontes convencionais de energia por biogás em assentamento rural do estado de São Paulo. **Engenharia Agrícola**, Jaboticabal, v.27, n.1, p.110-118, jan./abr. 2007.

ESPERANCINI, M. S. T.; COLEN, F.; BUENO, O. de C.; SIMON E. J. **Aspectos econômicos da substituição de fontes convencionais de energia por biogás em assentamento rural do estado de São Paulo**. 2006. FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.75-148, 2000.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Lo-**

cal e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2000.

MCGRANAHAN, G.; MULENGA, M. Organização comunitário e paradigmas alternativos para a melhoria dos serviços em assentamentos de baixa renda. In: HELLER, L; CASTRO, J. E. (Orgs.) **Política Pública e Gestão de Serviços de Saneamento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, 576p.

MEDEIROS, S. dos S. **Representações e práticas tradicionais diante da inovação tecnológica:** dimensões socioambientais do caso da pecuária bovina de leite. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

PHILIPPI JR., A.; AGUIAR, A.F. Resíduos Sólidos: características e gerenciamento. In: PHILIPPI JR., A. (Ed.) **Saneamento, saúde e ambiente:** fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri/SP: Manole, 2005.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil:** da anunciação ao milagre da modernização agrícola. Tese (Livre Docência). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SACHS, I. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.59, v.21, Dossiê Energia, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluratividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

WHITAKER, D.C.A. Reforma agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, p.33-46, 2009.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP

Elizabeth Lima Pereira¹

Flávio Aparecido Pontes²

Luís Antonio Barone³

Resumo: As políticas públicas para o desenvolvimento do meio rural têm papel importante na consolidação e permanência das famílias de agricultores familiares no campo. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objetivando aumentar a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, fortalecer o associativismo e propiciar o acesso a uma alimentação de melhor qualidade para pessoas em insegurança alimentar é uma importante política no âmbito da agricultura familiar. Dentro dessa perspectiva, analisamos a importância do PAA no município de Mirante do Paranapanema/SP – município que conta com dezenas de assentamentos de reforma agrária - considerando a evolução do programa no período de 2011 a 2014. Verificamos que no período, o programa apresentou variação positiva no número de itens comercializados, maior participação das organizações de agricultores familiares, embora com dificuldades, bem como de entidades socioassistenciais nos atendimentos de famílias em insegurança alimentar.

Palavras chaves: Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Políticas Públicas, Comercialização.

Abstract: Public policies for the development of rural areas have an important role in the consolidation and permanence of family farmers in the field. The Food Acquisition Program (PAA), aiming to increase the gen-

1 Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar;

2 Ms Agroecologia e Desenvolvimento rural - UFSCar , Assessor de Inclusão Produtiva - no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial -Nedet Pontal/CNPq - MDA;

3 Sociólogo, professor assistente doutor da FCT/Unesp - campus de Presidente Prudente.

eration of income and price supports to family farmers, strengthen the association and propitiate access to better quality food for people in food insecurity is an important policy in the scope of agriculture family. Within this perspective, we analyze the importance of PAA in the municipality of Mirante do Paranapanema / SP - municipality that has dozens of agrarian reform settlements - considering the evolution of the program in the period from 2011 to 2014. We found that in the period, the program presented positive variation in the number of items sold, the greater participation of organizations of family farmers, although with difficulties, as well as social assistance entities in the care of families in food insecurity.

Keywords: Family Farming; Food Security; Public Policy, Marketing.

Introdução

O acesso dos agricultores familiares a políticas públicas específicas representa um avanço e uma conquista para as famílias de agricultores de todo o país, assim como para as organizações e movimentos sociais do campo. Neste processo, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é mais uma etapa do reconhecimento desses agricultores enquanto cidadãos, bem como de suas demandas no tocante a uma política de apoio à comercialização da produção, assim como de sustentação de preços agrícolas.

O PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS (objeto de estudo neste trabalho) atua articulando um mercado institucional para os agricultores, buscando estimular a organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas para efetuarem a comercialização de seus produtos, assegurando, assim, um incremento na sua renda. O PAA se efetiva, ainda, em outras cinco modalidades: Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite); Compras Institucionais; Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque); e Aquisição de Sementes (PAA Sementes).

A Compra com Doação Simultânea (CDS) atende pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares para entidades socioassistenciais cadastradas nos municípios que oferecem assistência a essas famílias. Para os agricultores, a CDS pode contribuir estrategicamente para permanência no campo, através do incremento da renda, assim como

reforça o autoconsumo das famílias, uma que vez que novos produtos podem ser incluídos no rol de cultivos desenvolvidos nas roças, primeiro para atender ao PPA e que, depois acabam sendo consumidos pelos produtores. Com esse programa, muitos agricultores diversificam e valorizam produtos locais, que, até então, tinham seu valor comercial desconhecido (GRISA et al., 2010). Já para as famílias em insegurança alimentar, notadamente as moradoras nas cidades, ele pode contribuir para que este quadro seja revertido, principalmente nos casos de crianças, grávidas e idosos (os mais vulneráveis).

Neste artigo, analisamos a importância do PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no município de Mirante do Paranapanema-SP, considerando a evolução do programa no período de 2011 a 2014, tanto no que se refere aos principais grupos de produtos - volumes e valores executados no programa - quanto ao seu alcance, dimensionado a partir do número de agricultores e das organizações de produtores envolvidas, bem como das entidades beneficiadas com os alimentos.

O PAA: sua origem, objetivos e modalidades

O PAA, se constituiu como uma política pública a partir de 2003, no âmbito das ações do Programa Fome Zero, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Foi criado dentro de uma estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada por parte das pessoas com dificuldade de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente. Sancionado pela Lei de nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (Art. 19º), o PAA tem como finalidades incentivar a agricultura familiar promovendo a inclusão econômica e social através do consumo e valorização dos alimentos por ela produzidos, além da promoção de uma alimentação adequada a pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional (Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, Art. 2º).

Por outro lado, o programa visa estimular o cooperativismo e associativismo e o fortalecimento de mercados locais de comercialização, além da formação de estoques públicos de alimentos e abastecimento alimentar, a partir de compras governamentais e, finalmente, promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (BRASIL, 2012).

Viana e Viegas (2011) destacam que o programa promove uma valorização da produção e cultura alimentar das populações, propiciando um fortalecimento da dinâmica da economia local, além de apoiar a formação de estoques estratégicos e uma melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar. Os autores citam também o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos, culminando no resgate e preservação da biodiversidade das unidades de produção.

Estruturalmente, são beneficiários do programa fornecedores e consumidores de alimentos. São “beneficiários consumidores” indivíduos em situação de insegurança alimentar, além dos atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, tanto na rede pública quanto filantrópica de ensino. São “beneficiários fornecedores” os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais. Os beneficiários fornecedores devem ser portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁴. Já no caso de organizações fornecedoras, como cooperativas e outras organizações formalmente constituída como pessoa jurídica de direito privado, é necessário DAP Especial Jurídica (BRASIL, 2012).

Quanto ao orçamento, os recursos destinados ao PAA são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A execução é realizada em parcerias com os estados, distrito federal, municípios e com e com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (BRASIL, 2012).

Atualmente, o programa é executado em seis modalidades, sendo elas Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite), Compras Institucionais, Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque), Aquisição de Sementes (PAA Sementes) e Compra com Doação Simultânea (CDS). No período de 2003 a 2005, as operações eram realizadas apenas com recursos do MDS e executados por meio de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a CONAB com os governos estaduais e municípios. Em 2006, o MDA também passa a destinar recursos através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF-MDA), para operacionalização das modalidades CPR Estoque e CDAF. É importante

4 DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

destacar que diferentes valores são estabelecidos por unidade familiar para cada modalidade.

No entanto, no âmbito deste trabalho, analisaremos a CDS, uma vez que é a única modalidade realizada no município de Mirante do Paranapanema-SP nos quatro anos estudados. Esta modalidade visa:

Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e [...], à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (MDS, 2014, pp. 11-12).

A modalidade CDS é, segundo Grisa et al. (2010), estimuladora de mudanças importantes na matriz produtiva e de consumo das unidades familiares envolvidas. Esse programa tem potencial de alterar não apenas o cotidiano das famílias que recebem a doação de alimentos, mas também o consumo das famílias fornecedoras de alimentos ao programa.

No âmbito do PAA, a mudança da matriz produtiva é, de fato, o grande desafio. A concretização da diversificação da produção pode ser destacada como uma etapa desta mudança. Grisa et al. (2010) confirmam a diversificação trazida pela inserção dos agricultores no PAA, mas, além da diversificação, outro ponto destacado como de especial importância é que os agricultores passaram a “valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em seu valor comercial” (p.147).

Neste sentido, destacamos o autoconsumo. Para Duval, Valencio e Ferrante (2011), o que se produz para autoconsumo nos assentamentos rurais – importantes fornecedores do PAA no Estado de São Paulo - em muito se define pelas preferências familiares, uma vez que deixa a família livre da dependência de custos monetários para a alimentação, haja vista que, quanto mais alimentos plantarem e processarem nos lotes, menor será a necessidade de adquirir esses produtos no comércio.

Pode-se destacar, também, neste contexto, a renda de autoconsumo – que, segundo Chayanov (1974), é gerada pelo núcleo familiar na conjunção/balanço trabalho-consumo - como um importante referencial que precisa ser entendida como “tudo aquilo” que a família consome de sua própria produção; ou seja, “tudo aquilo” que não precisa ser adquirido

fora da propriedade. Além da questão da renda, a prática de autoconsumo pode ser sustentável, uma vez que há emprego e uso de conhecimentos tradicionais, que são baseados em processos biológicos, além do menor uso de insumos externos (DUVAL, VALENCIO, FERRANTE, 2011).

Mais recentemente, o Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, atualiza e estabelece os valores operados no PAA. Para a modalidade CDS, paga-se até R\$ 6.500,00 por produtor individual. As organizações fornecedoras, que reúnem produtores, podem comercializar valores até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por ano, sendo que a venda realizada por meio destas pode aumentar o limite anual por unidade familiar para até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Tabela 1: Evolução do valor (R\$) das cotas da CDS por DAP/ano.

Decreto	CDS
4.772, de 2 de Julho de 2003	R\$ 2.500,00
5.873, de 15 de Agosto de 2006	R\$ 3.500,00
6.447, de 7 de Maio de 2008	R\$ 4.500,00
6.959, de 15 de Setembro de 2009	R\$ 4.800,00
7.775, de 4 de Julho de 2012	R\$ 5.500,00
8.026, de 6 de Junho de 2013	R\$ 6.500,00 ¹
8.293, de 12 de Agosto de 2014	R\$ 6.500,00 ¹

Fonte: Pesquisa Documental.

O Pontal do Paranapanema, Mirante do Paranapanema: Capital da Reforma Agrária

O Pontal do Paranapanema, região localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, possui destaque por contar com a maior concentração de assentamentos rurais do estado. A região, que originalmente foi habitada por índios Xavantes, Caingangos e Caiuás (não mais presentes), passou por um processo de colonização com forte degradação ambiental e grilagem de terras, que se intensificou a partir dos anos de 1920, impulsionada pela cafeicultura. A prática da grilagem se manteve ao longo do Século XX, dinamizando também os cultivos de algodão, a pecuária extensiva (LEITE, 1998) e, mais recentemente, a expansão dos cultivos de cana de açúcar (THOMAZ Jr., 2009).

¹ Para comercialização por meio de organizações, o valor por unidade produtiva é R\$ 8.000,00 por DAP/ano.

A partir dos anos 1990, a região passa por fortes intervenções do governo estadual com a implantação de assentamentos rurais, sobretudo em resposta aos conflitos fundiários que, embora existentes de longa data, intensificaram-se nessa década pela luta dos movimentos sociais que reivindicavam reforma agrária nas terras devolutas do Pontal (FERNANDES, 1996).

É a partir dessas lutas e da implantação dos assentamentos rurais que a região, hoje, possui o maior número de assentamentos do Estado de São Paulo, contando atualmente com 115 projetos, distribuídos em 16 dos 32 municípios que compõem o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2013) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP, 2014). Assim, a região conta atualmente com 5.853 famílias assentadas, além de outros 12.349 agricultores familiares tradicionais (SIT/MDA, 2014).

A implantação dos assentamentos rurais na região, para Fernandes e Ramalho (2001), possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar regional, sendo que em nenhum outro setor da economia criou-se condições semelhantes na geração de trabalho e renda. Outro fator importante a se destacar é que, com os assentamentos rurais, parte do processo de êxodo rural foi barrado, pois as famílias tiveram a possibilidade de se fixar no campo (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

No tocante ao êxodo rural, é nas décadas de 1970 e 1980 que, de fato, ocorrem os maiores índices de decréscimo da população rural na região. Ramalho e Fernandes (2001) salientam que isso ocorreu com a implantação do modelo econômico da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista. Tais autores também identificam exatamente na década de 1990 que o decréscimo da população rural na região diminuiu. Esse último acontecimento não pode ser atribuído à “modernização da agricultura”, como bem salientam Fernandes e Ramalho (2001), mas sim às lutas dos sem-terra, que possibilitaram o retorno de milhares de famílias ao campo, mediante a implantação de assentamentos rurais.

Tal fato pode ser observado principalmente no município de Mirante do Paranapanema (ver tabela 2), que merece destaque não apenas no contexto regional, mas no âmbito estadual, uma vez que conta hoje com 35 assentamentos rurais, onde vivem 1546 famílias (DATALUTA, 2013; ITESP, 2014). Por esse motivo, as próprias autoridades locais se referem ao município como a “Capital da Reforma Agrária”.

Tabela 2: População residente segundo a situação domiciliar (1970-2010).

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1970	14.782	67,31	7.179	32,69	21.961
1980	6.932	44,84	8.527	55,16	15.459
1991	4.656	30,68	10.520	69,32	15.176
2000	6.377	39,34	9.832	60,66	16.209
2010	7.014	41,10	10.045	58,9	17.059

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Conforme os dados acima (tabela 2), até o final da década de 1980 só se observa o decréscimo da população rural. Foi a partir das lutas dos sem-terra e da implantação dos assentamentos rurais que o quadro do êxodo rural é revertido no município, mesmo com a inflação mais instável, no sentido de aumentar a população rural aconteceu, durante a década de 1990.

Observamos também que nas décadas mensuradas pelos últimos censos do IBGE (2000- 2010), a reversão do êxodo via implantação dos assentamentos rurais contribuiu para mudanças significativas na reconfiguração da paisagem, uma vez que, em Mirante do Paranapanema os latifúndios deram lugar a mais de 1500 lotes familiares, onde os trabalhadores ali instalados começaram a construir sua inserção econômica, cuja base foi, desde o início, a pecuária leiteira (MAZZINI; MARTINS; FERNANDES, 2007).

Mazzini e Oliveira (2010, p. 13), destacam como o PAA tem se constituído num importante incentivo á organização dos agricultores assentados, e como a produção nos assentamentos onde vêm sendo implantado também é incentivada. Os autores destacam também, que, aos poucos os projetos do PAA mudam a “cara” dos lotes de quem têm participado desse programa, “dando novos estímulos e despertando os mais diferenciados tipos de outros projetos individuais e comunitários, tudo isto, devido ao aumento da produção e das condições financeiras para tirar “sonhos engavetados””.

Neste sentido, o PAA trás consigo a possibilidade de por em prática esses sonhos, como as hortas, estufas, projetos de irrigação, tanques de resfriamento de leite e muitos outros, onde os assentamentos ganham novas feições (MAZZINI; OLIVEIRA, 2010).

Metodologia dos dados e das análises

Para realização deste estudo foram sistematizados e analisados dados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos no período de 2011 a 2014 no município de Mirante do Paranapanema-SP, disponíveis na plataforma PAA DATA⁵. Quanto aos meses de Outubro a dezembro de 2014, foram utilizados dados da Transparência Pública do PAA⁶, uma vez que ainda não estão disponíveis na plataforma PAA DATA. Tal a plataforma foi escolhida, pois permite a consulta de dados por estados e municípios, com informações a respeito dos agricultores fornecedores, os tipos e volumes de produtos comercializados, dos recursos empregados, bem como das entidades beneficiadas. Por outro lado, através da Plataforma Transparência é possível contabilizar o número de projetos, os valores, os agricultores e suas organizações, bem como entidades beneficiadas.

Além do levantamento dos dados quantitativos, a fim de entender melhor o significado das adesões ao programa e sua dinâmica, analisaremos depoimentos de agentes qualificados ligados ao processo de encaminhamento do PAA no município de Mirante do Paranapanema. O primeiro depoimento é fruto de entrevista realizada no ano de 2011, dentro projeto Uniara/INCRA⁷. Complementamos as informações qualitativas com outras quatro entrevistas realizadas mais recentemente (2015). Nessa ocasião foram entrevistadas duas lideranças de agricultores familiares assentados, uma assistente social que compõem o grupo gestor do Banco de Alimentos

5 A plataforma PAA DATA que foi concebida a fim de atender a Resolução nº42 do Grupo Gestor do PAA, na elaboração de um Sistema Integrado de Informações (SII) apresenta informações sobre o programa considerando todos seus executores (SAGI, 2015). Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>.

6 A Transparência pública do PAA traz um conjunto de dados disponibilizados pela Companhia nacional de Abastecimento (Conab), a fim de trazer transparência aos gastos públicos (CONAB, 2015). Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>

7 A pesquisa realizada sob coordenação da Professora. Vera Lúcia Botta Silveira Ferrante, fruto de parceria estabelecida entre o Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) por meio do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta pesquisa, de cunho multidisciplinar e quantitativo, avaliou políticas públicas e a perspectiva do desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo (FERRANTE, 2012). Metodologicamente, além de realizar importante levantamento amostral em parcela estatisticamente significativa dos PAs do Estado, a pesquisa realizou entrevistas com lideranças assentadas nas regiões abrangidas, sendo, uma delas, o Pontal do Paranapanema.

municipal e o secretário da agricultura do município.

Resultados e discussões

Para verificar como se dá a gestão do programa no município de Mirante do Paranapanema-SP, foi realizada entrevista junto à assistente social, membro do Grupo Gestor do Banco de Alimentos Municipal. Assim, constatamos que a gestão é feita de forma integrada, a partir do trabalho das Secretarias de Assistência Social e Agricultura, sendo acompanhado pela com a Conab.

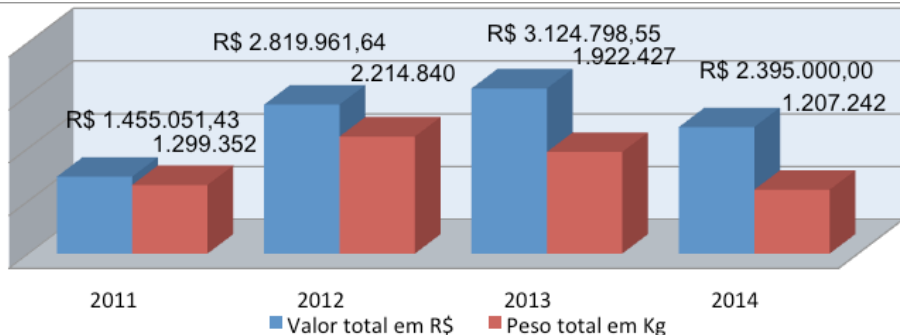
A atuação das duas secretarias é fundamental para o bom funcionamento do PAA no município. Por meio da Secretaria de Assistência Social o programa recebe acompanhamento de assistentes sociais e nutricionistas, atuando no cadastramento das famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal (CadÚnico), além de realizar o cadastramento de organizações que atendem essas famílias. Ressaltamos a importância da atuação desta secretaria, uma vez que o município não conta com um Centro de referência e Assistência Social (CRAS), bem como não possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). No âmbito da Secretaria de Agricultura, trabalha-se com os agricultores assentados as questões produtivas e busca-se refletir a necessidade de diversificação dos produtos entregues ao programa, atuando-se ainda na fiscalização do programa e apoio logístico dos produtos, além de haver um médico veterinário que atua na verificação das vacinas dos animais entregues ao programa.

Segundo declaração do secretário da agricultura, há atualmente 12 funcionários da Prefeitura atuando diretamente no PAA. Considerando todo o período entre os anos de 2011 e 2014, as operações realizadas via modalidade Compra com Doação Simultânea no município de Mirante do Paranapanema somaram um total de R\$ 9.794.811,62, com comercialização de 6.642.711kg de alimentos pelo PAA, conforme figura 1.

Em cada ano de operação, como verificamos, todas as categorias apresentam variações na quantidade de elementos que as compõem. Na Fig. 1, podemos observar os montante (kg) e os valores (R\$) para o período de 2011-2014. Em 2011, foram comercializados 1.299.352 kg de alimentos, já em 2012 foram 2.214.840 kg, apresentando um crescimento de 70,46% da quantidade de alimentos entregues ao programa. No entanto, em 2013 observamos uma redução de 13,20% na quantidade de alimentos (1.922.427 kg), assim como em 2014 com queda no volume comercializa-

do de 1.207.242 kg acumulando uma queda de 23,36%.

Figura 1: Total de Alimentos em Kg e recursos R\$ (2011-2014).



Fonte: SAGI (2015); CONAB (2015).

Fica evidente, também, a diversidade de alimentos fornecidos pelos produtores e doados às instituições socioassistenciais que atendem pessoas em vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e nutricional. É importante destacar que, embora prioritariamente os alimentos devam ser distribuídos no município no qual ocorre a execução do programa, está sendo possível distribuir alimentos para instituições não apenas no município de Mirante do Paranapanema, mas de outros três municípios da região: Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, conforme pôde ser constatado na Plataforma PAA DATA.

As instituições socioassistências atendidas (que recebem os alimentos) estão distribuídas em diversas categorias: associações beneficentes/assistência social, associações comunitárias/ de moradores, instituições religiosas, Secretaria Municipal de Assistência Social/ Prefeitura e escolas. São atendidas pessoas de todas as faixas etárias.

Verificamos pela tabela 3, que o número de entidades consumidoras foi significativamente reduzido nos anos de 2013 e 2014, frente ao registrado em 2011 e 2012. Questionada a respeito deste fato, a assistente social de Mirante do Paranapanema, como componente da gestão do programa no município, esclareceu que a partir de setembro de 2013, no município, passa a operar, de maneira formalizada, o Banco de Alimentos Municipal, centralizando o recebimento dos alimentos entregues pelos agricultores ao PAA. Como previsto no Manual Operativo da modalidade CDS (MDS, 2014), o Banco de Alimentos Municipal cumpre a função da “Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do PAA”, servindo de base para o recebimento de alimentos dos agricultores e distribuição para as Unida-

des Recebedoras (as entidades socioassistenciais), uma vez que não é permitido o estoque dos produtos entregues pelos agricultores. Desta forma, fica claro o porquê de, em 2014, apenas o Fundo Municipal de Assistência Social, que opera o Banco de Alimentos, consta como beneficiária no recebimento de alimentos (em 2013, os números divergentes atestam apenas a transição dessa contabilidade).

Tabela 3: Números gerais envolvidos no PAA em Mirante do Paranapanema no período de 2011-2014.

Ano	Nº Beneficiários Fornecedores	Nº de Associações	Nº de Produtos	Nº Beneficiários Consumidores
2011	639	15	51	13
2012	702	23	69	15
2013	504	14	68	2
2014	376	10	64	1

Fonte: SAGI (2015); CONAB (2015).

O Banco de Alimentos possui a responsabilidade de controle dos tipos de produtos, das quantidades e da qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores. Anteriormente à criação desta Central de Recebimento, os alimentos eram entregues pelas associações de agricultores familiares diretamente nas entidades socioassistenciais cadastradas no município. Naquele momento, a fiscalização era realizada pelas entidades em conjunto com a Prefeitura.

Baseados nas entrevistas realizadas, podemos apresentamos dois olhares sobre a criação e atuação do Banco de Alimentos. Num primeiro olhar, o da gestão municipal, a partir da criação desta Central todo o processo de recebimento e distribuição dos alimentos foi facilitado. Especificamente, pode-se citar que, com a centralização no recebimento dos alimentos, por um lado, o processo de verificação da qualidade e quantidades dos produtos entregues realmente foi facilitado; e por outro lado, foi possível fazer uma distribuição mais equilibrada dos produtos. Exemplificando esta última situação, foi citado pelos informantes que, anteriormente, pelo fato dos alimentos serem entregues pelas associações diretamente nas entidades, em casos onde apenas uma associação produzisse determinado produto, ao entregá-lo a determinada entidade, as demais entidades não o receberiam este produto.

Outra consequência direta da criação do Banco de Alimento é a distribuição dos alimentos diretamente às famílias cadastradas no CadÚnico, não havendo necessidade de repasse a uma instituição intermediária que repassaria a essas famílias. Ainda assim, verificamos, a partir dos depoimentos, que o Banco de Alimentos distribui para oito entidades, além das famílias que fazem a retirada dos alimentos no local. De acordo com o secretário da Agricultura, foi possível verificar que os idosos compõem a grande parte do público atendido pelo Banco de Alimentos e tiveram número de consultas médicas diminuídas, como resultado de uma melhor alimentação provida pelo Banco.

Todavia, no olhar dos agricultores, o Banco de Alimentos não representa um mecanismo de facilitação da fiscalização do programa. A centralização no Banco de Alimentos não permite o controle externo (de fora da Prefeitura) sobre para onde vão os produtos. Antes da centralização, cada entidade beneficiária de consumidores apontava seu recebimento, colaborando com a fiscalização. Destacamos, neste sentido, que os agricultores entrevistados são lideranças de assentados dirigentes de associações beneficiárias do PAA (produtores) no município.

Para estes agricultores onde, o ganho que o PAA trouxe para as famílias que acessam o programa vai além da possibilidade de aumento da renda; o principal ganho seria mesmo o reconhecimento dos produtos da reforma agrária na alimentação de famílias em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. Neste sentido, corrobora-se com Silva, Barone e Souza (2011), que já constataram na região que, com o PAA, constitui-se uma relação virtuosa entre a cidade e o campo (este entendido como os assentamentos rurais):

A distribuição dos produtos agropecuários para entidades que, em geral, estão na área urbana dos municípios, traz um novo olhar da cidade para o homem do campo que é assentado. O mesmo que tem sido vítima de preconceitos, agora coloca o fruto do seu trabalho, de forma direta e visível, para a cidade. Assim, alguns segmentos da sociedade acabam por constatar a importância da agricultura e da reforma agrária, com um olhar mais curioso e talvez menos preconceituoso. (SILVA, BARONE, SOUZA, 2011, pp.244-245).

No entanto, com a criação do Banco de Alimentos, as famílias atendidas não receberiam informações e não teriam conhecimento da origem destes alimentos, gerando um sentimento de “exclusão”, já que os alimentos não são apresentados como fruto do trabalho e empenho das famílias assentadas. Outra questão, levantada com base na declaração dos agricultores entrevistados, é que há problemas de qualidade dos alimentos recebidos pelas famílias. Com as operações de centralização e redistribuição (Assentados - Banco alimentos - Entidades) há uma maior demora na entrega desses produtos e, com isso, os mais perecíveis - como hortaliças e frutas - são os que mais sofrem essa perda de qualidade. Essa realidade talvez explique o sentimento dos entrevistados agricultores sobre os possíveis efeitos negativos da criação do Banco de Alimentos, não reconhecendo este como tão estratégico como colocado pela gestão municipal.

No que tange aos agricultores inseridos no programa, houve aumento quando comparado aos resultados observados por Mazzini e Oliveira (2010) - 106 agricultores. No ano de 2014, observamos que 376 agricultores forneceram ao programa, ou seja, 25% se considerarmos as 1546 famílias assentadas do município. No entanto, houve, no período estudado, uma queda no número de produtores inscritos no programa em 2014 e 2013, em relação à 2012. Observamos que, no ano de 2014, a soma dos fornecedores equivale a 74,60% do número de fornecedores que participavam do programa no ano de 2013. Segundo declarações do secretário da agricultura do município, essa queda ocorreu por problemas administrativos da Conab, ao não inserir, naqueles anos, projetos de sete associações.

Na Tabela 4 podemos observar o número de projetos executados por organização a cada ano. Ali, evidencia-se que muitas associações com projetos em execução desde 2011 não apresentaram projetos em 2014. A Associação Nova Esperança foi à única que executou projetos em todos os anos analisados.

Tabela 4: Organizações Fornecedoras de alimentos 2011-2014.

Descrição Organizações	Nº de Projetos por ano			
	2011	2012	2013	
Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington - A.C.P.R.	1	1	1	-
Associação de Moradores Produtores e Assentados e Reforma Agrária Roseli Nunes - AMPARAR	1	1	1	-
Associação de Produtores Rurais Assentados Oeste	1	1	1	-
Associação de Produtores Rurais Direitos Iguais - Associação Direitos Iguais	1	1	1	-

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Carmem	1	1	1	-
Associação Força Feminina do Município De Mirante Do Paranapanema	1	1	1	-
Associação Pontal Verde 70 por Cento do Assentamento Santa Apolônia	1	1	1	-
Associação União do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema	1	1	1	-
Associação dos Assentados da Estrela Dalva	1	1	-	1
Associação dos Assentados Margarida Alves - AAMA	2	1	-	1
Associação dos Assentados Pontal Produtivo	1	2	-	-
Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves do Município de Mirante do Paranapanema Estado de São Paulo	1	-	1	1
Associação Nova Esperança	1	1	1	2
Associação Pecuária e Agrícola de Mirante do Paranapanema - APAMP	1	1	-	1
Associação Unidos e Democráticos do Assentamento Arco Iris	1	3	-	-
Associação Agropecuária Paulo Freire	-	1	1	-
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antonio Conselheiro - APRAACON	-	1	-	1
Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema	-	1	-	-
Associação dos Assentados da Asa Branca do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema	-	1	-	-
Associação dos Produtores Rurais Avivar do Assentamento Vale dos Sonhos	-	1	1	-
Associação dos Produtores Rurais Campo Verde do Assentamento Arco-Íris	-	1	-	-
Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I	-	1	-	1
Associação Viva Mirante de Mirante do Paranapanema Estado de São Paulo	-	1	-	-
Associação de Desenvolvimento Agropecuário, Social e Econômica dos Assentamentos do Município de Mirante Paranapanema	-	-	1	-
Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar - COOPPAF	-	-	3	3
Associação dos Micro Produtores da Agricultura Familiar do Assentamento Santa Carmem em Mirante do Paranapanema	-	-	-	1

Associação dos Produtores de Produtos Artesanais e Sustentáveis do Pontal do Paranapanema - APASP	-	-	-	1
Associação Pelegrine do Município de Mirante do Paranapanema	-	-	-	1

Fonte: PAA DATA. Organização: Elizabeth Lima Pereira.

Ainda no que se refere ao número de agricultores atendidos, as lideranças de agricultores entrevistados destacam que muito além da disposição e empenho na continuidade de participação no programa, as entidades que representam os fornecedores do programa têm dificuldades para se ajustar às mudanças nas normas dentro do processo burocrático da Conab.

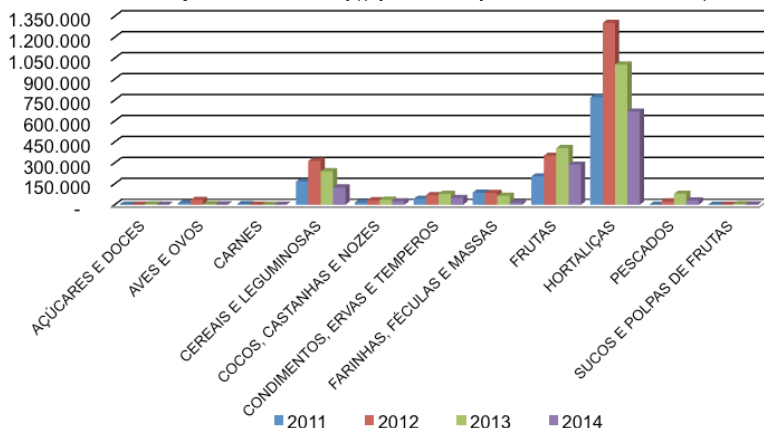
Mesmo diante dessas situações, a presença das associações é um fator importante, uma vez que, por meio delas, são estabelecidas relações de cooperação. Para Silva, Barone e Souza (2011), a importância desses produtores organizados em associações, como estabelece o programa, está no fato deles se tornarem atores econômicos e políticos, cooperando na sustentação da reforma agrária e no aumento da renda das famílias assentadas, uma vez que as associações são capazes de inserir a pequena produção rural no circuito econômico. Por outro lado, segundo os mesmos autores, além do viés econômico, as associações possibilitam relações de cooperação e emancipação.

Como descrito anteriormente, cada unidade familiar possui uma cota estabelecida por lei, sendo que atualmente na CDS o valor pode chegar R\$ 8.000,00 por ano. Assim, mesmo que todos os agricultores atendidos tivessem atingidos as cotas máximas no período analisado, pela redução do número de agricultores verificada, automaticamente a quantidade de recursos diminui, bem como a quantidade de alimentos entregues ao programa, pois é a consequência direta do número de produtores atendidos.

Os dados referentes aos alimentos comercializados estão distribuídos na plataforma PAA DATA em Grupos de Produtos, sendo eles: açúcares e doces; aves e ovos; carnes; cereais e leguminosas; cocos, castanhas e nozes; condimentos, ervas e temperos; farinhas, féculas e massas; frutas; hortaliças; pescado e sucos e polpas de frutas. Desta forma, é possível observar qual o grupo que possui maior representatividade, bem como é possível, em cada grupo especificamente, elencar os principais produtos.

Na Fig. 2, podemos observar que, durante todo o período analisado, o Grupo Hortaliças é o que obteve maior quantidade de alimentos entregues ao programa, seguido por Frutas. O destaque desses dois grupos não é, de fato, uma novidade, uma vez que são componentes importantes na alimentação das famílias assentadas.

Figura 2: Distribuição dos em kg, por Grupos de Alimentos, 2011-2014.



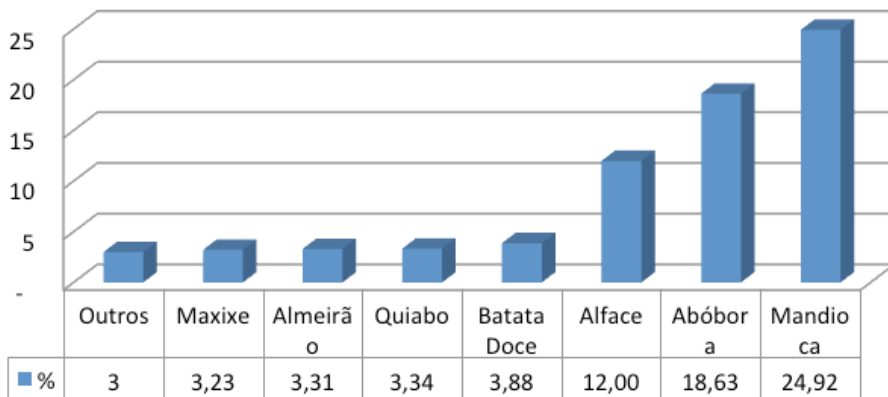
Fonte: SAGI (2015); CONAB (2015).

Em números, os grupos das frutas e hortaliças, juntos, ofertaram 4.990.780kg de alimentos, representando 75,13% do volume total no período (2011-2014), sendo respectivamente, 18,78% as frutas e 56,35% as hortaliças. No que se refere aos recursos, no período de Janeiro de 2011 a Setembro de 2014, os dois grupos receberam 64,47% dos recursos, correspondendo a 18,42% frutas e 45,62 hortaliças⁸.

O grupo hortaliças, durante o período, comercializou 34 produtos diferentes. No entanto, destacaremos os sete principais (Fig. 3). Neste grupo, como citado, está inserida a mandioca, que representa 24,92% volume, sendo a principal cultura no grupo (com 933.015kg), seguida pela abóbora (com 697.383kg), sendo 18,63% volume, e pela a alface com 449.174kg, (representando 12%). Assim, apenas essas três representam 55,55% do volume comercializado do grupo. As demais são representadas por menos de 3% do volume cada uma.

Figura 3: Principais produtos do Grupo Hortaliças em kg (2011-2014).

⁸ Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, não foi possível verificar o valor recebido por produto entregue, mas apenas a quantidade em kg, uma vez que a plataforma Transparência pública do PAA só disponibiliza o nome do produto e quantidades. Desta forma, não foi possível verificar os recursos por Grupo de Produtos nestes três meses, apenas as quantidades (kg).



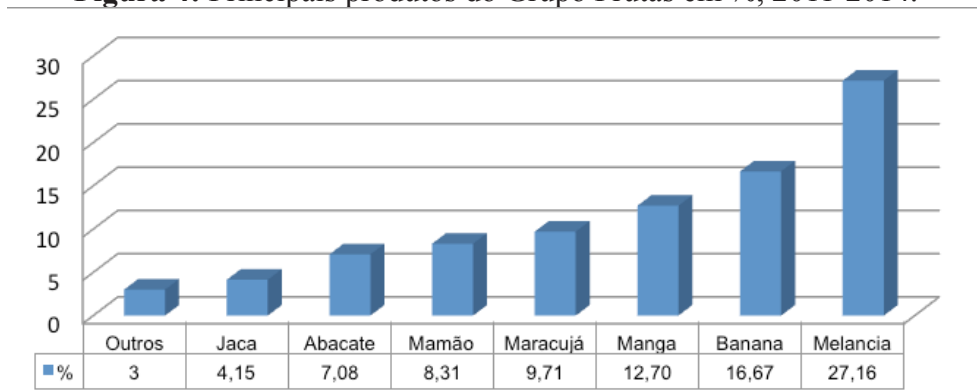
Fonte: SAGI (2015); CONAB (2015).

Na observação geral dos produtos, foi possível verificar quais os principais culturas comercializadas pelos agricultores familiares do município por meio do PAA. No entanto, ao tomarmos como referência os grupos de produtos da Plataforma PAA DATA, o grupo das hortaliças apresenta uma peculiaridade, pois nele está inclusa a mandioca.

Ainda segundo relato desta mesa, houve períodos em que a mandioca esteve mais presente; mas pela forte atuação dos atravessadores e os baixos preços de mercado, em período anterior ao PAA, os agricultores reduziram a produção da cultura. Recentemente, as famílias têm retomado os cultivos para atender as vendas institucionais, como é o caso da venda para CONAB, no PAA (FERRANTE; ALY JR, 2011). Isso demonstra que os agricultores se valem de diferentes estratégias de produção e, como o PAA consegue aos poucos, cumprir um de seus objetivos que é oferecer um canal de comercialização aos agricultores familiares.

No Grupo das Frutas, foram comercializados 20 alimentos diferentes. Na figura 4, destacamos as sete primeiras, assim como nas hortaliças. Destacam-se aí, a melancia com 338.824kg (representa 27,16% das frutas e 5,10% do total), seguida da banana, com 16,67% do volume (com 207.944kg); com 158.425kg está à manga, representando 12,70% do volume. Ou seja, as três primeiras juntas somam 56,53% do total fornecido de frutas. Em seguida, temos maracujá, mamão, abacate e jaca, representado respectivamente, 9,71%, 8,31%, 7,08% e 4,15% do volume. Das demais, 13 produtos são representados por menos de 3% do volume cada um (Cajuí, pera, romã, carambola, graviola, caju, jabuticaba, laranja, goiaba, abacaxi, limão, tangerina, acerola).

Figura 4: Principais produtos do Grupo Frutas em %, 2011-2014.



Fonte: SAGI (2015); CONAB (2015).

O grupo de Cereais e Leguminosas está em terceiro colocado, com 13,28% do total dos alimentos recebidos, com 843.763 kg. Neste grupo, foram comercializados amendoim, feijão comum, feijão “cores”, feijão verde/vagem e milho verde espiga.

Outros produtos merecem destaque ainda que não estejam presentes de maneira tão expressiva. São os processados ou beneficiados de alguma forma, uma vez que representam uma forma de agregação de valor ao produto. Assim, no Grupo Farinhas, Féculas e Massas, ainda que timidamente representado dentro do total (3,76%), temos derivados de mandioca; 110.287kg de polvilho e 139.652kg de farinha de mandioca.

No Grupo Açúcares e Doces, temos doce de leite e mel de abelha, com respectivamente 1.400 kg e 3.718 kg. Em Sucos e Polpas de Frutas, destaca-se a polpa de acerola (com 9.360 kg). No grupo de Carnes, foram comercializados 4.495 kg de carne bovina; No de Pescado, o peixe curimatã (56.345 kg), o peixe piau (200 kg) e o peixe tilápia (78.682 kg). Por fim, temos as Aves e Ovos, com destaque para ovos de galinha (27.188 kg) e frango vivo (33.674 kg).

Quanto aos pescados e aves, vale destacar que estes são entregues vivos. No caso das aves, elas são distribuídas por meio de um sistema de senhas, que permite uma distribuição equitativa para todas as famílias beneficiárias. Cada senha dá direito a uma ave por família, sendo que esta família voltará a receber uma nova senha quando todas as demais já tiverem recebido.

Os pescados são transportados pela prefeitura municipal em caixas

contendo água para que cheguem vivos até as famílias beneficiárias. A Conab também permite que este peixe seja entregue resfriado desde que não seja eviscerado. Nestes casos, a prefeitura municipal faz a coleta dos peixes, que são acondicionados em caixas com gelo. Este expediente é utilizado nos assentamentos mais distantes da sede do município.

A mandioca representa efetivamente 24,92% do comercializado no grupo de hortaliças, e 14,05% do total dos alimentos comercializados. Ressalta-se portanto, a importância dessa cultura para as famílias assentadas⁹.

A entrevista com liderança na região do Pontal do Paranapanema, realizada por meio da pesquisa UNIARA/INCRA em 2011 esclarece porque certas atividades são preferidas frente a outras por essas famílias. Segundo informante, os principais motivos que estimulam o plantio de mandioca nos lotes, por um lado, é a facilidade com que se produz, “[...] com um pouco de rama, um preparo de solo, não precisa ser lá de grande qualidade, se faz produzir mandioca [...]” e por outro, “[...] é uma opção dos assentados plantar a mandioca, pois não precisa ficar gastando um monte de dinheiro com insumos [...] é uma das culturas que com pouquíssimas condições econômicas, você consegue desenvolver [...]” (BARONE et al. 2012, p. 142). Ou seja, o baixo custo de investimento requerido pela cultura na produção e a facilidade nos tratos culturais são os fatores que justificam sua preferência, evidenciando a mandioca como uma estratégia de produção dos assentados, que a conseguem produzir mesmo que tenham condições financeiras limitadas, além de assegurar um alimento básico para alimentação familiar.

Diante do exposto, podemos verificar uma diversidade de alimentos entregues ao programa de forma geral. Mas, quanto aos grupos, individualmente, é possível verificar que alguns oferecem pouca diversidade, como é o caso do grupo “Carnes e Sucos e Polpas de Frutas”, com apenas um produto comercializado em cada grupo. Além de Açúcares e Doces, com apenas dois produtos comercializados por grupo, assim como, Farinhas, Féculas e Massas. Da mesma forma, verifica-se a concentração dos grupos “Hortaliças” e “Frutas” em poucos itens (3 ou 4), destacando-se, conforme exposto acima, o caso da mandioca, que representa 14% do total fornecido.

Conclusão

9 Não está incluída, nessa estatística a farinha de mandioca, que é distribuída no grupo das Massas, Farinhas e Féculas.

O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP tem se mostrado como uma importante alternativa para escoamento de parte da produção da agricultura familiar, bem como uma forma de fortalecimento desses sujeitos em ações coletivizadas. O programa, além de contribuir com a redução da situação de insegurança alimentar das famílias em condição de vulnerabilidade, garante aos agricultores familiares uma realização pessoal, uma vez que os frutos do seu trabalho e lida na terra atingem sua função social.

Em todo o período estudado o programa atingiu uma diversificação de produtos entregues, bem como de atores envolvidos no processo. Isso demonstra que, além de se tornar mais conhecido com o passar do tempo, ele se apresenta de forma consolidada como um canal de comercialização, abrangendo até os produtos oriundos de pomares e quintais. No entanto, há clara concentração de oferta em relativamente poucos produtos, o que enseja uma necessidade de maior diversificação.

Embora os dados revelem melhoras significativas quando comparados ao período de 2008-2010 (Mazzini; Oliveira, 2010), ainda há um grande número de agricultores familiares a serem alcançados pelo programa. Em que pese o esforço do poder público municipal para aumentar esse número, a questão da organização/gestão social das entidades que representam os agricultores, bem como a falta de organização de muitos, ainda é um obstáculo para que um maior número de produtores seja envolvido ano a ano.

Outra questão relevante é a dificuldade de se incluir o leite no rol de produtos adquiridos. O leite é a principal atividade produtiva dos agricultores familiares da região e não foi comercializado pelo programa em nenhum dos anos analisados. Quase a totalidade do leite de Mirante do Paranapanema é comercializada, tanto para laticínios quanto para atravessadores. Se os produtores dispusessem de uma estrutura mínima de processamento de leite, poderiam eles próprios comercializar o produto por meio dos canais institucionais, como o PAA.

Referências

BARONE, L. A. et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, Nupedor/Uniara, p.135-156, 2012.

BRASIL. **Decreto 7.775**, de 4 de julho de 2012 (Art.4). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <<https://>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.293**, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 10.696**, de 2 de julho de 2003 (Art. 19). Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú, y publicado por la Cooperativa Editora, Moscú. 1925. Reeditado por: Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública PAA - Programa De Aquisição Alimentos**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

DUVAL; H. C., VALENCIO; N. F. L. S., FERRANTE; V. L. S. B., Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retrato de Assentamentos**, Araraquara, v 12, n.2 Nupedor/Uniará, p. 189-216, 2009.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema**. Estudos Avançados nº 43. p.

239-254, 2001.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JR, O. **Relatório de Pesquisa. Pontal do Paranapanema**. Contrato/CTR/SP/N. 1000/2010 – UNIARA/INCRA, 2011.

FERRANTE, V. L. S. B. Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa INCRA/UNIARA. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, Nupedor/Uniara, p.15-43, 2012.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.13, n.1, Nupedor/Uniara, p.137-170, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/58Z>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos: Situação Quanto à Localização Municipal**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> Acesso em: 07 fevereiro de 2015.

MAZZINI, E. J. T.; MARTIN, E. S.; FERNANDES, B. M. Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema-SP: Uma política de desenvolvimento regional. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p. 56-66, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/696/721>> Acesso em: 01 fevereiro de 2015.

MAZZINI, E. J. T.; OLIVEIRA, S. M. **Políticas Públicas Para o Campo: Desafios da Produção e da Organização da Agricultura Familiar**. VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA DATA – Dados 2011, 2012, 2013 e 2014**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por meio de termo de adesão**, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/>>

entenda-o-paa/manualPAA_06.03.pdf> Acesso: 01 fevereiro de 2015.

SILVA, M. E.; BARONE, L. A.; SOUZA, J. G. O (re)desenho produtivo e social dos assentamentos rurais a partir das políticas públicas: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Retratos de Assentamentos**, vol. 14, n. 2, pág. 229-248, 2011.

SIT/MDA – Sistema de Informações Territoriais/ **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <[HTTP://sit.mda.gov.br/cadernos.php/territoriosdacidadania.gov.br.htm](http://sit.mda.gov.br/cadernos.php/territoriosdacidadania.gov.br.htm)> Acesso em: 01 fevereiro de 2015.

THOMAZ JUNIOR. A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos). Tese de livre docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, v. 1, 2, 3, 2009.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G. L. **PAA – Evolução Das Operações – MDA – CONAB**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf> Acesso em: 20 de Julho de 2012.

AS DIFICULDADES PARA A PARTICIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): O CASO DE ITAPEVA-SP¹

Francine de Camargo Procópio²

Julieta Teresa Aier de Oliveira³

Ricardo Serra Borsatto⁴

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) está regulamentado por meio da Lei nº 11.947/2009, com vigência a partir de 2009, a qual estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos municípios para alimentação escolar devem ser para adquirir alimentos oriundos diretamente da agricultura familiar. No entanto, muitos municípios e agricultores familiares até o momento não aderiram ao Programa e os que aderiram enfrentam dificuldades para cumprir as exigências operacionais do Pnae. Nesse sentido, este artigo teve por objetivo principal analisar as dificuldades dos assentamentos rurais em participar do Pnae do município de Itapeva, situado na região sudoeste do estado de São Paulo, Brasil. Para tal, coletou-se, com o uso de entrevistas semiestruturadas, junto às organizações formais de agricultores familiares dos assentamentos que participa-

1 Artigo baseado na dissertação de mestrado “Participação da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Itapeva/SP: contribuições ao aprimoramento do Pnae”, de Francine de Camargo Procópio, sob a orientação da Prof^a. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira e co-orientação do Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto.

2 Doutoranda na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); francineprocopio@gmail.com

3 Pesquisadora Doutora da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); julieta@feagri.unicamp.br

4 Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino; rsbor-sat@gmail.com

vam do Programa na época da pesquisa e aos funcionários municipais responsáveis pela implantação e execução da Lei, informações sistematizadas sobre as dificuldades enfrentadas. Foi possível compreender as principais dificuldades para a participação no Pnae no município selecionado.

Palavras-chave: Agricultores; Políticas Públicas; Alimentação Escolar.

Abstract: The National School Feeding Programme (PNAE) is regulated by Law No. 11.947 / 2009, effective from 2009, which states that at least 30% of the funds transferred by the National Fund for Education Development (ENDF) to municipalities for school feeding should be to purchase food coming directly from family farmers. However, many municipalities and farmers so far not joined the program and those who joined struggling to meet the operational requirements Pnae. Therefore, this article was meant to examine the difficulties of rural settlements to participate in the Pnae the municipality of Itapeva, located in the southwestern region of the state of São Paulo, Brazil. To this end, if collected, with the use of semi-structured interviews, together with formal organizations of family farmers of the settlements participating in the program at the time of the survey and municipal officials responsible for implementation and enforcement of the Act, systematized information on the difficulties faced. It was possible to understand the main difficulties for participation in Pnae the selected municipality.

Keywords: Farmers; Politics; School Feeding.

Introdução

A alimentação escolar emerge como política pública a partir de meados da década de 1950. Porém a partir de 2009 essa importante política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganha uma nova característica de viés intersetorial, a de servir como um importante mercado institucional de apoio à comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) adquire o potencial de atuar como uma política de desenvolvimento territorial, pois as Entidades Executoras do Pnae passam a ser obrigadas por lei a gastar ao menos 30% dos recursos disponibilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar preferencialmente de seu entorno.

A possibilidade do Pnae contribuir efetivamente para o desenvol-

vimento territorial e, mais especificamente, no fomento das atividades produtivas da agricultura familiar, ainda esbarrem em diversos problemas institucionais.

Deste modo, este artigo buscou analisar os entraves à participação de agricultores familiares no Pnae, especificamente de agricultores assentados em projetos de reforma agrária, tendo como campo de estudo o município de Itapeva-SP. com vistas a compreender melhor essas dificuldades e assim poder contribuir para a melhoria do Pnae no referido município.

Breve histórico da alimentação escolar no Brasil

A criação de um programa nacional de alimentação escolar na década de 1950 representou um marco importante na história brasileira, devido ao fato de passar a ser um programa federal oficial voltado para a alimentação e nutrição de crianças e jovens escolares (ROSENBURG, 1978).

É importante destacar que a história da alimentação escolar no Brasil é caracterizada por fases antagônicas. Como aponta Silva (1995), de 1972 a 1994, a União administrava de forma centralizada o Pnae, e se pretendia o fortalecimento da indústria alimentícia nacional, o que levou à adoção nas merendas escolares de alimentos formulados, sem respeito aos hábitos alimentares regionais.

Em 1994 foi promulgada a lei de descentralização do Pnae, com o objetivo central de melhorar a qualidade da alimentação e nutrição dos estudantes, a qual também promoveu a participação social por meio da efetivação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) (BRASIL, 1994).

Os CAEs passaram a ser responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das diretrizes e aplicação dos recursos do Programa, por garantir a qualidade dos alimentos, aceitabilidade dos cardápios, receber o relatório anual de gestão do Programa e emitir parecer, aprovando ou não a execução do Pnae (VIEIRA, 2013). A partir dessa fase o Pnae deixou de ser um programa apenas de entrega de alimentos do Governo Federal aos estados e municípios para transformar-se em uma ação coordenada de alimentação e nutrição, com planejamento e diretrizes.

Magalhães et al.. (2013) citam que devido à trajetória de expansão da cobertura da rede básica de ensino, ocorrida entre 1980 e 2000, o acesso à alimentação escolar foi ampliado significativamente.

Mudanças expressivas no Programa no sentido de ampliação da cobertura e do valor financeiro per capita repassado aos municípios deveu-se às negociações mediadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) (BURLANDY, 2009).

A descentralização ocorreu efetivamente em 1998, quando a trans-

ferência dos recursos passa a ser feita automaticamente, sem que fosse necessário firmar convênio ou qualquer outro meio legal entre a esfera federal e os municípios, dando maior agilidade ao processo (BRASIL, 2007). Nessa época (1998), o valor diário per capita da merenda era de R\$ 0,13, cifra que foi mantido até 2003, apesar da inflação.

Com a descentralização, os municípios passam a ser os responsáveis pela alimentação escolar, podendo deslumbrar diversas estratégias de melhoramento como: redução do custo de logística, promoção do desenvolvimento local, elaboração de cardápios baseados nos hábitos alimentares das comunidades e suas diferentes formas de preparo e maior participação da sociedade civil, por meio do CAE.

Cabe citar que em 2001, a Medida Provisória nº 2.178⁵, de 28/06/2001 fez menção pela primeira vez ao desenvolvimento da economia local, como se pode ver abaixo nos seus artigos 6º e 7º (BRASIL, 2001).

Art. 6º Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

Art. 7º Na aquisição dos gêneros alimentícios terão prioridade os produtos da região, visando a redução dos custos.

Mas, foi a partir de 2003 que se sucedeu na alimentação escolar uma série de mudanças no sentido de incorporá-la a uma nova política de

5 Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Pnae, institui o Programa Dinheiro Direto na escola e da outras providências.

SAN coordenada pelo Programa Fome Zero, vinculado ao Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) (TAKAGI, 2006), como consta na Resolução nº 15 de 16 de junho de 2003 (BRASIL, 2003).

Art. 2º. O PNAE tem como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares.

Mesmo com a extinção do Mesa em 2004 e a transferência da administração do Fome Zero para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e sua transformação em uma estratégia de governo, o Pnae se mantém inserido no escopo da política do Fome Zero até os dias atuais e conseguiu realizar as metas propostas no projeto inicial do Programa (BELIK et al., 2013).

Do ponto de vista da atuação técnica, foi estabelecida a exigência de um nutricionista responsável técnico pelo Pnae no município e fortaleceu-se sua atuação no planejamento dos cardápios e processos de compra de alimentos, bem como no acompanhamento técnico das creches e escolas.

Essa fase também se caracterizou pela evolução normativa do Pnae no sentido de incentivar a diversificação das refeições com base em uma alimentação saudável, alicerçando os fundamentos de uma das funções mais importantes do Programa, a de promover ações de educação alimentar. Reforçaram-se as diretrizes de respeito à vocação agrícola regional e aos hábitos alimentares típicos da localidade e da etnia, nos casos das creches e escolas das comunidades indígenas e quilombolas (BELIK et al., 2013).

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelo Pnae

Em 2007, juntamente com o Consea, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) encaminhou proposta de projeto de lei sobre a alimentação escolar que em 2009 foi sancionada pelo Presidente da República e apresentada ao Congresso Nacional, na qual previa, entre outras ações, o apoio explícito à agricultura familiar por meio da compra de seus produtos, bem como a ampliação do Programa para o ensino mé-

dio. Segundo Belik et al. (2013), essa legislação representou um marco histórico na associação da alimentação escolar com a agricultura familiar.

Schneider et al. (2010) afirmam que a Lei 11.947/09 (BRASIL, 2009) foi um marco nas políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar, porque ampara, explicitamente, o agricultor familiar quando obriga as entidades executoras a utilizar no mínimo 30% do valor remetido pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios destes fornecedores, além de inovar no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras, pois dispensa o processo licitatório quando o fornecedor for caracterizado como agricultor familiar. Tal dispensa encontra-se no art. 14 da referida Lei:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (BRASIL, 2009)

Assim, a aquisição de gêneros para a alimentação escolar com recursos do próprio Programa pode ser viabilizada de três formas: 1) Lei de Licitações – 8.666/ 1993; 2) Lei 11.947/2009 e Resolução nº 38/ 2009 e; 3) por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) – Decreto 6959/2009 (Compra Direta).

Então, passaram a ser realizadas Chamadas Públicas para aquisi-

ção dos alimentos, pois até 2009 os processos de aquisições públicas para o Pnae ocorriam exclusivamente através da Lei 8.666/1993 que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública. Deixa-se de haver essa obrigatoriedade e passa a ser dispensado o processo licitatório quando o fornecedor for caracterizado como agricultor familiar.

Com a finalidade de regulamentar e desburocratizar o acesso de produtos advindos da agricultura familiar, o Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE, no uso de suas atribuições legais, estabeleceu as primeiras normas para a execução técnica e administrativa do PNAE e para a transferência de recursos financeiros da União aos municípios através de Resolução Normativa.

Destaca-se que a primeira resolução publicada referente ao tema foi a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 (BRASIL, 2009b); posteriormente veio a Resolução/CD/FNDE nº 25/2012 com a finalidade de alterar parte da redação da resolução anterior (BRASIL, 2012); depois, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, a qual revogou as resoluções anteriores (BRASIL, 2013), e, por último foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 04/2015 (BRASIL, 2015).

A Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 estabelecia que os cardápios escolares deveriam ser planejados por uma nutricionista responsável, respeitando os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009).

Para tanto, a nutricionista precisava priorizar os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega, bem como a sazonalidade e as peculiaridades da produção da agricultura familiar. Assim, cabia a ela elaborar a demanda de gêneros alimentícios, com quantidades definidas, a serem adquiridos da agricultura familiar pela Secretaria de Educação do Município.

Descrita a demanda qualitativa e quantitativa de gêneros alimentícios, a mesma é encaminhada para o Setor Financeiro do município para aprovação e posteriormente, se aprovada, segue para a Secretaria de Responsabilidade Jurídica e Contratos, onde é feita a redação e publicação da Chamada Pública. A divulgação da Chamada Pública deve ocorrer em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, quando houver, além de postagem em seu sítio na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação (BRASIL, 2009).

No entanto, a Resolução nº 38/2009 se restringe a mencionar que o processo dispensa licitação e que a aquisição deve ocorrer por meio de Chamada Pública. Como não havia modelo de Chamada Pública destinada para esse fim, o setor Jurídico dos municípios adequou o Edital Licitatório

de Concorrência, que segundo a Lei nº 8.666/ 93 regulamenta e institui normas para licitações e contratos. Em seu art. 40 é especificado o que deve conter no preâmbulo do edital: o número de ordem; o nome da repartição interessada e seu setor; modalidade; regime de execução; tipo da licitação, do local; dia e hora para recebimento da documentação e proposta, para que se possa iniciar a abertura dos envelopes.

Quadro 1: Resumo das normas da Resolução nº 38/2009 do Pnae.

Grupos	Preços de Referência	Valor por produtor	Entrega
<ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 100.000,00, grupos formais e informais • Acima de R\$ 100.000,00 grupos formais 	<ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 100.000,00 <ul style="list-style-type: none"> • Média local dos valores pagos aos agricultores; • Preços vigentes • Igual ou acima de R\$ 100.000,00 <ul style="list-style-type: none"> • Média de preços dos últimos 12 meses, ou • Preços apurados em licitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 9.000,00/DAP 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega ponto a ponto • Entrega em um único ponto • Quem irá pagar o frete

Fonte: Resolução/CD/FNDE nº38/2009.

Apesar destas normas, a Resolução nº38/2009 não definia o que é uma Chamada Pública, que segundo Becker et al. (2013) o que inicialmente se configurava em um ambiente profícuo para interlocução e de fomento às parcerias entre distintos segmentos, parece que se converte num campo de disputa de mercados. Essa citação surge do estudo de caso realizado no município de Pelotas- RS, sendo reafirmado que a prática concorrencial se dava tanto por parte das cooperativas de maior porte para com as de menor envergadura, quanto entre os próprios pequenos empreendimentos.

Becker et al. (2013) ainda afirmam que existe uma tendência à aquisição de gêneros alimentícios de empresas cooperativas de médio e grande portes, as quais vêm sendo favorecidas por uma modalidade de mercado que deveria primar por uma outra lógica de funcionamento.

Em 16 de julho de 2012, o FNDE publica a Resolução nº 25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução nº 38 de julho de 2009

(BRASIL, 2012).

Referente ao artigo 21 foi acrescentado que além dos meios de divulgação da Chamada Pública, já citados anteriormente, também era necessário divulgar em rádios locais e no sítio eletrônico da Rede Brasil Rural.

Já o artigo 24 amplia o valor do limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar, que passa a ter o valor máximo de R\$ 20.000,00 por Declaração de Aptidão Agrícola (DAP⁶) por ano.

As duas Resoluções citadas são revogadas a partir da publicação da Resolução/CD/FNDE nº26/2013, a qual passa a definir novas normas para a execução do Pnae (BRASIL, 2013), em 26 de Julho de 2013.

Nessa Resolução, é modificado o fator limitante da participação de Grupos Informais e Formais, passando a ser considerado o valor total repassado pelo FNDE para a execução do Pnae, que deverá ser superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano. Isso significa que municípios que têm repasse até R\$ 700.000,00/ano podem aceitar proposta de Grupos Informais e de Grupos Formais, assim agricultores familiares que não participam de Cooperativas e Associações podem realizar propostas de venda por meio da Entidade Articuladora, abrangendo maior quantidade de agricultores de uma mesma localidade.

Essa mudança permite que pequenos agricultores não organizados em associação ou cooperativa participem do processo e venham a se inserir nesse mercado, fortalecendo, assim, os agricultores do município, o comércio local e proporcionando um alimento fresco e local para as escolas atendidas.

Quantos aos preços, a Resolução nº26/2013 cita que deverá considerar todos os insumos exigidos na Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto (BRASIL, 2013). Apresenta também que a prioridade para escolha das propostas, deve seguir a seguinte ordem de desempate:

- I – os fornecedores locais do município;
- II – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- III – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de

6 Documento utilizado como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar as políticas públicas.

dezembro de 2003;

IV – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e

V – organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

No Quadro 2 é possível ver de maneira resumida quais foram as mudanças promovidas por essa Resolução.

Quadro 2: Síntese de modificações da Resolução nº 26/2013 do Pnae.

Chamada Pública Define o que é:

- *Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.*

Grupos Modifica o fator limitante da participação dos grupos:

- deverá ser superior a R\$ 700.000,00/ano - para optar apenas por proposta de organizações com DAP Jurídica;
- até R\$ 700.000,00/ano pode aceitar proposta de Grupos Informais e de Grupos Formais.

Preços Acrescenta os insumos

- deverá considerar todos os insumos exigidos na Chamada Pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

Propostas Critérios de desempate:

- Prioridade para os agricultores municipais.

Fonte: Resolução/CD/FNDE nº26/2013, adaptada pelo autor.

Desde a promulgação da Lei 11.947/2009, foram publicadas 4 (quatro) Resoluções de regulamentação do Pnae, sendo a quarta e última a Resolução CD/FNDE nº 4 de 02 de abril de 2015, a qual buscou deixar mais objetiva a seleção e a classificação dos projetos de venda e tornar mais claro e objetivo os critérios de definição de preços dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Além de determinar que o preço publicado no edital é o preço que deverá ser pago ao agricultor

familiar.

Essa Resolução esclarece que o preço publicado no Edital de Chamada Pública, necessita ser estipulado através da média dos preços de mercado praticado em âmbito local e caso não seja possível, ser analisado em nível territorial, estadual e nacional. No entanto, esse valor deve ser acrescido com os custos de embalagem, transporte e outros que sejam considerados necessários para o alimento chegar até a unidade escolar. Após isso se tem o valor a ser pago ao agricultor pelo produto entregue ao Pnae.

Além disso, a Resolução também amplia a cota de comercialização do agricultor familiar, não ficando mais restrito ao valor de R\$ 20.000,00/DAP/Ano e sim a R\$ 20.000,00/DAP/Município, isso significa que o agricultor pode comercializar R\$ 20.000,00 em cada município que participar do Pnae

Abordagem metodológica

Para analisar os entraves existentes na execução de uma política pública, faz-se necessário conhecer o ambiente do qual os programas, planos ou projetos desta política fazem parte, ou seja, como se dão as relações entres os diferentes atores e instâncias desde sua implementação.

Nesse sentido, estudou-se sobre os entraves enfrentados pelos dois principais agentes de implantação e execução do Pnae em nível municipal: as organizações formais de agricultores familiares e a estrutura institucional do município de Itapeva responsável pela execução do programa.

Para tanto, a pesquisa se valeu de entrevistas semiestruturadas, por permitir um aprofundamento da realidade estudada.

É importante que a análise seja conduzida a partir do ponto de vista do ator da ação e não do observador. Dessa forma buscou-se compreender como os atores da ação interpretam o ambiente onde atuam (ALENCAR, 2002), e como cada sujeito entrevistado percebe e atribui significado à sua realidade, permitindo compreender a lógica que define as relações dentro de um determinado grupo (DUARTE, 2004).

Sabendo-se quem eram os responsáveis pela execução do programa e quais os atores sociais envolvidos, foi possível elaborar o Quadro 3, no qual consta a relação de entrevistados da pesquisa, com seus referentes cargos e funções.

Quadro 3: Relação de entrevistados da pesquisa.

Entrevistado	Setor/ Organização	Função
---------------------	---------------------------	---------------

Secretário 1	Secretaria de Educação	Secretária de Educação
Servidor Público 1	Secretaria de Educação	Diretora do Departamento de Alimentação Escolar
Servidor Público 2	Secretaria de Governo e Negócios Jurídicos	Presidente de Sessões de Processos Licitatórios
Servidor Público 3	Secretaria de Governo e Negócios Jurídicos	Funcionária responsável pela elaboração da Chamada Pública
Secretário 2	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Secretário de Agricultura e Abastecimento
Servidor Público 4	Secretaria de Educação	Diretor do Departamento de Finanças
Terceiro Setor 1	Sindicato Rural	Diretor
Terceiro Setor 2	Fundação Itesp	Analista de Desenvolvimento
Controle Social 1	CAE	Presidente
Organização 1	Associação Agropecuária Nova Esperança	Presidente
Organização 2	Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri)	Diretor de Projetos
Servidor Público 5	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Técnico da Secretaria da Agricultura – Engenheiro Agrônomo
Servidor Público 6	Secretaria de Educação	Técnica em Nutrição
Merendeira 1	Secretaria de Educação	Merendeira - escola rural
Merendeira 2	Secretaria de Educação	Merendeira - escola urbana
Merendeira 3	Secretaria de Educação	Merendeira - escola quilombola
Merendeira 4	Secretaria de Educação	Merendeira - escola de assentamento

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa, 2014.

Antes da realização das entrevistas foram elaborados e testados roteiros prévios. Durante esse procedimento averiguou-se a necessidade de

se ter diversos roteiros, sendo um para cada grupo de atores, levando em consideração o fato de serem diversos sujeitos com diferentes vivências a respeito do programa. Tais entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2013 a outubro de 2014.

No caso, optou-se por trabalhar com categorias. Segundo Laville e Dionne (1999), um bom conjunto de categorias devem ser pertinentes, tão exaustivas quanto possíveis, não demasiadas, precisas e mutuamente exclusivas e onde cada pergunta foi posto ao crivo dos critérios gerais da análise, para escolher a categoria que melhor lhe convêm (idem).

Ao todo foram 5 categorias de análise, que permitiram o aprofundamento da visão e interpretação que os entrevistados têm da realidade estudada: a) o histórico de execução da Lei 11.947/2009, b) os aspectos jurídicos, c) as relações comerciais, d) o cardápio e e) a logística.

Resultados

A prefeitura de Itapeva tem sob sua administração 71 unidades escolares, distribuídas nas áreas rural e urbana. Sendo 19 Escolas Municipais de Educação Infantil (Emei), 26 unidades de Ensino Fundamental I, 15 unidades de Ensino Fundamental II, 10 unidades de Ensino Médio e 1 Centro Multidisciplinar, que totalizavam 16.427 alunos na rede pública no ano de 2014.

Para poder assegurar uma alimentação de qualidade para tantos alunos, a prefeitura tem em seu quadro de colaboradores, 259 merendeiras, sob a responsabilidade de 5 técnicas em nutrição. No momento da pesquisa não havia nenhuma nutricionista no quadro de funcionários da Secretaria de Educação, sendo a nutricionista da área de saúde que estava despachando os documentos referentes à alimentação escolar.

A principal organização de assentados fornecedora de alimentos para a merenda escolar de Itapeva é a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), que está localizada no Assentamento Pirituba, Agrovila V, município de Itaberá e com subsede no mesmo Assentamento, localizada na Agrovila I junto com o laticínio, no município de Itapeva.

Sua formação ocorreu no ano de 1996 devido à necessidade de haver uma Cooperativa Regional para escoar a produção, pois as organizações menores não tinham como gerir os custos ocasionados para comercializações de longa distância. Sendo uma Cooperativa Regional, ela tem como associados diversas outras Cooperativas e Associações do próprio Assentamento, cabendo a ela articular a comercialização, sendo que a pro-

dução fica sob responsabilidade das demais.

A organização conta com um laticínio, empacotadora de feijão com marca registrada, veículos com capacidade para transportar a produção, escola de formação agroecológica, assistência técnica e uma equipe de funcionários com a missão de planejar, escoar e organizar a associação.

São mais de 8 municípios atendidos através do PAA, Pnae e do mercado convencional, pois o assentamento possui grande capacidade em produzir grãos, como feijão, arroz e trigo. Mas também há os que produzem hortifrutigranjeiros e pecuária leiteira.

Como apontado anteriormente, a análise das entrevistas realizadas com os diferentes atores foi realizada tendo como critério 5 categorias analíticas, sendo elas a) o histórico de execução da Lei 11.947/2009, b) os aspectos jurídicos, c) as relações comerciais, d) o cardápio e e) a logística.

Em relação ao histórico de execução da Lei 11.947/2009, pôde-se perceber que alguns atores não possuíam nenhuma informação sobre o programa e conseqüentemente desconhecem seu início. O que ocorre tanto na esfera da administração pública quanto para os presidentes de organizações de agricultores.

“Não conheço” (MERENDEIRA 2)

“Talvez meu pai conheça, porque era ele o Presidente, mas eu nunca ouvi falar. Como funciona?” (ORGANIZAÇÃO 1).

Isto pode prejudicar o funcionamento do programa, visto que a administração pública desempenha papel importante nas negociações com os agentes econômicos que integram a regulação pública do mercado agroalimentar (MALUF, 1999). Para Belik e Souza (2009) é necessário grande esforço na reorientação das decisões políticas para privilegiar os fornecedores locais, de maneira a integrar a todos, facilitando e potencializando o sucesso dos programas em execução ou a serem implantados.

Quando não ocorre interação dos agentes envolvidos, observamos diferentes respostas para o mesmo item, como pode ser visto através dos discursos dos entrevistados a respeito do início do programa no município, divergindo entre 2003 a 2013.

“Em 2003, (...) só que depois desse ano, parou e voltou em 2010, com o Pnae” (TERCEI-

RO SETOR 1).

“Ocorre desde o ano de 2013” (SECRETÁRIO 1).

Quanto aos aspectos jurídicos, a Lei 11.947/2009 determina que o processo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar seja realizado através de Chamada Pública, a qual requer o mínimo de documentação das organizações de modo a comprovar sua idoneidade e se estão cumprindo com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

Para Saraiva et al. (2013) e Fornazieri e Belik (2012), o reconhecimento do papel interdependente das várias secretarias do poder executivo é de fundamental importância para o desenvolvimento local. Como também, para romper com o problema do circuito que envolve licitações, propinas e procedimentos burocráticos incrustados na máquina administrativa.

Mesmo sendo identificado um bom diálogo entre as diferentes secretarias e departamentos envolvido na execução do Pnae em Itapeva, percebeu-se que a Secretaria de Negócios Jurídicos ainda enfrenta problemas para se respaldar na aplicação da Chamada Pública, em virtude da Lei ser vaga e não oferecer regramento específico para tal procedimento.

“Estava comentando isso numa reunião que nós fizemos, por que não fazer uma lei específica para chamada pública? (...) Então, ela tá fortalecendo, com esse fortalecimento ela realmente precisava de uma lei específica” (SERVIDOR 3).

Há também o problema na demora para publicação do edital. Os gestores das organizações de agricultores familiares ressaltaram que a demora na publicação dos editais de chamadas públicas é o principal problema para a comercialização no Pnae, pelo fato de impossibilitar que realizem planejamento de produção com antecedência.

Quanto às relações comerciais, segundo Avila et al. (2013), a comercialização foi durante muito tempo obstáculo para inserção efetiva dos agricultores no mercado, seja pelo fato dos mesmos quererem apenas produzir ou pelo fato de desconhecerem as técnicas de comercialização.

Para o Secretário 1 as organizações necessitam realizar planejamento da quantidade e diversidade que eles têm capacidade de oferecer, o que não ocorre atualmente. Nenhuma organização é capaz de dizer qual sua capacidade de produção.

Por não conseguir precisar a capacidade de produção, e por não ser publicada a chamada pública com antecedência é que os agricultores e a Secretaria de Educação vivenciam um entrave. Os primeiros desejam a assinatura do contrato com meses de antecedência para poderem realizar o planejamento de produção, quanto à segunda, vê dificuldade em conseguir planejar com tanta antecedência, em função do quadro de funcionários ser precário e de não conseguir efetivar um profissional formado em Nutrição para realizar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento da alimentação escolar.

A atual gestão pública tem enfatizado a importância do diálogo com os presidentes de organizações e o estreitamento das relações. Com isso, do meio do ano de 2013 para 2014, a Secretaria Municipal de Educação e a de Negócios Jurídicos passaram a ter uma conversa mais aproximada com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento municipal, a qual age como facilitadora na relação prefeitura com organizações.

Através desse diálogo que se iniciou e vem sendo aprimorado com o passar do tempo, foi possível elaborar um cardápio de acordo com a realidade do agricultor local, buscando colocar na chamada pública itens que o município produz de acordo com a sazonalidade.

“(…) na questão do calendário, Itapeva acabou. A gente conseguiu trabalhar isso. Mas eu acho que a maior dificuldade de todas as prefeituras trabalharem o Pnae e adequação do cardápio pra época de produção de cada produto” (ORGANIZAÇÃO 2).

Em relação aos pagamentos, foi possível verificar que a mesma cumpre com o estabelecido em contrato.

Os presidentes das organizações disseram que a prefeitura efetua o pagamento corretamente. No que tange à logística, essa se mostra como um ponto crítico para o bom andamento do programa. Como em todo processo licitatório ou de pregão, considera-se que no valor dos produtos estão inclusos todos os encargos, custos e outros gastos que a empresa venha a ter para atender aquele contrato. Na chamada pública não é diferente. A prefeitura ao estipular o preço dos itens, subentende que está abrangendo todos os custos e impostos inseridos na produção e comercialização de tal item. Coisa que na prática, pelo estudo realizado, acaba onerando o agricultor, porque o município de Itapeva tem abrangência territorial muito grande, havendo propriedades a 45 km do centro urbano, e as entregas

devem ser realizadas ponto a ponto.

Além da observação que não é apenas um frete para o mesmo produto e, sim três. Portanto, em ordem cronológica temos os seguintes custos de transporte: - agricultor leva o produto até a organização; - a organização leva o produto até a empresa terceirizada para entrega ponto a ponto e, por último, da empresa terceirizada para as escolas. Todas essas etapas são pagas pelo agricultor.

Quando a organização tem um pedido que compense monetariamente o valor do frete da organização até a terceirizada, passa a ser viável a entrega, mas quando isso não ocorre acaba que o agricultor paga para entregar na merenda.

“Nós produzimos de forma agroecológica, mas não é certificado, aí a prefeitura dá preferência para o orgânico, com isso nosso pedido é pequeno, o que dilui o custo até o entreposto é que sempre precisamos ir para a cidade, senão não compensaria. Mas se fosse rateado igual, aí daria” (ORGANIZAÇÃO 2).

É a organização que arca com parte do custo de transporte, pelo fato de cobrar a taxa administrativa, mas não consegue arcar com o custo total, o que leva a sugestão de um único ponto para entrega e ficar a cargo da prefeitura realizar a entrega ponto a ponto. “(...) O certo seria se a entrega fosse em um único ponto e a prefeitura se encarregasse de distribuir nas escolas” (TERCEIRO SETOR 2).

Quanto aos demais custos, como embalagens, em geral ficam a cargo das organizações dos agricultores familiares.

A prefeitura de Itapeva tem se empenhado para cumprir a legislação e inserção dos agricultores na comercialização para o Pane, no entanto, ainda falta, alguns pontos a serem resolvidos, como o estímulo da produção agroecológica ou orgânica, visto que é necessário um tempo para o agricultor se adequar que estas formas de produção que são mais complexas que a produção convencional e também para receber o selo de certificação orgânica ou agroecológica. Quanto ao transporte, isso continua sendo um empecilho a ser trabalhado.

Considerações Finais

Em Itapeva/SP o Pnae estava sendo executado sem dificuldades antes da obrigatoriedade de destinar 30% do recurso repassado pelo Governo Federal para compra da agricultura familiar, o que ocorreu em 2009.

No ano de 2010, quando foram executar o “novo” PNAE, depararam-se com a nova modalidade de aquisição de gêneros alimentícios, que é a chamada pública. Então havia dois problemas a serem solucionados, um que era comprar da agricultura familiar, que não se encontrava organizada para atender a demanda de alimentos da Secretaria de Educação e outro eram os parâmetros legais para realizar as compras via contratos por chamada pública.

Segundo os resultados das análises documentais, o problema da chamada pública foi resolvido no ano de 2013 com a contratação de uma consultoria para a Secretaria de Negócios Jurídicos que orientou o que é uma chamada pública e quais as leis que respaldam a prefeitura para estar utilizando-a.

Quanto à relação da Secretaria da Educação com os agricultores familiares, os problemas começaram a ser solucionados a partir da posse do atual prefeito eleito em 2012, que exigiu da administração pública municipal a execução do programa de maneira adequada, como a Lei previa e de modo que os agricultores e o município pudessem dele se beneficiar.

Para tanto, o prefeito solicitou o envolvimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento para intermediar a relação entre as organizações de agricultores familiares e Secretaria de Educação. Também trocou o quadro diretivo do Departamento de Alimentação Escolar e colocou Técnicas de Nutrição aptas a trabalharem e querendo aprender junto com os agricultores.

Após isso, as organizações de agricultores e as Secretarias municipais passaram a se reunir para definir o cardápio a ser executado com a aquisição de produtos da agricultura familiar e negociar as dificuldades existentes.

Com isso, no cardápio passou a constar produtos que são produzidos no município e nas referentes épocas de produção. Foi uma conquista dos agricultores que resultou de diversas reuniões e de muitas idas a campo para que as Técnicas de Nutrição pudessem entender a complexidade que é produzir um alimento.

Atualmente a agricultura familiar é responsável por 40% do cardápio da merenda escolar de Itapeva, não é responsável 100% porque ainda

falta organização no campo.

O Departamento de Alimentação Escolar, Secretário de Agricultura e Diretor do Sindicato, reconhecem a dificuldade que o agricultor tem de efetuar planejamento de plantio, devido ao medo de não efetuar a comercialização e ficar com o prejuízo, como também tem a questão do Departamento de Alimentação Escolar priorizar alimentos de determinada organização, quando as outras possuem contrato para entregar a mesma quantidade e não é requisitado.

A Secretaria de Educação enfatiza que prefere produtos orgânicos e pretende chegar a 100% do atendimento com produtos livres de agrotóxico, e para isso estão construindo uma relação de fortalecimento com as organizações a fim de incentivar a transição de sistemas convencionais para sistemas orgânicos ou agroecológicos.

Nota-se que a divisão dos produtos ainda enfrenta dificuldades, sendo necessária a realização de um novo planejamento que agregue as organizações.

A questão da entrega dos produtos ainda causa divergências. A prefeitura continua exigindo entrega ponto a ponto (escola a escola), com o custo embutido no valor do produto. Isso se dá por conta que a Lei não especifica se os R\$ 20.000,00 estipulados por produtor são só de produtos ou produtos mais serviços, possibilitando diversas compreensões sobre o assunto.

A prefeitura de Itapeva exige a entrega ponto a ponto para as escolas atendidas na área urbana, porque as escolas da área rural são atendidas pela própria prefeitura.

Atualmente, as organizações realizam a entrega ponto a ponto através de uma organização que cobra R\$ 2,50 a caixa, esse custo é retirado do valor do produto, mas ainda há o custo de locomoção da propriedade até essa organização que faz o transporte, que é retirado do próprio produtor.

Então, além da porcentagem que é descontada do montante do agricultor pela cooperativa, através da taxa administrativa, ele ainda tem que tirar o valor do transporte do produto até a cidade.

A Secretaria de Educação juntamente com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e as organizações de agricultores estão buscando uma solução. O que os agricultores desejam é entregar em um único ponto na área urbana e a prefeitura se encarregaria de distribuir nas escolas.

Quanto às embalagens, a prefeitura adquire os produtos a granel, por essa razão as organizações estão em conversas com as merendeiras

buscando minimizar as perdas de caixa, a fim de reduzir o custo com caixas extraviadas.

As questões do cardápio, do transporte e da embalagem interferem diretamente no preço do produto, as quais os presidentes das organizações dizem não poder reclamar por conta que é utilizada a média do preço de mercado e não mais o PAA. Hoje eles alegam estar sendo praticado um preço justo.

Por fim, a experiência de Itapeva se iniciou de modo a conter o acesso do agricultor familiar na comercialização para o Pnae, mas de 2013 para cá há um modelo de gestão municipal agregador que tem por missão superar as dificuldades de operacionalização do Pnae e desenvolver o município.

Segundo representantes do prefeito, o mesmo acredita que o dinheiro empregado nos agricultores familiares retorna para o comércio da cidade e com isso a economia municipal desenvolve e possibilita melhorias nos serviços públicos ofertados a população.

Por outro lado é importante ressaltar que a pesquisa verificou que ainda existem muitos entraves a serem superados e que uma articulação contínua, baseada em confiança, entre os diferentes atores envolvidos, é de fundamental importância para que o Pnae no município de Itapeva atinja o objetivo de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Referências

ALENCAR, E. **Análise do significado**: roteiro de aula. [S.l.: s.n.], 2002. 20 f. Mimeo

AVILA, M.L., CALDAS, E.L., AVILA, S.R. Coordenação e efeitos sinérgicos em políticas públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **PAA, 10 anos de aquisição de alimentos** - Brasília: MDS, 2013.

BECKER, C., ALTEMBURG, S.N., SILVA, F.N. da, DAL MOLIN, L. H., ANJOS, F.S. dos, Mercados institucionais: promovendo a construção de parcerias ou estimulando a concorrência na agricultura familiar? **CADERNOS de Agroecologia**, v.8, nº 2 – 2013.

BELIK, W.; CHAIM, N.A.; WEIS, B. **O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento lo-**

cal. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2013.

BELIK, W., SOUZA, L. R. de. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**: PPP, n. 33, p. 103-122, jul./dez. 2009.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar**. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 15**, de 16 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 38**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 15 dez. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 25**, de 04 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 26**, de 17 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 04**, de 03 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.913**, de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 15 set. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.947**, de Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 15 set. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.326**, de 24 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.178**, de 28 de junho de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 18 jun. 2013.

BURLANDY, L. Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: estratégias e desafios para promoção da intersetorialidade no nível federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14, p. 851- 860, 2009.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

MAGALHÃES, R., BURLANDY, L., FROZI, D. S. Programas de Segurança Alimentar e Nutricional: experiências e aprendizados. In: **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. ROCHA, C., BURLANDY, L., MAGALHÃES, R. (org). Rio de Janeiro/ RJ: Ed. Fiocruz, p. 111- 146.

MALUF, R. S. J. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo: Polis, 1999.

ROSENBERG, O. A merenda escolar dos alunos das quatro primeiras séries de nível I das escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, Brasil. **Revista Saúde Pública**, volume 12, nº 1, março de 1978. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 20 set. 2013.

SARAIVA, E. B. et al.. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, S. et al.. **Projeto de Pesquisa IPODE** - “Sementes e Brotos” da Transição: inovação poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Desenvolvido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, A.C. da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, no. 9(23), 1995.

TAKAGI, M. **A Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: seus limites e desafios. 2006. 214 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VIEIRA, T.S. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Ações Educativas sobre Alimentação Orgânica Desenvolvidas pelo Nutricionista nas Escolas Municipais Brasileiras. 2013. 142 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

POUCO TEMPO DE ARRAES: SINDICALIZAÇÃO RURAL E O DIREITO DE RECLAMAR

Bernard José Pereira Alves¹

Resumo: O breve primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964) – interrompido pelo golpe militar de 1964 – foi marcado pela ampliação e fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais. O presente artigo se concentra em explorar como o governo fomentou a consolidação desses espaços como alternativa de se fazer presente dos debates acerca dos problemas enfrentados pelas populações rurais no Brasil. Num contexto fortemente marcado pela presença e atuação pregressa das Ligas Camponesas, Arraes teve de encontrar formas de imprimir suas marcas de atuação no campo. A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, datada dos primeiros meses de 1963, consolidou-se como uma das principais referências dessa ação. Ao expandir os sindicatos e o acesso aos direitos no campo, o governo do estado acabou ampliou os canais de demanda, criando o “direito de reclamar” por parte de um grupo que historicamente se via alijado dessa condição.

Palavras Chave: Governo Miguel Arraes; Pernambuco, Sindicalização Rural.

Abstract: The brief first government of Miguel Arraes in Pernambuco (1963-1964) - interrupted by the military coup of 1964 - was marked by the expansion and strengthening of rural workers' unions. The present paper focuses on exploring how the government fomented the consolidation of these spaces as an alternative of being present in the debates regarding the problems faced by rural populations in Brazil. In a context strongly marked by the presence and action of Peasant Leagues, Arraes had to find

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – bernardjpa@yahoo.com.br.

forms to print your performance marks in the field. The application of Estatuto do Trabalhador Rural, dated of the first months in 1963, consolidated as one the main references of this action. By expanding the rural workers' unions and the access of rights in the countryside, the state government amplified the demand channels, creating the “right to claim” by a group that was historically devoid of this condition.

Key words: Miguel Arraes Government, Pernambuco, Rural workers' union.

Introdução

Em primeiro de abril de 1964, ainda de dentro do Palácio das Princesas, Miguel Arraes se pronunciava pelo rádio, negava-se a renunciar ou mesmo abandonar o governo. Cercado pelas tropas do IV Exército seria preso pouco depois, compondo o grupo daqueles primeiros a terem seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional de número um do governo militar. O mandato de Arraes como governador de Pernambuco pode ser considerado curto, assumiu em fevereiro de 1963, pouco mais de um ano antes do caso narrado acima, que cessaria seu governo. Permaneceria preso por pouco mais de um ano, seguindo logo depois para o exílio na Argélia.

O artigo se propõe a apresentar como o governo Arraes consolidou o apoio à sindicalização rural como principal estratégia para se inserir nos debates acerca dos problemas enfrentados pela população rural do estado de Pernambuco. Num contexto de acirramento do debate nacional acerca do tema reforma agrária, o curto governo de Arraes no estado pernambucano se fez presente pautando-se especialmente pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), datado dos primeiros meses do ano de 1963. Assim, o artigo se divide em duas seções: a primeira trata da consolidação da política de apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais e, a segunda, na atuação do governo diante das tensões existentes tanto entre patrões e empregados, quanto entre os diferentes representantes dos trabalhadores rurais – Ligas Camponesas, Partido Comunista e Igreja, especialmente.

O Governo Arraes merece particular atenção pois, apesar de breve, atravessou um período de grandes transformações no que tange a questão agrária nacional. Pernambuco havia sido palco do surgimento das Ligas Camponesas que, desde meados da década de 1950, se consolidaram como o principal movimento de demanda por transformações no meio rural bra-

sileiro (CAMARGO, 1979; AZEVEDO, 1982; BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989). O final do ano de 1962 mostrava-se particularmente difícil para as Ligas, que passavam por um intenso processo de fragmentação diante dos embates de suas principais lideranças². Entretanto, se internamente o movimento se enfraquecia, publicamente alguns de seus efeitos eram visíveis, a reforma agrária havia sido colocada como um tema nacional e a situação das populações rurais, especialmente no nordeste, se evidenciavam precárias nas suas condições de vida e trabalho.

Assim, em fevereiro de 1963, Miguel Arraes assume o governo do estado diante deste contexto; um estado reposicionado no mapa, ao menos no que diz respeito à luta pela reforma agrária, em função do alcance das Ligas, além de uma crescente tensão no campo decorrente de novos agentes que buscavam rivalizar com as últimas – leia-se a Igreja Católica e Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente. Ao mesmo tempo, o governo federal acenava debilmente com o enfrentamento da questão, deslocando-se essencialmente para a consolidação de uma política de sindicalização rural, que se consagraria com o ETR, em março de 1963, isto é, no segundo mês do governo de Arraes.

Estes elementos ajudam a referenciar as ações do governo de Pernambuco em relação à questão agrária no estado. Mais do que apostar em iniciativas que promovessem a distribuição de terras, concentrou-se especialmente em duas frentes de atuação: uma delas dizia respeito a políticas de aumento do crédito para os pequenos produtores que já dispusessem da propriedade; além disso, apoiou a formalização do sindicalismo rural e a negociação de acordos que garantissem ganhos trabalhistas e salariais aos trabalhadores do campo. Bem como anunciava em seu discurso de posse:

No caso do nordeste, é urgente resolver a questão agrária. Resolvê-la não significa dar um pedaço de terra a cada nordestino. Essa é uma mentira de demagogo. A demagogia nunca se voltou por exemplo, para a lição que nos dá o agreste pernambucano, onde existem 176000 pequenas propriedades, para as quais jamais se traçou uma política adequada, para as quais jamais a demagogia traçou qualquer plano. As 176 mil famílias dessas pequenas propriedades não podem sobreviver na terra, porque lhes faltam condições mínimas, não

2 Sobre as disputas internas e fragmentação das Ligas Camponesas, ver Alves (2015).

contam com financiamento, não há política de defesa de seus preços nem há uma organização capaz de negociar seus produtos e defendê-los no mercado. [...] Isso significa condenar a imensa maioria desses pequenos proprietários a abandonar o cultivo da terra, para ser trabalhador alugado a usinas ou a outras grandes propriedades; e significa, também condenar à improdutividade uma considerável faixa de terra, que poderia estar contribuindo para a riqueza do Estado³.

O discurso de posse de Arraes em momento algum faz menção direta às Ligas Camponesas, ainda que parte significativa de seu manifesto se concentrasse nas razões das diversas dificuldades enfrentadas pela população do estado. Questões relacionadas ao campo parecem mais vinculadas à dimensão do mundo do trabalho do que propriamente à luta por terra. Possíveis causas do problema e soluções pretendidas por Arraes podem ser localizadas igualmente em seu discurso.

Nosso povo, em sua maioria, não tem liberdade para trabalhar. E não a tem porque não há liberdade sem poder efetivo, sem possibilidade concreta de exercê-la. E na maioria do nosso povo não tem essa possibilidade, seja porque reduzido em sua capacidade física, pelas condições miseráveis em que vive, seja porque minimizado em sua capacidade intelectual, pelo atraso e pelo analfabetismo, seja porque limitado em sua margem de escolha, pelas deficiências quantitativas e qualitativas de nossa estrutura sócio-econômica. [...] Tentaram apresentar-me como agitador e incendiário, o homem que iria perturbar a tranquilidade e a paz da família pernambucana, e convulsionar o país, se eleito Governador do Estado. Depois, passaram então a dizer que eu era um bom moço, que eu iria modificar minha posição política, abandonar aqueles princípios que, por serem os princípios do povo brasileiro, sempre nortearam a minha vida pública. Pois que ninguém se iluda: assim

3 Discurso de Posse de Miguel Arraes em 31 de Janeiro de 1963.

como não me conseguiram transformar em agitador e incendiário, também não conseguiram e jamais conseguirão transformar-me num bom môço, acomodaticio aos privilégios que sempre combati e posso agora mais e melhor combater, no govêrno do Estado⁴.

“Bom moço” não foi o principal adjetivo dado à Arraes durante seu governo, seu posicionamento diante das manifestações dos trabalhadores rurais no estado renderam-lhe o predicado de “agitador” por parte de seus adversários e, inclusive, pautou fortemente o posicionamento dos militares quando o depuseram em abril de 1964.

Entretanto, voltando à citação anterior, é bastante sugestivo o posicionamento do governador em sua crítica à suposta falta de liberdade dos trabalhadores pernambucanos. Ainda que na primeira citação do governador as medidas a serem adotadas caminhassem mais objetivamente na direção de melhores condições de crédito para a população rural, a questão da liberdade abordada em seguida pode ser entendida como um aceno, ainda que breve, para o debate a respeito dos direitos dos trabalhadores rurais que, naquele momento, final de janeiro de 1963, estava em voga no cenário nacional e que seria consolidado pouco mais de um mês depois, com o ETR.

Assim, o repertório que o governo pernambucano dispunha para enfrentar seus problemas no campo, no momento do discurso de Arraes, era basicamente o fortalecimento das bases de crédito e apoio técnico aos pequenos agricultores do estado, caminho que viria a ser tomado basicamente por meio das ações da Companhia de Revenda e Colonização (CRC), criada no governo de Cid Sampaio. As desapropriações, tal qual fizera Brizola um ano antes no Rio Grande do Sul⁵, não pareciam se apresentar como alternativa, tanto pelas implicações econômicas⁶, mas especialmente pelos custos políticos envolvidos. Num contexto bastante tensionado pela presença e atuação pregressa das Ligas Camponesas e pelas acusações de agitador, recorrentemente imputadas ao governador eleito, a decisão da desapropriação seria mais um elemento para fomentar o predicado. Arraes consolida uma política, senão de reforma agrária, mas de apoio aos trabalhadores rurais, como forma de marcar posição no tabuleiro

4 Discurso de Posse de Miguel Arraes em 31 de Janeiro de 1963.

5 Sobre as desapropriações de Brizola no Rio Grande do Sul, ver Alves (2010).

6 As desapropriações deveriam ser realizadas mediante indenizações pagas em dinheiro, o que tornava sua prática especialmente dispendiosa aos cofres públicos dos estados.

da questão agrária nacional da época.

A sindicalização e o direito de reclamar

Não foi a ampliação do crédito aos pequenos produtores que fez o governo Arraes em Pernambuco ser reconhecido. A ação que lhe rendeu destaque foi o engajamento do governo na aplicação dos direitos trabalhistas que passavam a alcançar os trabalhadores rurais, especialmente a partir da regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural e, conseqüentemente, da ampliação dos instrumentos de sindicalização dos trabalhadores do campo.

O ETR⁷ foi sancionado em 02 de março de 1963, pouco mais de um mês depois do início do mandato de Arraes à frente do governo do estado. O estatuto corrigia uma série de distorções relacionadas às atividades de trabalhadores do campo, tais como regulamentação da jornada de trabalho, direito ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aviso prévio, indenização por demissão, organização sindical, estabilidade de emprego quando cumprido o prazo legal determinado, direito de licença remunerada para mulheres em função do parto, entre outros. Isto é, quase 20 anos depois⁸, os direitos desfrutados pelos trabalhadores urbanos passavam a contemplar também os rurais.

Andrade (1986, p.35) destaca que a lei foi aprovada sem grandes obstáculos no Congresso Nacional. Tratava-se de uma mudança importante para setores mais dinâmicos da agricultura nacional. Ao mesmo tempo, nas localidades onde “dominavam relações de trabalho não capitalistas”, os grandes proprietários esperavam simplesmente que as novas regulamentações fossem desprezadas. Não seria a primeira vez que direitos trabalhistas seriam negados aos trabalhadores do campo, tais como o salário mínimo, férias remuneradas, entre outros, já estavam regulamentados e disponíveis na própria CLT, mas simplesmente não eram aplicados.

Prado Jr. (1979) também reputa ao ETR uma forte possibilidade de mudança nas relações de trabalho no campo:

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural – até hoje praticamente excluído dessa proteção que só vem favorecendo o trabalhador urbano – têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até

7 Lei de nº4.214.

8 A Consolidação das Leis do Trabalho data de 01 de maio de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas.

hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, e que logo veremos, seus efeitos, serão consideráveis, pois se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888(p.142-143).

Assim, se por um lado, o autor reconhece o potencial do “diploma legal”, ao mesmo tempo não deixa de tecer críticas ao texto, pois também tinha dúvidas sobre a possibilidade da efetiva aplicação do novo estatuto recém aprovado. A resposta para essa questão, em parte, pode ser dada pelo próprio Andrade (1986):

Ocorria, porém, que o ETR não surgia como uma dádiva aos trabalhadores rurais, mas como uma conquista e que estes, organizados em sindicatos a nível municipal, em federações a nível estadual e em confederação a nível nacional, tinham condições de se mobilizar, de enfrentar uma luta séria e conseqüente e ir gradativamente fazendo valer os direitos que haviam conquistado. Para isso, contavam também com o apoio de alguns governadores estaduais, prefeitos municipais e parlamentares progressistas, que lutavam no Congresso por uma série de reformas, conhecidas como de base (p.35-36).

O que fazia aquele momento distinto era o fato da regulamentação do ETR se dar num contexto específico do enfrentamento dos problemas das populações rurais. Tal como foi exposto anteriormente, a reforma agrária e o drama das populações rurais do país vinham atraindo cada vez mais atenção. Se não representava avanço algum na direção do acesso à terra, ainda assim o ETR se colocava como uma possibilidade de profundas mudanças nas condições de trabalho de quem era empregado rural no Brasil.

Mesmo que a conjuntura apoiasse a pressão por parte dos trabalhadores rurais na direção da demanda, outro fator importante parece ter sido vital às transformações que o ETR foi capaz de promover, ao menos em Pernambuco. O apoio prestado pelo governo estadual na direção

de fomentar a criação dos sindicatos, além das mediações realizadas pelo governo entre patrões e empregados, especialmente na Zona da Mata do estado, merece destaque.

O órgão estadual responsável pela iniciativa era a Secretaria Assistente, segundo Brasil (1964), tinha sido criada ainda durante o governo de Cid Sampaio, mas foi no período que Arraes comandou o estado que a mesma ganhou importância, especialmente porque passou a utilizar os novos dispositivos jurídicos provenientes do ETR para dar impulso a suas ações. Os funcionários da Secretaria tentavam solucionar os problemas entre patrões e empregados sem que fosse necessário que as questões chegassem até a Delegacia do Trabalho. Segundo o autor, essa medida havia sido negociada entre o próprio governador e Enoch Mendes Saraiva, Delegado do Trabalho à época. Durante o ano de 1963, foi criada uma assessoria sindical, vinculada à Secretaria Assistente, que tinha “por objetivo fortalecer e orientar os sindicatos”. Contava com oito delegacias regionais, cada uma responsável por um certo número de municípios. Nestas havia um funcionário destinado a intermediar a solução de questões menos complexas, enquanto aquelas não solucionadas eram encaminhadas para a capital. Assim, conforme destaca Brasil (1964, p.51): “[é] com esse dispositivo que o governo vem agindo no campo, e que possibilitou levar greves e disputas camponesas, com os senhores de engenho, até o ‘Acordo do Campo’”. Fernando Augusto de Mendonça Filho foi um dos responsáveis por ocupar o cargo de Assessor Sindical para Assuntos do Campo.

Com o início do governo, houve uma mudança sensível nas relações de trabalho então vigentes por força da postura governamental, ou seja, o governo passou a garantir os direitos do trabalhador que, por sua vez, sentindo-se garantido ingressou numa nova fase, numa fase de reivindicações, de exercitar o que eu considero o direito de reclamar, que é universal. Esse direito de reclamar era obstado pelas forças econômicas que dominavam o Estado, as quais usavam a polícia como força de pressão contra os movimentos de reivindicação. Os movimentos de reivindicação, muitas vezes, derivavam para a greve. Nessa fase de assessor sindical eu atuei como um negociador de situações criadas por força desse clima de liberdade que gerou grande

número de movimento grevista. Eu era um elemento de intermediação entre o Governo... do Governo, retificando, entre patrões e empregados. Tudo nessa área rural, que era muito sensível, uma área que havia uma grande disputa de lideranças, setores os mais diversos: tem setores ligados à Igreja Católica; setores ligados ao Partido Comunista; setores ligados às próprias forças conservadoras; Ligas Camponesas, que precederam o governo por alguns anos. A experiência foi importante por várias razões. Importante porque me possibilitou o contato direto com as necessidades mais elementares da população rural, que se situa na Zona da Mata e, ao mesmo tempo aferir melhor o pensamento do chamado patronato rural, desde as usinas de açúcar, desde os usineiros, até os grandes, médios e pequenos fornecedores de cana⁹.

A partir dos primeiros meses do governo de Arraes, ao se utilizar das prerrogativas dispostas pelo ETR, os trabalhadores rurais de Pernambuco se veem diante de uma nova possibilidade, “o direito de reclamar”. Se até então o ato poderia ser entendido como uma afronta à própria moralidade que regulava as relações sociais no mundo dos engenhos, a partir daquele momento outros elementos passaram a compor aquele quadro. Entre patrões e empregados agora se colocavam presentes os sindicatos e também o próprio governo do estado, com a atuação de figuras como Fernando Mendonça.

A Secretaria Assistente permitiu ao governo do estado se colocar dentro das disputas que se tornavam cada vez mais evidentes a partir da criação dos sindicatos rurais. Tal como afirmou Mendonça, principalmente Ligas, Igreja e PCB passaram a competir fortemente pela direção dos mesmos. Se não era possível participar formalmente das disputas pela direção, a figura do funcionário do estado que se coloca diretamente como mediador das questões acaba por também gerar reconhecimento ao papel do governo nas disputas entre patrões e empregados. Os trabalhadores rurais reconheciam que podiam reclamar, mas não somente isso, podiam resistir, pois havia espaços específicos destinados diretamente a receber aquelas

9 Depoimento dado ao Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

demandas.

Ainda nessa direção, outro elemento que gerou forte reconhecimento ao governo estadual por parte dos trabalhadores rurais é o meio do emprego da força policial. Tradicionalmente atrelada aos interesses dos latifundiários, durante o período que Arraes esteve à frente do governo de Pernambuco ele foi capaz de construir uma reputação sólida quanto ao uso da força – não como mecanismo de opressão, mas como instrumento orientado em tentar impedir a agressão entre as partes¹⁰.

O emprego da política de apoio à sindicalização rural de Arraes fortaleceu a imagem do governador frente aos trabalhadores do campo, mas isso não significou a criação de uma unidade na liderança de sua representação. As três principais forças que disputavam a criação e direção dos sindicatos em Pernambuco permaneciam Ligas Camponesas, PCB e Igreja¹¹.

A posição das Ligas Camponesas em 1963 se mostrava delicada, enfraquecida por cisões internas, a partir da intensificação do processo de sindicalização o movimento tentou forçar o reconhecimento de sua atuação pregressa para a criação das condições para a efetivação do ETR, além de reforçar a ideia de que a criação dos sindicatos não significava a extinção das Ligas. Esse argumento é apresentado por Francisco Julião em uma cartilha chamada “Bença Mãe” datada de 1963. Neste documento, Julião 10 São inúmeras as fontes que reafirmam que durante o governo de Miguel Arraes a polícia militar passou a reproduzir práticas diferentes daquelas que tradicionalmente empregava contra os trabalhadores rurais, isto é, o uso da violência desmedida e sem base legal. A principal mudança parece ter sido exatamente o impedimento dessas ações, o que não significa dizer necessariamente que as forças policiais passaram a ser usadas em favor dos trabalhadores rurais do estado. Dois casos podem exemplificar isso: o primeiro deles foi o assassinato de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias - ex-militante das Ligas Camponesas e, na época do crime, militante do PCdoB, que atuava assessorando o sindicato de Itambé. Junto do último dois outros agricultores também foram mortos. Um segundo caso a ser lembrado é a chacina de 5 trabalhadores em Ribeirão, na Usina Estreliana. Estes foram mortos quando se encaminhavam para reivindicar o 13º salário. Em ambos os casos os mandantes dos crimes eram de conhecimento público e, ainda assim, não foram levados à justiça. Assim, ainda que se considere o avanço da política de segurança de Arraes ao ser capaz de impedir que as forças policiais fossem usadas contra os trabalhadores, isso não significa necessariamente que todos os conflitos no campo registrados no estado passaram a receber o mesmo tipo de tratamento legal. Sobre os dois casos, ver mais em Callado (1980) e Montarroyos (1982).

11 Também é possível localizar outros grupos menores que participaram da criação de sindicatos, como o caso de militantes do PCdoB, que haviam deixado os quadros das Ligas Camponesas. Esses militantes estiveram presentes na organização do sindicato de Itambé. Ver mais em Montarroyos (1982).

busca reforçar que o avanço da sindicalização não significa o fim das Ligas porque a razão da existência dos dois espaços – sindicato e movimento – seria bastante distinta. Enquanto o primeiro seria importante na luta pelos direitos, o segundo era fundamental na luta pela terra, isto é, luta pela reforma agrária em nada havia sido impactada pelo ETR. Julião (1963) afirma: “Do jeito que o Sindicato luta pelo salário, a Liga luta pela terra. O salário é como um copo d’água. A terra é como a fonte que enche o copo”.

A interpretação mais evidente para o posicionamento das Ligas pode ser entendida como uma alternativa para não perder ainda mais relevância diante do desgaste que já vinha sofrendo, isto é, o movimento passava a se apoiar nos sindicatos para não perder ainda mais espaço diante do crescimento da representação da Igreja e do PCB. Entretanto, vale recordar que o movimento se organizou, desde seu início, ao redor de foreiros e posseiros por uma razão específica; a existência de um repertório legal mobilizado por Julião e os demais advogados do movimento no sentido de permitir que aqueles grupos que buscavam ajuda pudessem ser amparados pelo Código Civil, que com os recursos legais disponíveis garantiam ao grupo demandante essencialmente uma conquista: o tempo. Tempo este utilizado para permanecer nas terras alvo do litígio e, assim, produzir e poder resistir aos enfretamentos de quem se dizia dono da área. De alguma maneira, o recurso inicial mobilizado pelas Ligas era estritamente legal e, vale destacar, aquele que se entendia como legítimo no momento de sua criação. Encarar que o posicionamento das Ligas Camponesas, diante da sindicalização, era necessariamente uma alternativa exclusiva para garantir sua sobrevivência é desprezar uma das características mais marcantes do movimento, que era se utilizar de todo o repertório legal disponível para permitir a ampliação dos mecanismos de resistência das populações camponesas.

Novos atores, governo federal e o Acordo do campo

Se por um lado as Ligas já se mostravam menos influentes, o PCB e a Igreja viram a sindicalização rural como meio de marcar presença efetiva no campo, ambos se ressentiam que tempo havia sido perdido e necessitavam acelerar suas ações na conquista dos espaços de representação dos sindicatos. Pelo lado do PCB, sua participação no governo de Arraes era bastante evidente, se não no comando das decisões, mas em posições importantes em Secretarias e outros órgãos estaduais. Ainda assim, no tocante à sindicalização em Pernambuco, a participação do PCB se mostrou

bastante presente. Uma das figuras de maior importância nesse contexto foi Gregório, segundo Callado (1980, p.103), “[o] nome de Gregório Bezerra não aparece na lista dos diretores do Sindicato de Palmares. O que ele faz é aliciar camponeses”.

Callado, ao fazer referência à Bezerra como um aliciador de camponeses, não o faz em tom pejorativo, ao contrário, pretende colocá-lo em destaque. Palmares era o mais importante sindicato rural de Pernambuco, com mais de 30 mil membros em meados de 1963. Grande parte disso fruto do trabalho do militante. Ao mesmo tempo, o próprio Bezerra é bastante claro na importância da postura do próprio governo do estado para o avanço do processo de sindicalização. Entretanto, a relação entre o militante e Arraes era anterior, em suas memórias (BEZERRA, 1980) conta com detalhes que havia participado da Frente do Recife, que esteve diretamente relacionada com a eleição de Cid Sampaio para governador em 1958 e de Arraes para prefeito da capital em 1959 e governador em 1962, entre outras¹². A relação pregressa entre Arraes e Bezerra se presta, em alguma medida, para ilustrar a própria conexão que se estabelecia em Pernambuco entre o governo estadual e o PCB, durante o curto período de Arraes comandou o estado: uma relação próxima e com raízes anteriores aos processos em curso.

Por outro lado, a relação entre Igreja e governo estadual se configurou de maneira menos amistosa. Tal como destaca Koury (2010), desde 1961, a Igreja se fez presente em Pernambuco por meio da atividade do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), que tinha como objetivos principais coordenar a ação sindical e formar lideranças. Um dos elementos que ajudou a consolidar a presença da Igreja na sindicalização rural foi o apoio encontrado no ministro do trabalho Franco Montoro, ainda em 1962, durante o regime parlamentarista, quando o cargo de primeiro ministro era ocupado por Tancredo Neves, tal como destaca Welch (2010):

Quase no fim de junho, o ministro Montoro baixou a portaria número 209-A, detalhando o processo de re-

12 Segundo Gregório Bezerra, após a eleição de Cid Sampaio para o governo do estado, o Comitê Estadual do PCB o designou para organizar a campanha eleitoral do então candidato. Bezerra conta que a relação entre Arraes e PCB teria se estreitado ainda durante a década de 1950, quando o então deputado estadual Miguel Arraes liderou em Pernambuco a campanha pela nacionalização das reservas de petróleo. Entretanto, a relação entre o militante e o político era ainda mais antiga. Bezerra havia sido instrutor de Tiro de Guerra de Arraes nas forças armadas. Ver mais em Bezerra (1980).

conhecimento dos sindicatos rurais de acordo com o decreto do trabalho rural de novembro de 1944. A nova regulamentação intensificava a corrida pela legalização das mais variadas organizações rurais até então estabelecidas. Dois anos mais tarde, depois dos militares tomarem o poder, José Rotta¹³ vangloriou-se para representantes estadunidenses, dizendo que sua federação de trabalhadores rurais estava em muito melhor posição do que a Ultab, quando esta regulamentação foi decretada. Isto se deve ao fato dos Círculos Operários da Igreja, terem concentrado seus esforços no estabelecimento de “sindicatos em formação”, enquanto que os comunistas haviam criado associações civis. Rotta ainda afirmava que a força comunista no campo vinha de laços com o Ministério do Trabalho e a Supra, não de seu apelo junto aos camponeses. Rotta talvez estivesse falando sobre si mesmo, entretanto. Enquanto o democrata cristão Montoro controlou o ministério, as organizações ligadas à Igreja tinham chances muito melhores de serem reconhecidas pelo governo. Este era o plano de Montoro, como foi mostrado na reunião com padre Celso e na aparição junto a Rotta durante a manifestação do 1º de maio (p.337).

Apesar da passagem se concentrar especialmente no debate da sindicalização rural à luz do contexto paulista, o autor sintetiza parte da movimentação que permitiu a peculiar inserção da Igreja naquele contexto. Busco destacar dois pontos. Em primeiro lugar, o papel dos Círculos Operários para a própria atuação da Igreja e, em segundo lugar, uma possível diferença entra a atuação da Igreja e dos comunistas – entenda-se aí PCB e Ligas conjuntamente – na luta pela fundação dos sindicatos rurais.

No tocante ao primeiro ponto, a menção à criação dos Círculos Operários faz referência ao Movimento Circulista que, conforme destaca Stein (2008, p.176-177), foi gestada pela Igreja ainda nas primeiras décadas do século XX, com forte proximidade da política estatal trabalhista e entusiasta da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 13 José Rotta foi presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo. Fortemente ligado à Igreja Católica e de perfil conservador foi diretor da CONTAG entre 1964 e 1967.

1930. Os Círculos Operários atuavam na direção da criação de uma “frente trabalhista cristã” que fosse capaz de influenciar a ordenamento sindical da época, majoritariamente urbano, a se manter distante de vínculos comunistas.

A relação entre o governo federal e os Círculos Operários até o início dos anos 1960 se mantinha especialmente por meio de serviços assistenciais que eram administrados pela Confederação Nacional de Operários Católicos (CNCO), tais como Serviço Social do Comércio e Serviço Social Rural, vinculados ao Ministério do Trabalho e Ministério da Agricultura, respectivamente¹⁴. Ademais, esta relação tende ao desalinhamento especialmente a partir do momento em que avançam as propostas reformistas dentro de alguns setores do próprio Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Goulart. Naquele contexto, “a CNCO trataria de preparar uma liderança militante que pudesse intervir como ativistas sindicais, a partir de um programa ‘anticomunista’ e ‘antitrabalhista’, o que era considerado, pelas outras forças políticas, como um posicionamento pela defesa do status quo agrário” (STEIN, 2008, p. 181). Nesse sentido, o próprio posicionamento de Montoro, enquanto Ministro do Trabalho, pode ser ilustrativo do quadro tensionado entre Igreja e parte do PTB diante das propostas de reformas de base:

Como presidente do PDC¹⁵, quando foi deputado federal de São Paulo e como membro do gabinete de Tancredo Neves, Montoro era o político católico mais influente e de maior destaque no Brasil. Dado o idealismo pragmático dos democratas cristãos, não é de se surpreender que Montoro defendesse no gabinete a sindicalização dos camponeses. O assunto ressurgiu após o pronunciamento do Presidente Joao Goulart por ocasião ao 1º de maio. Pela primeira vez, Goulart comprometia seu governo publicamente com a implementação de uma reforma agrária radical, inclusive a revisão da Constituição, para eliminar o requerimento de pagamento em dinheiro pela terra desapropriada. A nova agressividade de João Goulart alarmou o gabinete de Neves, que se opôs à modificação constitucional.

14 Idem.

15 Partido Democrata Cristão.

Com medo de que os ganhos comunistas junto aos trabalhadores rurais pudessem dar ao Presidente o apoio que precisava para forçar a aprovação de suas reformas pelo Congresso, o conselho de ministros reuniu-se em 11 de maio para discutir suas reações à nova iniciativa de Jango. Montoro mostrou ao mesmo tempo inquietação pela aparente anarquia causada pelas ações dos militantes rurais dos comunistas e Ligas Camponesas e o desejo de lidar com o problema construtivamente. [...] Em vez de pressionar pela supressão do movimento, Montoro defendia a criação de um movimento rural controlado pela introdução dos sindicatos sancionados pelo Estado (WELCH, 2010, p.332-333).

O quadro retrata a crise gerada no gabinete de Tancredo diante da manifestação de Goulart em maio de 1962. Este ilustra as circunstâncias do distanciamento de alguns setores do trabalhismo da linha que vinha sendo apoiada pela Igreja. A partir do instante que o reformismo de Goulart passa a ser encarado como possível fonte de seu fortalecimento de laços com comunistas e Ligas Camponesas, Montoro passa a encarar a questão da sindicalização como instrumento importante para equiparar essa disputa e, assim como apresentado anteriormente, levou adiante a iniciativa de sindicalização por meio da portaria 209-A de maio de 1962. Segundo Ramos (2011, p.65), esta portaria foi elaborada a partir de pressões da Confederação Rural Brasileira e definia a possibilidade de existência de mais de um sindicato por município, cabendo ao trabalhador estabelecer sua filiação de acordo com sua categoria profissional. Essa condição foi criticada pela ULTAB¹⁶ que apontava incoerências quanto os critérios utilizados pelo Ministério do Trabalho para o reconhecimento dos sindicatos. Evidentemente, essa crítica estava relacionada às decisões de Montoro, que passou a dar preferência ao reconhecimento de unidades sindicais que estivessem sob o controle de grupos ligados à Igreja.

Entretanto, essa decisão não se mostrou duradoura. Já em novembro de 1962, quando o Ministério do Trabalho passou a ser ocupado por João Pinheiro Neto durante o gabinete de Hermes Lima, sendo elaborada a portaria 355-A que revia os critérios para a criação de sindicatos ru-

16 União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, entidade controlada na época pelo PCB.

rais. Dentre as novas regras, pode-se destacar a redução para apenas cinco categorias de enquadramento sindical – trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária, trabalhadores de atividades extrativas, trabalhadores autônomos e pequenos proprietários – e a existência de exclusivamente um sindicato por categoria em cada cidade, assim como a existência de somente uma federação por estado e uma confederação nacional. Além disso, outro elemento que redefiniu largamente a corrida pela busca da representação sindical daquele período em diante foi a decisão que todos os sindicatos rurais já reconhecidos passassem por uma nova análise¹⁷, o que obrigou a Igreja a retroceder alguns passos, diante da vantagem que havia conseguido com as medidas de Montoro¹⁸.

Welch (2010) também faz referência à fala de José Rotta, que destaca uma possível diferença entre as práticas adotadas pela Igreja e PCB, sendo que os primeiros teriam apostado em “sindicatos de formação”, enquanto os últimos caminhavam na direção associações civis, laços com o Ministério do Trabalho e com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O posicionamento de Rotta se mostra interessante porque, conforme destaca o próprio autor, parece desprezar o apoio prestado por Montoro, se concentrando muito mais na valorização dos espaços de formação de lideranças ligados à Igreja. Ao mesmo tempo, critica a atuação dos comunistas com suas associações civis – leia-se, especialmente, as Ligas Camponesas – e sua aproximação com o governo federal. E nesse sentido, a própria fala de João Pinheiro, que foi inicialmente ministro do trabalho e depois, presidente da SUPRA, parecem não contemplar a crítica:

E na sindicalização rural, que foi feita pela SUPRA (nós fizemos mil e tantos sindicatos rurais), o Jango sempre dizia: “Façam sindicatos com a Igreja, com a ala mais moderada da Igreja. Cuidado para os comunistas não se infiltrarem nos sindicatos rurais”. Era a recomendação que ele fazia. O grande inimigo do sindicalismo na área trabalhista e rural era o comunismo¹⁹.

17 Ibidem, p.66.

18 Essa situação ajuda a compreender as razões pelas quais a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) se mostrou contrária à demissão de João Pinheiro Neto do Ministério do Trabalho, uma vez que a mesma era controlada pelo PCB, que também tinha o controle da ULTAB, esta última, fonte de críticas recorrentes às medidas de Franco Montoro.

19 NETO, João Pinheiro. João Pinheiro Neto (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CP-DOC.

O presidente da SUPRA ajuda a ilustrar a complexidade do quadro estabelecido. Se por um lado, ao redefinir os critérios de sindicalização rural, ele agradou em parte aos comunistas, o próprio presidente da república naquele momento incentivava que a sindicalização fosse levada adiante mais próxima de setores da Igreja. O relato não contempla essa afirmação, mas é plausível considerar que a “ala mais moderada da Igreja”, mencionada por Jango não fosse a Ação Popular (AP)²⁰. Isto porque, a mesma estava representada dentro da própria SUPRA, com Padre Laje e Padre Alípio que, segundo João Pinheiro Neto, “queriam uma sindicalização mais radical”. Os dois eram membros da Comissão de Sindicalização Rural, que contava com quadros tanto da Superintendência quanto do Ministério do Trabalho.

Assim, se não era a AP de Alípio e Laje, tampouco os grupos influenciados pelos Círculos Operários, fica a questão de quem seriam os “moderados” da Igreja. Exemplos como este servem para apontar a dificuldade do estabelecimento de rótulos ou mesmo a definição de oposições e coalizações naquele contexto. Ao defender a reforma agrária em discurso no 1º de maio de 1962, Jango foi visto como uma ameaça pelos grupos ligados à Igreja. Pouco mais de um ano depois, defendia junto ao seu presidente da SUPRA uma aliança com os católicos, estes últimos que acabaram por apoiar o golpe em 1964 que tiraria da presidência da república o próprio Jango.

Um dos elementos que contribuíram para a deterioração da relação entre Arraes e os grupos católicos empenhados na iniciativa da sindicalização rural foi o rompimento dos contratos que o governo estadual havia firmado com a USAID²¹ e com o IBAD²², ainda no governo anterior. Em maio de 1963, Arraes torna público seu desacordo com os termos dos vinculados ao programa Aliança para o Progresso. As queixas concentravam-se em dois princípios, a ingerência dos órgãos internacionais sob as ações estatais e a inconstitucionalidade dos acordos. O governador denunciava

20 A Ação Popular surge de uma dissidência entre os grupos católicos estudantis durante os anos de 1961 e 1962. Ver mais em Koury (2010).

21 A USAID (United States Agency for International Development) era uma agência ligada ao governo dos Estados Unidos responsável por implementar o programa Aliança para o Progresso. O objetivo do programa era fomentar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que pretendia impedir o avanço do comunismo na região, especialmente depois da revolução cubana. O programa foi criado em 1961, durante o governo de John Kennedy. Ver mais em Barros (1965).

22 Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

que, nos moldes firmados, “os representantes do USAID ficavam com o direito de controlar toda ação do Govêrno, inclusive o direito unilateral de aplicar a seu critério, os recursos fornecidos pelos Estados Unidos”²³. Além disso, caso o governo estadual adotasse alguma medida considerada imprópria pela agencia americana, deveria devolver o dinheiro segundo critérios estabelecidos pelo financiador.

O governador de Pernambuco também questionou a própria legalidade dos acordos que vinham sendo estabelecidos entre os governos estaduais do nordeste e as agências estrangeiras. Segundo ele, acordos entre entidades internacionais somente poderiam ser firmadas por intermédio do governo federal, sendo que a maioria destes haviam sido firmados à revelia da SUDENE²⁴, órgão que representaria o Estado brasileiro nos eventuais projetos direcionados ao desenvolvimento da região.

Quanto ao IBAD, segundo Koury (2010), o Instituto havia se comprometido diretamente com a campanha de João Cleofas, candidato que disputou com Miguel Arraes as eleições para o governo de Pernambuco em 1962.

[...] Ivan Hasslocher, integralista, diretor-geral do IBAD, e que foi apontado como sendo agente de ligação da CIA (Agencia Central de Informações) dos Estados Unidos para com o Brasil, Bolívia e Equador. Além disso, o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista. [...] O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (DREIFUSS,1981, p.102-103).

Nos moldes definidos acima, o IBAD esteve presente em Pernambuco apoiando financeiramente o SORPE, ligado aos setores mais conservadores da Igreja sob a liderança de Padre Melo e Padre Crespo, párocos

23 Novos Rumos de 10 a 16 de maio de 1963.

24 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

dos municípios de Cabo e Jaboatão, respectivamente. Nas palavras do próprio governador, sobre a interferência do Instituto em seu governo:

Recebi a Prefeitura do Recife depois de uma administração excelente do socialista Pelópidas Silveira. Essa situação me proporcionou condições de desenvolver um programa para o governo popular mais amplo, o que provocou, na minha campanha para o governo do Estado, a ação do conhecido IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Este organismo interferiu acintosamente, subornando, financiando, tendo eu mesmo, na CPI que investigou suas atividades, levado à Câmara Federal 500 documentos comprobatórios de sua ação em Pernambuco. Há muitos outros. Por exemplo, o projeto da construção de estradas de rodagem no Nordeste, da SUDENE. (...) Pois bem, todos os projetos dos outros Estados nordestinos foram aprovados para entrar em operação de financiamento externo, encaminhada pela SUDENE, salvo o de Pernambuco, alegando-se motivos puramente técnicos, que não foram declarados ou esclarecidos. Era uma discriminação de fundo político – pelo fato de eu ser governador do Estado – tanto que o superintendente da SUDENE, economista Celso Furtado, se recusou aceitá-la. Mas não ficou nesse caso específico a interferência estrangeira – diga-se norte-americana. Os norte-americanos faziam contatos, abertamente, no Estado, a nível de prefeituras municipais do interior, oferecendo aos seus titulares recursos para obras públicas, contanto que se colocassem em oposição ao governo de Pernambuco (TAVARES, MENDONÇA, 1979, p.10).

As manifestações de Arraes sobre as interferências estrangeiras na política nacional renderam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional em maio de 1963. Em agosto do mesmo ano, o resultado da investigação apontou que o financiamento do órgão era de fato de origem norte americana²⁵. Diante disso, Jango decre-

²⁵ Relatório final da CPI do IBAD (Projeto de Resolução nº 35, de 1963, parecer do re-

tou a suspensão das atividades do Instituto por três meses²⁶.

Há de se destacar que o posicionamento de Arraes de denúncia à interferência de organismos internacionais colocaram-no em destaque no cenário nacional e internacional²⁷, conforme pode ser verificado no relatório assinado pelo diplomata inglês John Morgan em dezembro de 1963.

Arraes não é um intelectual, mas passa a impressão de inteligência e de extrema perspicácia. Seus olhos são semelhantes a um corretor da bolsa de valores. Sua astúcia camponesa, coberta por uma fina camada de falso bom humor faz lembrar Mr. Khrushchov²⁸ de 10 anos atrás. A questão principal é se ele é uma ferramenta do comunismo internacional – a minha impressão pessoal foi a de que se há alguma ferramenta sendo utilizada é Arraes quem a está manuseando. Apesar de ostentar idas semanais à igreja, sua filosofia política certamente estaria mais próxima da soviética do que a da democracia cristã. (...) Resumindo, ele não é o tipo de pessoa que eu gostaria de ver o Reino Unido fazer tentativas para ‘prestigiá-lo’ nesse momento (CANTARINO, 1999, p.41-42).

A leitura do diplomata inglês, elaborada já ao final do ano de 1963,

lator e declarações de voto). Brasília: Diário do Congresso Nacional, 14 de dezembro de 1963, seção I, p. 9937-63.

26 Em dezembro de 1963, o Poder Judiciário define pela dissolução do Instituto.

27 Segundo Cavalcanti (1978), o interesse pelo sucesso de Miguel Arraes nas eleições de 1962 era tão grande, que o então presidente dos Estados Unidos questionou diretamente o governador do Rio Grande do Norte, Aloísio Nunes, durante visita à Casa Branca, sobre as chances do então prefeito de Recife alcançar o cargo de governador. Além disso, destaca também que o interesse norte americano em Pernambuco era tamanho que o corpo diplomático da embaixada americana em Recife chegou a 14 vice-cônsules, número bastante alargado diante da demanda de representação que caberia ao estado pernambucano. O autor explica esse número afirmando que parte dessa representação era composta por agentes ligados à CIA, envolvidos em ações de espionagem e a supervisão de recursos transferidos aos grupos apoiados pelos americanos no estado, tal como o IBAD. O próprio embaixador americano na época admite o repasse de recursos de mais de 5 milhões de dólares para “candidatos a postos eletivos, com a condição de que defendessem a participação do capital estrangeiro na economia brasileira e combatessem a reforma agrária” (p.300).

28 Nikita Khrushchev foi chefe de governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre 1958 e 1964.

aponta algumas indicações dos rumos daquele primeiro ano do governo de Arraes. Ele já havia tomado iniciativas que produziam resultados promissores, ao menos quanto aos problemas envolvendo o campo. Entre proximidades e distanciamentos, as informações sugerem um vínculo mais consistente com os comunistas do que propriamente com setores da Igreja. Quanto às Ligas, estas se mostravam sem o mesmo protagonismo de antes, mas ainda desfrutavam de espaço nas disputas e negociações em função da atuação pregressa. Por fim, destaca-se o aparente controle da situação administrada por Arraes no estado. Mediando a acirrada disputa pelos sindicatos, o desgosto dos representantes do patronato, pequenos grupos trotskistas, entre outros. Segundo Barros (1965, p.136), “Arraes lutava, em tôdas as frentes, contra o extremismo e a radicalização. Sabia êle que (...) levariam fatalmente à derrota as forças políticas da esquerda nacional”. Ao final de 1963, Arraes recolhia avanços de uma política caracterizada por intensa negociação entre partes interessadas, consagrado na memória dos trabalhadores rurais.

Segundo Gregório Bezerra (1979), em março de 1963, o salário mínimo de 450 cruzeiros já era pago aos trabalhadores rurais de quase toda a zona açucareira do estado. Entretanto, a inflação corroía os salários e precisavam continuar na luta. “O mais importante foi a compreensão que elas tiveram de que não deviam parar naquilo que já tinha sido conquistado”²⁹. Assim, no segundo semestre se consolida a demanda de novo reajuste para o salário mínimo: 950 cruzeiros³⁰. A resposta dos patrões foi negativa. Estavam lançadas as bases da grande greve de novembro de 1963.

Quando o movimento grevista eclodiu, todos se surpreenderam com a sua extensão: 200 mil trabalhadores rurais paralisaram toda a região açucareira do Estado de Pernambuco. Escolhemos um bom momento para a greve: era época da moagem, os canaviais estavam cheios de cana cortada, secando no palhado, sem transporte. Se a greve durasse, a cana secaria e os usineiros teriam um grave prejuízo (BEZERRA, 1979, p.177).

A quantidade de trabalhadores envolvidos na greve alcançou tal

29 Idem p.177.

30 Esses números se mostram conflitantes em algumas fontes. Segundo Brasil (1964), o salário mínimo no início do ano de 1963 era de 430 cruzeiros, tendo alcançado 15.100 cruzeiros ainda antes greve de novembro. Como resultado da mobilização teriam alcançado 27.180 cruzeiros.

volume diante da adesão de sindicatos controlados não somente por comunistas, mas também pela Igreja e pelas Ligas, como lembra Padre Crespo:

Mesmo naquela ocasião, na grande greve de 1962³¹, a Federação fez um comitê de greve, com a participação de todos os grupos que atuavam no campo: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista, todos fizeram parte. Nós tínhamos a grande maioria dos sindicatos, 80% dos integrantes eram trabalhadores do sindicato de orientação da Igreja. Eles eram minoria. Mesmo naquela situação difícil, nós estávamos abertos à contribuição de outros grupos políticos que quisessem trabalhar para o bem do trabalhador. Estava definido o que a gente queria: 80% de aumento salarial e uma tabela do campo. A gente definiu as coisas. ‘Em cima disso, nós podemos caminhar juntos, terminou isso aqui, não podemos mais. Vocês têm um método, nós temos outro, vocês têm um objetivo, nós temos outro’³².

Ainda que não seja possível estabelecer com precisão o peso de cada grupo e seus sindicatos na greve de 1963, a narrativa de Padre Crespo é bastante conclusiva no sentido de que, nas disputas salariais, as diferenças políticas entre os grupos que controlavam os sindicatos precisavam ser deixadas de lado para que efetivamente se pudesse melhorar as condições de trabalho para os assalariados rurais. Isto fica ainda mais evidente na afirmativa de Francisco Julião, ao falar sobre a dificuldade enfrentada pelo governo do estado em estabelecer os acordos com o patronato:

O Arrais (sic) começou a aplicá-las, mas encontrou muita resistência. Então, toda a massa se congregou, todos os sindicatos e ligas se reuniram em torno do governador. E o governador aceitou o que era justo, quer dizer, patrocinou a greve. (...)Na greve, reivindicava-se um aumento de salário, o repouso semanal remunerado, férias e o décimo-terceiro. A greve englobou tudo.

31 Fica claro na passagem a partir das referências apresentadas na fala do entrevistado que trata-se do ano de 1963.

32 Depoimento concedido ao Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

De um dia para o outro, quando o ministro do Trabalho, Amauri Silva, chegou a Pernambuco para solucionar a greve, houve os entendimentos e todos estavam ali: a liga, os sindicatos, os partidos, Arrais(sic). Estavam todos reunidos. Nesse momento, a frente era completa e absoluta, não havia nenhuma discrepância³³.

As informações trazidas por Julião, somadas às manifestações de Bezerra e Padre Crespo perfazem um quadro bastante peculiar sobre os rumos da política agrária adotada por Arraes em Pernambuco, durante o ano de 1963. “Patrocinar a greve” dá o tom da coalisão necessária para se criar as bases da negociação. Somente foi possível a implementação efetiva dos direitos trabalhistas para as massas assalariadas do estado em razão da pressão exercida pelos trabalhadores e seus sindicatos. O principal resultado da greve de novembro ficou conhecido como “Acordo do Campo³⁴”. Além de redefinir os valores do salário, o documento também contemplava a revisão da Tabela de tarefas do Campo.

O detalhado trabalho de Arraes foi chegar à chamada Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo. (...)O salário do lavrador não é uma dádiva, como o do funcionário público: está ligado ao número de feixes de cana cortados, à roçagem, encoivação, à sulcagem com o boi e à cavagem de enxada, à despalha da cana e ao enchimento de carro, ao semeio, à gradeação. A Tabela vai às minúcias (CALLADO, 1980, p.114).

A Tabela de Tarefas, segundo Dabat (2003), era renegociada a cada início de safra, mas o ganho comemorado pelos sindicatos de trabalhadores rurais na época foi fruto daquela mobilização específica. Muito do reconhecimento que Arraes recolheu por parte das populações rurais de Pernambuco foi proveniente de ganhos como o destacado acima.

Francisco Julião, em passagem anterior, destaca que “todos estavam ali” para reivindicar diante do então ministro do Trabalho em novembro de 1963, reforçando a diversidade de representação que fazia daquela demanda legítima. Ao mesmo tempo, é importante destacar que o “direito

33 Francisco Julião – Entrevista à Aspásia Camargo. CPDOC/FGV.

34 Para mais informações sobre o Acordo do Campo e a construção da Tabela de Tarefas ver Dabat (2008).

de reivindicar”, como destacou antes um ex-funcionário da Secretaria Assistente de Pernambuco, era algo bastante recente, e produto fortemente incentivado pelo próprio governo de Arraes. Assim, aqueles sindicatos que davam corpo às demandas dos trabalhadores, valorizados com espaços reconhecidos, sentados à mesma mesa dos patrões, reuniram forças e legitimidade, especialmente no decorrer do ano de 1963. Isto é, o governo estadual fomentou políticas – como a sindicalização rural – que fortaleceram as próprias condições para os ganhos reais daquele grupo. Em resumo, o contexto que se apresenta é que Arraes mostrou ter a habilidade necessária para construir elementos capazes de sustentar decisões políticas que possivelmente não teriam êxito caso fossem tocadas exclusivamente por parte do poder executivo do estado.

Considerações Finais

Não é tarefa simples definir com precisão as razões pelas quais o governo de Arraes tenha se empenhado tanto na direção de sua política de sindicalização do campo. Tal como foi apresentado, esta foi gestada em outras esferas de poder e em âmbito nacional. Fato é que Pernambuco foi destaque na aplicação dos direitos trabalhistas antes do golpe militar de 1964 e a análise da atuação do governo de Pernambuco no período permite evidenciar como muito das possibilidades de ação, ou mesmo dos problemas enfrentados pelo governador, foram produto da ação anterior das Ligas Camponesas. Isto é, se as Ligas foram capazes de ampliar o alcance das vozes de posseiros, meeiros ou trabalhadores rurais, também tornaram grande parte das medidas de enfrentamento dos problemas por ela denunciados como tomadas por simpatizantes da “agitação no campo”.

As medidas adotadas pelo governo de Arraes indicam uma tentativa de buscar um equilíbrio entre o avanço dos direitos, ao mesmo tempo que medidas mais drásticas como as desapropriações eram evitadas. O governo estadual incentivou a sindicalização rural como alternativa para se fazer presente e atuante diante dos problemas locais, mas também marcando posição no enfrentamento de um problema que se mostrava presente no restante do país. Ao mesmo tempo, a alternativa gestada pelo poder executivo permitiu que os trabalhadores rurais de Pernambuco passassem a dispor de uma condição que historicamente não lhes era comum. O “direito de reclamar” inaugurou também novas possibilidades de luta e resistência por parte de quem recorrentemente se via desprovido de direitos.

Referências

ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: ed. Ática, 1986. 64 p.

ARRAES, M. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Recife: Governo do Estado, 1963.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Recife: Governo do Estado, 1964.

AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1982.

ALVES, B. J. P. **A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2010.

ALVES, B. J. P. **Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/Unicamp, Campinas, 2015.

BARROS, A. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: ed. Equador, 1965. 173 p.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. 144p.

BEZERRA, M. **Memórias, segunda parte: 1946-1969**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRASIL, J. Arraes, o **Fazedor de Homens Livres**. Primeiro ano da revolução Pernambucana. São Paulo: Fulgor, 1964. 101p.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 183 p.

CAMARGO, A. **A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - INDIPO/FGV, 1979.

CANTARINO, G. **1964: A Revolução para Inglês ver**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 159 p.

CAVALCANTI, P. **O Caso Eu Conto Como Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 412 p.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2003. 668 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2003.

_____. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-2, p. 291-320, 2008.

JULIÃO, F. **Bença Mãe**. Mimeo, 1963.

KOURY, M. G. P. **Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950 – 1974**. 2010. 370 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos, 2010.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONTARROYOS, C. **O Tempo de Arraes e o Contratempo de Março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982. 135 p.

PRADO JR, C. **A Questão Agrária**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

RAMOS, C. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma**

análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964 -1985). 2011. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense-UFF, 2011.

STEIN, L.M. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política:** A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 218 p.

TAVARES, C; MENDONÇA, F. **Conversações com Arraes.** Belo Horizonte: Vega, 1979. 138 p.

WELCH, C. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010. 480 p.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS é uma publicação semestral do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – Nupedor, com apoio da UNIARA e do CNPq.

Os trabalhos enviados deverão atender aos seguintes critérios:

a) Ter até 35 páginas – preferencialmente –, incluindo figuras, tabelas, quadros, esquemas, etc.;

b) Os textos deverão ser digitados em espaço 1,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;

b) Título do artigo deve estar centralizado, em negrito e em caixa-alta. Pular uma linha e inserir o nome completo por extenso dos autores (um em cada linha), alinhado à direita e com nota de rodapé indicando filiação institucional, endereço eletrônico e demais informações que considerar relevantes;

c) Os resumos deverão ser redigidos em português e em inglês, em um único parágrafo (máximo de 15 linhas), acompanhados de até 5 palavras-chave, também redigidas em português e em inglês;

d) Figuras (incluindo gráficos, esquemas, etc.) deverão utilizar o mesmo padrão de letra do texto, ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos, com a respectiva legenda. Ilustrações (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) deverão ser enviadas e em preto-e-branco, em arquivos formato jpg e/ou tif, com boa definição.

e) As referências deverão ser elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme formatos descritos a seguir:

1) LIVRO

SOBRENOME, Nome. Título em destaque: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano. Número de volumes ou páginas. (Série).

Edição do livro:

- se for em português colocar: 2. ed.

- se for em inglês colocar: 2nd ed.

2) CAPÍTULO DE LIVRO

Autor do capítulo diferente do responsável pelo livro todo:

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: AUTOR DO LI-

VRO. Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

Único autor para o livro todo

AUTOR DO CAPÍTULO. Título do capítulo. In: _____. Título do livro em destaque. Edição. Cidade: Editora, ano. volume, capítulo, página inicial-final da parte.

3) ARTIGO DE PERIÓDICO

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em destaque, v., n., p. inicial-final, mês abreviado no idioma de origem. ano de publicação.

4) ARTIGO DE JORNAL

AUTOR do artigo. Título do artigo. Título do jornal em destaque, cidade de publicação, dia, mês abreviado. Ano. Número ou Título do Caderno, Seção ou Suplemento, p. seguido dos números da página inicial e final, separados entre si por hífen.

5) DISSERTAÇÃO, TESE E MONOGRAFIA

SOBRENOME, Nome do autor. Título em destaque: subtítulo. Ano de publicação. Número de volumes ou folhas. Categoria (Curso) - Instituição, Cidade da defesa, ano da defesa.

6) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO NO TODO

TÍTULO DO EVENTO, número., ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação: Editora, data. Páginas ou volumes.

7) EVENTO CIENTÍFICO – CONSIDERADO EM PARTE

(Trabalhos apresentados e publicados)

AUTOR DO TRABALHO. Título do trabalho: subtítulo. In: NOME DO EVENTO, em número, ano, cidade de realização. Título da publicação em destaque. Cidade de publicação. Título do documento (Anais, proceedings, etc. em destaque), local: Editora, ano. Página inicial-final do trabalho.

8) NORMA TÉCNICA

NOME DA ENTIDADE RESPONSÁVEL. Título da norma em destaque: subtítulo. Cidade de publicação, ano. Número de páginas.

9) DOCUMENTO ELETRÔNICO

Após a indicação dos dados de cada documento, acrescentar as informações sobre a descrição física do meio eletrônico respectivo.

- SE FOR CD-ROM acrescentar o: Número de CD-ROM

- SE FOR ON-LINE acrescentar: Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia mês abreviado. Ano.

A correção ortográfica e gramatical é de responsabilidade dos autores. Os artigos que não estiverem de acordo com as Normas de Publicação serão devolvidos aos autores para adequação. Os textos deverão ser enviados para o e-mail retratosdeassentamentos@gmail.com.

Informações pelo telefone: (16) 3301-7126. www.uniara.com.br/nupedor